

**UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CAMPINAS
INSTITUTO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS
DEPARTAMENTO DE HISTÓRIA**

Olavo Baldi Marchetti

**ELABORAÇÃO, AÇÃO E REAÇÃO:
o projeto de controle dos estrangeiros no Estado Novo e seus reflexos na
comunidade italiana do estado de São Paulo**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-graduação em História do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Estadual de Campinas, para obtenção do título de Mestre em História. Área de concentração: História Social.

Orientador: Prof. Dr. Michael McDonald Hall.

CAMPINAS
2012

FICHA CATALOGRÁFICA ELABORADA POR
CECÍLIA MARIA JORGE NICOLAU – CRB8/3387 – BIBLIOTECA DO IFCH
UNICAMP

M332e	<p>Marchetti, Olavo Baldi, 1984- Elaboração, ação e reação: o projeto de controle dos estrangeiros no Estado Novo e seus reflexos na comunidade italiana do Estado de São Paulo / Olavo Baldi Marchetti. - - Campinas, SP : [s. n.], 2012.</p> <p>Orientador: Michael McDonald Hall Dissertação (mestrado) - Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas.</p> <p>1 .Imigrantes. 2. Brasil - Estado Novo -1937-1945. 3. Italianos. 4. Perseguição política. I. Hall, Michael M. (Michael MacDonal), 1941- II. Universidade Estadual de Campinas. Instituto de Filosofia e Ciências Humanas. III. Título.</p>
-------	--

Informação para Biblioteca Digital

Título em Inglês: Preparation, action and reaction: the project of control over foreigners in the “Estado Novo” and its consequence in the Italian community of São Paulo

Palavras-chave em inglês:

Immigration

Estado Novo

Italians

Political persecution

Área de concentração: História Social

Titulação: Mestre em História

Banca examinadora:

Michael McDonald Hall (Orientador)

Edilene Teresinha Toledo

Endrica Geraldo

Data da defesa: 27-02-2012

Programa de Pós-Graduação: História

OLAVO BALDI MARCHETTI

*Elaboração, ação e reação: o projeto de controle dos estrangeiros no Estado
Novo e seus reflexos na comunidade italiana do estado de São Paulo.*

Dissertação de Mestrado apresentada ao Departamento de
História do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da
Universidade Estadual de Campinas sob a orientação do
Prof. Dr. Michael Mc Donald Hall.

Este exemplar corresponde à redação final da
Dissertação defendida e aprovada pela Comissão
Julgadora em 27 / 02 / 2012.

BANCA



Prof. Dr. Michael Mc Donald Hall (orientador)



Profª. Dra. Endrícia Geraldo



Profª. Dra. Edilene Teresinha de Toledo

Prof. Dr. Luigi Biondi (suplente)

Prof. Dr. Samuel Fernando de Souza (suplente)

FEVEREIRO/2012

Agradecimentos

O trabalho do historiador, apesar de muitas vezes bastante solitário, da autonomia que me foi dada durante o período da pesquisa e da elaboração da dissertação, e apesar de ser de inteira responsabilidade do produtor, de nenhuma maneira é feito sozinho ou isolado do mundo que cerca o pesquisador. Assim, estes agradecimentos serão dedicados a todos aqueles que participaram, direta e indiretamente, do processo de confecção dessa dissertação.

Primeiramente, tenho muito a agradecer a meu orientador, Michael Hall, que desde os primeiros contatos de um aluno de graduação que mal sabia o significado da pesquisa e da produção historiográfica sempre foi extremamente solícito. O agradeço por ter me apresentado uma temática de pesquisa tão instigante e promissora, por ter-me aceito como orientando desde a iniciação científica, pela enorme paciência e, principalmente, por ter respeitado minha autonomia enquanto pesquisador ao mesmo tempo em que guiava com maestria um aluno que muitas vezes não tinha muita noção para onde estava caminhando. Tenho que agradecer e muito a orientação extremamente consciente e proveitosa, sem a qual este trabalho não poderia ter sido elaborado. Se há defeitos na obra que o leitor tem em mãos, e com certeza há muitos, eles são de inteira responsabilidade minha, mas, em contrapartida, se há méritos, com certeza se devem à orientação que tive. Obrigado, professor, por ser um exemplo de intelectual interessado na pesquisa histórica, extremamente competente como orientador, e que muito fez e faz pela instituição na qual tive oportunidade de estudar e para a academia brasileira em geral.

Também gostaria de deixar aqui registrado meus agradecimentos mais que especiais à minha companheira, Juliana Guanais, socióloga de extrema competência, cuja paixão e dedicação pelo trabalho foram e são inspiradores. Sem você, seu exemplo e seu incentivo, tenho certeza que nunca conseguiria terminar de maneira satisfatória um trabalho de certo fôlego, como o que me propus a fazer. Não tenho palavras para dizer o quanto essa pesquisa dependeu do seu apoio e do seu exemplo de esforço e dedicação. Se dou valor à nossa profissão de pesquisador e analista social, isso se deve em grande parte à sua vontade de melhor compreender e modificar a sociedade da qual fazemos parte, tentando torná-la mais justa e solidária para com os desfavorecidos.

Quero também deixar um agradecimento especial à minha família, meus pais, Franklin e Suzete, e meus irmãos, Rafael, Carolina e Fernando (este meu corretor “oficial”), sem os quais eu nem teria chegado à universidade, quanto menos seguido os caminhos da produção acadêmica, como tive a oportunidade de fazer, graças ao apoio financeiro e moral que me fizeram ser o homem e o pesquisador que sou. Se no início relutaram em aceitar a idéia de terem um filho ou irmão “professor”, se dispuseram a entender minha escolha e a apoiá-la. Valeu, família!

Agradeço também aos companheiros de graduação e pós-graduação que, se não cito nominalmente, é só porque foram muitos, à Capes, por ter me concedido bolsa de estudos que me proporcionou uma dedicação integral à pesquisa, aos professores do departamento de história e da linha de história social, que me forneceram o arcabouço teórico e metodológico indispensável para fazer uma pesquisa de qualidade. Um agradecimento especial ao professor Fernando Teixeira da Silva que, de certa maneira, também me acompanhou desde a graduação, e cujas sugestões e críticas, apesar de por vezes dolorosas, foram sempre muito corretas e de importância central para o desenvolvimento do trabalho. Ainda no âmbito dos companheiros de profissão, gostaria de agradecer também à banca avaliadora deste trabalho, professora Dra. Edilene Teresinha Toledo, prof. Dr. Luigi Biondi, e aos companheiros de pós-graduação que também participam da banca, Dr. Samuel Souza e, principalmente, Dra. Endrica Geraldo, colega de trabalho que também me acompanha há tempos, participando dos processos de avaliação pelos quais passei até aqui e também colaborando, com críticas e sugestões extremamente pertinentes, para o andamento dos trabalhos.

E, agora saindo do âmbito da academia, não posso deixar de agradecer aos amigos e pessoas próximas que colaboraram sobremaneira para esse trabalho. Pessoas que estavam presentes nos momentos de angústia, ajudando a aliviar a pressão, como os companheiros do futebol, do boteco, das festas ou de outros lugares propícios para a o desenvolvimento da boemia e do ócio, tão necessários para o pesquisador quanto os arquivos e bibliotecas, pois são fundamentais para a manutenção da sanidade mental. Mas, mais que válvulas de escape, algumas dessas pessoas também colaboraram diretamente para as discussões aqui desenvolvidas, pois são pessoas inteligentes e interessadas, que sempre se dispuseram a debater comigo os mais diversos aspectos da minha pesquisa. Assim, tenho que agradecer

aos companheiros próximos: os Felipes (“Punk”, “Cabeção”, “Rasta” e “Cabelo”), Guilherme “Mitroto”, Gileno, Ricardo “Flóqui”, Rafael “Pablito”, Fábio “burocrata”, Inácio “aleijado”, Lucas “Tiradentes”, Vitor “Dudu” e agregados; às respectivas “patroas”: Kelly, Aline, Paty, Gabi, Má, Fer e Lili, também amigas que estavam presentes nesses momentos de lazer, momentos estes que, como disse, sempre se fundiram com momentos de altas discussões políticas, historiográficas, culturais, etc., fazendo com que se tornassem tão importantes quanto ler um bom livro ou encontrar fontes inéditas. Dentre esses amigos também não posso deixar de citar a rapaziada de minha cidade natal, Araçatuba, que me fizeram ser como sou, e que, se não tenho mais tanto contato, nunca me esqueci deles, assim como eles também nunca se esquecem de mim. Obrigado, Odilon “Punk”, Luiz Pancotti, Fernando “Popô”, Nirmen, Guilherme “Chuck”, João Roberto “Dagô”, Irmão, D.K., Ju, Hugo, Brunão, Rafael “Gigi”, Ricardo “Zóio” e o resto da rapaziada do pé vermelho.

É isso, pouco espaço e muita gente para agradecer, mas fica a essas e outras pessoas que me ajudaram o meu sincero muito obrigado.

Resumo

Durante a década de 1930 o governo de Getúlio Vargas adotou uma série de medidas de controle social, visando garantir o apoio e afastar as oposições ao seu projeto de Estado. Essas medidas tinham como objetivo influir também sobre a comunidade estrangeira instalada no país, e a partir de 1938 foram promulgados decretos especificamente elaborados para conter os possíveis problemas que o governo acreditava que o elemento estrangeiro poderia trazer. Dentre esses problemas a atuação política era ponto central.

Neste período a comunidade italiana no Brasil sofria fortes influências do governo fascista, que desde a década de 1920 investia na propaganda do regime entre os súditos emigrados, a fim de elevar o seu prestígio internacional e assim conseguir também apoio para a implementação de seus projetos de governo. Para tanto, inventivou a organização de seus súditos através de associações dos mais diversos tipos, da imprensa e de outros meios.

Os esforços de implementação dos projetos de ambos governos atingiram a comunidade italiana do estado de São Paulo. Em meados da década de 1930, quando as relações diplomáticas entre os dois países eram boas, os italianos aqui instalados conseguiram manter uma expressiva rede de associações de caráter étnico. Mas, à medida que as relações Brasil/Itália foram se desgastando, devido às disputas no cenário internacional, a situação dos italianos passou a ser menos favorável para a expressão de sentimentos nacionalistas e de pertencimento étnico, situação esta agravada pela entrada do Brasil na Segunda Guerra ao lado do bloco Aliado. Diante das medidas, os italianos de São Paulo vão procurar maneiras de reagir e se adaptar.

Assim, tanto a elaboração do projeto de controle dos estrangeiros, quanto as ações policiais para colocá-lo em prática e a reação da comunidade italiana têm muito a nos dizer sobre as intenções e os posicionamentos do Estado brasileiro no período, sobre suas formas de atuação perante a sociedade e também sobre a relação desses italianos com a etnicidade, a política, com o grupo e com a sociedade brasileira.

Abstract

Throughout the 1930's, Getulio Vargas's government took several measures of social control to obtain wider support and weaken the opposition to his State project. These measures also aimed to better control the foreign community here installed, and from 1938 the government started publishing decrees especially prepared for dealing with problems that the government believed the foreigners were likely to bring. Among these problems, political activity was a central one.

During that period the Italian community suffered the influence of the fascist government that had been investing in political propaganda targeting the emigrant community since the 1920's, with the intention of elevating Italy's international prestige and also gaining support for their project. In order to do that, they invested in the organization of their subjects through associations of all sorts, the press and other institutions.

The efforts to implement both State projects affected the Italian community of São Paulo. In the mid 1930's, when the diplomatic channels between both countries were open, the Italians here installed were able to maintain an expressive ethnic association network. But, with the tensions between both nations rising because of the international agenda, the conditions for the Italians to manifest their nationalist and ethnic sentiment of belonging got tougher, a situation aggravated by Brazil's decision to join the Allies in World War II. Against Vargas's measures of foreign control, the Italian community of São Paulo sought ways to react and adapt.

The setting of Brazil's foreign control project, the police actions to run the project and the Italian community's reaction have much to say about the intentions and political standings of the Brazilian State at the time and about its manners of dealing with the national society. It also reveals the relationship of the Italian community with their national and ethnical feelings, with politics, with their own group and, last but not least, with Brazilian society.

Lista de abreviações

APESP – Arquivo Público do Estado de São Paulo

AN – Arquivo Nacional

CIC – (Conselho de Imigração e Colonização)

CPDOC/GFV – Centro de Pesquisa de História Contemporânea do Brasil/Fundação Getúlio Vargas

DEOPS/SP – Departamento de Ordem Política e Social de São Paulo

DIP – Departamento de Imprensa e Propaganda

NSDAP - *Nationalsozialistische Deutsche Arbeiterpartei* (Partido Nacional-socialista dos Trabalhadores Alemães)

OND – *Opera Nazionale Dopolavoro* e Organização Desportiva Nacional

PNF – *Partito Nazionale Fascista* (Partido Nacional Fascista)

SEPI – Sociedade Esportiva Palestra Itália

SEP – Sociedade Esportiva Palmeiras

Sumário

Agradecimentos	v
Resumo	ix
Abstract	xi
Lista de Abreviações	xiii
Introdução	01
Cap. 1 – Elaboração: projetos nacionais, relações internacionais e controle social no Brasil e na Itália	09
1.1 – Regulando a cidadania: as políticas de controle social no Brasil	10
1.2 – Incentivando a cidadania: o fascismo e as políticas de propaganda no exterior	23
1.3 Relações diplomáticas entre Brasil e Itália: projetos nacionais e políticas externas em conflito	30
Cap. II – Ação: o governo brasileiro no encalço da organização italiana em São Paulo	57
2.1 – A função da polícia política no governo Vargas	57
2.2 – A ação pré 42: vigilância e burocracia como ferramentas de coerção	61
2.3 – A ação pós-42: relações diplomáticas rompidas e o caminho livre para a implementação integral dos planos de controle	75
2.4 – As denúncias populares como fator de coerção	94
Cap. 3 – Reação: possibilidades e motivos da resistência	103
3.1 – A organização coletiva dos italianos na década de 1930	103
3.2 – Resistência, adaptação e manutenção da <i>italianità</i>	118
3.3 – Perspectivas sobre a identidade étnica entre os italianos de São Paulo	143
Conclusão	155
Referências Bibliográficas	165
Apêndice – Lista de Documentos	169

Introdução

O interesse da presente análise histórica é compreender a relação entre o Estado comandado por Getúlio Vargas em seu primeiro governo - mais especificamente no período do Estado Novo (1937 a 1945) - e a comunidade italiana do estado de São Paulo. Para isso, serão analisadas as ações do governo contra as associações de caráter étnico que os italianos mantinham no estado, associações estas que serão vistas como importantes canais de expressão do sentimento de pertencimento étnico e nacionalismo entre a colônia.

É importante, para a melhor compreensão do trabalho, fixar a idéia de que a intenção é entender a relação entre o Estado e a população de origem italiana como uma relação de dominação e resistência, que gerou consequências tanto para o dominador quanto para o dominado. Entendo que, para que se possa avançar na compreensão dos objetivos e intenções do Estado varguista ao elaborar e colocar em prática um plano de controle social que envolveu a disciplinarização da população de origem estrangeira aqui instalada é preciso que se verifique também como esse plano foi implementado, quais foram suas consequências para os grupos envolvidos e como eles se comportaram diante das medidas restritivas.

Já para entender melhor a situação dos estrangeiros diante das restrições impostas durante o Estado Novo, é importante entender que as leis de controle foram elaboradas pelo governo Vargas com objetivos claros, dentre eles facilitar o controle da política e, conseqüentemente, da máquina pública. Além disso, há que se levar em conta que questões internas - como a pesada repressão política e social ou mesmo o avançado nível de “assimilação” dos italianos - e externas - como as relações diplomáticas - influíram nas formas de reação da colônia italiana frente às dificuldades impostas.

Neste sentido, para que se compreendam as intenções e possibilidades de ambos os entes componentes da relação, é preciso que se verifique a interação entre eles. Por isso, o presente trabalho dedicar-se-á a entender a repressão aos italianos em São Paulo percorrendo uma trajetória, que parte do ente dominante - que se encontra em posição “privilegiada” para exercer o poder - e que atinge o dominado, que teve suas formas de reação influenciadas por questões de ordem econômica, política e cultural e também pelo momento histórico.

Optei por esse tipo de abordagem, que privilegia o entendimento da relação, e que entende essa relação com um sentido definido, ou seja, que parte da elaboração pelo ente dominante de um plano pelo que, aplicado, gera uma reação do dominado, devido à complexidade da questão e ao nível que o debate historiográfico sobre o tema atingiu. Conforme fui ampliando meus trabalhos de pesquisa arquivística, fui reparando que havia um diálogo entre várias instâncias de poder sobre a questão do controle dos imigrantes no Brasil, e observei também que vários foram os fatores que influíram nessas políticas. A incursão às fontes do Arquivo Histórico do Itamaraty, por exemplo, auxiliaram muito nesse processo. Observar o esforço que o governo italiano fez para tentar garantir o mínimo de proteção para seus súditos aqui instalados a partir do momento em que governo brasileiro começou a promulgar leis restritivas me ajudou a entender, por exemplo, que os níveis de perseguição a diferentes grupos étnicos variou não somente por causa de simpatias ou afinidades ideológicas do governo brasileiro para com o governo do país de origem desses imigrantes, mas também por causa de um complexo jogo de relações diplomáticas que envolviam interesses diversos. Além disso, entender as formas de ação da polícia como uma derivação desse jogo de relações diplomáticas possibilitou analisar a resistência dos italianos e assim trazer algumas luzes sobre a comunidade e sua relação com o fascismo e a etnicidade.

Já sobre a questão do debate historiográfico, este alcançou um nível bastante avançado, cobrindo temas importantes como as discussões sobre a elaboração das leis de controle, as ações repressivas da polícia política de Vargas ou a penetração do fascismo e a consequente reorganização de parte da comunidade italiana do estado de São Paulo. Por isso, entendi que a contribuição que poderia dar ao tema seria não tanto a “descoberta” de um nicho específico de discussão, mas sim a tentativa de fazer com que as várias questões envolvidas nos estudos sobre a repressão aos estrangeiros durante o governo Vargas dialogassem.

Além disso, outro fator importante fez com que o presente trabalho se dedicasse ao tema partindo da relação e a definindo com o sentido de elaboração, ação e reação. Nas primeiras incursões às fontes policiais, verifiquei que as reações da comunidade italiana do estado de São Paulo às investidas controladoras do governo brasileiro tinham um tom bastante indireto. Se os italianos de São Paulo procuraram adaptar-se e resistir ao período

de dificuldades, o fizeram sempre tendendo a evitar conflitos com a ordem estabelecida. Neste sentido, os conceitos de estratégia e tática, elaborados pelo Historiador Michel de Certeau ¹, servem perfeitamente para ilustrar as formas de ação do governo brasileiro e de reação da comunidade italiana:

“Chamo de ‘estratégia’ o cálculo das relações de forças que se torna possível a partir do momento em que o sujeito de querer e poder é isolável de um ‘ambiente’. Ela postula um lugar capaz de ser circunscrito como um próprio e portanto capaz de servir de base a uma gestão de suas relações com uma exterioridade distinta. A nacionalidade política, econômica ou científica foi construída segundo esse modelo estratégico.

“Denomino, ao contrário, ‘tática’ um cálculo que não pode contar com um próprio, nem portanto com uma fronteira que distingue o outro como totalmente visível. A tática só tem por lugar o do outro. Ela aí se insinua, fragmentariamente, sem apreende-lo por inteiro, sem retê-lo à distância. Ela não dispõe de base onde capitalizar os seus proveitos, preparar suas expansões e assegurar uma independência em face das circunstâncias (grifos meus).” ²

Se a estratégia é o “cálculo das relações de força que se torna possível” a partir de um “sujeito de querer e poder”, e a tática é uma ação que “só tem por lugar o do outro”, é preciso que se entenda a estratégia de ação para que se entenda a tática de resistência. Devido a todos esses fatores, entendi que o melhor caminho a ser seguido seria buscar definir as estratégias do Estado brasileiro de elaboração das leis de controle, os fatores que influíram na elaboração dos planos, a ação da polícia para colocar esses planos em prática, e a reação da comunidade frente à situação desfavorável.

Assim, o primeiro capítulo do presente trabalho dedicar-se-á à análise da elaboração dos planos de controle dos estrangeiros no Brasil após a implementação da ditadura do Estado Novo. Através da análise de parte do extenso aparato legal promulgado no período, tentarei entender quais eram os objetivos e as motivações do governo brasileiro ao elaborar leis que restringiam as atividades dos estrangeiros no país. Neste capítulo também procurarei demonstrar a influência do governo fascista na reorganização da comunidade italiana no Brasil. Como um dos responsáveis pelo resgate do sentimento de pertencimento étnico e do associativismo entre parte dos italianos no Brasil, o governo italiano também elaborou um plano coordenado de influência sobre seus súditos *all'estero*, plano este que

¹ CERTEAU, Michel de: *A invenção do cotidiano: 1. artes de fazer*. Petrópolis, RJ: Vozes, 1994.

² In: idem, pp. 46.

tinha como um dos principais alvos a comunidade italiana no Brasil. E como as relações diplomáticas entre Brasil e Itália foram intensas no período, e o tema da situação da população de origem italiana aqui instalada foi constante nas comunicações entre os dois governos, buscarei analisar também como se deram essas relações diplomáticas no que tange as questões migratórias, ou seja, procurarei entender como se deu o conflito entre os dois projetos de intervenção sobre a população de origem italiana no Brasil, o do governo brasileiro de controle e disciplinarização dessa população, e o da Itália de incentivo ao resgate da etnicidade e de adesão ao regime político implementado na península.

No segundo capítulo, buscarei compreender as formas de ação do Estado brasileiro contra a organização coletiva dos italianos no estado de São Paulo. Partindo do entendimento das intenções do governo ao elaborar o projeto de controle, e também dos fatores externos que interferiram nessas políticas - como a pressão do governo italiano pela defesa dos interesses de seus súditos no Brasil - buscarei compreender quais foram as estratégias de controle utilizadas pela polícia política, além de demonstrar que outros órgãos de controle, como o Departamento de Imprensa e Propaganda, também colaboraram na aplicação das medidas elaboradas pelo governo brasileiro. Neste capítulo, tentarei demonstrar que existiram dois momentos distintos, porém complementares, na ação do governo contra os italianos no estado de São Paulo: um anterior à ruptura das relações diplomáticas Brasil/Itália; e outro posterior a este fato, reforçando a idéia da influência de fatores externos na aplicação dos planos do governo brasileiro. Neste capítulo, tentarei dialogar principalmente com o grupo de historiadores coordenado por Maria Luiza Tucci Carneiro, que fez trabalhos interessantes sobre a repressão policial aos estrangeiros durante as décadas de 1920, 1930 e 1940, utilizando-se da documentação do DEOPS que foi liberada para consulta em meados da década de 1990. A intenção é cruzar essas análises pautadas na documentação policial com análises partindo de outras fontes documentais, como as produzidas pela diplomacia ou pelo poder executivo central, na tentativa de melhor compreender o fenômeno da repressão policial contra os estrangeiros no Brasil.

Já o terceiro capítulo será dedicado à reação das associações italianas do estado de São Paulo às investidas policiais e dos outros órgãos controladores do governo Vargas. Partindo de premissas analíticas da história social, que tende a focar os agentes históricos em suas relações com o meio, com as classes sociais e os centros de poder, pretendo

compreender como a parte da comunidade italiana que se envolvia com o associativismo se organizava no período, quem eram os incentivadores das associações dos mais diversos tipos, quem delas se beneficiavam, quais eram as atividades exercidas. A partir dessa análise, tentarei entender como os organizadores das sociedades italianas espalhadas pelo estado de São Paulo reagiram às leis restritivas, se havia interesse da comunidade em manter as estruturas associativas e quais táticas eram utilizadas. Entendendo que as táticas adotadas pelos italianos eram diversas, mas pouco conflituosas com o Estado ou a sociedade brasileira, adoto o conceito no sentido dado por Michel de Certeau, a fim de responder questões importantes para o tema da análise da comunidade italiana no Brasil, como a relação do grupo com suas origens étnicas e com o arcabouço ideológico do regime político adotado na península a partir da tomada de poder por Benito Mussolini.

E para que esses objetivos possam ser cumpridos, tentei abordá-los através do diálogo com as respectivas bibliografias específicas e também mediante uma ampla pesquisa arquivística³. Abordando documentação produzida pelo poder executivo central, pelo Ministério das Relações Exteriores, pelas embaixadas tanto do Brasil na Itália quanto da Itália no Brasil, pela polícia política paulista e também pela comunidade italiana, buscarei abarcar os mais diversos fatores que influenciaram a questão do controle das populações estrangeiras no Brasil.

Para tentar entender os planos do governo brasileiro, utilizei-me de documentação produzida pelos altos postos do poder executivo, incluindo aí o presidente Vargas, em documentação armazenada nos arquivos do Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil, da Fundação Getúlio Vargas (CPDOC/GFV), e também dos poderes executivos estaduais e regionais, encontradas no Arquivo Nacional. Além disso, levando em conta que a execução dos planos do governo brasileiro dependeu de fatores externos, a documentação diplomática encontrada no Arquivo Histórico do Itamaraty, situado na cidade do Rio de Janeiro, também foi largamente utilizada.

Para compreensão da ação policial, a documentação utilizada foi aquela produzida pelo Departamento de Ordem Política e Social (DEOPS), que se encontra armazenada no Arquivo Público do Estado de São Paulo. Mas, é importante ressaltar, vestígios de registros da ação policial também foram encontrados nos demais arquivos pesquisados, como o do

³ No apêndice há uma lista dos principais documentos analisados e utilizados no presente trabalho.

Itamaraty. Assim, a análise da ação policial pôde ser enriquecida com a complementação de fontes produzidas pela polícia, mas também por outros órgãos da administração varguista e, ainda, por outras fontes.

No terceiro capítulo, além da documentação produzida pela polícia paulista, que se presta tanto para a compreensão da ação policial quando das resistências das populações estrangeiras, busquei utilizar-me também de uma fonte documental produzida pela própria colônia italiana, no caso o jornal mais importante da comunidade, o *Fanfulla*. Encontrado no Centro de Apoio à Pesquisa em História da Universidade de São Paulo, os arquivos do *Fanfulla* se demonstraram de fundamental importância tanto para compreender a organização da colônia italiana e de suas sociedades no período quanto para ajudar a compreender as formas e as intenções da resistência.

Partindo dessa gama variada de fontes de pesquisa, e tentando dialogar com trabalhos de historiadores competentes e dedicados ao tema ora proposto, tento produzir um trabalho de certo fôlego e que se propõe a responder questões variadas, que dizem respeito tanto à formação e desenvolvimento do Estado brasileiro nas décadas de 1930 e 1940, perpassando pela questão da função e do modo de operação da polícia política do período, e desembocando em questões que envolvem uma das mais tradicionais e importantes comunidades de estrangeiros do país, a comunidade italiana do estado de São Paulo. Tentarei responder perguntas como: porque o governo Vargas elaborou um plano de perseguição e restrição às atividades estrangeiras? Como e por que esse plano foi aplicado sobre os italianos de São Paulo? Como, e com que objetivos, a polícia política paulista agiu sobre este grupo? Como os italianos se organizavam na época? Como eles resistiram às investidas reguladoras do Estado brasileiro? Qual era a relação dessas pessoas com o sentimento de pertencimento étnico e com a ideologia fascista neste período de restrições e dificuldades?

Sei que o trabalho se propõe a responder muitas perguntas, e talvez eu não tenha dado conta de responder a todas, mas, apresentadas as intenções e os caminhos percorridos, deixo que o leitor julgue o sucesso ou o fracasso desta empreitada historiográfica

Cap. 1 – Elaboração: projetos nacionais, relações internacionais e controle social no Brasil e na Itália

A organização dos italianos no Brasil durante a década de 1930 sofreu intervenções tanto do governo brasileiro quanto do governo italiano. Ambos elaboraram projetos de organização estatal autoritários e nacionalistas, baseados na atuação direta sobre a população – no caso italiano até mesmo sobre a população emigrada. Devido ao fato de ambos os projetos de controle social pautarem-se na adesão e na obediência aos ditames dos respectivos Estados nacionais, havia um conflito de interesses no que se refere ao comportamento da colônia italiana no Brasil: de um lado havia o governo brasileiro, preocupado com a assimilação e a passividade política dos estrangeiros instalados em território nacional, e do outro lado estava o governo italiano, interessado em instigar em seus súditos emigrados o sentimento de pertencimento étnico, de amor pátrio e de adesão ao regime político implementado na península.

No entanto, questões importantes para ambos os governos, como as relações econômicas e políticas, interferiram diretamente no desenvolvimento desses projetos de controle. As expectativas de incremento das relações comerciais, de apoio militar e tecnológico e, principalmente, as possibilidades de alinhamento no campo político-ideológico e de apoio para políticas de Estado de ambos os países fizeram com que os projetos de intervenção social – o do Brasil de controle dos estrangeiros, e o italiano de influência político-ideológica sobre seus súditos emigrados – fossem alterados ou relativizados. Em um período de polarização no cenário internacional, o apoio externo para a implementação dos projetos políticos e econômicos era imprescindível tanto para Vargas quanto para Mussolini, e políticas nacionalistas de controle ou influência sobre populações e/imigradas poderiam acarretar desgastes nas relações diplomáticas que poderiam atrapalhar tais projetos, centrais para a estabilidade de ambos os governos.

Tendo em vista esta conjuntura, o primeiro capítulo será dedicado ao entendimento dos projetos de intervenção social tanto do Brasil quanto da Itália, e também das relações diplomáticas entre eles. Procurar-se-á aqui entender as intenções de ambos os governos na elaboração dos projetos de interferência sobre a população, as expectativas e interesses que

ligavam os dois países, e como essas expectativas influíram nas políticas de interferência sobre a comunidade italiana instalada no Brasil.

1.1 – Regulando a cidadania: as políticas de controle social no Brasil

A implementação da ditadura do Estado Novo, em 1937 - momento em que se intensifica a institucionalização do controle dos estrangeiros em território brasileiro ⁴ - estava envolta em um contexto de reformulação da política e da sociedade brasileiras, iniciado com o golpe de 1930, mas debatido ainda durante a vigência da chamada Primeira República ⁵. O período foi marcado por intensas discussões no sentido de colocar o Brasil no caminho da modernização ⁶, e as disputas de poder derivadas dessas discussões levaram a uma “crise de hegemonia” da política nacional ⁷.

Essa espécie de “vácuo” momentâneo de poder no início dos anos 30 criou o cenário ideal para a centralização política do país em torno do aparato estatal. A crise, tanto política

⁴ Endrica Geraldo observa que logo após a tomada do poder por Getúlio Vargas e seus colaboradores, através do golpe de 1930, o novo governo já se interessou em regulamentar a questão da imigração, ou em alterar as regulamentações existentes. Mas, como a autora demonstra, essa regulamentação recai mais sobre a entrada de imigrantes do que sobre aspectos políticos, culturais e sociais da vida coletiva e individual desses elementos no Brasil, como acontece com as leis e decretos regulatórios promulgados a partir de 1937. Com certeza também existiram, como a autora observa, outros mecanismos de controle anteriores a 1937, como a chamada “lei dos 2/3”, que tinha como objetivos nacionalizar e controlar a influência “alienígena” sobre a força de trabalho no Brasil, mas creio ser possível afirmar que é a partir do golpe de 1937 que o governo encontra meios para intensificar o controle da organização de caráter étnico do estrangeiro. GERALDO, Endrica: *O perigo alienígena: política migratória e pensamento racial no governo Vargas (1930-1945)*. 2007. Tese (Doutorado em História) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2007.

⁵ Sobre a questão do contexto de 1930 como uma tentativa de reformulação política do Brasil ver: GOMES, Ângela Maria de Castro; OLIVEIRA, Lucia Lippi e VELLOSO, Mônica Pimenta. *Estado Novo, ideologia e poder*. Rio de Janeiro, Zahar Editores, 1982. Sobre o debate precedente, suas características e participantes ver: LAHUERTA, Milton: *Os intelectuais e os anos 20: moderno, modernista, modernização*. In: COSTA, Wilma Perez da, e LORENZO, Helena Carvalho de: *A década de 1920 e as origens do Brasil moderno*. São Paulo: Editora da Unesp, 1997, que analisa os debates sobre reformas políticas entre os intelectuais da década de 20 e; DAGNINO, Evelina: *State And Ideology: nationalism in Brazil; 1930 – 1945*. Tese (Doutorado em Ciência Política) Stanford University: Stanford, CA, EUA, 1985, que discute, dentre outras coisas, a importância do desenvolvimento do movimento tenentista na década de 20 para a formação política do governo pós-30.

⁶ Ver: LAHUERTA, Milton. *Os Intelectuais nos anos 20: moderno, modernista, modernização*. In: COSTA, Wilma Perez da e LORENZO, Helena Carvalho de. *A década de 1920 e as origens do Brasil moderno*. São Paulo: Editora da Unesp, 1997.

⁷ DAGNINO, Evelina: *State And Ideology: nationalism in Brazil; 1930 – 1945*. 1985. Tese (Doutorado em Ciência Política) - Stanford University, Stanford, CA, EUA, 1985.

quanto econômica, vivida pelas oligarquias cafeeiras de São Paulo e Minas Gerais ainda na década de 1920 permitiu uma pluralização da cena política nacional - com a elevação da importância econômica e política de setores industriais e agrários dissidentes da política do café-com-leite ⁸, ou com a atuação de movimentos como o tenentismo - e a disputa, sem vitoriosos, entre esses grupos gerou uma crise de hegemonia que, na visão das elites, representava um perigo à ordem e ao desenvolvimento da nação, muito pelos “problemas” trazidos pelos movimentos de esquerda e pelas agitações operárias. Mas, assim que aparece uma força política como Getúlio Vargas, capaz de apresentar um projeto de Estado pretensamente imparcial e representativo de todas as classes, a burguesia, em todas as suas frações, adere a esse projeto, mais ou menos como fez a burguesia francesa que cedeu a direção do Estado para Napoleão III ⁹.

Tal projeto era baseado em compromissos com a modernização do país e o controle das classes sociais, tanto das frações da burguesia em disputa quanto da classe trabalhadora. Isso garantiu a Vargas e seu grupo o apoio de diferentes setores da sociedade para o aparelhamento do Estado brasileiro, uma vez que o governo assumia o dever de levar a cabo um projeto modernizante que beneficiaria, reorganizando e sustentando, a burguesia nacional, e também os trabalhadores, melhorando suas condições de trabalho e garantindo proteção política.

No entanto, para que este projeto fosse executado de acordo com os planos do governo, Vargas requeria para si autonomia e poder para aplicar medidas de caráter restritivo e coercitivo sobre qualquer classe, fração de classe ou outro elemento que ameaçasse o projeto modernizador e, principalmente, o controle deste por parte do governo. Mas é importante salientar que este modelo de Estado só foi plenamente implementado com o advento da ditadura do Estado Novo, quando Vargas finalmente consegue afastar seus opositores e garantir o domínio irrestrito da máquina pública. E é justamente neste

⁸ Ver: VIANNA, Luiz Werneck: *Liberalismo e sindicalismo no Brasil*, 2ª ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1978; FAORO, Raunundo: *Os donos do poder: formação do patronato político brasileiro*, 3ª ed. São Paulo: Globo, 2001.

⁹ Marx, na bela obra *O 18 do Brumário de Luiz Bonaparte*, observa que havia uma classe ou fração de classe (no caso o Partido) na França que, no decorrer dos acontecimentos revolucionários de 1789, abriu mão da hegemonia política, colocando no poder um estadista capaz de refrear o ímpeto revolucionário do povo e de organizar as disputas de poder posteriores à derrubada da monarquia, perigosa para a revolução burguesa: “finalmente, em sua luta contra a revolução, a república parlamentar viu-se forçada a consolidar, juntamente com as medidas repressivas, os recursos e a centralização do poder governamental”. In: MARX, Karl: *O 18 Brumário de Luiz Bonaparte*. São Paulo: Paz e Terra, 2002, p. 126.

período que o nacionalismo vai se desenvolver enquanto política de Estado, mais especificamente no ano de 1938, que “é especialmente fértil em medidas legais e projetos identificados com a construção do nacionalismo brasileiro”¹⁰.

É importante ressaltar a ligação existente entre a implementação da ditadura do Estado Novo – que pode ser considerada a consolidação de um modelo de governo para a execução de um projeto de Estado – e a utilização do nacionalismo como discurso e prática oficial, pois:

“... a análise do nacionalismo como ideologia de Estado requer o entendimento tanto das características assumidas pelo Estado brasileiro quanto da obra específica encarada naquele período histórico. A formulação de uma ideologia é um elemento constitutivo do processo de redefinição do Estado, expressando visões da mudança social e do seu papel nessa mudança. Neste sentido, essa ideologia remete não apenas para a constituição de uma Nação através da integração nacional, mas também para a constituição de um Estado Nacional, capaz de liderar o processo (grifo meu).”¹¹

Para demarcar as suas novas funções e se constituir enquanto Estado Nacional, enquanto o líder do processo de modernização do país, o governo Vargas implementa suas políticas nacionalistas, visando a sujeição dos diferentes setores e classes ao seu comando. Assim, o nacionalismo elaborado por Vargas adquire uma característica pragmática, com a função de manter a ordem interna, ou seja, é utilizado como uma espécie de diapasão ideológico, que afinaria o discurso e os anseios das classes em torno do projeto de Estado que minou, ou pretendeu minar, a possibilidade de existência da luta de classes na sociedade brasileira e que afastou, ou pretendeu afastar, qualquer forma de oposição ao regime.

Assim, a partir de 1937 todos os cidadãos, brasileiros ou estrangeiros, estavam sob os auspícios de um regime autoritário e que tinha como um dos seus fins a sua autodefesa:

“O sentido e o espírito da Carta de 1937 apreende-se pelo que expressamente vem declarado no preâmbulo: assegurar, sobretudo, à Nação as condições necessárias à sua segurança, ao seu bem estar e à sua prosperidade (grifo do autor).”

¹⁰ In: SCHARTZMAN, Simon; BOMENY, Helena Maria Bousquet e COSTA, Vanda Maria Ribeiro: *Tempos de Capanema*. São Paulo: Paz e Terra: Fundação Getúlio Vargas, 2000, p. 165.

¹¹ In: DAGNINO, Evelina: *State And Ideology: nationalism in Brazil; 1930 – 1945*. 1985. Tese (Doutorado em Ciência Política) - Stanford University, Stanford, CA, EUA, 1985, p. 02 e 03.

“Assegurar o bem estar é mais do que garantir a paz política e social, a tranquilidade e a segurança publicas: é manter por todos os meios a estabilidade do regime e das instituições. Na consecução desse objetivo máximo, o Estado não aceita limites á sua ação, que é livre e desembaraçada na execução de medidas providenciais que julgar indispensáveis (grifos meus).”¹²

Segundo Ruy de Oliveira Santos, jurista que elaborou uma espécie de compilação comentada das leis brasileiras do período referentes ao controle dos estrangeiros, o bem mais segurado pela constituição de 1937 é a nação, que, para garantir “seu bem estar e prosperidade”, dispõe de uma carta constitucional que assegura “as condições necessárias à sua segurança”. E como ele bem observa, é preciso perceber a intenção da fusão, que é feita através do discurso e das práticas nacionalistas, das idéias de Nação e regime, pois “assegurar as condições” de bem estar do Estado é “manter *por todos os meios a estabilidade do regime e das instituições*”.

Se pensarmos a relação Estado/estrangeiros sob o prisma da função de desenvolvimento controlado adquirida pelo Estado a partir de 1937, e, principalmente, do esforço que o governo Vargas fez para manter-se no controle dessa função, podemos supor que a institucionalização do controle, da vigilância e da repressão ao elemento estrangeiro no Brasil tinha como objetivos potencializar o benefício que este poderia trazer ao país e, ao mesmo tempo, combater qualquer possível perigo que este poderia representar para o regime.

A fim de estabelecer a função dos estrangeiros na sociedade, e também de definir os critérios de periculosidade desses elementos, o governo Vargas, desde o golpe de 1930, elaborou leis que visavam o controle do fluxo migratório e das populações estrangeiras instaladas em território nacional, ampliando consideravelmente este processo a partir de 1938. E como a função do presente item é entender os propósitos e as intenções do governo de Getúlio Vargas no controle dessas populações, o caminho por mim escolhido para atingir tal objetivo é analisar o complexo arcabouço jurídico que regulamentava a questão.

As principais diretrizes sobre a questão imigratória foram instituídas através de decretos-leis. Dentre os principais estão: o de nº 406, de 04 de maio de 1938, que “disp[unha] sobre a entrada de estrangeiros em território nacional”, e que, dentre outras

¹² In: SANTOS, Ruy de Oliveira: *A condição jurídica do estrangeiro no Brasil*. Rio de Janeiro: A. Coelho Branco F. Editor, 1938, p. 9.

determinações, criava o Conselho de Imigração e Colonização (CIC); o de nº 383, de 18 de abril de 1938, que “veda[va] a estrangeiros a atividade política no Brasil”; o decreto federal nº 3010, de 20 de agosto de 1938, que “regulamentava o decreto-lei n. 406”, ampliando e detalhando as regras de entrada e estabelecimento dos estrangeiros; e o decreto-lei de nº 868, de 18 de novembro de 1938, que “cria[va] o Ministério da Educação e Saúde e a Comissão Nacional de Ensino Primário”, que deveria, dentre outras funções, “nacionalizar integralmente o ensino primário de todos os núcleos de população de origem estrangeira”¹³.

Ao promulgar decretos que interferiam na entrada dessas pessoas no país, em seu estabelecimento no território nacional, que regulamentavam suas instituições, sejam elas de ensino, culturais, recreativas, jornalísticas, políticas, etc., o governo de Getúlio Vargas demonstra a preocupação em definir o espaço do estrangeiro na “nova sociedade” e na “nova nação” em formação. Essa preocupação expressava-se, por exemplo, na fundação do Conselho de Imigração e Colonização, determinada pelo decreto-lei nº 406. O CIC foi inicialmente criado com o intuito de centralizar e executar as demandas sobre a entrada de estrangeiros em território nacional, tais como: a definição das cotas de imigração de cada país (art. 76, alínea “a”); o julgamento dos recursos jurídicos contra os atos praticados pelos encarregados de cumprir a lei (art. 76, alínea “b”); a deliberação sobre os pedidos dos estados e de empresas, associações e companhias que pretendiam trazer estrangeiros para o Brasil (art. 76, alíneas “c” e “d”). Contudo, sete meses após a sua criação, o governo, “considerando que [eram] complexas e exigi[am] a cooperação de vários órgãos da administração pública as medidas capazes de promover a assimilação dos colonos de origem estrangeira e a completa nacionalização dos filhos de estrangeiros”¹⁴, amplia o raio de ação no Conselho, através do decreto-lei nº 948, de 13 de dezembro de 1938, que “centraliza[va] no conselho de Imigração e Colonização as medidas constantes de diversos decretos em vigor, tendentes a promover a assimilação dos alienígenas”¹⁵, como o de número 383.

O ganho de importância do Conselho de Imigração e Colonização demonstra a atenção dada pelo governo Vargas à questão da análise das vantagens e desvantagens do

¹³ Todos os decretos-leis do período podem ser encontrados em: <http://www.senado.gov.br/legislacao/>. Acesso em 24 jan. 2012.

¹⁴ In: BRASIL. decreto-lei nº 948, de 13 de dezembro de 1938. Notação: BR,AN,RIO 35.0.DLE.948. Arquivo Nacional. Rio de Janeiro, RJ.

¹⁵ Idem.

recebimento de levas de imigrantes no país. Devido à “complexidade” da questão imigratória no momento, o governo cria um órgão que tinha como objetivo analisar e regulamentar a ação dos estrangeiros em território nacional. A partir de sua criação, o CIC produziu estudos sobre diversos aspectos, negativos e positivos, da imigração, como os locais onde os imigrantes eram necessários, as influências culturais e raciais que os imigrantes poderiam trazer, dentre outras análises que tinham como objetivo potencializar as “vantagens” e diminuir as “desvantagens” do processo migratório ¹⁶. Os trabalhos delegados ao Conselho demonstram que a questão da imigração no Brasil foi motivo de cuidados, e que ainda levava-se em conta a possibilidade de trazer o imigrante, mas de acordo com as necessidades do governo e da nação, e procurando sempre, na visão do governo, assimilá-lo à cultura nacional, para que se obtenha para o Brasil aquilo que de melhor o imigrante poderia dar, sem que este afetasse ou interferisse na construção da nova nação brasileira.

É preciso que fique claro que o objetivo do projeto de controle dos estrangeiros – que está inserido em um projeto maior de construção da identidade nacional e de modernização da nação - não era o simples combate à entrada ou permanência de imigrantes, ou o cerceamento de toda e qualquer mobilização ou organização de caráter étnico. As leis demonstram que existiam diretrizes bastante claras sobre as restrições aos estrangeiros, mas é preciso observar que estas mesmas leis, ao mesmo tempo em que regulamentavam e cerceavam, reafirmavam a necessidade do imigrante para a formação da sociedade brasileira, e também dispunham sobre alguns direitos garantidos às populações imigradas.

Um dos mais famosos e comentados decretos regulamentadores das atividades dos estrangeiros no período, o de nº 383, de 18 de abril de 1938, tinha como principal função regulamentar as atividades políticas e associativas dos estrangeiros. Segundo o decreto, era vetado aos estrangeiros: organizar sociedades com fins de propaganda política ou partidária (Art. 2º parágrafo 1); convencer ou tentar convencer, mediante coerção ou oferecimento de

¹⁶ Segundo Endrica Geraldo, “na apresentação do primeiro número da Revista de Imigração e Colonização, publicação oficial do Conselho, João Carlos Muniz [presidente do CIC] reforçava a imagem de que se tornara necessário planificar, selecionar e dirigir as ‘correntes humanas’, e de que ‘a acessibilidade a certas formas de assimilação étnica e contato social’ era uma questão essencial para o progresso nacional”. In: GERALDO, Endrica: *O perigo alienígena: política migratória e pensamento racial no governo Vargas (1930-1945)*. 2007. Tese (Doutorado em História) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2007, p. 118.

vantagens, outras pessoas a aderirem a credos políticos estrangeiros (Art. 2º parágrafo 2); exibir ou organizar qualquer tipo de símbolo ou manifestação que contenha elementos que fazem alusão a credos políticos estrangeiros, como exibição de bandeiras, uniformes, distintivos, organização de passeatas, reuniões e desfiles (Art. 2º parágrafos 3 e 4); expressar, mediante qualquer tipo de imprensa ou veículo de comunicação idéias e credos de origem política, ou fazer conferências, discursos e alusões a esse respeito (Art. 2º parágrafo 5) ¹⁷.

Mas, além das proibições, o decreto também regulamentava as atividades que os estrangeiros poderiam desenvolver. Segundo seu artigo 3º:

“E[ra] lícito aos estrangeiros associarem-se para fins culturais, beneficentes ou de assistência, filiarem-se a clubes e quaisquer outros estabelecimentos com o mesmo objeto, bem assim reunirem-se para comemorar suas datas nacionais ou acontecimentos de significação patriótica” ¹⁸.

Este artigo da lei 383 demonstra que o intuito do governo ao elaborar o projeto de controle não seria o simples combate aos imigrantes e seus descendentes e às suas manifestações de identidade nacional, mesmo porque, como já disse, a necessidade desse elemento para o desenvolvimento do Brasil ainda era afirmada ¹⁹. Creio que uma das intenções do governo era, além de evitar as influências culturais e raciais que poderiam atrapalhar o desenvolvimento da cultura e da “raça” brasileiras ²⁰, demarcar o limite de

¹⁷ BRASIL. Decreto-lei nº 383, de 18 de abril de 1938. Notação: BR,AN,RIO 35.0.DLE.383. Arquivo Nacional. Rio de Janeiro, RJ.

¹⁸ Idem.

¹⁹ A necessidade do imigrante transparece, por exemplo, na preocupação em regulamentar o processo de entrada dessas pessoas. O decreto 406, que tratava da questão, foi alterado pelo decreto-lei 639, de 20 de agosto de 1938, que reforçava e detalhava algumas medidas de regulamentação da entrada de estrangeiros, por exemplo, definindo melhor a condição de estrangeiros em caráter temporário. No decreto 406 eram considerados temporários turistas, visitantes, representantes comerciais, artistas, desportistas e conferencistas. Já o decreto 639 amplia a categoria de estrangeiro temporário, acrescentando cientistas, professores e homens de letra. Observemos que a modificação foi no sentido de ampliar a condição de temporário, com certeza no intuito de atender à demanda que o próprio governo brasileiro criou, pois havia um grande fluxo de cientistas, professores e pensadores de vários países, inclusive italianos, como demonstrarei adiante, entrando no Brasil com o consenso do governo Vargas. Todos os decretos-leis do período podem ser encontrados em: <http://www.senado.gov.br/legislacao/>. Acesso em 24 jan. 2012.

²⁰ Segundo Maria Luiza Tucci Carneiro, no período sedimenta-se a idéia da construção de uma “raça homogênea”, de um “povo integral”. Por isso a assimilação passa a ser considerada uma questão de segurança nacional. In: CARNEIRO, Maria Luiza Tucci. *Fascistas à brasileira: encontros e confrontos*. In: CARNEIRO, Maria Luiza Tucci e CROCCI, Federico (orgs.). *Tempos de Fascismo*. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, Imprensa Oficial, 2010, pp. 439 e 440.

atuação dos “alienígenas” na sociedade, evitando assim que estes interferissem na política do país. Se compararmos as restrições à participação dos estrangeiros na política institucional contidas na constituição de 1891 e nas da década de 1930 (1934 e 1937), fica clara a intenção do governo Vargas de restringir os direitos políticos desses elementos. Segundo o citado jurista Ruy Santos, “uma única limitação à capacidade política do naturalizado continha a Constituição de 1891: era para o exercício da Presidência da República”²¹. Já “a Carta de 16 de julho [de 1934] criou novas e maiores proibições e o Estatuto vigente complementou esse trabalho, ampliando discriminadamente essas limitações”²². A constituição de 1937 determinava que somente brasileiros natos poderiam assumir os seguintes cargos: representantes dos Estados (no Conselho Federal), presidente de República, ministro de Estado, ministro do Supremo Tribunal Federal, chefe do Ministério Público Federal e Ministro do Tribunal de Contas, além de restringir também a participação dos elementos estrangeiros, naturalizados ou não, em outras esferas importantes da política e da vida pública brasileira, pois também era vetada ao alienígena, mesmo naturalizado, a propriedade ou a direção de jornais e empresas jornalísticas, “bem como a sua orientação intelectual, política e administrativa”, a gerência de concessionárias de serviços públicos federais, estaduais e municipais, dentre outras funções técnicas e administrativas²³.

Esse esforço de afastamento dos estrangeiros da administração e da política nacional indica que o perigo, “real ou imaginário”, representado pelo estrangeiro estava contido, dentre outros elementos, na sua atuação política. De acordo com a lei o perigo maior não era a manutenção de sentimentos referentes à terra natal, já que o estrangeiro poderia continuar se organizando e mantendo algumas atividades que representavam alguma ligação com seu país de origem, como a comemoração de datas nacionais. Poderia também manter as organizações culturais, beneficentes e de assistência - sabidamente a base da organização étnica dos italianos, principalmente nos centros urbanos do Brasil, ou pelo menos dos estados de São Paulo, do Rio de Janeiro e da região sul - como demonstra o artigo 3º do decreto nº 383, mas, segundo o mesmo decreto, não “pode[ria] exercer

²¹ In: SANTOS, Ruy de Oliveira: *A condição jurídica do estrangeiro no Brasil*. Rio de Janeiro: A. Coelho Branco F. Editor, 1938, p. 9.

²² In: idem.

²³ In: Idem, p. 8 a 11.

qualquer atividade de natureza política nem imiscuir-se, direta ou indiretamente, nos negócios públicos do país”.

E mesmo a regulamentação de outros aspectos da vida dos estrangeiros no Brasil estava, de uma maneira ou de outra, ligada ao controle do “potencial subversivo” e “desagregador” do discurso e da ação política trazidos por essas pessoas. Podemos pensar, por exemplo, a proibição da imprensa em língua estrangeira ou a nacionalização do ensino e das escolas de origem étnica no Brasil como atitudes que tinham o intuito de estrangular canais eficientes de doutrinação ideológica e agitação política. Ou seja, no tocante às leis referentes ao estrangeiro no país, existe um forte apelo à defesa do Estado (Novo) nacional, uma vez que, se o imigrante ainda era necessário ou útil para a formação da sociedade brasileira, ele também poderia, na visão do governo, trazer elementos que tinham potencial para prejudicar a nova organização social. Essa visão sobre o “alienígena” demonstra que uma das bases da construção do nacionalismo pragmático brasileiro no período era a oposição ao elemento estrangeiro com potencial de ação política, que poderia gerar o questionamento e o combate à nova ordem estabelecida. Tal característica está impressa nas medidas legais, como nos já citados decreto de nº 383 e de nº 406. O artigo primeiro deste prevê as condições de impedimento da entrada de imigrantes no país, e o inciso VIII proíbe a entrada daqueles indivíduos “de conduta manifestamente nociva à ordem pública, à segurança nacional ou à estrutura das instituições”²⁴.

Além das leis, as comunicações entre os membros do alto escalão do governo Vargas também expressam a preocupação com a atuação política do estrangeiro no país. Oswaldo Aranha, por exemplo, ferrenho defensor do alinhamento político e econômico com os Estados Unidos, procurava sempre atuar junto a Getúlio Vargas no sentido de alertar contra a atuação dos governos autoritários no país. Ainda em 1936, quando Aranha ocupava o cargo de embaixador brasileiro nos Estados Unidos, ele enviou uma carta a Getúlio Vargas expressando sua preocupação com a política colonial do Alemanha e os

²⁴ Os outros incisos traziam proibições de ordem médica ou sanitária, criminal ou social/racial, proibindo a entrada de portadores de moléstias, aleijados e cegos, condenados ou pessoas que exerciam profissões ilícitas, vagabundos, ciganos e congêneres. As questões sanitárias e criminais são compreensíveis em qualquer período e situação política (menos, é claro, aquelas que vetam a entrada de portadores de deficiências físicas), e a única restrição étnica refere-se aos ciganos, não citando qualquer outra etnia, muito menos povos europeus brancos. In: BRASIL. Decreto-lei nº 406, de 04 de maio de 1938. Notação: BR,AN,RIO 35.0.DLE.406. Arquivo Nacional. Rio de Janeiro, RJ.

planos de atuação dos governos de Roma e Berlim no Brasil, e aconselha o chefe de Estado brasileiro a tomar providências:

*“Precisamos, pois, criar juízo e tratar de nacionalizar (grifo do autor) estes alemães por forma intensiva e liquidar o caso antes que a Alemanha cresça e a ‘nova doutrina italiana’ – tão apoiada pela diplomacia do Itamaraty – tome foros universais”*²⁵

E, importante ressaltar, o combate à atuação política do estrangeiro no Brasil ganha contornos mais drásticos devido à Segunda Guerra Mundial. A deflagração do conflito na Europa acarreta a definitiva polarização entre as democracias e os governos autoritários, e a partir do momento em que o Brasil aprofunda seu alinhamento com os Estados Unidos e, conseqüentemente, se afasta dos regimes do Eixo, há uma significativa mudança na abordagem do governo Vargas sobre os estrangeiros, principalmente daqueles pertencentes às nações posteriormente inimigas. A partir de finais de 1939 as restrições vão se intensificando²⁶, e a partir de 1942, quando as relações diplomáticas entre o Brasil e o Eixo são rompidas, o Estado brasileiro passa a promulgar novos decretos visando aumentar ainda mais o controle sobre os estrangeiros, regulamentando questões de cunho econômico/comercial e do trabalho. Além disso, o governo passou a responsabilizar os imigrantes provenientes daqueles países por indenizações devidas ao Estado e à população derivadas de possíveis ataques, agressões e danos provocados por países beligerantes ao território e ao patrimônio nacional, através do decreto lei nº 4.166, de 11 de março de 1942²⁷.

No âmbito da organização do trabalho, o decreto-lei 4.637 de 24 de agosto de 1942, que “estabelece normas especiais a serem observadas pelas entidades sindicais enquanto durar o estado de guerra”, previa, em seu artigo 8º, que:

²⁵ In: Carta d Oswaldo Aranha a Getúlio Vargas de 12 de maio de 1936. Fundo Getúlio Vargas, notação GV c 1936.05.12/2. CPDOC/FGV, Rio de Janeiro, RJ.

²⁶ Através medidas como o aumento da intensidade da vigilância e da repressão aos estrangeiros ou a criação de novas leis que aumentavam as restrições, como do uso da língua e da imprensa em língua estrangeira. Ver: CAMPOS, Cynthia Machado. *A política da língua na Era Vargas: a proibição de falar alemão e resistências no sul do Brasil*. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2006.

²⁷ CRUZ, Elmano: *Direitos e deveres dos súditos do Eixo*. Rio de Janeiro: Editora Nacional de Direito Ltda., 1944.

*“os súditos dos países com quem o Brasil esteja em estado de guerra, e enquanto durar essa situação, sofrerão as seguintes restrições nos seus direitos sindicais: a) terão suspensos seus direitos eleitorais; b) não poderão comparecer às assembléias ou reuniões sindicais; c) não poderão freqüentar a sede social das entidades sindicais”*²⁸.

E se a possibilidade de atuação nos sindicatos e, conseqüentemente, de luta por direitos ficava vetada ao elemento estrangeiro, reforçando o paradigma já encontrado nas leis anteriores de afastamento desses elementos das questões políticas, a situação do trabalhador imigrante fica ainda mais delicada após a publicação do decreto-lei nº 4.638, em 31 de agosto de do mesmo ano. O decreto “faculta [aos empregadores] a rescisão de contrato de trabalho com súditos das nações com as quais o Brasil rompeu relações diplomáticas ou se encontra em estado de beligerância”²⁹, e assim o empregador ganhava uma brecha jurídica para, sem justificativa, demitir um trabalhador estrangeiro. Além disso, determinava o decreto, em seu Artigo 4º, que “a prática de qualquer ato contrário ao bom andamento do serviço, da produção ou à segurança nacional é reputada falta grave para os efeitos de legislação vigente”³⁰, fornecendo, através do argumento genérico da “segurança nacional”, outro precedente jurídico para a demissão de trabalhadores estrangeiros.

No âmbito das relações econômicas e de gerência de capital, o governo “previne-se” da intromissão de elementos estrangeiros, por exemplo, cassando a autorização, através do decreto-lei nº 4.612 de 24 de agosto de 1942, dos seguintes bancos: Banco Alemão Transatlântico, Banco Germânico da América do Sul e Banco Francês e Italiano para a America do Sul. Sete dias depois é promulgado o decreto-lei 4.636, que visava liquidar as companhias de seguro alemãs e italianas, “como estabelecimentos autônomos, sucursais, filiais, agências ou representantes”. Também são impostas limitações aos fundos em moeda estrangeira dos súditos do eixo, através do decreto-lei nº 6.413 de 11 de abril de 1944³¹. Essas intervenções nas entidades de caráter econômico e financeiro evidenciam a não-preocupação do governo em diferenciar o estrangeiro pelo critério de classe, pois elas afetaram, como será demonstrado no terceiro capítulo, também os imigrantes da classe dominante.

²⁸ In: idem, p. 49.

²⁹ In: idem.

³⁰ In: idem, pp. 50.

³¹ In: idem.

É possível observar, através da análise desse amplo aparato legal, alguns dos intuitos do governo Vargas na regulamentação da vida dos estrangeiros no Brasil. Primeiramente, é importante entender que as medidas de regulamentação são baseadas na premissa de controle social, que por sua vez é sustentada pelo discurso nacionalista. A intenção do governo brasileiro era moldar a sociedade no sentido de criar uma noção definida de brasilidade, baseada em uma pretensa cultura nacional, na obediência e na colaboração com o governo e na preocupação com aspectos raciais³². Neste sentido, o papel da legislação de controle da imigração e do imigrante era garantir que o elemento estrangeiro não interferisse no processo de formação da brasilidade, seja através da disseminação de caracteres raciais pretensamente prejudiciais, como no caso dos japoneses e judeus³³, de influências culturais alheias à realidade nacional ou através da atuação política e da disseminação de idéias contrárias ao regime³⁴.

Portanto, podemos pensar a criação das leis de restrição aos estrangeiros no Brasil como uma espécie de regulamentação da cidadania estrangeira no país. O termo “cidadania regulada”, cunhado por Wanderley Guilherme dos Santos³⁵, ajuda a pensar a função de disciplinarização da população que o aparato legal adquire durante o regime do Estado Novo, consonante com a função adquirida pelo governo de controle das classes sociais. Segundo Santos, a cidadania durante o governo Vargas não era regulada simplesmente através da repressão e do cerceamento de direitos, mas também através da garantia de benefícios – como demonstra a nova postura adquirida frente à classe trabalhadora, objeto do estudo do autor. Além do controle exercido através dos sindicatos oficiais, do corporativismo e da repressão à organização autônoma da classe, o governo cedia direitos e

³² Sobre os debates governamentais que envolviam as questões raciais no controle dos estrangeiros, ver: GERALDO, Endrica. *O perigo alienígena: política migratória e pensamento racial no governo Vargas (1930-1945)*. 2007. Tese (Doutorado em História) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2007

³³ Ver: CARNEIRO, Maria Luiza Tucci. *O anti-semitismo na era Vargas: fantasmas de uma geração (1930 - 1945)*. São Paulo, SP: Perspectiva, 2001; e TAKEUCHI, Marcia Yumi. *O perigo amarelo: imagens do mito, realidade do preconceito*. São Paulo, SP: Humanitas: Fapesp, 2008.

³⁴ Dei maior ênfase na presente análise à questão da defesa do monopólio da política por entender que este era o critério de restrição à organização estrangeira que mais pesou sobre os italianos instalados no estado de São Paulo. Com certeza outros fatores pesaram na condução das políticas sobre populações de outras origens e localizadas em outras regiões do país. Neste sentido, um estudo comparado das ações sobre os estrangeiros no Brasil pode ser útil para o entendimento dos propósitos do governo Vargas ao elaborar e aplicar políticas de controle sobre os estrangeiros no período.

³⁵ SANTOS, Wanderley Guilherme dos: *Cidadania e justiça: a política social na ordem brasileira*. Rio de Janeiro: Campus, 1994, 3ª Ed.

benefícios, garantidos, por exemplo, pela CLT, mas que exigiam em contrapartida a sujeição às regras de comportamento impostas. O trabalhador que deveria ser considerado cidadão e, portanto, merecer os benefícios e o amparo previstos pelo aparato legal do Estado era aquele que se enquadrava nas exigências legais que regulamentavam a vida e o trabalho como, por exemplo, ser registrado em uma das profissões regulamentadas pela lei³⁶.

No caso do estrangeiro a sua obrigação para ser considerado “cidadão” seria, dentre outras, o afastamento de questões de ordem política. Esta demanda com certeza deriva do período de agitação política da virada da década de 1920 para 1930, quando as organizações de esquerda anarquistas, socialistas e, principalmente, comunistas - das quais os estrangeiros participaram e até ajudaram a fundar e consolidar – eram bastante ativas, e também pela atuação desses elementos nas organizações operárias nacionais³⁷. No entanto, quando a esquerda já estava praticamente esfacelada, após a fracassada intentona de 35, o governo Vargas estendeu essa política de coerção também às organizações e ideologias de direita, em muito devido ao desenrolar das disputas internas e da situação internacional³⁸.

Assim, aquele estrangeiro que evitasse disseminar idéias políticas e que evitasse atitudes que fossem consideradas perniciosas à ordem e à unidade nacional estaria dentro do conceito de cidadão estrangeiro ordeiro e colaboracionista, e assim evitaria o perigo da repressão, além de conseguir benefícios, como a possibilidade de manter a organização coletiva, garantida pelo decreto-lei nº 383. O decreto, além de legislar sobre o que não era permitido ao estrangeiro, também regulamenta o que é permitido – associar-se para fins recreativos e beneficentes, por exemplo - como se este fosse uma espécie de “benefício”

³⁶ In: Idem, pp. 68.

³⁷ Segundo Bertonha, “*por vários motivos, os italianos e seus filhos formavam a esmagadora maioria dos operários que trabalhavam na indústria paulista em fins do século XIX e primeiras décadas do XX, tendo também uma participação fundamental no nascente movimento operário paulista, como vários autores já demonstram.*” In: BERTONHA, João Fabio. Trabalhadores imigrantes entre fascismo, antifascismo, nacionalismo e lutas de classe. In: CARNEIRO, Maria Luiza Tucci; CROCCI, Federico; e FRANZINA, Emilio (orgs.). *História do trabalho e histórias da imigração: trabalhadores italianos e sindicatos no Brasil (séculos XIX e XX).* São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, Imprensa Oficial, 2010., p. 65.

³⁸ Vargas já encontrava dificuldades com a direita brasileira, a AIB, tanto que sofreu uma tentativa de golpe e teve que afastá-la do poder. Quando o governo brasileiro descobriu a participação de organizações internacionais de direita, como o PFN e o NSDAP, tratou de controlar também a organização estrangeira de direita no Brasil.

cedido ao estrangeiro pelo afastamento das questões políticas e das ações desagregadoras da nação brasileira, ou seja, um prêmio pela nacionalização desse elemento.

Esclarecidas algumas das diretrizes que nortearam a elaboração do plano de acomodação e controle dos elementos estrangeiros em território nacional, e entendendo que esse plano foi elaborado pelo governo com intuítos claros de controle social e manutenção do domínio sobre a máquina pública, é preciso analisar como ele foi aplicado e quais foram os impactos na comunidade italiana. Mas, para que este próximo passo seja cumprido, antes é preciso entender também as intenções da elaboração dos planos de ação do governo Mussolini, que também interferiram diretamente no cotidiano da organização coletiva da comunidade italiana instalada no estado de São Paulo.

1.2 – Incentivando a cidadania: o fascismo e as políticas de propaganda no exterior

A ascensão do fascismo enquanto regime político na Itália - sacramentada pelo lamentável episódio conhecido como a “Marcha sobre Roma”, onde milhares de apoiadores das idéias políticas autoritárias de Mussolini invadiram a capital do país, em 28 de outubro de 1922, e garantiram a tomada do poder pelo seu chefe – marcou um período de grandes transformações na península do mar Mediterrâneo. Uma das mudanças efetuadas pelo regime fascista na Itália que interessam ao presente debate refere-se à relação entre o novo governo e os italianos que saíram do país em busca de novas oportunidades ou “novos ares”. Segundo os fascistas, o governo republicano negligente do período anterior “consentiu livremente a expatriação e negou qualquer tutela” aos emigrantes, mas “a partir da segunda metade dos anos vinte, o regime mudará de direção para evitar que ‘nosso capital humano [se converta] em sangue de outras nações’”³⁹.

³⁹ “...consintió libremente la expatriación y nego cualquier tutela”... “A partir de la segunda mitad de los años veinte, el regimen cambiará de dirección con la Idea de evitar que ‘nuestro capital humano [se convierta] em la sangre de otras naciones“. In: TRENTO, Angelo. “Donde haya un italiano, allí estará La bandera tricolor”. La penetración del fascismo entre los emigrantes en el Brasil. In: SCARZANELLA, Eugenia. *Fascistas em América del Sur.* Buenos Aires: Fondo de Cultura Económica, 2007, p. 21 e 22.

A preocupação em aproximar a população do novo governo expressava-se através de políticas de contenção do movimento emigratório, e também através de políticas de incentivo à manutenção do sentimento de *italianità* entre aqueles que tomaram a decisão de deixar o país. O governo fascista começou, logo após a tomada do poder, a rever suas políticas emigratórias, procurando dar mais atenção aos emigrados, criando ou estimulando os vínculos destes com a pátria mãe. Acabava a fase da grande emigração e começava uma fase de valorização do italiano no exterior, agora visto como um meio de propaganda e exaltação do fascismo ⁴⁰.

A propaganda do regime tornou-se ponto central das políticas de Mussolini na década de 1930. Foram criados órgãos para este fim, como o *Ministero Stampa e Propaganda*, fundado em 1935 e transformado em 1937 em *Ministero della Cultura Popolare*, que existiu até 1944 com o objetivo de fomentar a propaganda fascista no exterior ⁴¹. Essa propaganda tinha como alvo lugares onde havia grande concentração de italianos e, devido à tradição de receptora da migração italiana, a América do Sul ganhou destaque. O governo de Roma começa - através, por exemplo, da visita do embaixador Giuriati ao subcontinente em 1924 - a atentar para a situação dos italianos, dos seus laços com a terra natal e do fluxo migratório ⁴². E a proximidade política e ideológica entre as revoluções sulamericanas e o regime italiano atraiu ainda mais a atenção de Mussolini, que via a aproximação com a região sul da América como oportunidade de afirmação da posição internacional da Itália, e também como alternativa para trocas comerciais e superação da crise de 1929, já que, segundo o governo italiano, as economias italiana e sulamericana eram complementares. Além disso, a proximidade política e ideológica (corporativismo, antiliberalismo) também era vista como um novo elemento de afinidade entre a Itália e o subcontinente, substituindo a emigração, já em franco declínio, como fator de aproximação ⁴³.

Devido à tradição e à importância do movimento de emigração para o Brasil e ao número ainda expressivo de italianos e descendentes que aqui residiam, o renovado

⁴⁰ MUGNAINI, Marco. *L'America Latina e Mussolini: Brasile e Argentina nella politica estera del'Italia (1919 - 1943)*. Milão: Franco Angeli Editore, 2008, p. 50, 51.

⁴¹ In: CERVO, Amado Luiz. *As relações históricas entre o Brasil e a Itália: o papel da diplomacia*. Brasília, DF: Editora da Universidade de Brasília; São Paulo: Instituto Italiano di Cultura, 1992: p. 135.

⁴² In: idem, p. 44 e 45.

⁴³ Idem, p.72 e 73.

interesse do governo italiano por seus súditos não tardou a refletir-se em terras tupiniquins. É iniciada já na década de 1920 a campanha de penetração do fascismo no Brasil, através das tentativas de organização da comunidade e da construção de canais de comunicação e propaganda viabilizados pela ação dos diplomatas italianos. É muito importante salientar que durante o período que vai do início das investidas do governo italiano sobre seus súditos no Brasil até o rompimento das relações diplomáticas, em 1942, o elo entre o governo e a comunidade italiana sempre foi o serviço diplomático ⁴⁴.

Mas, conforme ia dizendo, inicia-se no Brasil a montagem de uma estrutura destinada a organizar e aproximar a comunidade italiana em torno do fascismo. Já na década de 1920 começam a ser inauguradas instituições oficiais do regime, como os *Fasci all'Estero*, sessões do PNF (*Partito Nazionale Fascista*) que aqui tomaram um caráter de entidade cultural e assistencialista ⁴⁵. O *Fascio "Fillippo Corridoni"* de São Paulo foi inaugurado em 10 de março de 1923, e a partir daí até a década de 1930 há um considerável crescimento do número dessas instituições no Brasil, "posto que pass[aram] de 24 em 1924 a 54 em 1927 (das quais 32 estavam em São Paulo) e a 82 em 1934 (36, em São Paulo)" ⁴⁶. Além disso, as associações de caráter étnico criadas anteriormente e aquelas que eram fundadas no período também sofreram o assédio do governo de Roma. O caráter autônomo das associações italianas no Brasil criou algumas barreiras à penetração e ao controle fascista, como no caso do Palestra Itália, da *Beneficenza Italiana* de São Paulo, ou do *Circolo Italiano*, órgãos que os fascistas tentaram dominar nos anos 20, mas obtiveram resistência ⁴⁷.

No entanto, mesmo com as resistências de alguns membros, o fascismo conseguiu, a partir de meados da década de 1930, estabelecer uma considerável base de apoio na

⁴⁴ Amado Luiz Cervo denomina a vinda de agentes consulares italianos para o Brasil em 1929 com "a chegada dos 'cônsules fascistas'". In: idem, p. 100.

⁴⁵ Segundo Angelo Trento, "de fato, além dos trabalhos de propaganda, as atividades dos Fasci no Brasil eram muitos similares às formas de atuar das associações presentes no território" nacional, em sua maioria culturais e assistenciais. In: TRENTO, Angelo. "Donde haya un italiano, allí estará La bandera tricolor". La penetración del fascismo entre los emigrantes en el Brasil. In: SCARZANELLA, Eugenia. *Fascistas em América del Sur*. Buenos Aires: Fondo de Cultura Económica, 2007, p. 40.

⁴⁶ In: idem, pp. 41.

⁴⁷ TRENTO, Angelo. *Do outro lado do Atlântico. Um século de imigração italiana no Brasil*. São Paulo: Nobel: Istituto Italiano di Cultura di San Paolo, 1989, p. 328 a 330. Ainda segundo Trento, a partir de fins da década de 1920 e início da de 1930 essas e outras associações foram caindo nas mãos dos fascistas (p. 330 e 331) e um dos objetivos do presente trabalho é justamente analisar a verdadeira dimensão da penetração do fascismo entre as associações de caráter étnico dos italianos em São Paulo.

colônia, principalmente entre a classe média e a elite, infiltrando-se em associações, inclusive em algumas das acima citadas, e fazendo-se sentir no cotidiano da coletividade. E, além das associações culturais, recreativas e assistenciais, outros canais de expressão da coletividade italiana de São Paulo também foram cooptados ou assediados. Jornais da comunidade sofreram influência fascista, dentre eles o de maior expressão, o *Fanfulla*, “o mais longo e autorizado dos periódicos italianos no Brasil, que já em 1922 era há tempos o porta-voz de toda a coletividade e era lido também por brasileiros”⁴⁸. Segundo Angelo Trento, o jornal, a partir de meados da década de 1920, sofreu uma “metamorfose notável”, passando a defender acriticamente as políticas do governo fascista, publicando e cobrindo amplamente suas atividades no Brasil e fazendo elogios às autoridades diplomáticas⁴⁹. Também houve atuação dos agentes do fascismo sobre as escolas italianas no Brasil. Um dos casos mais expressivos foi o do famoso liceu da cidade de São Paulo, o Dante Alighieri, que promoveu em seu ambiente escolar a propaganda do fascismo através de comemorações de datas marcantes do regime, como os aniversários da Marcha sobre Roma, incentivando o conhecimento sobre o novo governo, exaltando a figura de Mussolini, dentre outras atividades e expressões que definiam o caráter fascista da entidade⁵⁰.

Ou seja, desde pelo menos meados para o final da década de 1920, Mussolini dedicou esforços para montar uma estrutura de propaganda no Brasil, que cresce consideravelmente na década posterior. O debate sobre a penetração do fascismo na comunidade italiana do Brasil é um dos mais intensos e interessantes sobre o tema, e no terceiro capítulo procurarei tecer meus comentários e tentarei trazer algumas colaborações sobre a questão. Mas importa no presente momento do trabalho salientar que havia um esforço coordenado do governo Mussolini para aproximar-se de seus súditos e estabelecer ligações destes com a Itália e, principalmente, com seu governo. E importa agora compreender melhor quais eram as intenções do governo italiano ao realizar tal esforço.

⁴⁸ TRENTO, Angelo. “Donde haya un italiano, allí estará La bandera tricolor”. La penetración del fascismo entre los emigrantes en el Brasil. In: SCARZANELLA, Eugenia. *Fascistas em América del Sur*. Buenos Aires: Fondo de Cultura Económica, 2007, p. 56, 57.

⁴⁹ Idem, p. 57.

⁵⁰ Segundo Viviane Terezinha dos Santos, o clima de exaltação do fascismo na escola era tão evidente que “muitos dos professores e alunos se cumprimentavam com o clássico gesto fascista”. In: SANTOS, Viviane Terezinha dos. *Inventários DEOPS: módulo V – Italianos. Os seguidores do Duce: os italianos fascistas no estado de São Paulo*. São Paulo: Arquivo do Estado, Imprensa Oficial, 2001, p. 83.

Se no início o governo de Benito Mussolini procurava criar vínculos com a população no intuito de garantir o apoio popular para a estabilização do novo regime, na década de 1930 a tentativa de aproximar os italianos do governo fascista adquiriu novos propósitos. Conforme afirmei no início do item, a intenção de Mussolini ao aproximar-se de seus súditos *all'estero* era criar canais de propaganda do regime no exterior. Esta propaganda tinha como objetivo criar uma base de apoio para as políticas externas fascistas, e o Brasil despertava particular interesse, uma vez que o governo de Roma alimentava grandes expectativas em relação ao desenvolvimento da política nacional na década de 1930. Na verdade essas expectativas vinham se alimentando desde as agitações políticas da década anterior ⁵¹, quando se formava uma oposição ao governo republicano liberal que tinha tendências, na visão do governo italiano, de aproximação com o fascismo, expressas, por exemplo, na formação do tenentismo ⁵². E a aproximação político-ideológica do governo Vargas com a direita e o fascismo, devido às posturas autoritárias e ao corporativismo, causou maiores impressões nos círculos do poder italiano, como relata o embaixador brasileiro em Roma Luiz Sparano, em carta ao então Ministro das Relações Exteriores Mário de Pimentel Brandão, datada de 16 de novembro de 1937:

“Durante esta conversa [entre o embaixador Sparano e o ministro das Relações Exteriores da Itália Galeazzo Ciano]... o Conde Ciano manifestou-me a sua evidente simpatia pela nova orientação política verificada no Brasil, afirmando, reiteradamente, estar o Governo italiano pronto a auxiliar e favorecer, no que seja útil, os objetivos do Governo brasileiro, acrescentando que daria nesse sentido instruções ao Embaixador no Rio e recomendando-lhe dar a conhecer aos italianos do Brasil a atitude do Governo Fascista.” ⁵³

Interessante notar o tom direto do relato do embaixador Sparano, que exprime a “evidente” simpatia do ministro e, pode-se dizer, do governo italiano pela instauração de

⁵¹ MUGNAINI, Marco. *L'America Latina e Mussolini: Brasile e Argentina nella politica estera del'Italia (1919 – 1943)*. Milão: Franco Angeli Editore, 2008, p. 70 a 72.

⁵² Segundo Amado Luiz Cervo, o governo italiano já acompanhava com certa expectativa e entusiasmo a organização do movimento tenentista no Brasil, “porquanto alimentava-se das massas, do nacionalismo, da história, da modernidade”. In: CERVO, Amado Luiz. *As relações históricas entre o Brasil e a Itália: o papel da diplomacia*. Brasília, DF: Editora da Universidade de Brasília; São Paulo: Instituto Italiano di Cultura, 1992, p. 142.

⁵³ In: Fundo missões diplomáticas brasileiras – embaixadas (Roma), ofícios recebidos (ago. de 1937 a abril de 1938). Estante 41, prateleira 04, maço 02. Arquivo Histórico do Itamaraty, Rio de Janeiro – RJ.

uma ditadura no Brasil. Essa simpatia era expressa em muitas das comunicações entre o serviço diplomático brasileiro e o governo italiano, inclusive pelo *Duce* em pessoa, como demonstra uma outra carta do embaixador Sparano, agora endereçada a Vargas e datada de 02 de novembro de 1938, que relata o primeiro encontro da autoridade diplomática brasileira com o líder do governo italiano. Na carta Sparano relata a manifestação de amizade e admiração de Mussolini por Vargas e pelo governo brasileiro, transmitida em uma conversa que foi de iniciativa do próprio chefe de Estado italiano, que “mandou chamar espontaneamente” o embaixador brasileiro para “repetir e confirmar as mesmas declarações de amizade à pessoa de Vossa Excelência [Getúlio Vargas] e ao Brasil”⁵⁴.

Essa proximidade ideológica fez com que Mussolini procurasse, conforme afirmei, buscar apoio para as políticas externas do país, tentando influir tanto nas decisões do governo Vargas quanto na organização da colônia italiana aqui instalada, a fim de que esta constituísse uma base social de apoio à pátria de origem no Brasil. Um dos exemplos mais notáveis dessa intenção do governo italiano ocorre durante a campanha militar de invasão da Etiópia, em 1935. Devido ao clima de hostilidade que a Itália enfrentava na SdN (Sociedade das Nações) por causa da campanha militar africana, o governo Mussolini procurou o apoio de países como o Brasil e a Argentina. Com as sanções econômicas já votadas e prestes a serem aplicadas, a Itália inicia uma campanha de propaganda que procurava atingir os governos americanos e os italianos fora da Itália, a fim de que estes manifestassem apoio à causa imperialista do governo fascista. Os consulados e embaixadas iniciam uma grande obra de propaganda entre as comunidades italianas dos Estados Unidos, Canadá, Argentina e Brasil, incentivando entre essas pessoas manifestações de conteúdo patriótico e antissancionista, mas, importante ressaltar, sempre sem excessos e utilizando-se de medidas não conflituosas com os governos locais⁵⁵.

No Brasil os resultados dessa campanha foram especialmente positivos, devido ao apoio da população de origem italiana ao conflito etíope, inclusive com remessas de dinheiro, o que deixou Mussolini muito satisfeito com a comunidade do país e, ao mesmo tempo, “muito irritado com os italianos na Argentina”, que não demonstraram apoio ao

⁵⁴ Fundo Getúlio Vargas, notação GV c 1938.09.02/1. CPDOC/FGV. Rio de Janeiro – RJ.

⁵⁵ MUGNAINI, Marco. *L'America Latina e Mussolini: Brasile e Argentina nella politica estera dell'Italia (1919 – 1943)*. Milão: Franco Angeli Editore, 2008, pp. 122 a 126.

governo de Roma como fez a colônia no Brasil ⁵⁶. E para reforçar as ações de propaganda, o governo italiano promovia mais iniciativas como, por exemplo, no campo cultural, através de atitudes como a do embaixador Cantalupo, que promoveu a fundação do Instituto Italo-brasileiro de Cultura, em 1935 ⁵⁷, a fim de que o clima de apoio à Itália e ao regime se fortalecesse ainda mais. Quanto ao governo Vargas, este também decidiu pelo apoio à causa italiana, furando bloqueio imposto pela SdN e não aplicando as sanções impostas ⁵⁸, e também reconhecendo a formação do império fascista.

O exemplo da atuação do governo italiano sobre seus súditos no exterior e também sobre os governos dos países ideologicamente próximos no caso da invasão da Etiópia demonstra quais eram as intenções da propaganda fascista. A insistência de Mussolini em atuar dentro dos mecanismos da SdN ⁵⁹, mesmo com as posições hostis do órgão frente às pretensões imperialistas da península, demonstra que o governo italiano não queria, ou não poderia, assumir uma postura agressiva em suas políticas externas e por isso dependia das vias diplomáticas. Por isso, o governo italiano procurava influir sobre sua comunidade no estrangeiro, pois a intenção de Mussolini não era criar exércitos ou brigadas de combate fascistas no exterior, mas colocar a Itália e seu governo em evidência no cenário internacional. O propósito da atuação diplomática do governo fascista era criar um clima de grandeza e importância da Itália que levassem os governos, principalmente europeus e americanos, a simpatizar e apoiar as políticas de Mussolini. Neste sentido, ao mesmo tempo em que o projeto de influência sobre os italianos no estrangeiro avançava, com a criação dos órgãos oficiais de propaganda, como o *Ministero Stampa e Propaganda*, os *Fasci all'Estero* ou os *Istituti Italiani di Cultura*, Mussolini também procurava atentar para a situação dos países receptores da emigração, aliando suas políticas de incentivo ao sentimento de pertencimento étnico entre seus súditos ao respeito aos ditames das políticas nacionais, como no caso do Brasil.

⁵⁶ In: idem, pp. 131.

⁵⁷ Idem, pp. 131.

⁵⁸ SEITENFUS, Ricardo. *O Brasil vai à guerra. O processo de envolvimento do Brasil na segunda guerra mundial*. Barueri, SP: Manole, 2003, p. 43.

⁵⁹ Marco Muganini demonstra que a Itália foi um dos países que mais procurou incentivar a SdN e atuar dentro de suas diretrizes, assim como a Argentina, mesmo com a perda de prestígio da entidade a partir de meados da década de 1930. MUGNAINI, Marco. *L'America Latina e Mussolini: Brasile e Argentina nella politica estera del'Italia (1919 – 1943)*. Milão: Franco Angeli Editore, 2008.

É importante para o presente debate reforçar os propósitos do governo italiano na montagem de um projeto de influência sobre seus súditos no estrangeiro. A propaganda ideológica do regime fascista não era necessariamente um fim em si, mas uma ferramenta para angariar apoio político. A intenção era que os súditos no exterior se organizassem para demonstrar a nova organização da nação italiana, a fim de que os países de maior importância no cenário internacional - e aí inclui-se, mesmo que marginalmente, a América do Sul e, em especial, o Brasil – simpatizassem com a nova Itália e dessem o apoio necessário para os planos da política externa de Mussolini, como, por exemplo, o projeto imperialista.

Diante da exposição dos propósitos e das formas de atuação do governo italiano sobre sua população emigrada, que atingiu também os italianos instalados no Brasil, e tendo em vista o caráter e os propósitos das políticas de controle das populações estrangeiras do governo de Getúlio Vargas, cabe agora fazer uma análise do confronto entre essas duas políticas, a fim de entender a situação dos italianos em São Paulo. Para isso, analisarei as relações diplomáticas entre os dois países a partir de 1937, a fim de entender como eles lidavam com as políticas um do outro, já que o interesse do governo italiano de exaltar aspectos da italianidade entre os súditos no Brasil para conseguir apoio político conflitava com o interesse brasileiro em controlar as populações de origem estrangeira em território nacional.

1.3 Relações diplomáticas entre Brasil e Itália: projetos nacionais e políticas externas em conflito

Após um período conturbado devido a atritos causados pelas questões migratórias e trabalhistas, durante a década de 1920 as relações diplomáticas entre Brasil e Itália estabilizaram-se. Com a sensível redução dos níveis de migração entre os dois países a partir do início do século XX e com o atendimento, pelo menos parcial, das questões trabalhistas reivindicadas pelo governo italiano, inicia-se um processo de aproximação

entre os dois países que acarretou intensas relações diplomáticas ⁶⁰. As marcas principais dessas relações seriam o respeito e a cordialidade, iniciados pela admiração que a diplomacia brasileira ganhou durante a Primeira Guerra Mundial ⁶¹, e pela imagem de uma Itália modernizada, industrial e ordeira que alguns políticos e intelectuais brasileiros tinham do país depois que Mussolini assumiu o poder. Esses pontos aproximaram os dois países, que começaram a estabelecer as bases de interesse de suas relações.

Os principais interesses da Itália em relação ao Brasil estavam ligados a três pontos fundamentais, que variam de importância de acordo com o período abordado: a emigração e os emigrantes, o comércio e, no caso do regime fascista, a propaganda. Durante a década de 1920, o governo de Roma, devido à recém estabelecida cordialidade e à vontade de evitar a volta aos radicalismos e às tensões do período anterior, optou por uma abordagem menos incisiva e de maior cautela nas relações com o Brasil. Ainda tendo que resolver questões internas como a estabilização do regime, Mussolini opta por um aporte diplomático cordial, buscando somente o incremento das relações comerciais entre os dois países ⁶². Contudo, depois do período de estabilização, a diplomacia italiana passaria a ser utilizada como via de influência política, tanto sobre o governo brasileiro quanto sobre os italianos aqui residentes, conforme demonstrei no item anterior.

Da parte do Brasil, os interesses em relação à Itália também estão ligados ao projeto de Estado desenvolvimentista de Vargas. Se as relações comerciais entre os dois países não deslancharam durante a década de 1930, muito em função dos problemas econômicos e de mercado gerados pela crise de 1929 ⁶³, o governo brasileiro procurava aproximar-se da Itália para se aproveitar das disputas entre os Estados Unidos e países da Europa pela influência sobre o continente americano. Ricardo Seitenfus demonstra que partes do projeto político e econômico de Vargas - como a implementação da indústria siderúrgica no Brasil - envolveram negociações e jogadas políticas que necessitavam de apoio, e a Itália poderia

⁶⁰ CERVO, Amado Luiz. *As relações históricas entre o Brasil e a Itália: o papel da diplomacia*. Brasília, DF: Editora da Universidade de Brasília; São Paulo: Instituto Italiano di Cultura, 1992, pp. 89 a 102.

⁶¹ Tanto que os governos da Inglaterra, da França e da Itália resolveram, em 1918, transformar suas legações no Brasil em embaixadas. In: Idem, p. 90.

⁶² MUGNAINI, Marco. *L'America Latina e Mussolini: Brasile e Argentina nella politica estera del'Italia (1919 - 1943)*. Milão: Franco Angeli Editore, 2008.

⁶³ Apesar da vontade dos dois governos em aquecer o comércio entre os dois países, a Itália era responsável por apenas 2% das importações brasileiras, e com relação às exportações, os números também eram baixos. SEITENFUSS, Ricardo. *O Brasil vai à guerra. O processo de envolvimento brasileiro na segunda guerra mundial*. Barueri - SP, Manole, 2003, p. 42 e 43.

colaborar nesse processo, o que levou Vargas a procurar uma aproximação com o governo da península. Este, se não tinha muitas condições de liderar o processo de influência econômica e política sobre o Brasil, ao menos tinha alguma influência sobre o governo alemão, que estava no centro das disputas com os Estados Unidos para estabelecer-se como aliado político e econômico do Brasil ⁶⁴. Além disso, alguns aspectos do desenvolvimento tecnológico italiano também chamavam a atenção do governo brasileiro.

As diplomacias de ambos os países, baseadas na cordialidade que se estabeleceu na década de 1920 e que se manteve na década posterior, atuaram no sentido de aproveitar as boas relações diplomáticas para buscar a execução de seus projetos nacionais. No caso do governo italiano, este procurava atuar junto ao governo brasileiro com fins claramente propagandísticos. Na tentativa de colocar o seu país em evidência e exaltar o seu desenvolvimento intelectual, cultural, econômico e tecnológico, o governo de Roma tomava iniciativas junto ao governo brasileiro para, por exemplo, trazer professores universitários, artistas e personalidades ⁶⁵ que poderiam contribuir para a inserção da cultura italiana nos meios brasileiros e, assim, melhorar a imagem do país e de seu governo. Além disso, se empenhava em outras ações, como o incentivo ao turismo, através, por exemplo, da “inauguração, no Rio de Janeiro, de um escritório de informações turísticas, [em 1939], o qual representaria, no Brasil, o ‘*Ente Nazionale Industrie Turistiche*’” ⁶⁶. Também eram constantes os convites para que o governo brasileiro enviasse representantes para eventos organizados pelo governo fascista na Itália, como a “Feira do Levante”, em Bari, em 1938 ⁶⁷, a VI Exposição Internacional de Cinematografia, em Veneza, em agosto do mesmo ano ⁶⁸, ou congressos como o 1º Congresso Internacional de Criminologia, em

⁶⁴ Idem.

⁶⁵ Ver: Fundo missões diplomáticas brasileiras – embaixadas (Roma). Ofícios (maio 1938 a junho de 1939). Estante 41, prateleira 04, maços 03, 04 e 05. Arquivos Histórico do Itamaraty. Rio de Janeiro, RJ.

⁶⁶ In: Carta da secretaria de Estado das Relações Exteriores do Brasil à embaixada italiana no Rio de Janeiro, de 23 de maio de 1939. Fundo: representações diplomáticas estrangeiras no Brasil (Itália). Notas expedidas. Estante 85, prateleira 05, maço 12. Arquivo Histórico do Itamaraty. Rio de Janeiro, RJ.

⁶⁷ Carta, de 27 de maio de 1938, da secretaria de Estado das Relações Exteriores à embaixada italiana confirmando a nomeação do representante brasileiro na Feira do Levante. In: idem.

⁶⁸ Nota Verbal enviada pela embaixada italiana no Rio de Janeiro ao Ministério das Relações Exteriores do Brasil em 11 de janeiro de 1938. Fundo representações diplomáticas estrangeiras no Brasil (Itália). Notas recebidas. Estante 85, prateleira 04, maço 08. Arquivo Histórico do Itamaraty. Rio de Janeiro, RJ.

1938, ou o XIV Congresso Internacional de Proteção à Infância, em 1939, ambos em Roma⁶⁹.

Essas atitudes de incentivo às trocas culturais e intelectuais, ao turismo, e as iniciativas de organização de congressos com os temas mais variados exemplificam o esforço do governo italiano em construir uma imagem de governo avançado, produtor de cultura e tecnologia, que trabalhava para desenvolver o país nos mais amplos sentidos, e a insistência em inserir o Brasil nessas iniciativas demonstra que o governo Vargas era visto como importante aliado em potencial.

Da parte do governo brasileiro havia uma postura de reciprocidade, colaboração e participação, uma vez que as ações do governo italiano no Brasil eram sempre autorizadas e sempre que possível eram enviados delegados e representantes para os eventos na Itália. Mas se o governo Vargas adotava uma postura colaborativa, permitindo a influência cultural italiana no país, havia também uma contrapartida. Ao permitir o trânsito de idéias e pessoas⁷⁰, o governo brasileiro também aproveitava este fluxo no sentido de avançar seu projeto de desenvolvimento nacional. Se o paradigma cultural italiano não era o que mais atraía o governo brasileiro⁷¹, questões comerciais, econômicas e de desenvolvimento tecnológico despertavam a atenção das autoridades varguistas. O Itamaraty trabalhava junto à diplomacia italiana para, por exemplo, enviar pessoas que pudessem aproveitar e aprender com o avanço tecnológico italiano. Em 18 de maio de 1938 a embaixada italiana em Roma encaminhou uma carta ao *Ministero degli Affari Esteri* italiano pedindo autorização para que o industrial paulista Mario B. André visitasse algumas instalações industriais italianas, como a *Società Italiana Applicazioni Ramye*, em Torino, a FIAT e as *Fabriche Ramye*, com sede em Milão⁷². Em 1939 foi organizada uma missão aeronáutica, chefiada pelo cel. Angelo Mendes de Moraes, com o intuito de visitar instalações industriais e militares na

⁶⁹ Fundo representações diplomáticas estrangeiras no Brasil (Itália). Notas expedidas. Estante 85, prateleira 05, maço 12. Arquivo Histórico do Itamaraty. Rio de Janeiro, RJ.

⁷⁰ Conforme demonstrei no primeiro item do capítulo, o governo brasileiro até alterou a lei de entrada de imigrantes, através do decreto-lei nº 639 de 20 de agosto de 1938, a fim de facilitar a entrada de intelectuais e cientistas, por exemplo.

⁷¹ Segundo Antônio Pedro Totta, as maiores disputas pela influência cultural no Brasil envolviam os paradigmas culturais norteamericano e alemão. TOTA, Antônio Pedro. *O imperialismo sedutor: a americanização do Brasil na época da segunda guerra*. São Paulo: Companhia das Letras, 2002.

⁷² Carta da embaixada brasileira em Roma ao *Ministero degli Affari Esteri* italiano, de 18 de maio de 1938. Fundo missões diplomáticas brasileiras – embaixadas (Roma). Ofícios. Estante 41, prateleira 04, maço 03. Arquivo Histórico do Itamaraty. Rio de Janeiro, RJ.

Itália. E com o mesmo espírito de colaboração e reciprocidade, o governo italiano os recebeu de forma calorosa, segundo o embaixador brasileiro em Roma:

*“Hospedes da Aeronáutica Italiana, foram os três oficiais que compunham a nossa missão cumulados de gentilezas, por toda a parte, sendo-lhes facultado, por ordem superior, visitar as organizações militares nos seus mínimos detalhes”*⁷³.

E além de tentar se aproveitar do avanço tecnológico, o governo brasileiro também se interessava em aproveitar os “braços” italianos. Se a intenção de utilizar-se do imigrante foi expressa nas leis e regulamentações criadas desde o início de década de 1930, o cidadão italiano com certeza representava uma boa opção para o governo, e o interesse era manifesto, por exemplo, através de sondagens da embaixada brasileira sobre a situação da emigração para o Brasil feitas a pedido da cúpula do governo Vargas:

*“Resposta ao seu telegrama n. 26.
Nenhuma disposição legal aqui estabelece restrições especiais à emigração italiana para o Brasil. Há dias, um comunicado do governo estabeleceu as normas para a concessão de passaportes aos emigrantes, mas são medidas gerais ditadas pelas razões da política militar(?) e demográfica já previstas no meu ofício n. 76 deste anexo. Estas medidas de certo modo nos são, aliás, favoráveis, pois estaremos em condições de igualdade com os demais países, não precisando o emigrante, que se destina ao Brasil, de visto especial do comissariado de emigração, como antes.”*⁷⁴

A resposta dada em agosto de 1937 pela embaixada em Roma supõe que a pergunta era sobre as condições do fluxo de italianos para o Brasil. Ao questionar sobre a possível existência de entraves legais à vinda de Italianos, o governo brasileiro demonstra que ainda se interessava em receber essas pessoas – tanto que, por facilitarem o processo, as medidas foram consideradas “de certo modo, favoráveis” - e também que atentava para as questões legais envolvendo o fluxo migratório na Itália.

⁷³In: Carta da embaixada brasileira em Roma ao Ministro de Estado das Relações Exteriores da Brasil, de 28 de fevereiro de 1939. Fundo missões diplomáticas brasileiras – embaixadas (Roma). Ofícios. Estante 41, prateleira 04, maço 04. Arquivo Histórico do Itamaraty. Rio de Janeiro, RJ.

⁷⁴ Telegrama da embaixada brasileira em Roma à Secretaria de Estado das Relações Exteriores, de 25 de agosto de 1937. Conjunto Imigração, lata 1291, maço 29.646. Arquivo Histórico do Itamaraty, Rio de Janeiro – RJ.

A atuação diplomática dos dois governos demonstra que havia interesses das duas partes, e que ambos buscaram uma espécie de equilíbrio entre suas intenções e as do outro, a fim de tirar vantagens desse processo de trocas. No campo das questões migratórias e de controle da população italiana instalada em território brasileiro, esse equilíbrio entre a aplicação dos projetos nacionais e a manutenção das boas relações diplomáticas também é sensível. A implementação da ditadura do Estado Novo e o consequente aumento do controle sobre os estrangeiros vão fazer com que a diplomacia italiana procure atuar no intuito de proteger seus interesses e de seus súditos, a fim de manter os canais de propaganda, mas procurando sempre manter as boas relações com o Brasil. Já o governo brasileiro tenta aliar o crescimento da regulamentação e do controle à manutenção das boas relações diplomáticas com a Itália.

Essa postura se expressava em alguns casos de problemas ocorridos na entrada de imigrantes italianos no Brasil, como, por exemplo, no caso do italiano Santorsa Nicola, que, acompanhado da mulher Marese Antonia e de um filho, foi impedido de desembarcar em um porto na Bahia devido a “irregularidades na documentação”⁷⁵. A solução para o caso se deu após a intervenção do Ministro das Relações Exteriores do período, Mario de Pimentel Brandão, que determinou à polícia do estado da Bahia que permitisse à família italiana o desembarque em Santos, já que “os aludidos imigrantes se destinam a São Paulo, onde têm dois filhos”. Mas é importante colocar que a decisão do ministro, favorável aos italianos em situação irregular, foi acompanhada de ordens para ampliar o combate à imigração irregular no país. Entendendo que “esses estrangeiros vieram de boa fé”, o ministro autorizou o desembarque, mas determinou que “este Ministério providenciará para que inquérito seja instaurado a fim de punir em território nacional os verdadeiros burladores da lei de imigração”⁷⁶.

Muito provavelmente o fato de o casal de italianos ter morado no Brasil e de terem aqui gerado dois filhos facilitou o desvio da lei, mas esses não foram os únicos motivos da decisão favorável do ministro brasileiro. Outro fator que com certeza pesou foi o fato de o serviço diplomático italiano ter interferido no caso, já que a permissão do desembarque foi

⁷⁵ In: Telegrama do Ministro da Justiça Mário de Pimentel Brandão à Secretaria de Segurança Pública da Bahia, de 11 de novembro de 1937. Conjunto Imigração, Lata 1291, maço, 29.646. Arquivo Histórico do Itamaray, Rio de Janeiro – RJ.

⁷⁶ In: Idem.

dada, segundo o próprio ministro Brandão, “para satisfazer a uma solicitação da Embaixada da Itália”⁷⁷.

Outro caso de problemas com o desembarque de italianos no Brasil que segue a mesma linha de atuação do governo envolve o italiano Giuseppe Cupello, que, acompanhado de mulher e três filhos, foram impedidos de desembarcar porque portavam o cheque no valor de 3.000\$000 - exigido a todos os imigrantes como “prova de meio de subsistência”⁷⁸ - emitido no Brasil, e não no país de origem, como mandava a lei. E novamente o Ministério das Relações Exteriores, “após trabalhosas diligências”⁷⁹, liberou o desembarque dos imigrantes, mas não sem deixar “recomendações” para o cônsul brasileiro em Nápoles, Renato Macedo Sodré:

“Rogo portanto a Vossa Senhoria o favor de não mais aceitar, dos portadores de cartas de chamada, cheques bancários emitidos no Brasil, solicitando-lhe também, a título de recomendação, em vista do rigor com que estão agindo as autoridades brasileiras, perfeita observância das disposições do regulamento aprovado pelo decreto n° 24.258, de 16 de maio de 1934.”⁸⁰

O desenrolar desses dois casos de irregularidades no desembarque de passageiros italianos no Brasil demonstra a cautela nas ações do governo brasileiro, que procurava conhecer cada caso individualmente, levando em consideração as condições dos envolvidos antes de tomar qualquer decisão. Mas ao mesmo tempo demonstra que eram dadas recomendações aos órgãos de controle do trânsito de estrangeiros em território nacional no sentido de manter a “observância das disposições do[s] regulamentos[s]”, procurando assim combater “os verdadeiros burladores da lei de imigração”. Além disso, é interessante notar que a atuação do governo italiano, através de seus órgãos diplomáticos, também pesou nas decisões do governo brasileiro.

Os casos apresentados ilustram a idéia de que a questão da imigração, além da regulamentação legal, passava pelo crivo da análise das autoridades brasileiras, que

⁷⁷ In: idem.

⁷⁸ In: Carta ao cônsul brasileiro em Nápoles – It, de 15 de janeiro de 1937. Conjunto Imigração, Lata 1291, maço, 29.646. Arquivo Histórico do Itamaray, Rio de Janeiro – RJ.

⁷⁹ In: idem.

⁸⁰ In: idem.

julgariam a conveniência ou não de ignorar a lei em favor de algum indivíduo ou grupo. No caso dos italianos, é de se supor que as boas relações com o governo brasileiro pesaram nas decisões favoráveis, uma vez que o serviço diplomático italiano conseguiu interferir positivamente nos casos citados.

Assim, é possível perceber que o governo italiano procurou tirar vantagem das boas relações diplomáticas, interferindo em favor de italianos que tentavam desembarcar no Brasil em situação irregular ou tentando facilitar a emigração antes mesmo do embarque, através, por exemplo, de pedidos de gratuidade de visto para padres, professores e técnicos italianos ⁸¹. Essas atitudes do governo de Roma indicam que, apesar “do rigor com que est[avam] agindo as autoridades brasileiras”, a negociação das condições de emigração e de acomodação dos emigrantes ainda era possível no período, em muito devido ao aporte diplomático cordial entre os dois países. Por isso o governo italiano procurava trabalhar com a possibilidade de intervir na aplicação das leis, uma vez que o governo brasileiro demonstrava disposição para o diálogo.

E além de tentar intervir na aplicação das leis, chama a atenção nas comunicações entre as duas diplomacias o fato de que o governo de Roma tentou interferir também nos processos de formulação das mesmas. Em *pro memoria* encaminhado à embaixada brasileira em Roma pelo diretor geral dos negócios comerciais do *Ministero degli Affari Esteri*, Amadeo Giannini, em novembro de 1937, o governo italiano manifesta seu intuito de procurar uma solução para um projeto de lei, ainda em andamento, que tratava da nacionalização das companhias de seguro no Brasil. A intenção era que as autoridades brasileiras levassem em consideração também o lado das empresas seguradoras italianas, cobrando um suposto acordo verbal entre as duas partes:

“O projeto de nacionalização das seguradoras no Brasil estaria em iminente execução, apesar de o governo brasileiro haver dado a seu tempo confiança à Federação das Companhias Seguradoras de que em nenhum momento a lei seria aprovada sem ser dado primeiro às companhias a possibilidade de fazer valer seus motivos.

“Seria, por isso, urgentemente necessário que o governo Brasileiro, antes de dar forma legal aos seus objetivos, reservasse à Companhia de que se trata a possibilidade de discutir as medidas de execução e de expor à análise propostas próprias.” ⁸²

⁸¹ Fundo missões diplomáticas brasileiras – embaixadas (Roma). Ofícios recebidos. Estante 41, prateleira 04, maço 02. Arquivo Histórico do Itamaraty, Rio de Janeiro – RJ.

⁸² “Il progetto di nazionalizzazione delle Assicurazioni in Brasile risulterebbe di imminente attuazione malgrado che Il governo brasiliano avesse dato a suo tempo precisi affidamenti Allá Federezione delle Compagnie

Levando em consideração as características nacionalista, autoritária e centralizadora do governo de Getúlio Vargas é um tanto audacioso dizer, principalmente por vias oficiais, que era “urgente necessário” que o governo brasileiro abrisse espaço para propostas encaminhadas por uma federação que representava seguradoras estrangeiras⁸³. Mas o fato é que a possibilidade de o governo italiano pedir a presença de representantes nos debates de elaboração de leis⁸⁴ ou a quebra de algumas regras de entrada de emigrantes em território brasileiro já demonstra que era possível para a diplomacia de Roma pressionar o governo Vargas para que não se adotassem ou se aplicassem integralmente medidas que dificultassem seus objetivos no Brasil.

E, como o caso acima citado demonstra, essa pressão do governo italiano era exercida não somente em relação aos casos de entrada de italianos no país, mas também em relação às leis que interferiam na vida das populações estrangeiras já instaladas em território nacional. Quando o governo brasileiro promulga o decreto-lei nº 1907, em 26 de dezembro de 1939, que “dispõe sobre a herança jacente”, o governo italiano, temeroso de que italianos residentes no Brasil sofressem com a perda de patrimônio caso viessem a falecer sem ter deixado herdeiros ou testamento, como determinava o decreto, encaminhou protestos ao Ministério das Relações Exteriores do Brasil:

“... a Embaixada Real da Itália tem a honra de representar ao Ministério das Relações Exteriores – sem o receio de documentar ao seu tempo os danos provocados aos direitos dos cidadãos italianos

Assicuratrici, che in nessun caso la lege sarebbe stata approvata senza aver prima dato alle Compagnie stesse la possibilità di far valere le proprie ragioni.

“Sarebbe perciò urgentemente necessario che Il governo brasiliano prima di fare forma legale ai suoi intendimenti, riservi alle Compagnie di cui si tratta la possibilità di discutire i provvedimenti di esecuzione e di esporre al riguardo le proprie proposte.” In: *Pró-memória* encaminhado à embaixada brasileira na Itália pelo governo italiano. Roma, 18 de novembro de 1937. Fundo: Representações diplomáticas brasileiras (Roma), ofícios recebidos. Estante 41, prateleira 04, maço 02. Arquivo Histórico do Itamaraty, Rio de Janeiro – RJ.

⁸³ E, apesar do caráter desenvolvimentista do governo parecer justificar essa abertura para o diálogo com as empresas capitalistas, Vargas em alguns momentos tomou atitudes que prejudicaram os capitalistas estrangeiros. Tanto que provocou reações do presidente da FIESP Roberto Simonsen, que pediu ao governo alívio na aplicação das medidas contra os inimigos de guerra sobre os italianos. In: Carta de Roberto Simonsen, Presidente da Federação Das Indústrias do Estado de São Paulo, ao embaixador José Carlos de Maçedo Soares. São Paulo, 05 de outubro de 1944. Processo nº 19.221, notação BR. AN, RIO 35.PRO.21.539. Arquivo Nacional, Rio de Janeiro – RJ. A carta será melhor apresentada e analisada no terceiro capítulo, que tratará da reação da comunidade italiana e dos que os apoiava de alguma maneira, caso da FIESP.

⁸⁴ Apesar de a pressão pela modificação dos decretos não surtir muito efeito, uma vez que, como no caso citado, as leis não foram alteradas.

no caso de já ter sido aplicada a lei em questão – o vivo pedido para convidar os órgãos competentes a reexaminar os graves problemas que o decreto acima mencionado levanta e de examinar de que maneira poderia ser adequado não só à realidade do fato, mas também aos direitos dos herdeiros distantes de cidadãos italianos falecidos no Brasil.”⁸⁵

Interessante notar como a proteção dos bens e capitais dos italianos desperta a atenção do governo que, se deixa transparecer a preocupação com “os direitos... dos cidadãos italianos”, toma uma atitude claramente interessada, já que esses bens poderiam se converter em capitais para o Estado fascista. E, além da lei de heranças, outros decretos que interferiam na vida dos italianos em território brasileiro também foram dignos de atenção e protestos por parte do governo fascista. Quando o governo Vargas promulga o decreto-lei nº 383, o governo de Roma, observando que mais uma vez era decretada uma lei que interferia na vida dos italianos aqui residentes, aciona novamente os mecanismos diplomáticos para protestar contra possíveis atitudes cerceadoras do governo brasileiro. Em 04 de outubro de 1938, o secretário das Relações Exteriores do Brasil, R. Mendes Gonçalves, encaminha um *memorandum* ao chefe dos Serviços Políticos e Diplomáticos, informando haver recebido “observações” de embaixadores de alguns países, dentre eles a Itália, sobre o decreto nº 383 :

“... A propósito das observações feitas por algumas missões diplomáticas acreditadas no Rio de Janeiro, sobre o decreto de Nº 383, de 18 de Abril último, que regula a atividade dos estrangeiros no Brasil, tive a honra de apresentar um informe ao Senhor Ministro de Estado, em que propunha fossem modificados certos dispositivos do referido decreto que não prejudicavam sua finalidade e, ao mesmo tempo, contribuía a dar satisfação, até certo ponto, às reclamações recebidas, nas partes que nos parecem razoáveis.

...

“A embaixada da Itália, interessada em obter do Governo brasileiro uma atitude de tolerância e benevolência com relação às numerosas sociedades culturais, recreativas e beneficentes, que a colônia italiana mantém no Brasil, e, confiando na boa vontade manifestada, invariavelmente, pelas autoridades brasileiras, sugere que na aplicação do decreto nº 383 se tenham

⁸⁵ “... *l’Ambasciata Reale d’Italia há l’onore di rappresentare al Ministero delle Relazioni Esteriori – senza pregiudizio di documentare a suo tempo i danni arrecati ai diritti di cittadini italiani nei casi di già avvenuta applicazione del Decreto in parola – la viva preghiera di voler invitare gli organi competenti a riesaminare i gravi problemi che Il Decreto suddetto solleva e di esaminare in qual modo Esso potrebbe essere adeguato non solo Allá realtà dei fatti, ma anche ai diritti degli eredi lontani di cittadini italiani deceduti in Brasile.”* In: Nota Verbal encaminhada ao Ministério das Relações Exteriores do Brasil pela embaixada italiana, em 23 de agosto de 1940. In: fundo representações diplomáticas estrangeiras no Brasil (Itália). Notas recebidas (agosto de 1939 a dezembro de 1940). Estante 84, prateleira 04, maço 09. Arquivo Histórico do Itamaraty. Rio de Janeiro, RJ.

em conta os artigos 6º e 7º da Convenção de imigração e trabalho, assinada entre o Brasil e a Itália, em Roma, a 8 de outubro de 1921”⁸⁶

Segundo o secretário, a intenção do governo italiano era convencer o governo brasileiro a manter as condições de organização coletiva dos seus súditos⁸⁷, apelando, a fim de conseguir tal objetivo, para dois artigos da convenção de imigração e trabalho vigente entre os dois países:

“Art. 6º - Os imigrantes italianos gozarão no Brasil de todas as facilidades, benefícios e privilégios que sejam concedidos ou venham a ser concedidos aos imigrantes de outros países.

“Art. 7º - O governo brasileiro facilitará a obra das Sociedades italianas, regularmente constituídas entre os italianos do Brasil, que propunham a aconselhar os imigrantes italianos e a facilitar-lhes o trabalho.”⁸⁸

Ciente da necessidade da organização étnica como forma de proteção para os emigrantes, o governo italiano procurou assegurar essa possibilidade através de acordo diplomático. E ao embasar a reclamação encaminhada ao governo brasileiro no acordo entre os dois países, demonstra que sabia haver precedentes legais para uma disputa jurídica, caso as regras impostas pelo decreto nº 383 viessem a ferir as regulamentações da convenção de migração. Mas, consonante com a postura diplomática até então adotada, o governo de Roma tende a evitar qualquer medida que pudesse causar indisposição e apenas “sugere” ao governo brasileiro que atenuasse a aplicação das medidas, contando com a “boa vontade manifestada, invariavelmente, pelas autoridades brasileiras”⁸⁹.

E a resposta dada pelo governo brasileiro também é consonante com sua postura de conciliação das medidas do projeto nacional com a manutenção das boas relações diplomáticas. Segundo o secretário Gonçalves, a resposta foi dada pelo chefe do Gabinete

⁸⁶ In: Conjunto Imigração, Lata 1291, maço, 29.646. Arquivo Histórico do Itamaray, Rio de Janeiro – RJ.

⁸⁷ Utilizei de uma generalização aqui, pois o documento só fala de “sociedades culturais, recreativas e beneficentes”, mas me permiti utilizar desse recurso, pois é importante ressaltar que no período a difusão do fascismo pelo governo italiano era feita principalmente através da organização das entidades culturais e de assistência.

⁸⁸ In: *memorandum* para o chefe dos serviços políticos e diplomáticos enviado pelo secretário das relações exteriores R. Mendes Gonçalves, em 04 de outubro de 1938. Conjunto Imigração, Lata 1291, maço, 29.646. Arquivo Histórico do Itamaray, Rio de Janeiro – RJ.

⁸⁹ In: idem.

do Ministro da Justiça, que a ele declarou “poder tomar em consideração as sugestões apresentadas, não tanto pela modificação do decreto n° 383, mas nas instruções a serem expedidas às autoridades encarregadas de aplicá-lo”⁹⁰.

A afirmação do chefe de gabinete do Ministro da Justiça dá a entender que as pressões do governo italiano surtiam efeitos. Percebendo que o decreto gerou questionamentos por parte do governo italiano, mas ciente da necessidade de manter em curso o projeto de controle social, o governo brasileiro buscou uma alternativa que poderia satisfazer essas duas demandas: negociar a aplicação das medidas restritivas. Isso demonstra que o cuidado em evitar o desgaste das relações diplomáticas com o governo italiano era uma preocupação constante entre as autoridades brasileiras. Quando a população de origem italiana aqui instalada começou a sentir os reflexos das medidas de controle, ela apelou para o governo de Roma, que por sua vez entrou em contato com a embaixada brasileira para cobrar explicações:

“ Sparano, o Duce quis falar com você, hoje à noite, mas havendo uma reunião plenária, e não sabendo a que horas acabará, pediu-me [ao subsecretário das relações exteriores Bastianini] que lhe referisse tudo quanto ele teria conversado com V.

“Acabam de chegar do Brasil dezenas de abaixo assinados de italianos, ali residentes, sendo que muitos há mais de 30 anos, os quais se queixam amargamente das medidas draconianas que o vosso Governo tomou contra eles, a ponto de demolirem até pequenos monumentos e lápides que lembravam os mortos na grande guerra. Escolas fechadas, sociedades de beneficência dissolvidas e toda e qualquer outra iniciativa, puramente inofensiva, tem sido sistematicamente perseguida.”⁹¹

E, seguindo a diretriz adotada de evitar conflitos, a justificativa do embaixador brasileiro foi no sentido de negar a idéia de um plano específico contra a organização dos italianos no Brasil:

“Estive com o Sub-Secretário Bastianini, ao qual declarei que o meu Governo havia tomado em consideração o pedido do Governo italiano e que, repetindo quanto havia já dito no meu primeiro encontro, as ditas medidas [contra os italianos] haviam sido ocasionais e de emergência num sentido geral e para todos os estrangeiros; e que a Itália não devia nem podia interpretá-las diversamente,

⁹⁰ In: idem.

⁹¹ In: Carta de Luís Sparano a Getúlio Vargas de 20 de dezembro de 1938. Fundo Getúlio Vargas. Notação GV c1939.02.07. CPDOC/GFV, Rio de Janeiro – RJ.

porque sabe o quanto o nosso Chefe e Presidente distingue o Governo e o Povo italianos, além de todas as provas pessoais dadas em favor da coletividade italiana...” (grifos meus)⁹²

Aproveitando-se do momento político de indecisão ou neutralidade brasileira, das “provas... em favor da coletividade italiana”, e fazendo valer o prestígio adquirido pela sua diplomacia, Mussolini procurou pressionar o governo Vargas, tentando interferir na formulação e na aplicação das medidas de controle, a fim de tentar amenizar possíveis restrições e intromissões na organização de seus súditos no Brasil. E, da parte do governo brasileiro, este fez esforços para sinalizar a sua boa vontade para com o governo da península, como indica a sinalização dada ao governo italiano da possibilidade de atenuar a aplicação das medidas contidas no decreto 383 ou a justificativa dada pelo embaixador Sparano ao subsecretário das relações exteriores italiano.

Mas isso não significa que o governo Vargas abandonou suas intenções de levar a diante o projeto de controle social, ou que a organização dos italianos não representava, na visão do governo, nenhum tipo de perigo. Em nenhum momento da carta do embaixador Sparano há qualquer negação de que estavam sendo realizadas ações contra a coletividade italiana no Brasil, apenas que essas ações tinham um “sentido geral e para todos os estrangeiros”. Além disso, o governo brasileiro, mesmo mediante pressões do serviço diplomático italiano, não abriu mão de formular as leis que regulamentavam a situação dos estrangeiros no país. Tanto que os problemas causados pelas leis brasileiras levaram o embaixador italiano no Brasil Ugo Sola a protestar. Este encaminhou um pedido de ajuda, em 21 de agosto de 1939, diretamente ao ministro das relações exteriores Oswaldo Aranha, já que as autoridades brasileiras, segundo o diplomata italiano, não fizeram muitos esforços para ajudar, mesmo diante de pedidos anteriores da embaixada:

“... neste interim a situação das Associações Italianas no estado de São Paulo permaneceu absolutamente precária, pois as mesmas vêm-se na contingência de continuar a funcionar sem aquela base de direito a que podem legitimamente aspirar não somente de conformidade com o decreto 383 de 18 de abril de 1938, mas outrossim em vista das normais relações existentes entre os dois países, na base das quais – salvo motivos de ordem pública – não pode ser reciprocamente

⁹² In: Carta de Luís Sparano a Getúlio Vargas de 07 de fevereiro de 1939. Fundo Getúlio Vargas. Notação GV c1939.02.07. CPDOC/GFV, Rio de Janeiro – RJ.

*negado os direitos dos respectivos nacionais, de se unirem em associações visando o bem estar das colônias, ou razões culturais, diversões esportivas, etc”.*⁹³

Mais uma vez o governo italiano, através de seu embaixador, apela para os mecanismos legais de proteção a seus súditos no Brasil. Conforme demonstrei no primeiro item do capítulo, de fato o decreto 383 permitia aos estrangeiros se organizarem para fins recreativos e assistencialistas, características, ao menos no papel, da grande maioria das entidades italianas em São Paulo. Mas, mesmo com a lei ao seu lado, o embaixador Sola não deixa de apelar para argumentos que vão além das questões de ordem legal - como a relação entre os dois países ou a contribuição do povo italiano para a formação da sociedade brasileira - para resolver a questão:

*“A demora para reconhecer em prática este direito (há entidades que há mais de um ano apresentaram seus requerimentos) faz supor ao meu governo que se queira contestar aos cidadãos italianos que tão vasto papel tiveram e têm no progresso econômico e espiritual do Brasil, e mormente do estado de São Paulo, um direito que é certamente para as sociedades estrangeiras o mais precioso, pois representa o único laço que os une à Pátria de origem, à sua língua, às suas instituições.”*⁹⁴

Esse apelo de Sola demonstra que o governo italiano tentava atuar na defesa de seus súditos no Brasil ao mesmo tempo em que se esforçava para acompanhar a tendência nacionalista do governo Vargas. Ao alegar que os italianos estavam dentro da legalidade, e também ao apelar para a contribuição desses elementos para a formação e o desenvolvimento do Brasil, o governo italiano marca posição de defesa do projeto de organização de seus súditos, mas tenta fazê-lo de maneira a não dar margens para atritos com o governo Vargas. E, como demonstram as sinalizações do governo brasileiro nos outros casos de protesto contra as medidas nacionalistas, a atitude do governo brasileiro era de manter a cautela e procurar soluções razoáveis e no sentido de evitar indisposições.

⁹³ In: Carta do embaixador italiano no Brasil Ugo Sola ao Ministro das Relações Exteriores do Brasil, Oswaldo Aranha, de 21 de agosto de 1939. Fundo: Representações diplomáticas estrangeiras (Itália), notas recebidas. Estante 85, prateleira 04, maço 09. Arquivo Histórico do Itamaraty, Rio de Janeiro – RJ.

⁹⁴ In: idem.

Mas, se em alguns casos o governo brasileiro procurou agir de maneira disfarçada, evitando assim atritos com o governo italiano, existiam outros em que as autoridades brasileiras se posicionavam de maneira direta na defesa dos interesses nacionais (ou governamentais). Exemplo dessa postura brasileira aconteceu no caso do envolvimento do embaixador italiano no Brasil, Vincenzo Lojacono, com o movimento integralista brasileiro.

É bastante conhecida a intenção do governo italiano de apoiar o movimento dos camisas verde-oliva, inclusive através de colaborações financeiras definidas pelo *Ministero degli Affari Esteri* italiano ⁹⁵. Marco Mugnaini aponta a atenção dada pelo embaixador italiano no Brasil que antecedeu Lojacono, Cantalupo, ao movimento de Plínio Salgado. No entanto, Mugnaini observa que o que entusiasmava o embaixador italiano não era tanto o fato de Salgado aderir às idéias políticas de Mussolini, mas antes a forte italoфиlia que permeava a direção do movimento integralista ⁹⁶. Amado Cervo também destaca o pouco entusiasmo que Cantalupo demonstrou em relação ao desenvolvimento político da AIB, que inicialmente dividia o interesse do embaixador com a Assembléia Constituinte, em 1933-1934, e que depois foi desacreditada devido à ascensão política de Vargas ⁹⁷.

Mas, apesar de o embaixador Cantalupo estar mais encantado com a simpatia à Itália do que com os aspectos políticos do movimento integralista, o fato é que o governo de Roma, interessado na elevação do seu prestígio e no apoio para as suas políticas internacionais - como a invasão da Etiópia e a formação do império fascista -, queria e até necessitava da implementação de regimes políticos fascistas ou similares pelo mundo e também pela América do Sul, área de influência econômica e política no cenário internacional. De fato, Marco Mugnaini aponta o período entre 1936 e 1937 como um período em que as políticas de Mussolini e Ciano procuravam incentivar a “sublevação sulamericana” ⁹⁸. As disputas políticas surgidas no continente e a elevação de correntes autoritárias em países como o Brasil e a Argentina apontavam para a aproximação do

⁹⁵ In: MUGNAINI, Marco. *L'America Latina e Mussolini: Brasile e Argentina nella politica estera del'Italia (1919 – 1943)*. Milão: Franco Angeli Editore, 2008, pp 147.

⁹⁵ Idem, p; 113.

⁹⁶ Idem, p; 113.

⁹⁷ CERVO, Amado Luiz. *As relações históricas entre o Brasil e a Itália: o papel da diplomacia*. Brasília, DF: Editora da Universidade de Brasília; São Paulo: Instituto Italiano di Cultura, 1992, pp. 142.

⁹⁸ MUGNAINI, Marco. *L'America Latina e Mussolini: Brasile e Argentina nella politica estera del'Italia (1919 – 1943)*. Milão: Franco Angeli Editore, 2008, p. 138 a 142.

subcontinente com os regimes totalitários europeus, o que levou Mussolini a buscar uma infiltração da ideologia fascista nos meios políticos sul-americanos ⁹⁹.

As intenções de Mussolini estão expressas na substituição do embaixador Cantalupo, que tinha uma visão mais cética do Brasil, principalmente sobre sua adesão ao fascismo ¹⁰⁰, por Lojacono, em abril de 1937. O novo embaixador ficou encarregado de analisar a cena política nacional e de buscar uma aproximação com correntes políticas próximas, como o integralismo, e a partir de 1937 com o próprio Vargas, que demonstrou, com o golpe, a tendência personalista, porém autoritária do seu governo ¹⁰¹. Além da missão de atuação na política nacional, era também dever de Lojacono, a fim de manter a linha de respeito à política brasileira, “corrigir as distorções do conceito que associava o fascismo ao autoritarismo e ao militarismo” ¹⁰².

No entanto, a atuação do novo embaixador italiano sobre aspectos da política brasileira, mais especificamente no caso de sua aproximação com a AIB, desagradou a Getúlio Vargas. Quando o governo brasileiro suspeitou da ligação do embaixador italiano com os integralistas, devido a atitudes como a permissão para o abrigo de alguns putschistas na embaixada italiana após a fracassada tentativa de golpe de Estado promovida pela AIB em 1938, a reação foi negativa, levando a protestos do governo brasileiro. Mas, diante dessa postura de descontentamento do Brasil, o governo de Roma age rapidamente no sentido de conter os ânimos. Na mesma carta que Luiz Sparano relata seu primeiro encontro com Benito Mussolini, o embaixador brasileiro cita uma conversa sobre a “questão Lojacono”:

“Tocamos a triste questão Lojacono, que ele [Mussolini] desaprovou, e disse-me que os erros se pagam e Lojacono, hoje, não continuará, no Brasil. Repetiu: este ato do embaixador foi um erro gravíssimo e prejudicial à nossa amizade e à nossa política e nunca devia ter sido cometido. Eu, então, aproveitei para fazer ressaltar a delicadeza com que vossa Excelência tratou o assunto, sem

⁹⁹ Apesar de o governo fascista ter se frustrado um pouco pelo surgimento do que Mugnaini chamou de uma coligação de idéias que instauraram uma “democracia controlada” na Argentina In: idem, pp. 86.

¹⁰⁰ A impressão de Cantalupo era que a revolução de 30 não resultou, mas acabou dissolvida em uma constituição liberal democrática. Tal fato, se diminuía as esperanças de uma aproximação política com o fascismo, ao menos garantia, segundo Cantalupo, a vida e as atividades dos estrangeiros no país, já que as coisas caminhavam para um avanço do nacionalismo no país. In: idem, pp. 111, 112.

¹⁰¹ In: idem, pp. 148.

¹⁰² In: CERVO, Amado Luiz. *As relações históricas entre o Brasil e a Itália: o papel da diplomacia*. Brasília, DF: Editora da Universidade de Brasília; São Paulo: Instituto Italiano di Cultura, 1992, pp. 139.

recorrer a medidas severas ou extremas, mas eu achava que justamente, por isso, seria necessária uma satisfação ampla.” ¹⁰³

Após o afastamento de Lojacono, o cargo foi assumido por Ugo Sola, que, segundo o embaixador Sparano, foi por ele indicado, por ser viúvo de uma brasileira, falar português e ter sido vice-cônsul e cônsul no Brasil ¹⁰⁴. Tendo em vista que a indicação foi acatada – aliás, segundo o próprio Sparano, a escolha ficou entre dois nomes por ele indicados – nota-se que após o incidente com o embaixador italiano no Rio o governo de Roma, mesmo descontente com uma suposta intenção do governo brasileiro de expulsar Lojacono ¹⁰⁵, optou por colocar um representante diplomático “neutro”, ou ao menos mais palatável para o governo brasileiro.

O desfecho cordial de um atrito causado por uma postura de intromissão na organização política do país que obviamente não agradou ao Brasil, e que foi considerada até mesmo pelo líder do governo italiano como um erro, contrasta com o desfecho de um acontecimento semelhante entre o governo brasileiro e a diplomacia alemã no Brasil. O embaixador alemão no período, Karl Ritter, adotou uma postura, podemos dizer, pedante e desrespeitosa nas comunicações entre o serviço diplomático alemão e o governo brasileiro. Segundo Aranha, “o Embaixador Karl Ritter comportou-se aqui da forma mais agressiva possível. As suas notas... eram redigidas de forma ofensiva, em termos anti diplomáticos, o que nos forçava a devolvê-las ou a respondê-las de maneira não usual no trato do Itamaraty” ¹⁰⁶. Diante dessa atitude o governo brasileiro solicitou ao governo do Reich que chamasse seu embaixador no Rio de volta a Berlim, o que de fato foi feito, e Ritter acabou retornando, em 1938, para participar de um congresso em Nuremberg, sendo substituído. Porém, ao término do congresso o embaixador Ritter volta a assumir suas funções no Rio de Janeiro, motivando novos protestos do serviço diplomático brasileiro na Alemanha,

¹⁰³ Carta de Luís Sparano à Getúlio Vargas de Roma, em 2 de setembro de 1938. Fundo Getúlio Vargas. Notação GV.1938.09.02/1. CPDOC/FGV. Rio de Janeiro – RJ.

¹⁰⁴ In: idem.

¹⁰⁵ In: Carta de Oswaldo Aranha a Luís Sparano, do Rio de Janeiro, datada de 16 de novembro de 1938. Fundo Getúlio Vargas. Notação GV c 1939.02.07. CPDOC/FGV. Rio de Janeiro – RJ.

¹⁰⁶ In: idem.

protestos estes que não foram atendidos, fato que obrigou o governo brasileiro a declarar Karl Ritter “persona non grata” no Brasil ¹⁰⁷. Segundo Aranha:

“Nossa atitude, desde o começo, obedeceu ao único propósito de afastar daqui um Embaixador cuja obra era contrária aos interesses comuns da Alemanha e do Brasil.

“Agora, porém, estamos verificando que a volta de Ritter, bem como a de Von Cossel, Conselheiro Cultural, a de Willi Kohen, agente das estradas de ferro, como a vinda de outros elementos, obedeceram a um plano de ação em nosso país (grifo meu).

“Temos disto provas seguras.” ¹⁰⁸

Interessante notar que, mais que não tolerar uma atitude descompensada de um embaixador, Aranha desconfiava, e alegava ter provas, de um plano maior de atuação política sobre a comunidade alemã no Brasil. A ligação de alguns alemães com o integralismo e a ascensão das células do NSDAP (*Nationalsozialistische Deutsche Arbeiterpartei*) no país contribuíram para essa desconfiança. Diante desse fato, e diante da recusa do governo alemão de ceder às exigências brasileiras, o embaixador Ritter é expulso do país.

Fazendo a plausível associação entre as intenções nazistas e fascistas, muito provavelmente devido à constante aproximação entre os dois países, Oswaldo Aranha procura o embaixador brasileiro em Roma a fim de que este busque saber a opinião do governo italiano sobre a atitude tomada em relação ao problema com o embaixador alemão:

“Desejo que tu [Sparano] converses com o Ministro Ciano, quem conheci em Porto Alegre e cuja forte individualidade e grande destino a sua juventude, então, não podia esconder, e lhe faças ver o quadro brasileiro e a decisão nossa.

“Tenho certeza que ele não concordará com essa atitude alemã e aplaudirá a nossa decisão sem reservas.” ¹⁰⁹

O que parece é que, apesar do tom de cordialidade expresso por Aranha, o ministro desconfiava também das intenções do governo italiano – e o incidente Lojacombo pode ter

¹⁰⁷ Idem.

¹⁰⁸ In: idem.

¹⁰⁹ In: idem.

contribuído para essa desconfiança. A atitude de buscar saber a opinião do governo italiano soa como uma tentativa de compreender as intenções de Mussolini e Ciano em relação ao Brasil e à política de aproximação com seus súditos aqui instalados. Também tinha o objetivo de dar um recado de que intromissões não seriam permitidas - além, é claro, de buscar apoio para uma medida diplomática drástica, a expulsão do embaixador alemão – e o embaixador Sparano transmitiu essa mensagem ao ministro das Relações Exteriores italiano:

*“O Brasil quer, antes de tudo, conhecer o pensamento da Itália e deseja naturalmente sabê-la solidária com a atitude que nós assumimos. Atitude esta que representa todo o nosso patrimônio de povo independente, bem formado, livre e que não pode admitir a intromissão de quem quer que seja, na sua vida interna.”*¹¹⁰

Mais uma vez argumento da soberania e da segurança nacional é utilizado também nas querelas com outros países. O posicionamento nacionalista do Brasil não se expressava somente nas relações com a população, nacional ou estrangeira, aqui instalada, mas também se dava no âmbito das relações internacionais. E como que compreendendo a intenção por trás da atitude do governo brasileiro de consultar a Itália sobre o caso do embaixador Ritter, a resposta do governo italiano vem em um tom de extrema cordialidade e amizade. Sobre as intenções do governo alemão, o ministro Ciano fez questão de deixar claro que elas existiam:

*“Sparano, já estou informado do assunto. Digo-te isto, muito reservadamente, e peço-te o máximo sigilo. Os alemães já sondaram o terreno ou melhor pediram que a Itália declarasse abertamente a sua solidariedade com o triângulo, numa possível ação contra o Brasil, porque este está contra os Estados autoritários e, portanto, contra a Alemanha, o Japão e a Itália.”*¹¹¹

Mas também deixa claro que, além de não compartilhar dessas idéias, se esforçará no sentido de resolver a questão:

¹¹⁰ Carta de Luiz Sparano a Oswaldo Aranha, datada de 01 de dezembro de 1938. Fundo Getúlio Vargas. Notação GV c 1939.02.07. CPDOC/FGV. Rio de Janeiro – RJ.

¹¹¹ In: idem.

“Respondi-lhe que discordava, por ter a Itália recebido sobejas provas de amizade do Brasil, que os seus homens de governo estavam em direto contato e mantinham cordial amizade com as figuras mas eminentes do mundo intelectual e político italiano e que, até hoje, não havia, portanto, uma única queixa grave a fazer.

...
“Sabes Sparano, que não posso esquecer o Brasil, sou um latino e, no Brasil, senti as primeiras vibrações da minha alma. Penso nele com ‘saudades’ e digo sempre que, se um dia puder descansar, irei fazer o embaixador no Rio de Janeiro. Podes dizer ‘all’amico Aranha’ que falarei hoje mesmo ao Duce e que pretendo até intervir para concertar as cousas, sempre que isso faça prazer a vocês (grifo meu)”¹¹².

Notemos como a sinalização do governo italiano de ajuda para o desenrolar do caso entre as diplomacias alemã e brasileira não vem sem uma demonstração de amizade e apreço pelo Brasil, dando mostra da tendência do governo italiano de manutenção das boas relações diplomáticas. E além do ministro Ciano, o próprio Mussolini fez questão de posicionar-se sobre a questão, como aponta outra conversa entre o ministro italiano e o embaixador brasileiro, em que Ciano fala da opinião de Mussolini sobre o caso, conversa esta transcrita em outra carta de Sparano a Aranha, datada de 07 de dezembro de 1938:

“Sparano, falei com o Chefe do Governo o qual concordou com as declarações que lhe fiz, no dia primeiro, e acrescentou que a Itália persistirá na conduta já traçada. Isto é: 1° - A Itália não tem, nem teve o menor motivo de queixa do Brasil, e, portanto, continua solidária com ele e com a atitude que o governo brasileiro assumiu. É lógico que a Itália não poderia amanhã declarar guerra à Alemanha, se houvesse um conflito armado, o que é de excluir ‘a priori’.

“2° - Confirmo que em nome do meu país e no meu próprio darei os passos necessários junto aos nossos particulares amigos Goering, Mackensen e outros, afim de que o incidente seja liquidado e eliminado, incidente este puramente individual e que, de maneira alguma, pode ser atribuído a uma ‘soi-distant’ política contra os Estados autoritários...”¹¹³.

Em meio às suspeitas, acusações e atitudes contra a interferência estrangeira na política nacional, o governo brasileiro procurou agir no sentido de buscar satisfações, e o governo italiano tomou a atitude de colocar-se do lado do Brasil, tolerando e até concordando com sua política nacionalista - que não “pode ser atribuída a uma ‘soi-distant’ política contra os Estados autoritários”, segundo o próprio Mussolini - mesmo que esta

¹¹² In: idem.

¹¹³ In: carta de Luiz Sparano a Oswaldo Aranha, datada de 07 de dezembro de 1938. Fundo Getúlio Vargas. Notação GV c 1939.02.07. CPDOC/FGV. Rio de Janeiro – RJ.

atitude fosse contra os planos de aproximação e influência político-ideológica sobre a comunidade italiana no Brasil. A análise do governo italiano é mais cautelosa que a do governo alemão, pois Mussolini e seu ministro das relações exteriores percebem que atitudes que poderiam ser consideradas pelo governo brasileiro como hostis e ofensivas ao plano de desenvolvimento político e econômico do Brasil serviriam somente para afastar a influência do Eixo e aproximar o Rio de Janeiro do governo de Washington. E pode-se dizer que a atitude do embaixador alemão contribuiu para isso, pois o incidente com Karl Ritter causou repercussões no Brasil que fizeram cair o prestígio do governo alemão. É plausível afirmar que isso só não aconteceu no caso italiano devido à solução amistosa encontrada por Mussolini de se retratar, retirar seu embaixador de livre e espontânea vontade e ainda substituí-lo por um dos nomes indicados pelo embaixador brasileiro.

Da mesma maneira que os Estados Unidos fechavam os olhos para a instauração de uma ditadura no Brasil – mesmo fazendo parte do bloco democrático, que criticava e a partir de determinado momento combatia as ideologias autoritárias - para conseguir manter sua influência política e econômica, o governo italiano conformava-se com o avanço do nacionalismo brasileiro e buscava estratégias consonantes com esse projeto ao aliar as campanhas de aproximação com a comunidade no Brasil e de penetração do fascismo com os ditames do governo nacionalista brasileiro.

O mesmo pode-se dizer do governo brasileiro, que, se mostrou disposição para impor suas concepções em alguns casos, como nos fechamentos dos *Fasci all'Estero*¹¹⁴ ou na “questão Lojacono”, também procurou utilizar-se da cautela ao lidar com outras questões, como nos casos de entrada dos italianos em situação irregular ou mesmo diante do pedido do governo italiano de alívio na aplicação do decreto 383 sobre seus súditos. Mesmo que o decreto tenha sido em partes aplicado, ou que o governo tenha procurado formas indiretas de controle, pode-se dizer que o governo brasileiro também fez “vista grossa” diante de algumas situações que também envolviam a penetração da ideologia fascista na comunidade italiana no Brasil, pelo menos até um determinado período.

Neste capítulo tentei sustentar a idéia de que existia um complexo jogo de interesses envolvendo as relações diplomáticas entre Brasil e Itália que interferiram diretamente na organização da colônia italiana no Brasil. Somente o avançado processo de assimilação dos

italianos que aqui residiam ou a simpatia do governo brasileiro para com a Itália e o governo fascista não são suficientes para explicar o processo (mais brando) de perseguição aos italianos no Brasil ¹¹⁵. Ambos os governos buscaram aplicar seus projetos nacionais de controle social, e ambos tiveram que fazer concessões devido à necessidade de apoio mútuo e aos interesses particulares um em relação ao outro. Ao menos nas relações diplomáticas isso fica claro, uma vez que se percebe que tanto o governo de Roma quanto o do Rio de Janeiro procuraram em certas ocasiões defender o seu projeto e tirar vantagem da relação com o outro, mas ao mesmo tempo mantiveram a cautela em relação a várias questões, como no caso de o governo italiano evitar confrontos com o nacionalismo brasileiro, e no caso da sinalização do governo brasileiro no sentido de fazer concessões na aplicação do decreto 383 sobre os italianos.

Neste sentido, acredito que o fato de os italianos terem, a princípio, sofrido menos com a aplicação do projeto nacionalista que os alemães ou japoneses tem relação direta com o esforço da diplomacia de Mussolini de cuidar de seus imigrantes no Brasil e de defender seus interesses, como a manutenção do associativismo, procurado sempre formas de atuação que não causassem conflitos com o projeto varguista ¹¹⁶. Mas essa atitude não isentou os italianos de serem enquadrados no projeto de controle das populações estrangeiras engendrado pelo governo brasileiro. Tanto que, apesar de autores como Maria Tucci Carneiro e Angelo Trento entenderem que a vigilância e a repressão aos italianos em São Paulo só tenha se desenvolvido após a quebra das relações diplomáticas entre o Brasil e o Eixo, no início de 1942, procurarei demonstrar que mesmo antes deste período já era notável o recrudescimento das atividades de vigilância e repressão policial contra parte da comunidade italiana, que se somavam a outras formas de coerção – como a demora na

¹¹⁴ No segundo capítulo darei mais detalhes sobre o encerramento dos *Fasci* de São Paulo, demonstrando que esta foi uma das primeiras ações mais contundentes contra as associações italianas do estado.

¹¹⁵ Maria Luiza Tucci Carneiro é uma das autoras que estuda o tema e que defende que a “a perseguição aos italianos... se manifestou de forma mais branda” em relação aos outros súditos do Eixo, por acusa da assimilação, e que os italianos foram perseguidos somente após 1942. CARNEIRO, Maria Luiza Tucci. Fascistas a brasileira: encontros e confrontos. In: CARNEIRO, Maria Luiza Tucci, e CROCI, Federico. *Tempos de Fascismo*. Editora da Universidade de São Paulo, Imprensa Oficial, Arquivo do Estado de São Paulo, 2010, pp. 440.

¹¹⁶ Discuti o assunto em artigo publicado nos anais do XXVI Simpósio Nacional de História da Associação Nacional dos Professores Universitários de História (ANPUH). MARCHETTI, Olavo Baldi. *Relações diplomáticas e políticas internas: a intervenção do governo italiano na restrição à organização de seus súditos no Brasil (1937 - 1945)*. In: XXVI Simpósio Nacional de História da Associação Nacional dos Professores Universitários de História. 2011, São Paulo, SP. Anais: <http://www.shh2011.anpuh.org/site/anaiscomplementares>. Acesso em 24 jan. 2012.

regularização das entidades – que já vinham influenciando consideravelmente na organização coletiva dessas pessoas. E defendo que este recrudescimento da coerção policial deveu-se, pelo menos em partes, à perda de influência da diplomacia italiana, devido à aproximação entre os governos do Rio e de Washington, e também devido à mudança de interesses do governo italiano em relação ao governo brasileiro.

Quando a Itália quebra a neutralidade e entra de vez na segunda guerra mundial, em 1940, os esforços da diplomacia italiana dão uma sensível guinada no sentido de cuidar dos interesses italianos na guerra, e “coincidentalmente”, este período é marcado pelo crescimento da vigilância e da repressão aos italianos, como procurarei demonstrar no próximo capítulo. A partir de fins de 1940 as questões referentes à migração e aos súditos italianos no Brasil perdem espaço para questões envolvendo a guerra. É sensível na documentação diplomática o esforço do governo italiano em tentar fazer com que o Itamaraty assumisse seus interesses e assuntos perante os países em conflito. O governo brasileiro passou a receber inúmeros pedidos do governo italiano para, por exemplo, buscar informações sobre as condições dos funcionários diplomáticos italianos:

*“Atendendo a solicitações constantes do Memorandum da Embaixada italiana, n° 1534, de 24 de agosto último, o Ministério das Relações Exteriores deu instruções ao Consulado Geral do Brasil em Beirute para obter notícias do pessoal consular italiano na Síria e no Líbano. As últimas informações a respeito desses funcionários foram transmitidas ao Governo da Itália, por intermédio da Embaixada do Brasil, em 18 de junho último.”*¹¹⁷

Este *memorandum*, expedido pela secretaria das relações exteriores do Brasil em 01 de julho de 1940, é um dos vários exemplos de que os interesses italianos em relação ao Brasil guinaram no sentido de fazer com que o Brasil colaborasse com o esforço de guerra italiano. E à medida que a guerra na Europa vai aumentando em extensão dos conflitos e em complexidade, a preocupação do governo italiano aumenta, e recai não somente sobre o seu corpo diplomático, mas também sobre cidadãos que se encontravam em território inimigo, sobre os prisioneiros de guerra, etc., pois eram recorrentes os pedidos de Roma

¹¹⁷ In: Fundo representações diplomáticas estrangeiras no Brasil (Itália). Notas expedidas (1940 a maio 1941). Estante 85, prateleira 05, maço 13. Arquivo Histórico do Itamaraty. Rio de Janeiro, RJ.

para que as missões diplomáticas brasileiras pela Europa e pelo mundo procurassem informações sobre cidadãos italianos:

*“O Ministério das Relações Exteriores atenciosamente cumprimenta a Real Embaixada da Itália e, com referência ao Memorandum de 15 de agosto findo, tem a honra de levar ao seu conhecimento, segundo comunicação da Embaixada do Brasil em Londres, que os cidadãos italianos Ricardo e Guido Gimpel estão bem, do que podem avisar a família.”*¹¹⁸

Esses e outros exemplos demonstram a intenção do governo italiano de fazer do Brasil um aliado para questões que envolviam a guerra. Quando o governo dos Estados Unidos (ainda neutro) envia para a aprovação do governo italiano uma lista de delegados que se dispunham a acompanhar o tratamento dos prisioneiros de guerra ingleses na Itália, no intuito de fazer cumprir uma convenção de guerra assinada em 27 de julho de 1929, o governo italiano toma a mesma atitude para cuidar de seus prisioneiros de guerra na Inglaterra, e pede para o governo brasileiro permita que seus delegados sejam os adidos militar e naval à embaixada brasileira em Londres:

*“Parecendo ao governo italiano necessário nomear uma comissão análoga para se ocupar da proteção dos prisioneiros italianos em territórios inimigos, Vossa Excelência me consulta sobre se o governo brasileiro concorda com a sugestão italiana de que a escolha dos membros da aludida comissão recaia nos Adidos Militar e Naval à embaixada brasileira em Londres.”*¹¹⁹

Conforme afirmei, são constantes as trocas de informações entre o governo brasileiro e o italiano sobre a situação dos interesses, das instalações e de cidadãos italianos em países inimigos. No intuito de aproximar o Brasil da Itália e de fazer com que Vargas colaborasse no esforço de guerra, o governo de Roma passa a enviar informações importantes, como as zonas de navegação que o Brasil deveria evitar, devido ao estado de

¹¹⁸ Carta da secretaria das relações exteriores do Brasil à embaixada Italiana. 09 de setembro de 1940. In: idem.

¹¹⁹ Carta enviada pela secretaria das relações exteriores do Brasil ao embaixador italiano Hugo Sola em 20 de novembro de 1940. In: idem.

guerra ¹²⁰. Esses novos interesses do governo italiano em relação ao governo brasileiro de certa maneira tomaram boa parte dos esforços da diplomacia italiana no Brasil, reduzindo, em consequência, as possibilidades do governo de Roma na defesa da organização dos seus súditos no Brasil. Neste sentido, os esforços da Itália para tentar manter o continente americano neutro em relação ao conflito europeu também podem ter contribuído sobremaneira para a diminuição das tentativas de atuação sobre a comunidade italiana aqui instalada ¹²¹. Além disso, o gradual alinhamento do Brasil com os Estados Unidos também favoreceu a piora da situação dos italianos, já que era uma das intenções do governo de Washington combater a organização dos súditos dos países do Eixo na América ¹²².

Todas essas questões influenciaram a relação entre o governo Vargas e a população italiana instalada no estado de São Paulo e serão consideradas nas análises a serem procedidas nos próximos capítulos da dissertação. Levar-se-á em consideração o projeto de controle social do governo Vargas para as análises das ações policiais de vigilância e repressão aos italianos em São Paulo, que serão feitas nos próximos capítulos. Porém, considerar-se-á também que este projeto sofreu influências de outras questões, como as relações diplomáticas e a necessidade de apoio internacional para o projeto desenvolvimentista. Também ater-me-ei aos debates aqui expostos para fundamentar minhas discussões sobre a organização da comunidade italiana, sua adesão ao fascismo e suas ações de resistência às investidas nacionalistas do governo Vargas. É necessário levar em conta as formas e as intenções da propaganda fascista de Mussolini no Brasil, o choque dessas políticas de propaganda com o nacionalismo brasileiro, o movimento de gradual aproximação entre Vargas e os Estados Unidos, além dos outros fatores aqui expostos, para que se compreenda melhor quais foram as causas da perseguição aos italianos, porque elas

¹²⁰ São várias as comunicações do governo italiano no sentido de delimitar as zonas perigosas para navegação. Essas informações tinham intuito de orientar os navios comerciais brasileiros e acredito eu, também de manter a proximidade e a confiança do governo brasileiro. Ver: Fundo representações diplomáticas estrangeiras no Brasil (Itália). Notas recebidas (1940 a 1942). Estante 85, prateleira 04, maços 09 e 10. Arquivo Histórico do Itamaraty. Rio de Janeiro, RJ.

¹²¹ Segundo Marco Mugnaini, a entrada do Brasil na segunda guerra arruinou alguns planos de Mussolini e Ciano para a América, dentre eles estava a manutenção da neutralidade no continente. In: MUGNAINI, Marco. *L'America Latina e Mussolini: Brasile e Argentina nella politica estera del'Italia (1919 - 1943)*. Milão: Franco Angeli Editore, 2008, p. 246, 247.

¹²² Ricardo Seitenfus aponta a colaboração e as trocas de informações entre a polícia política brasileira e o FBI na repressão à organização dos súditos do Eixo na América. In: SEITENFUSS, Ricardo. *O Brasil vai à guerra. O processo de envolvimento brasileiro na segunda guerra mundial*. Barueri – SP, Manole, 2003, p. 281, 282.

podem ser consideradas mais “brandas”, e quais eram as possibilidades de resistência da comunidade.

Cap. II – Ação: o governo brasileiro no enalço da organização italiana em São Paulo

Tendo em vista as discussões do primeiro capítulo, tentarei fazer algumas análises sobre as ações da polícia política paulista contra a população italiana do estado de São Paulo, entendendo que essas ações obedeciam a um plano claramente definido de controle, que tinha propósitos também claramente definidos. Como pretendo analisar a resistência às ações do governo Vargas é preciso, além de entender o projeto de controle e seus propósitos, verificar como ele foi aplicado.

Tendo em vista a divisão estabelecida no primeiro capítulo, que define diferenças na relação do governo brasileiro com a população italiana antes e depois da ruptura das relações diplomáticas entre o Rio de Janeiro e Roma ¹²³, buscarei entender as diferenças e semelhanças na atuação policial nos dois períodos. Mas antes, penso ser necessário trazer algumas idéias sobre as características da polícia e dos órgãos de controle das populações estrangeiras estabelecidos durante o primeiro governo de Getúlio Vargas.

2.1 – A função da polícia política no governo Vargas

Após a tomada de poder em 1930, Vargas procede uma reestruturação da polícia e dos órgãos de controle do Estado consonante com o projeto autoritário demonstrado no primeiro capítulo. A par do caráter sempre violento e intervencionista em favor das classes dirigentes da polícia brasileira, o opulento aparato policial engendrado pelo governo a partir de 1930 adquire no período uma função nova e importantíssima para o entendimento do presente trabalho:

¹²³ Essa divisão em dois períodos da repressão aos estrangeiros no Brasil não foi percebida somente por mim. Ana Maria Dietrich, ao analisar a situação dos alemães no estado de São Paulo frente às ações coercitivas do governo brasileiro, também atenta para o fato de haver uma diferença na postura do governo diante dos alemães nos dois períodos. Segundo a autora, no primeiro período (de 1938 a 1942), o governo adota uma postura nacionalista e xenófoba, já o segundo período (de 1942 a 1945) é caracterizado pelo combate aos súditos do Eixo como inimigos militares. In: DEITRICH, Ana Maria. *Caça às suásticas: o partido nazista em São Paulo sob a mira da polícia política*. São Paulo: Fapesp: Associação Editorial Humanitas: Imprensa Oficial, 2007.

*“A polícia, em todo este contexto [de reorganização do Estado brasileiro], assumia uma dimensão especial. Perdia definitivamente sua origem, que visava o bem público, ou mesmo sua dimensão burguesa pós-Revolução Francesa – que a instituiu como um agente armado para a repressão de crimes e desmandos do povo -, para adquirir um papel legal, juntamente com as instituições que a circundavam de perto, de intervenção direta sobre o cidadão das multidões e sua psique (grifo meu).”*¹²⁴

A estruturação de um aparato policial que tem como função a “intervenção direta sobre o cidadão das multidões e sua psique”, tem dois princípios fundamentais: a função de implementar uma idéia, cultura política ou ideologia elaborada pelo centro do poder, e a necessidade de uma ampla margem de ação sobre a sociedade, amparada por leis que lhe dêem essa possibilidade. Assim, durante o Estado Novo a polícia tinha a função de controlar o cidadão em sua relação com a sociedade e com o Estado, moldando sua postura e ajudando a inculcar uma forma de pensar e agir passiva e colaboracionista. Para isso, a instituição policial, amparada por um amplo arcabouço jurídico, exercia o “controle da malandragem, a vigilância das ruas..., o policiamento ostensivo das praias, o controle e tutela policiais das festas populares”¹²⁵, ou seja, fazia sentir sua presença nos locais públicos, vetando, censurando ou punindo toda e qualquer atividade que fosse contra as diretrizes de comportamento social impostas pelo governo brasileiro.

Essa noção de uma polícia onipresente e com uma função política a cumprir será importante para entendermos as formas de intromissão na vida cotidiana da organização coletiva dos italianos em São Paulo. O debate mais específico do estudo de caso será efetuado nos itens a seguir, mas é possível adiantar que, mesmo não sendo os alvos principais, como os alemães, por exemplo, a polícia política de Vargas se fazia sentir no cotidiano da coletividade italiana, influenciando diretamente na sua organização, durante todo o período do Estado Novo.

Conforme afirmei, uma das funções da polícia no período era vigiar o cidadão para enquadrá-lo nas diretrizes governamentais e, assim, afastar qualquer comportamento considerado incompatível com a ordem estabelecida. No que se refere ao elemento

¹²⁴ In: CANCELLI, Elizabeth: *O mundo da violência: a polícia na Era Vargas*. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2ª edição, 1994, p. 32.

¹²⁵ In: idem, p. 33.

estrangeiro, as leis demonstram que uma das questões que preocupava o governo e motivava a ingerência policial era a atividade política, como salientei no capítulo anterior. Neste sentido, a polícia na década de 1930 também passa a adquirir competências especiais:

*“Mesmo que consideremos que toda ação policial seja uma ação política, a definição institucional de polícia política só se dará no Brasil na década de 1930. A partir daí, o país terá possuirá (sic) uma polícia cada vez mais a serviço do poder político, através de uma instituição especializada do Estado, como um poder organizado para a opressão de classe. Além disso, tornar-se-á uma das principais armas do poder para a vigilância e a repressão aos movimentos sócio-políticos do período, colaborando, principalmente pelo medo, na criação de uma atmosfera de maior apoio aos governantes (grifo meu).”*¹²⁶

Apesar de a ditadura do Estado Novo ser derivada de um duro golpe na oposição de esquerda e de, depois de estabelecida, ter afastado também a fração politicamente mais ativa da direita, e mesmo com a colocação dos partidos políticos na ilegalidade e com o combate às ideologias revolucionárias do movimento operário, o clima de repressão política ainda se fazia sentir e agora açoitava aqueles que “importavam” ideologias européias. O estudo de caso ora proposto - e essa é uma das contribuições de um estudo sobre a perseguição a um grupo de direita, no caso os fascistas italianos – demonstra que, mesmo após a instauração da ditadura, manteve-se o tom sempre desconfiado e vigilante do governo diante de qualquer tentativa de organização que pudesse interferir na política nacional. Evidencia também o pragmatismo político de Getúlio Vargas, que não pretendia se atrelar a nenhuma corrente ideológica externa, mesmo as muito próximas das diretrizes estabelecidas pelo Estado Novo, o que levou o governo a vigiar e controlar, mesmo que de maneira indireta, até mesmo a ação de países politicamente próximos e simpáticos, caso da Itália.

No entanto, se internamente o governo não queria intromissões, externamente o jogo político - do qual dependia o sucesso dos planos desenvolvimentistas do governo -

¹²⁶ In: KONRAD, Diorge Alceno: *O fantasma do medo: o Rio Grande do Sul, a repressão policial e os movimentos sócio-políticos (1930-1937)*, p. 141. Tese (doutorado em História) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, SP.

requeria aliados. E, no caso da Itália, ela representava as duas possibilidades, pois se no plano interno o avanço da propaganda fascista incomodava, no plano externo o apoio de Mussolini se fazia necessário. Por isso Vargas não podia passar por cima dos acordos e das sinalizações que deu ao governo italiano de que iria respeitar a organização de seus súditos por aqui, mas ao mesmo tempo sabia das intenções do governo italiano de incentivar a organização de seus súditos em torno de uma “ideologia importada”, tendo como objetivo influir nos ditames da política nacional. Tendo em vista esta conjuntura ambígua, o governo Vargas definiu uma estratégia de atuação que buscavam conciliar os dois objetivos, o controle dos italianos no Brasil e a manutenção da simpatia do governo de seu país de origem. Para isso, utiliza-se do amplo aparato de controle do Estado - composto pelo pela polícia e também por outros órgãos, como o Departamento de Imprensa e Propaganda - coordenado pelos Ministérios da Justiça e também das Relações Exteriores.

No que tange a questão da repressão aos italianos no estado de São Paulo, uma boa definição para as autoridades controladoras do governo Vargas pode ser retirada da interessante autobiografia do historiador Eric Hobsbawm, quando o autor trata do sistema de justiça e repressão da Alemanha Oriental durante a Guerra Fria: “era uma burocracia monstruosa que abarcava tudo, não aterrorizava e sim constantemente acoitava, recompensava e punia seus súditos”¹²⁷. Essa definição, se aplicada ao caso brasileiro e ao período abordado, complementa o conceito de cidadania regulada discutido no primeiro capítulo. Entendendo a função dos órgãos de controle da perspectiva da regulamentação da cidadania, é possível compreender porque o governo Vargas não abriu mão de formular as leis restritivas, como sinalizou o chefe do Gabinete do ministro da justiça quando informado sobre os questionamentos do decreto-lei nº 383, mas concordou em “tomar em consideração as sugestões apresentadas... nas instruções a serem expedidas às autoridades encarregadas de aplicá-las”. Além de a idéia servir para acalmar os protestos da diplomacia fascista, mantinha-se a constante vigilância que por si só já colaborava para o clima de coerção e, além disso, fornecia as coordenadas para a atuação de outros órgãos, que se utilizavam de métodos indiretos de repressão.

¹²⁷ In: HOBBSAWM, Eric J.: *Tempos interessantes: uma vida no século XX*. São Paulo: Companhia das Letras, 2002, p. 171, 172.

Considerando o tom das relações diplomáticas com a Itália, o governo brasileiro procura estratégias indiretas de controle sobre a população italiana no Brasil. Além disso, haviam acordos e tratados entre os dois países que garantiam a defesa dos imigrantes italianos no Brasil, e como Vargas, dentro de suas características pragmáticas, buscava um equilíbrio entre as influências dos regimes totalitários e democráticos - não tomando partido de nenhum lado até o último momento possível - era necessário que o governo brasileiro adotasse uma postura de cautela no controle dos italianos no Brasil. Mais isso não significa que o controle não foi feito, conforme pretendo demonstrar.

Assim, nos próximos itens dedicar-me-ei a fazer uma reconstrução de alguns aspectos da ação policial sobre parte da comunidade italiana – principalmente aquela envolvida com o associativismo de caráter étnico - atentando tanto para as características da polícia ora apresentadas quanto para as relações entre Brasil e Itália discutidas no capítulo anterior, a fim de responder questões como os níveis de perseguição, a diferenciação entre o período anterior e posterior à ruptura das relações diplomáticas, além de fornecer a base necessária para um estudo da organização e da reação da comunidade nesse período de dificuldades, vigilância e repressão. Além disso, buscarei trazer para o debate sobre a coerção das populações estrangeiras no período do Estado Novo algumas visões sobre as formas e o alcance das ações do estado brasileiro. A intenção com essas discussões é demonstrar que a atuação de um Estado autoritário que tinha claros objetivos de controle social poderia ir além da violência policial direta e que também geravam empecilhos e prejuízos que não devem ser desprezados.

2.2 – A ação pré 42: vigilância e burocracia como ferramentas de coerção

Assim como na definição de Hobsbawm, as autoridades paulistas neste primeiro período ainda não atuavam de maneira incisiva na restrição a qualquer organização de caráter étnico, ou seja, não *aterrorizavam* os estrangeiros com medidas drásticas e contundentes, mas, como pretenderei demonstrar, tentavam *acossar*, ou controlar, a organização coletiva dos grupos. Apesar de parte das associações italianas serem de caráter abertamente político, como os *Fasci all'Estero*, e a OND, e de muitas outras com funções

beneficentes ou recreativas serem de alguma maneira ligadas a elas, o que era proibido por lei, o fato de a diplomacia de Roma ter se empenhado na defesa da organização dos italianos no Brasil, aliado à vontade de ambas as partes de manter boas relações diplomáticas, fizeram com que o governo brasileiro mantivesse certa cautela nas ações de vigilância e repressão aos italianos. Em alguns casos a cautela era tanta que a polícia adotava uma postura atenta, porém de pouca ou nenhuma interferência diante de situações ou atitudes que julgavam potencialmente perigosas. Exemplo dessa postura aconteceu em Sertãozinho, no interior do estado. Em fins de 1938 o delegado de polícia da cidade deparou-se com uma situação que lhe pareceu suspeita. Segundo a autoridade policial, estavam “sendo requeridos nesta Delegacia atestados de idoneidade para filhos de italianos, nascidos no Brasil, estudantes em geral, que se destina[vam] a uma viagem de recreio à Itália”¹²⁸. Diante dessa situação, o delegado:

“Compenetrado do espírito altamente patriótico e de inadiável defesa das instituições brasileiras que tem originado, ultimamente, diversas leis, levo[u] ao conhecimento de V. Excia.[o delegado adjunto de São Paulo Theophilo Mesquita] o fato, solicitando respeitosa venia para ponderar, externando:

- a) *que tal viagem [era] destinada pelo governo italiano, sem conhecimento do nosso, somente a filhos de italianos, nascidos no Brasil;*
- b) *que os jovens brasileiros candidatos a essa viagem [eram] obrigados a fazer ao Cônsul Geral da Itália em São Paulo, requerimento em idioma italiano...*
- c) *que aparentemente constitu[i]a essa iniciativa do Governo italiano uma manobra de adversidade ou simplesmente evasiva às leis e esforços para nacionalizar a educação de nossa infância e juventude, proporcionando-lhes, pela forma impressionante de uma viagem ao país de seus pais, os ensinamentos que lhes foram retirados com o fechamento das escolas estrangeiras.”*¹²⁹

A demanda por documentação para viagem de filhos de italianos “ao país de seus pais” chamou a atenção do delegado, que resolveu investigar o caso, procurando informações sobre o caráter de tal viagem. Ao deparar-se com o que ele entendeu como uma “manobra evasiva” para resistir à nacionalização das escolas estrangeiras no período, com o envolvimento do governo italiano, através de seu consulado em São Paulo, com

¹²⁸ In: Carta do delegado de Sertãozinho ao secretário de Segurança Pública de São Paulo, de 10 de junho de 1938. Fundo governos estaduais, representações e autoridades regionais e locais. Estante 110, prateleira 5, maço 10. Arquivo Histórico do Itamaraty, Rio de Janeiro – RJ.

¹²⁹ In: idem.

procedimentos que violavam o “espírito patriótico” e de “defesa das instituições brasileiras” - como a obrigatoriedade de fazer um requerimento em língua estrangeira - e imbuído do nacionalismo que permeava as leis de controle dos estrangeiros, o delegado procurou alertar as autoridades superiores para o perigo de não interferir no que ele entendia como uma tentativa do governo italiano de moldar o pensamento da juventude brasileira dentro da doutrina fascista:

“Esses jovens brasileiros, filhos de italianos, efetuando tal viagem sem a assistência de professores e educadores patrióticos que os dirijam e amparem, antes entregues á sua inata predisposição e direta orientação do governo fascista que lhes oferece a viagem, aprenderão mais de ideologias combatidas no Brasil do que lhes ensinariam as escolas estrangeiras fechadas ou controladas, sem embargo do grande proveito para a sua educação, constituído por tal viagem, quando tomadas todas as providencias para ampará-los dentro do espírito da nossa nacionalidade e instituições.” (grifo a lápis no documento) ¹³⁰

O trecho citado demonstra que delegado da cidade de Sertãozinho certamente acreditou - ou ao menos tentou transmitir a sensação de ter acreditado - ter se deparado com uma situação potencialmente perigosa para a segurança nacional. O fato demonstra que a promulgação das leis de controle foi acompanhada de uma elevação do nível de atenção das autoridades policiais para o assunto, que passaram a ser ver na missão de vigiar a organização dos estrangeiros, a fim de evitar qualquer perigo às instituições do Estado. No entanto, antes de tomar qualquer providência diante do “perigo alienígena”, era necessário que o delegado da cidade recebesse instruções das autoridades superiores, mais próximas ao governo central - postura que condiz com a hierarquia e a função policial, já descritas - e foi o que o delegado fez, recorrendo à delegacia central da cidade de São Paulo.

O delegado adjunto de ordem polícia e social da capital, Theophilo Mesquita, ao receber a denúncia e “ponderar” sobre o assunto, entende que o caso “excede a alçada policial”, uma vez que, ainda segundo o delegado Mesquita, “o assunto examinado na representação do Dr. Delegado de Sertãozinho” não incorria em irregularidade, “mesmo porque não é de crer-se que tal iniciativa, que se vem realizando às claras, se processe à

¹³⁰ In: idem.

revelia do governo”¹³¹. Contudo, como o delegado adjunto de São Paulo ainda não era o elo mais forte da hierarquia, ele encaminhou a decisão final às instâncias superiores, diretamente ligadas a Vargas, uma vez que estas poderiam aplicar ou ignorar a lei e tomar as providências que julgassem necessárias:

“... para que essa e, conseqüentemente, as demais dúvidas suscitadas se esclareçam, parece-me deve uma cópia da mencionada petição instruir consulta urgente a ser feita ao Exmo. Snr. Ministro das Relações Exteriores, para o que se encaminhará o presente protocolado ao Exmo. Snr. Secretário de Segurança Pública.” (grifo a lápis no documento)¹³²

Diante desta passagem, podemos nos indagar: porque consultar justamente o ministro das relações exteriores? O controle da sociedade, mesmo que dos cidadãos de origem estrangeira, não seria de competência dos órgãos relacionados com as políticas internas? O lógico não seria, em havendo dúvidas quanto à legalidade da viagem, que elas fossem esclarecidas junto ao Ministério da Justiça, por exemplo?

A consulta ao Ministério das Relações Exteriores demonstra que esse órgão tinha arbítrio sobre as questões envolvendo o controle das populações estrangeiras, justamente porque esse assunto não ficava restrito às questões da política interna, conforme demonstrei no primeiro capítulo. E, devido ao tom das relações entre Roma e o Rio de Janeiro, dificilmente as autoridades policiais poderiam agir neste caso sem causar algum tipo de indisposição entre as duas diplomacias, uma vez que, de fato, a viagem não incorria em nenhum tipo de ilegalidade prevista no código brasileiro - apesar de ser inegável que o delegado de Sertãozinho estava correto ao afirmar o caráter doutrinário da excursão. Mas, se de fato o governo italiano tinha claros objetivos de propaganda ao promover essa iniciativa, o governo brasileiro não via meios para impedir diretamente esta ação, pois, travestida de excursão recreativa e educativa, ela não incorria em crime. Apesar de não constar na documentação o desfecho do episódio das viagens, é de se supor - pela postura do delegado de São Paulo, por exemplo, ou pelo fato de no período esse tipo de iniciativa ser aceita e praticada pelos dois lados, como demonstrei no capítulo anterior - que o

¹³¹ In: Comunicação do delegado adjunto de ordem política e social Theophilo Mesquista ao delegado de ordem política e social de São Paulo, de 27 de junho de 1938. In: idem.

¹³² In: idem.

governo brasileiro não tenha tomado nenhuma atitude drástica neste caso, com certeza para evitar desgaste com o governo italiano, que estava diretamente envolvido no assunto.

Entretanto, se uma “inocente” viagem educacional não dava margem para interferência das autoridades brasileiras, ações da coletividade italiana que envolviam propaganda política mais direta eram vigiadas de perto pela polícia e, em alguns casos, eram cerceadas e reprimidas. Tomemos como exemplo o caso dos *Fasci all’Estero*. Como uma organização oficialmente fascista que o eram, os vários *Fasci* espalhados pelo estado de São Paulo foram os primeiros órgãos italianos a sofrerem interferência direta na sua organização e expansão. Após a promulgação do decreto nº 383, os *Fasci all’Estero*, seções do PNF no Brasil, acabaram por ser extintos, mesmo tendo utilizado “métodos indiretos para propagar a doutrina fascista no Brasil, valendo-se de atividades culturais, recreativas, assistenciais e educacionais”¹³³, previstas como legais pelo decreto nº 383. Apesar desses esforços, o *Fascio Filippo Corridoni* de São Paulo, por exemplo, acabou extinto em 1938, e o mesmo destino teve o *Fascio Cesare Battisti* da cidade de Itápolis.

No entanto, é fato que essas entidades na prática não se extinguíram completamente, e muitas, como os exemplos acima, procuraram alternativas para manter as atividades. O *Fascio Filippo Corridoni* acabou dando origem a outra instituição, o *Ente Assistenziale Filippo Corridoni*, e o *Fascio Cesare Battisti*, de Itápolis, transferiu suas atividades para a *Casa d’Italia* local¹³⁴. Mas, apesar das alegações - corretas, diga-se de passagem - de que “nas sedes [dos antigos *fasci*] continuaram sendo realizadas reuniões de caráter político”¹³⁵, é impossível negar que as mudanças forçadas promovidas pela ação policial causaram algum impacto, no mínimo psicológico, nos planos de expansão da propaganda fascista em São Paulo e no Brasil. Apesar das tentativas de resistência, é fato que, para a população em geral e até para parte dos italianos menos ligados às suas atividades, os *Fasci* podem ter perdido parte da sua “credibilidade”, ou poder de atração, por terem sido fechados por força dos decretos de regulamentação das atividades estrangeiras no Brasil. O processo de encerramento dos *Fasci* demonstra que as autoridades do governo Vargas não estavam de

¹³³ In: SANTOS, Viviane Terezinha dos. *Inventários DEOPS: módulo V – Italianos. Os seguidores do Duce: os italianos fascistas no estado de São Paulo*. São Paulo: Arquivo do Estado, Imprensa Oficial, 2001, pp. 27.

¹³⁴ Idem, p. 25 a 32.

olhos fechados para a organização dos italianos no estado de São Paulo, e que a disseminação de propaganda abertamente fascista não era vista com bons olhos já neste primeiro período. Se as atividades se mantiveram, as novas entidades já não eram mais sessões do PNF, e com certeza a obrigatoriedade da mudança de nome e de algumas características fez com que ao menos alguns dos envolvidos repensassem seu envolvimento com estruturas associativas de caráter étnico, principalmente as diretamente ligadas ao governo italiano.

Outra associação de caráter oficial do fascismo que sofreu com as ações do governo brasileiro foi a OND, sociedade que teve sua primeira sede inaugurada em São Paulo em novembro de 1931. Esta entidade passou, no período do Estado Novo, por significativas transformações, tornando-se, já em 1938, uma entidade nacional. Diante das exigências governamentais, como as contidas no decreto-lei nº 383, e muito provavelmente temendo o mesmo destino que tiveram os *Fasci* do estado, os dirigentes optaram por executar algumas mudanças, que foram acordadas em assembléia realizada em 19 de setembro de 1938, e a partir desta data a sociedade, que se chamava *Opera Nazionale Dopolavoro* – por isso era conhecida popularmente como *Dopolavoro* - passou a se chamar Organização Nacional Desportiva, mantendo a mesma sigla, OND ¹³⁶.

Entretanto, fora essas e outras mudanças, de maior ou menor importância, como alterações no quadro diretivo e em alguns pontos do estatuto ¹³⁷, a entidade manteve funcionando as atividades de propaganda fascista até 1942. Mas, a partir desta data - momento em que o governo Vargas endurece a repressão aos estrangeiros súditos do Eixo devido à ruptura das relações diplomáticas - a OND, mesmo sendo uma entidade nacional, passa a sofrer forte repressão, e já em “julho de 1942, todas as ONDs do estado de São Paulo foram fechadas” ¹³⁸.

Apesar de as ações pós-42 serem tema do próximo item, a rapidez no desmantelamento de uma entidade de tamanho considerável como a OND indica que o

¹³⁵ In: TRENTO, Angelo. “Donde haya un italiano, allí estará La bandera tricolor”. *La penetración del fascismo entre los emigrantes en el Brasil*. In: SCARZANELLA, Eugenia. *Fascistas em América del Sur*. Buenos Aires: Fondo de Cultura Económica, 2007, p. 80.

¹³⁶ Ver: In: Prontuário nº 29.293 (Organização Nacional Desportiva). Fundo DEOPS. APESP. São Paulo, SP.

¹³⁷ Os detalhes dos processos de nacionalização das entidades italianas em São Paulo, como os motivos e os procedimentos, serão analisados de maneira mais aprofundada no terceiro capítulo da dissertação.

¹³⁸ SANTOS, Viviane Terezinha dos. *Inventários DEOPS: módulo V – Italianos. Os seguidores do Duce: os italianos fascistas no estado de São Paulo*. São Paulo: Arquivo do Estado, Imprensa Oficial, 2001, pp. 40.

governo brasileiro não começou a se preocupar com a disseminação do fascismo entre os italianos somente após a ruptura das relações diplomáticas com a Itália. Cabe ainda discutir porque (ou se) não foi tomada nenhuma atitude anteriormente, mas por enquanto é preciso ressaltar que, mesmo não agindo de maneira contundente, a polícia política paulista mantinha os olhares atentos sobre esta instituição fascista antes mesmo de o Brasil romper relações com a Itália. Além da rapidez e eficiência da ação, existem outros indícios de que a vigilância sobre o *Dopolavoro* era constante. O delegado adjunto da polícia de São Paulo, Carlos E. Bittencourt Fonseca, produziu, em 02 de março de 1943, um relatório de investigações que traz importantes detalhes sobre a constituição da sociedade, como data de fundação, composição das sucessivas diretorias, aberturas de filiais, além de informações sobre o processo de nacionalização ¹³⁹, o que indica que a entidade já vinha sendo vigiada a tempos. Outro relatório, produzido pelo investigador Pedro Jacinto Martins Costa em 07 de novembro de 1940, também traz indícios da constante vigilância policial sobre a OND, relatando inclusive um encontro de alguns membros no restaurante Diana, situado na capital paulista que traz detalhes de conversas entre esses indivíduos, como a fala de Conrado Bernacca ¹⁴⁰, que “ataca” o Brasil por tratar os italianos “como estrangeiros indesejáveis, e sem igualdade de direitos” ¹⁴¹.

Nesses trabalhos investigativos, os agentes da repressão davam suas impressões sobre o impacto da propaganda fascista na comunidade italiana. Em relatório de outubro de 1941, produzido pelo delegado adjunto de ordem política e social de São Paulo Manoel Ribeiro da Cruz, é possível verificar a noção que as autoridades policiais tinham da penetração da ideologia fascista através das atividades do governo italiano, da sua intenção de tocar a comunidade como um todo e da “mudança de postura” de alguns italianos no Brasil, considerados assimilados, mas que sentiram a influência do regime de Mussolini:

¹³⁹ In: Prontuário n° 29.293 (Organização Nacional Desportiva). Fundo DEOPS. APESP. São Paulo, SP.

¹⁴⁰ Segundo João Fabio Bertonha, Bernacca era “antigo tecelão e militante de esquerda que inclinou para o fascismo num processo que até a política achava duvidoso, e no qual os limites entre conversão ideológica e puro oportunismo são difíceis de definir com clareza”. In: BERTONHA, João Fabio. Trabalhadores imigrantes entre fascismo, antifascismo, nacionalismo e lutas de classe. In: In: CARNEIRO, Maria Luiza Tucci; CROCCI, Federico; e FRANZINA, Emilio (orgs.). *História do trabalho e histórias da imigração: trabalhadores italianos e sindicatos no Brasil (séculos XIX e XX)*. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, Imprensa Oficial, 2010., p. 67, 68.

¹⁴¹ In: Prontuário n° 29.293, OND São Paulo. Fundo DEOPS. APESP. São Paulo – SP.

“[A colônia italiana] é a mais numerosa, estando em todos os ramos da atividade pública. É pacífica e está voltada para os interesses nacionais, pois aqui os italianos constituíram família, adotando a pátria e lhe querendo bem. No entanto, depois da penetração do fascismo na Itália, aos poucos foi mudando a feição das cousas. Organizações políticas se foram criando, as quais trouxeram, conseqüentemente, uma série de ‘centros’ de natureza social, em que se deu o interesse não somente aos italianos natos, mas também aos seus descendentes. Essa mutação foi notável: o filho do italiano e o italiano, que eram mais brasileiros que os brasileiros, já não existem. O ‘controle’ do país de origem se faz sentir... As nossas autoridades vêm controlando todas as atividades individuais dos italianos, percebendo que eles se mantêm, no entanto, pacificamente, embora torçam pela vitória, o que é natural, do Eixo.” (grifos meus)¹⁴²

Interessante notar que o entendimento do delegado não é tão discrepante da forma de atuação do governo italiano, pois a “penetração do fascismo na Itália” de fato “mudou a feição das cousas” por aqui. Quando Mussolini assume o poder, de fato há um incentivo à organização do que a autoridade chamou de “centro de natureza social” (as associações, por exemplo). Esse e os outros exemplos indicam que o trabalho de vigilância policial sobre a comunidade italiana do estado de São Paulo vinha sendo procedido de maneira atenta e antes mesmo da ruptura das relações diplomáticas e da declaração de guerra, e que a preocupação com a “mudança”, ou desnacionalização, do elemento italiano era constante. Além disso, mesmo considerando o exagero do discurso policial, o fato do delegado exaltar a mudança “notável”, é indício de que havia um ambiente minimamente propício para o contato entre a comunidade italiana e sua etnicidade e, concomitantemente, com a política de seu país de origem. Mas, como provavelmente aconteceu no caso de Sertãozinho, é fato que a polícia enquanto instituição repressora pouco fez para interferir diretamente na organização coletiva dos italianos neste período, salvo algumas poucas exceções, como os *Fasci*.

No entanto, se a polícia pouco fez em termos de ação repressiva direta, seus trabalhos de vigilância, investigação e mesmo de ação em alguns casos, somados a outras medidas, foram de certa maneira eficientes no controle da organização étnica e política dos italianos fascistas no estado de São Paulo. Algumas das medidas de controle sobre entidades como os *Fasci* e o *Dopolavoro* - como a descaracterização causada pela necessidade de enquadramento nos ditames do decreto-lei nº 383 - ilustram bem a idéia.

¹⁴² Relatório do delegado adjunto de ordem política e social de São Paulo, Manuel Ribeiro da Cruz. São Paulo, 01 de outubro de 1941. Fundo Getúlio Vargas. Notação: GV c 1941.10.01. CPDOC/FGV. Rio de Janeiro, RJ.

Mesmo que as atividades de caráter doutrinário tenham continuado até o momento do definitivo recrudescimento da repressão aos fascistas ¹⁴³, somente o fato de as sociedades terem perdido seu caráter oficial e estrangeiro já causava no mínimo desconfortos, pelo menos entre os diretores e sócios mais fervorosos. Além disso, com certeza ao menos alguns dos sócios, por exemplo, do *Dopolavoro* – que, oriundos da classe trabalhadora, já não eram os mais próximos do fascismo ¹⁴⁴ - tomaram consciência da vigilância policial e da aplicação de medidas restritivas, e isso pode ter levado parte do grupo a repensar sua relação com o associativismo, conforme afirmei.

E, além do desgaste psicológico ou de ânimo associativo que as medidas podem ter causado, houve consequências diretas até para as estruturas físicas. As restrições às atividades da OND, por exemplo, se não acabaram com a entidade, impediram a sua expansão. Em 03 de abril de 1939 foi votada, na sede da capital, a abertura de mais duas novas seções da OND, uma na cidade de Limeira e a outra em Valinhos, e no mesmo ano a própria Secretaria de Segurança Pública do estado de São Paulo, “desde que sob inteira fiscalização da polícia” ¹⁴⁵, autorizou a abertura das mesmas. Mas, segundo o presidente da sede de Limeira, a sociedade requereu ao DEIP (Departamento Estadual de Imprensa e Propaganda) o alvará de funcionamento referente ao ano de inauguração, mas como este não foi concedido, a instituição não funcionou ¹⁴⁶.

¹⁴³ Tucci Carneiro relata o registro policial de “uma concorrida sessão cinematográfica promovida pelo Dopolavoro... com caráter eminentemente político”, onde foram exibidos filmes e jornais italianos e alemães. In: CARNEIRO, Maria Luiza Tucci. *Tutti buona gente! Subversivos de origem italiana nos arquivos do Deops-SP*. In: CARNEIRO, Tucci, CROCI, Federico e FRANZINA, Emilio. *História do trabalho e histórias da imigração*. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, Fapesp, 2010, pp. 173.

¹⁴⁴ Se o alvo da OND eram as “classes populares” e estavam situados em centros urbanos, uma boa parte do público era de origem operária e, como bem demonstrou Bertonha, “apesar do sucesso do fascismo em penetrar e controlar a maior parte das associações operárias italianas de São Paulo e em atingir um número razoável de operários... trabalhadores e operários foram o grupo social da coletividade italiana menos atingido pelo fascismo”. In: BERTONHA, João Fabio. *Trabalhadores imigrantes entre fascismo, antifascismo, nacionalismo e luta de classe*, pp. 68. In: CARNEIRO, Tucci, CROCI, Federico e FRANZINA, Emilio. *História do trabalho e histórias da imigração*. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, Fapesp, 2010.

¹⁴⁵ In: Prontuário nº 8.983, ODN Limeira. Fundo DEOPS. APESP, São Paulo – SP.

¹⁴⁶ Essa informação dada pelo presidente da seção de Limeira de que a entidade não funcionava desde 1939 muito provavelmente não é verídica, podendo ter sido dada para desviar o foco das autoridades policiais, pois, além de o prédio em que funcionava a entidade ter sido doado para a prefeitura da cidade somente em 1942, o que pode evidenciar que ela funcionava irregularmente, existem outras evidências de que a entidade funcionou até 1941, como afirma Viviane Terezinha dos Santos. In: idem; e SANTOS, Viviane Terezinha dos: *Os Seguidores do Duce: os italianos fascistas no estado de São Paulo*. São Paulo: Arquivo do Estado/ Imprensa Oficial, 2001, pp. 33.

Além de a burocratização ter ajudado a frear a expansão do *Dopolavoro* no estado, acarretou outros problemas, como no caso da sessão de Campinas, que durante um tempo foi obrigada a requerer alvarás mensais de funcionamento ¹⁴⁷. Muito provavelmente esta era uma manobra para obrigar a entidade a manter constante contato com as autoridades governamentais, uma vez que as atividades fascistas na cidade, que tinha uma população de 23 mil italianos e ítalo-brasileiros em 1937 ¹⁴⁸, eram constantes, e organizadas pela OND e também pelo *Fascio* da cidade. E além das sucursais do interior a sede de São Paulo também sofria com o mesmo problema de concessão dos alvarás de funcionamento, que nos anos de 1939, 1940 e 1941 dependeram de parecer do Ministério da Justiça, mesmo com a entidade já nacionalizada ¹⁴⁹.

As exigências legais e burocráticas criadas pelo Estado Novo obrigaram a OND a passar por adaptações, mesmo sem dissolvê-la completamente. Essa entidade, criada no ano de 1931 para promover atividades culturais, recreativas e esportivas para a coletividade italiana de São Paulo e que “desempenh[ava] um papel fundamental na doutrinação fascista entre as classes populares” ¹⁵⁰ foi afetada de alguma forma, seja na mudança do nome para Organização Desportiva Nacional, na interferência no processo de expansão ou na obrigação de manter constante contato com as autoridades controladoras do governo, como o DIP, o DEOPS ou o Ministério da Justiça, fatores que com certeza afetaram o livre desenvolvimento das atividades de propaganda fascista.

Esses e outros exemplos demonstram que já neste período eram impostas barreiras para a organização dos italianos no estado de São Paulo, principalmente para aqueles mais diretamente ligados ao governo fascista. Se a ferramenta de coerção não era a repressão policial direta, como aconteceu a partir de 1942, o aumento da burocracia, em conjunto com ações “preventivas” de vigilância, causou repercussões. E, é necessário ressaltar, afetou não somente as organizações mais diretamente ligadas ao fascismo, mas, de uma maneira ou de outra, as associações italianas do estado de São Paulo como um todo. Essas entidades tiveram que minimamente se adequar às exigências do governo, que previam, dentre as outras medidas, a opção pela manutenção do caráter estrangeiro – o que traria

¹⁴⁷ Prontuário n° 12.345 (OND Campinas). Fundo DEOPS. APESP. São Paulo, SP.

¹⁴⁸ In: idem, pp. 27.

¹⁴⁹ Ver: Prontuário n° 29.293 (Organização Nacional Desportiva). Fundo DEOPS. APESP. São Paulo, SP.

¹⁵⁰ In: idem, pp. 32.

empecilhos legais como a proibição da participação de nacionais (leia-se ítalo-brasileiros) – ou pela nacionalização, além da necessidade de regularização junto aos órgãos burocráticos do Estado, como o DIP.

Os prontuários produzidos pelas delegacias da capital e de todo o interior do Estado¹⁵¹ contêm diversas referências da mobilização dos italianos para cumprir as exigências, como adquirir as licenças e os alvarás exigidos desde 1938. Esses entraves burocráticos foram os principais empecilhos para a organização das associações de caráter étnico dos italianos em São Paulo neste período, uma vez que, apesar de as exigências terem sido, no geral, cumpridas pelas entidades étnicas, como demonstrarei no próximo capítulo, a lentidão gerada falta de vontade ou pela desconfiança das autoridades brasileiras causou transtornos, como afirmaram as autoridades diplomáticas italianas no Brasil. Exemplos concretos desses problemas não faltam.

Em 1940 a Sociedade Italiana Dante Alighieri de Bauru ainda mantinha o *status* de entidade estrangeira, mas permitia, como previsto em sua carta estatutária, a participação de nacionais e estrangeiros, o que era proibido para as associações que não optaram pela nacionalização. Devido a essa “falha” na regularização dos estatutos o delegado de São Paulo se viu obrigado a recorrer ao Ministério da Justiça, pedindo instruções para os procedimentos a serem tomados¹⁵². E apesar de não constar no prontuário da polícia a decisão tomada pelo Ministério, mas baseando-me nos procedimentos adotados no momento, creio ser possível afirmar que a entidade teve que ao menos alterar suas diretrizes de aceitação de sócios, além de tomar outras medidas nacionalizadoras.

Mas, para além das adaptações estatutárias que foram exigidas, havia o problema da aquisição das licenças e alvarás de funcionamento. Apesar de a emissão desses documentos não ter sido sistematicamente negada pelas autoridades brasileiras, não era tão fácil ou rápido obtê-los, e se obtidos, poderiam ter caráter provisório ou ter condições para a sua validade, como no caso das seções da OND ou de outras entidades italianas, como a

¹⁵¹ Encontram-se registro de investigações em cidades de quase todas as regiões do estado, como por exemplo: Ribeirão Preto, São José do Rio Preto, Franca, Cravinhos, Sertãozinho e Olímpia, a oeste e noroeste do estado; Bauru, Bariri, Itápolis, Lençóis Paulista e Avaré na região central; Serra Negra, Jardinópolis, Taubaté na região do vale do Paraíba, nordeste do estado; no sudeste e no sudoeste, Ourinhos, Jacarezinho e Itapetininga; e também muitas na região de Campinas, como: Itapira, Itu, Limeira, Rio Claro, Vinhedo, Valinhos, Piracicaba, Bragança Paulista, Rio das Pedras e a própria Campinas. Ver lista de prontuários analisados no anexo. Fundo DEOPS. Arquivo Público do Estado de São Paulo. São Paulo – SP.

¹⁵² Prontuário n° 77.089 (Sociedade Italiana Dante Alighieri - Bauru). Fundo DEOPS. APESP. São Paulo, SP.

Sociedade Italiana de Mútuo Socorro Beneficente “Luigi di Savoia” de Itu, que pediu o alvará de funcionamento em 20 de fevereiro de 1940, que foi concedido “a título precário”¹⁵³. Qualquer que tenha sido o peso legal dessa condição do alvará, com certeza significava que poderia ser suspenso a qualquer momento, colocando em risco o funcionamento da entidade e deixando apreensivos seus diretores e sócios.

E, além de o governo conceder alguns alvarás com condições de validade, a demora na emissão também era uma constante, como no caso da *Associazione Italiana fra Mutilati e Reduci di Guerra* de São Paulo, que encerrou suas atividades no início de 1942, mas que requereu seu alvará de funcionamento em 17 de setembro de 1938, não sendo atendida até a data do encerramento ¹⁵⁴. Também ocorreram casos em que os alvarás simplesmente não foram concedidos, como no caso da Sociedade Italiana Beneficente Recreativa Príncipe de Nápoles, situada na cidade de Casa Branca, que requereu o alvará no ano de 1939, e como este não foi concedido, a sociedade foi extinta no mesmo ano ¹⁵⁵. A Sociedade Italiana Dante Alighieri de Bauru, também não conseguiu autorização para funcionar e fechou as portas em 20 de janeiro de 1942 ¹⁵⁶. Além delas, as sedes de Limeira e Valinhos da OND foram impedidas de funcionar por não conseguir os documentos ¹⁵⁷, conforme já afirmei.

Os casos apresentados ajudam a demonstrar que os entraves gerados pela burocracia criada pelo governo Vargas colaboraram no controle da organização coletiva dos italianos em São Paulo, mesmo sem a utilização da repressão policial, que poderia causar atritos com o governo de Roma. O único caso em que o governo brasileiro interferiu de maneira mais incisiva foi o dos *Fasci all’Estero*. Mas isso não significa que o plano de controle dos estrangeiros no Brasil não tenha afetado os italianos do estado de São Paulo desde os primeiros momentos de sua elaboração. Além do impacto sobre as organizações diretamente ligadas ao governo de Roma, as entidades de caráter étnico em geral também sentiram os efeitos do projeto de controle social de Getúlio Vargas. Uma vez que o objetivo

¹⁵³ Prontuário n° 45.69, (Sociedade Italiana de Mútuo Socorro Beneficente “Luigi de Savoia”). Fundo DEOPS. APESP, São Paulo – SP.

¹⁵⁴ Prontuário n° 51.810 (*Associazione Italiana fra Mutilati e Reduci di Guerra*). Fundo DEOPS. APESP, São Paulo – SP.

¹⁵⁵ Prontuário n° 9.272 (Sociedade Italiana Beneficente Recreativa Príncipe de Nápoles de Casa Branca). Fundo DEOPS. APESP, São Paulo – SP.

¹⁵⁶ Ordem expedida por Cândido Mota Filho, Diretor Geral da DEOPS. In: Prontuário n°43.727 (Instituto Médio Dante Alighieri). Fundo DEOPS. AESP. São Paulo, SP.

¹⁵⁷ In: Prontuário n° 8.983 (ODN Limeira). Fundo DEOPS. APESP, São Paulo – SP.

do projeto não era cercear qualquer tipo de expressão de caráter étnico, mas evitar a criação de “núcleos inassimiláveis” ou de centros disseminadores de idéias “exóticas” e “ideologias importadas”, o fato de o governo ter obrigado as entidades estrangeiras a se adaptarem às novas exigências legais e de os italianos em São Paulo terem procurado cumpri-las já demonstra que o projeto de controle social surtia efeitos, pois as adaptações envolviam medidas como a nacionalização e o controle ou restrição das atividades, como a impossibilidade legal de atuar junto aos nacionais (ítao-brasileiros) ou de “exercerem qualquer atividade de natureza política”¹⁵⁸.

O clima de vigilância e criminalização que pairava sobre a organização dos estrangeiros no Brasil com certeza colaborou para de alguma maneira alterar os rumos do associativismo de caráter étnico dos italianos em São Paulo. Como veremos no capítulo posterior, que discutirá as reações das associações italianas e de seus organizadores frente ao projeto nacionalista de Vargas, muitas das entidades do estado de São Paulo, mesmo aquelas que não eram diretamente ligadas a organismos políticos, sofreram mudanças consideráveis, como a nacionalização, ou até encerraram suas atividades mesmo sem a imposição da polícia ou de outras instâncias controladoras.

Neste item tentei demonstrar que, apesar de em certos momentos o governo italiano ter obtido sucesso na defesa de seus interesses e de seus súditos, pois as atividades de propaganda de fato continuaram até 1942, essas pressões tinham um limite, e apesar dos esforços de Roma o governo Vargas procurou combater a organização abertamente fascista e controlar o associativismo étnico em São Paulo, mesmo que indiretamente, através de entraves burocráticos. Diante dessa situação, é possível afirmar que a condição dos italianos em São Paulo neste primeiro período manteve-se, digamos, razoável para os dois lados interessados. Para o governo italiano, as suas pretensões de propaganda fascista e de manutenção das boas relações puderam ainda ser minimamente cumpridas, uma vez que a organização de seus súditos não foi completamente cerceada. Se os *Fasci* ou a OND não podiam mais atuar livremente, mantiveram algumas atividades e, além disso, o consulado de São Paulo podia procurar vias alternativas para exercer sua influência, como criar novas entidades, como o *Ente Assistenziale*, ou tentar influir sobre as associações já existentes. Para o governo Vargas, este pôde efetuar o controle dos italianos, se não de maneira aberta

¹⁵⁸ BRASIL. Decreto-lei n° 383, de 18 de abril de 1938. Notação: BR,AN,RIO 35.0.DLE.383. Arquivo

e utilizando-se da famigerada truculência da polícia brasileira, pelo menos através da burocracia, mantendo assim as rédeas da situação sem bater de frente com o governo de Roma, e ao mesmo tempo colocando em prática, mesmo que de maneira gradual, seus planos de nacionalização dos estrangeiros e de salvaguarda das instituições nacionais.

As relações diplomáticas entre o Brasil e a Itália expostas no primeiro capítulo, somado às formas de ação policial descritas demonstram que os esforços de ambas as partes para manter o equilíbrio entre a aplicação dos projetos e as boas relações foi um dos principais fatores que mantinham esse tênue equilíbrio entre tolerância e repressão às atividades dos elementos italianos no estado de São Paulo. Isso porque, a partir do momento em que essas relações vão se desgastando - com Vargas tendendo para o alinhamento com os Estados Unidos e a Itália aproximando-se cada vez mais da Alemanha nazista ¹⁵⁹ - a situação dos italianos no Brasil vai ficando mais complicada. Como é possível perceber através da análise da documentação policial, a partir de 1940 - momento em que as políticas externas de Alemanha e Itália se alinham oficialmente e que a diplomacia italiana passa a ter outras prioridades, devido à entrada na guerra - o governo brasileiro passa a movimentar-se mais ativamente na vigilância e no controle dos italianos em São Paulo. A partir desse período relatórios são produzidos com mais frequência e com um tom mais alarmista, as formas de controle até então adotadas vão se intensificando, ficando mais difícil, por exemplo, conseguir um alvará de funcionamento para as sociedades de caráter étnico, mesmo aquelas nacionalizadas. As investigações passam do nível institucional para o nível pessoal, com a polícia no encalço dos dirigentes das sociedades, como no caso da OND. Até que, em 28 de janeiro de 1942, a diplomacia italiana fica sem qualquer possibilidade de atuar na defesa de seus súditos.

Nacional. Rio de Janeiro, RJ.

¹⁵⁹ Em 1939 a Itália firma sua aproximação com a Alemanha através da assinatura do pacto *D'Acciaio*, que estabelecia as bases do alinhamento das políticas dos dois países. In: MUGNAINI, Marco. *L'America Latina e Mussolini: Brasile e Argentina nella politica estera del'Italia (1919 – 1943)*. Milão: Franco Angeli Editore, 2008, pp. 194.

2.3 – A ação pós-42: relações diplomáticas rompidas e o caminho livre para a implementação integral dos planos de controle

“Atendendo ao pedido contido no telegrama n° 732, de 17 do corrente, do Sr. Ministro da Justiça, ao Sr. Interventor Federal deste Estado, no qual transmite instruções referentes a um maior controle das sociedades de estrangeiros e aquelas nacionalizadas, estabelecidas no território nacional, determino que... seja expedida intimação... ao presidente da Sociedade Italiana de Beneficência de São Paulo para prestar esclarecimentos...”¹⁶⁰

Essa intimação foi expedida pelo delegado adjunto de ordem política e social de São Paulo, Elpídio Reali, em 08 de janeiro de 1942, portanto somente alguns dias após a ordem do ministro da justiça para aumentar o controle das atividades estrangeiras e vinte dias antes do definitivo rompimento das relações diplomáticas entre o Brasil e a Itália. A declaração de guerra ao Eixo só seria apresentada em 22 de agosto daquele ano, portanto sete meses após a data do referido documento, o que demonstra que não foi a declaração de guerra em si o marco da sistematização da repressão aos súditos do eixo - apesar de a declaração ter agravado a situação desses indivíduos. Neste momento os ventos da guerra, em sua fase mais crítica na Europa, já sopravam no continente americano, e a influência estadunidense colaborou sobremaneira para o recrudescimento das ações contra os estrangeiros súditos do Eixo no Brasil. Assim, apesar de o estado de neutralidade ter sido rompido somente em meados de 1942, o governo brasileiro já vinha tomando atitudes mais diretas contra os italianos no Brasil, demonstrando que já não se deixava mais influir tanto pela diplomacia italiana, cujas pressões para atenuar as hostilidades contra seus súditos já não se mostravam mais tão eficazes.

Por isso, mais que a declaração de guerra, a oficialização do rompimento diplomático, em janeiro de 1942, ou mesmo o estremecimento das relações após 1940, foi o fator que mais afetou a organização coletiva dos italianos em São Paulo. A ordem do ministro - que muito provavelmente derivou do eminente rompimento das relações

¹⁶⁰ Portaria expedida pelo delegado adjunto à ordem social de São Paulo Elpidio Reali, em 08 de janeiro de 1942. Prontuário n° 20.911 (Sociedade Italiana de Beneficência de São Paulo). Fundo DEOPS. APESP, São Paulo – SP.

Brasil/Eixo - é clara quanto à intenção do governo de reforçar o controle das associações de caráter étnico, mesmo “aquelas nacionalizadas”, e foi rapidamente encaminhada para as delegacias, que iniciaram imediatamente as ações.

A referência ao citado telegrama do ministro da justiça aparece não apenas no prontuário da Sociedade Italiana de Beneficência de São Paulo, mas também em vários outros, como da OND ¹⁶¹, do Instituto Ítalo-brasileiro de Alta Cultura ¹⁶², da Sociedade Italiana Dante Alighieri ¹⁶³ ou da Sociedade Italiana de Cultura “*Muse Italiche*” ¹⁶⁴. Várias delegacias do interior receberam, em janeiro de 1942, recomendações para intensificar a vigilância sobre as sociedades estrangeiras, como a delegacia de Serra Negra ou a delegacia regional de Campinas, que recebeu um rádio telegrama do Ministério da Justiça recomendando o aumento no rigor da vigilância sobre as atividades na região:

“Para imediata e severa execução em todo o território dessa região policial passo a transcrever-vos instruções recebidas do Ministério da Justiça acerca das sociedades de estrangeiros: entendendo a gravidade da situação internacional o Governo Federal julga necessário manter um controle mais estreito das sociedades estrangeiras tendo em vista, especialmente, o disposto decreto-lei n° 383, pelo qual o governo se reservou ampla faculdade para autorizar, restringir ou vetar as atividades de tais instituições.” (grifos meus) ¹⁶⁵

Essa preocupação em reforçar a vigilância sobre as organizações italianas demonstra que o período foi marcado pelo aumento do controle sobre o grupo em São Paulo. Seguindo o critério imposto à polícia de aguardar ordens superiores, a recomendação do ministro para exercer maior controle das sociedades estrangeiras em território nacional serve como o gatilho que dispara o mecanismo da ação policial.

É possível afirmar, no que diz respeito às atividades policiais, que neste período a observação deu lugar a ações mais diretas e incisivas que, somadas ao trabalho já efetuado

¹⁶¹ Prontuário n° 29.293 (Organização Nacional Desportiva). Fundo DEOPS. Arquivo APESP, São Paulo, SP.

¹⁶² Prontuário n° 9.930 (Instituto Ítalo-brasileiro de Alta Cultura). Fundo DEOPS. APESP, São Paulo, SP.

¹⁶³ Prontuário n° 43.727 (Sociedade Italiana Dante Alighieri). Fundo DEOPS. APESP, São Paulo, SP.

¹⁶⁴ In: Prontuário n° 48.262 (Sociedade Italiana de Cultura *Muse Italiche*). Fundo DEOPS. APESP. São Paulo, SP.

¹⁶⁵ In: Rádio da Secretaria de Segurança Pública de São Paulo à delegacia de Campinas. In: Prontuário n° 6.267 (Sociedade Italiana de Serra Negra). Fundo DEOPS. APESP. São Paulo, SP.

anteriormente de investigação e controle mediante entraves burocráticos, pioraram a já não muito favorável situação dos italianos em São Paulo. As instruções dadas ao delegado regional de Campinas, por exemplo, demonstram a pretensão do governo de fazer a polícia atuar mais diretamente no controle dos estrangeiros:

“Estas instruções aplicam-se às sociedades culturais, recreativas, beneficentes ou de assistência, bem como estabelecimentos de ensino não oficiais. Verificar se as sociedades entre estrangeiros cumpriram a exigência do registro na forma do Decreto 383 de 18 de abril de 1938. Para o fim do item anterior: 1 – intimar a sociedade a provar que obteve registro; 2 – caso a sociedade ainda não tenha obtido o registro, exigir a prova de que o requereu; não tendo havido requerimento, fechar a sociedade, quando recreativa e cultural, e quando beneficente, assumir-lhe a direção, cessando ipso facto os poderes dos órgãos sociais; 4 – comunicar ao Ministério da Justiça os casos de número 2 e 3; 5 – estando registrada a sociedade, ou tendo requerido, A) Não permitir que nela se efetuem reuniões sem a presença da autoridade; B) Não permitir que nas reuniões se ouçam radio-emissões do exterior; C) proibir reuniões fora dos recintos da sociedade. Quarto) Tratando-se de sociedades já nacionalizadas, ou de sociedades nacionais em que predominem estrangeiros, brasileiros naturalizados ou brasileiros de ascendência estrangeira: não renovar alvará de licença anual, ou cassar o já concedido, enquanto a diretoria não estiver composta por pelo menos dois terços de brasileiros natos; 2) nos dois terços a que se refere o número 1 devem estar incluídos o presidente ou membros da diretoria que tenham poderes preponderantes na administração; 3) recusar o alvará de licença quando algum dos membros da diretoria, estrangeiro ou brasileiro, não parecer à autoridade suficiente zeloso dos interesses nacionais; 4) exercer, sobre as mesmas, fiscalização constante; 5) observar o disposto no n° 5 do item anterior.” (grifo a lápis no documento)¹⁶⁶

Se no período anterior o governo orientava a polícia a acompanhar de perto a movimentação das sociedades, mas aparentemente instruía a não interferir diretamente no andamento de suas atividades ou no seu espaço físico – utilizando-se mais da burocracia para tentar barrar o crescimento e, principalmente, o direcionamento político do associativismo étnico italiano em São Paulo - a partir de 1942 a atuação policial se fazia sentir de maneira mais direta. Deste momento em diante, as autoridades policiais são autorizadas a manter “fiscalização constante” e a intervir diretamente no funcionamento das sociedades, podendo restringir ou cessar atividades. Além disso, foi recomendado também, conforme previa o projeto de controle, a intervenção e apropriação das sociedades que fossem de algum proveito para a sociedade, como as beneficentes.

Devido às ordens acima citadas, uma onda de intimações foi expedida com o objetivo de - além de colher os depoimentos dos diretores das entidades para que as

¹⁶⁶ In: idem.

autoridades policiais se colocassem a par das atividades desenvolvidas - dar instruções para os procedimentos a serem seguidos pelas associações daquele momento em diante. Os diretores intimados nesse período “comprometiam-se” – com certeza mediante pressão da polícia, como indicam as ordens recebidas - a colaborar com a vigilância de suas próprias organizações, mantendo as autoridades informadas de todas as reuniões e comprometendo-se a não realizá-las fora dos recintos das sociedades ou sem a presença de autoridade policial. Assim, a polícia poderia ter livre acesso às discussões e às atividades desenvolvidas nas associações, além de restringir as atividades ao controlado espaço das sedes.

Além dessas medidas, que garantiam a constante presença policial no ambiente das sociedades, outras regras de comportamento consonantes com os objetivos de controle dos estrangeiros também foram impostas. Eram proibidos, por exemplo, os debates e as manifestações sobre política internacional e os eventos da guerra no interior das sociedades – proibição esta que levou os diretores da Sociedade “*Muse Italiche*” a pendurar nas paredes da sua sede cartaz “proibindo comentários sobre a situação do momento”¹⁶⁷ - assim como ouvir irradiações advindas do exterior, e a constante presença policial nos ambientes das associações com certeza servia também para que essas exigências fossem cumpridas à risca.

Sobre a questão do controle da atividade política dos estrangeiros, esta ganhou ainda mais importância no período. A partir de 1942 o regime fascista não era mais um aliado político, e por isso o governo não se utilizava mais de alternativas indiretas para o controle da organização política da comunidade italiana, como fazia anteriormente. As autoridades passaram a combater diretamente a politização, mesmo quando disfarçada em atividades culturais, recreativas e assistencialistas. Em 20 de janeiro de 1942 o presidente da OND de São Paulo, Armando Belardi, foi intimado a prestar esclarecimentos à polícia, comprometendo-se a tomar todas as medidas acima descritas. No entanto, somente nove dias após o depoimento de Belardi, o ministério da justiça determinou o fechamento da entidade, suspendendo suas atividades e proibindo o acesso à sede. Como justificativa para a ação, foram feitas as seguintes acusações: ligação da OND com os *Fasci*; ter o corpo dirigente composto por fascistas; professar a doutrina em reuniões, festas e viagens; louvor

¹⁶⁷ In: idem.

ao *Duce* e ostentação de símbolos e objetos que remetem à Itália e ao *Duce*, como bandeiras, quadros e fotos ¹⁶⁸.

Conforme já demonstrei, a OND sempre teve um caráter manifestadamente fascista e a polícia política de São Paulo sabia disso, mas o definitivo dismantelamento da sociedade só foi efetuado em 1942. Portanto, é possível afirmar que existe uma diferença neste período não na percepção e no reconhecimento das atividades fascistas, mas na possibilidade e na vontade do governo brasileiro de acabar com elas definitivamente. Se antes de 1942, quando o Brasil ainda não tinha se alinhado politicamente, a OND também havia sido fiscalizada, mas escapou de intervenções mais contundentes com a manobra da nacionalização, em 1942, quando a queda da influência das potências do Eixo já era uma realidade, nem a colaboração com a polícia salvou a entidade da extinção.

Também os *fasci*, ainda que já descaracterizados, continuaram sendo vigiados e, a partir de 1942, sofreram o definitivo golpe. Segundo Viviane Terezinha dos Santos, a própria polícia “continuava a se referir à instituição como *Fascio de São Paulo*” ¹⁶⁹ e quando as autoridades superiores deram a ordem para o recrudescimento das ações policiais, a repressão caiu sobre as entidades que eram as “sucessoras” dos *fasci* pelo estado, como a *Casa d’Italia* de Itápolis - que “abrigou” o *Fascio* local - que foi extinta e teve seu patrimônio transferido para a Santa Casa da cidade ¹⁷⁰. Apesar de eu não ter encontrado registros claros na documentação ou na bibliografia sobre a extinção do o *Ente Assistenziale Filippo Corridoni*, que substituiu o *Fascio* de São Paulo, muito provavelmente ele também sofreu processos de intervenção policial e até de encerramento das atividades, pois a polícia comprovou que posteriormente à mudança de nome ainda se exerciam atividades de propaganda fascista na instituição ¹⁷¹.

Além dessas instituições – que foram criadas pelo governo italiano com o propósito explícito de propaganda fascista – outras que sofreram influência direta dos italianos mais

¹⁶⁸ Prontuário n° 29.293 (Organização Nacional Desportiva). Fundo DEOPS. APESP, São Paulo – SP.

¹⁶⁹ In: SANTOS, Viviane Terezinha dos: *Os Seguidores do Duce: os italianos fascistas no estado de São Paulo*. São Paulo: Arquivo do Estado/ Imprensa Oficial, 2001, pp. 29

¹⁷⁰ Idem, pp. 27 e 28.

¹⁷¹ Segundo Maria Luiza Tucci Carneiro, “em janeiro de 1941, a polícia política apreendeu na sede do Ente Assistenziale... uma série de impressos de propaganda política estrangeira, justificando a repressão policial...”. In: CARNEIRO, Maria Luiza Tucci. *Tutti buona gente! Subversivos de origem italiana nos arquivos do Deops-SP*. In: CARNEIRO, Tucci, CROCI, Federico e FRANZINA, Emilio. *História do trabalho e histórias da imigração*. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, Fapesp, 2010., p. 175.

diretamente ligados ao governo de seu país de origem e às suas pretensões ideológicas também sofreram ações contundentes no período. O jornal *Fanfulla*, que foi criado no começo do século e que, segundo Angelo Trento, foi cooptado pelos fascistas, foi fechado em 1942. O Instituto Médio Dante Alighieri, apesar de não ter sido fechado, sofreu processo de intervenção. Em diligência realizada pela polícia em março de 1943, foram retirados “livros fascistas” da biblioteca do colégio, que foi “nacionalizada” com a introdução de obras como a Coleção Brasileira completa, obras completas de José de Alencar, Machado de Assis, dentre outros. Foram retirados da fachada um bronze de Leonardo da Vinci, uma placa comemorativa do fim da 1ª Guerra e uma estátua da Loba da lenda da fundação de Roma ¹⁷². No lugar desses que eram considerados pela polícia como símbolos do envolvimento com o fascismo, foram colocados emblemas que remetiam ao Brasil, como uma bandeira nacional. E, além das estruturas físicas, o colégio sofreu intervenção na sua organização, no seu quadro de funcionários, no seu nome. A partir da intervenção a escola passou a se chamar Colégio Visconde de São Leopoldo, e passou a ser gerida pelo interventor - nomeado pelas autoridades brasileiras - Fabio da Silva Prado, que depois passou suas funções para Adolfo Packer. Além dessas medidas, o governo também interveio no seu quadro de funcionários, uma vez que pelo menos treze professores foram afastados de suas funções ¹⁷³. Vemos como o governo brasileiro aproveitou-se da estrutura dessa tradicional escola italiana em proveito próprio, pois ao invés de interditar a instituição, as autoridades nacionalizaram as atividades educacionais.

O combate a organizações como a OND ou os *Fasci* e as contundentes intromissões nas entidades que de alguma maneira se ligavam ao fascismo no período imediatamente posterior à quebra das relações diplomáticas indicam que a organização fascista não seria mais tolerada, nem de maneira disfarçada, pelas autoridades paulistas. Se o fascismo conseguiu encontrar brechas para, de uma maneira ou de outra, se fazer sentir no seio de pelo menos parte da coletividade italiana e, porque não, da sociedade brasileira durante a década de 1930, a partir de 1942 o governo brasileiro organiza um plano de atuação contundente, que acabou com todas as brechas período anterior - brechas estas que as autoridades nacionais, como a polícia, já conheciam, e por isso poderiam combater com

¹⁷² In: Relatório de investigação de 31 de março de 1943. Prontuário n° 43.727 (Instituto Médio Dante Alighieri). Fundo DEOPS. APESP, São Paulo, SP.

¹⁷³ Prontuário n° 14.498 (Leonzio Ronconi). Fundo DEOPS. APESP, São Paulo, SP.

mais eficiência ¹⁷⁴. Tanto que as ações policiais se demonstraram bastante eficazes. O *Dopolavoro* foi rapidamente extinto e a vigilância sobre seus incentivadores continuou. Os *Fasci*, já fragilizados, foram definitivamente extintos, e outros núcleos de propaganda fascista também sofreram ações coercitivas. Em setembro de 1942, o *Círculo Italiano*, outra organização que serviu à propaganda fascista no período do Estado Novo, “transformou-se em foco de atenção de, pelo menos, três instituições controladoras que, em nome do governo, procederam uma verdadeira ‘faxina’ ideológica na sua sede” ¹⁷⁵.

E, se as sociedades de maior porte ou mais próximas ao governo italiano eram uma grande preocupação, não eram a única, pois as autoridades brasileiras estavam empenhadas no combate ao fascismo em todo o estado e em qualquer ambiente. O delegado de Atibaia, por exemplo, decretou o encerramento das atividades da *Società Italiana di Mutuo Soccorso* da cidade em 30 de janeiro de 1942, e as justificativas para o fechamento eram todas referentes à ligação com o nacionalismo italiano e o fascismo. Segundo o delegado, a sociedade: tinha “caráter fascista”; não aceitava brasileiros; não cumpria seu papel de beneficência; era usada como círculo de reuniões fascistas; apesar dos apelos do delegado, recusou a nacionalizar-se ¹⁷⁶.

É interessante notar como, no esforço de encontrar uma justificativa para a intervenção, o delegado de Atibaia comete um erro de interpretação da lei, pois se a entidade italiana não se nacionalizou, de acordo com o decreto 383 ela não poderia aceitar inscrição de brasileiros. Assim, esse fato não poderia pesar como uma acusação. Além disso, os mecanismos jurídicos não obrigavam as entidades a nacionalizarem-se, havendo também a opção pela manutenção do caráter estrangeiro. Mas o fato é que, mesmo tendo exagerado o argumento, não é de se duvidar que os membros da *Società* de Atibaia exercessem as atividades descritas, como reuniões ou expressões de nacionalismo italiano e

¹⁷⁴ Em alguns dos relatórios anexos ao prontuário da OND, existem denúncias de investigadores de manobras para “burlar” as leis nacionalistas, principalmente o decreto-lei n° 383, como colocar membros nacionais na direção da entidade. Prontuário n° 29.293, (Organização Nacional Desportiva). Fundo DEOPS. APESP, São Paulo – SP.

¹⁷⁵ In: In: CARNEIRO, Maria Luiza Tucci. *Tutti buona gente! Subversivos de origem italiana nos arquivos do Deops-SP*. In: CARNEIRO, CARNEIRO, Tucci, CROCI, Federico e FRANZINA, Emilio. *História do trabalho e histórias da imigração*. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, Fapesp, 2010., pp. 177.

¹⁷⁶ Prontuário n° 52.074 (*Società Italiana di Mutuo Soccorso* de Atibaia). Fundo DEOPS. APESP, São Paulo, SP.

louvor ao *Duce*, pois, como demonstrarei no próximo capítulo, a propaganda fascista atingiu parte da colônia italiana

Neste caso, a atitude do delegado visava combater o que ele entendia como uma célula de propaganda fascista na cidade, e foi elogiada pelas autoridades superiores:

*“é merecedora de elogios a ação decisiva da autoridade local, fechando a sede de uma associação de estrangeiro que abusavam dos pródigos benefícios da terra que os hospeda”*¹⁷⁷.

Contudo, o elogio à ação do delegado - que cumpriu com sua missão de evitar abusos ou perigos por parte dos estrangeiros - veio acompanhado de recomendações que são, no mínimo, interessantes:

“Entretanto, julgo que melhor seria a intervenção, nos termos das instruções ministeriais, opinando a digna autoridade local, por pessoa idônea para o exercício da função, ouvida, preliminarmente, a Superintendência de Segurança Pública e Social (grifo meu)”.¹⁷⁸

Essa advertência recebida pelo delegado de Atibaia é mais um exemplo da preocupação advinda dos centros do poder para que algumas sociedades beneficentes italianas não fossem, a princípio, fechadas, mas que antes fosse efetuado um processo de “intervenção”, muito provavelmente para que a “pessoa idônea” que assumisse a função pudesse avaliar alguma possível utilidade para a entidade, que poderia, por exemplo, ser nacionalizada para continuar exercendo suas funções de assistência. Isso reforça a idéia de que perseguição aos italianos em São Paulo não tinha como objetivo desbaratar toda e qualquer movimentação ou organização que envolvia esses estrangeiros, nem mesmo neste período. Creio que o governo brasileiro entendia que havia algumas características do associativismo de caráter étnico no Brasil que poderiam ser aproveitadas, e para isso procurava não simplesmente acabar com as sociedades, mas fazer uma “faxina” para

¹⁷⁷ In: Carta ao delegado de Atibaia expedida pelo Departamento de Imprensa e Propaganda, em 30 de abril de 1942. Prontuário n° 52.074 (Sociedade Italiana de Mútuo Socorro de Atibaia). Fundo DEOPS. APESP. São Paulo, SP.

¹⁷⁸ Idem.

eliminar as características que poderiam oferecer perigo à “segurança nacional”, como o nacionalismo exacerbado ou a politização. Se a politização nas sociedades era algo a ser combatido, o associativismo em si ainda tinha alguma importância social na visão do governo brasileiro, por isso a preocupação em preservar algumas de suas estruturas das sociedades estrangeiras, que poderiam ser utilizadas em proveito da causa nacional, como aponta a recomendação dada ao delegado de Atibaia.

Segundo Cynthia Machado Campos, historiadora que se dedicou ao estudo das restrições à organização alemã no sul do país no período que o presente trabalho aborda, “para ocupar a lacuna deixada pelas antigas associações de descendentes de imigrantes que haviam sido proibidas, o governo estimulou o ‘espírito associativo’, fundamentando a criação de novos clubes...”¹⁷⁹. Segundo autora, mesmo no caso das regiões do sul do país ocupadas por alemães – comunidade que a historiografia considera entre as que mais despertavam a atenção de Vargas – havia uma preocupação por parte do Estado em manter as atividades associativas. No caso dos alemães, a desconfiança causada pelo nível de “enquistamento” e pelo nível de adesão ao nazismo pode ter feito com que o governo procurasse criar novas associações de caráter nacional.

Mas, podemos dizer que, no caso dos italianos, havia o interesse em aproveitar as estruturas por eles erigidas, talvez pelas características menos radicais do associativismo étnico dos italianos em São Paulo. Tanto que, mesmo quando uma sociedade encerrava suas atividades, o governo brasileiro ainda se interessava pelo que sobrava das estruturas. Nos anos de 1942 e, principalmente, de 1945 foram enviados vários pedidos de investigação para os delegados das cidades do interior e para a capital do estado, para que estes levantassem informações sobre o funcionamento das entidades, suas características e também para que listassem o patrimônio, móvel e imóvel, mesmo daquelas sociedades que já se encontravam com as portas fechadas¹⁸⁰. Nos casos em que as entidades possuíam

¹⁷⁹ In: CAMPOS, Cynthia Machado. *A política da língua na Era Vargas: proibição de falar alemão e resistências no sul do Brasil*. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2006, p. 110.

¹⁸⁰ No ano de 1945 em particular foram expedidos vários pedidos de investigação para delegacias de cidades como: Avaré, Casa Branca, Bariri, Franca, Sertãozinho, Catanduva, Pedreira, Americana, Olímpia, dentre várias outras, com o intuito de obter informações sobre os bens e o funcionamento das entidades italianas. Interessante pensar o porquê de o governo fazer tal esforço para se situar da condição das associações étnicas do estado justamente no ano final da guerra. Muito provavelmente neste período de dificuldades, devido aos esforços de guerra e à própria situação de penúria causada pelo conflito, o governo brasileiro sentiu a necessidade de incentivar o associativismo para suprir, nem que fosse um pouco, da carência causada pelas

bens, o governo brasileiro tentou confiscá-los, em muitos casos para abrigar sociedades brasileiras dos mais diversos tipos, como sucursais da Legião Brasileira de Assistência, clubes recreativos e esportivos, aeroclubes e outros tipos de instituições ¹⁸¹.

Tendo em vista a forte perseguição e repressão às instituições diretamente ligadas ao governo de Roma, o tratamento dado às demais sociedades italianas - expresso nas recomendações, dadas ao delegado de polícia de Atibaia, referentes aos procedimentos a serem adotados no controle das atividades da sociedade recreativa local - creio que este momento da perseguição aos italianos em São Paulo deve ser entendido como um momento em que duas frentes de atuação policial se intensificaram: o combate ao fascismo como ideologia política e o controle das atividades associativas dos italianos em geral. Apesar de estas duas funções estarem intimamente ligadas, pois a propaganda fascista no estado de São Paulo era quase toda feita através de associações étnicas de caráter recreativo, cultural ou assistencialista, é preciso discerni-las. Imagino que em nenhum momento o governo brasileiro tenha pensado em aproveitar as estruturas erigidas por entidades como os *Fasci* ou a OND, mas é possível notar, através das instruções ministeriais, que a intenção era “separar o joio do trigo”, limpando, moldando e, se possível, nacionalizando as associações étnicas.

As autoridades paulistas colocaram em prática um plano de ação que, envolvendo várias frentes, desmantelaram a máquina de propaganda fascista, ou as estruturas oficiais do Estado italiano. Mas nem todas as sociedades italianas que sofriam investigação sofreram processos tão abruptos de intervenção policial. A nacionalização salvou algumas delas, apesar de não ter salvo a OND, e algumas simplesmente optaram por encerrar as atividades antes de qualquer medida mais abrupta, quando o clima ficou menos favorável. Ainda discutirei o porquê dessa atitude, tentando demonstrar que esta poderia ser uma forma de resistência ou “diminuição dos danos”, mas toco agora no assunto para reforçar o

dificuldades. Ver: Prontuários das associações italianas do estado de São Paulo. Fundo DEOPS. APESP, São Paulo, SP.

¹⁸¹ Quando do fechamento da Sociedade de Mutuo Socorro Italiana de Ribeirão Bonito, o prefeito da cidade encaminhou um pedido às autoridades superiores para instalar um posto de combate ao tracoma na antiga sede da entidade. Prontuário n° 54.894 (Sociedade de Mutuo Socorro Italiana de Ribeirão Bonito). No caso da Sociedade Italiana de Mutuo Socorro de Atibaia, depois que ela foi fechada seu prédio passou a ser ocupado pelo São João Futebol Clube até julho de 1945, depois a Caixa Econômica Estadual requereu o prédio. Prontuário n° 82.512 (Sociedade Italiana de Mutuo Socorro de Atibaia). Fundo DEOPS. APESP, São Paulo, SP.

argumento de que a polícia política do estado de São Paulo, apesar de todo o empenho e eficiência no combate à propaganda fascista, não tinha como objetivo acabar com toda e qualquer forma de associativismo envolvendo italianos ou aplicar a esmo punições individuais sob pretexto de combate às atividades fascistas.

É preciso ressaltar que a polícia e demais autoridades brasileira estavam constantemente no encalço da organização fascista no Brasil, processo de que intensificou a partir de 1942, como demonstrei. Tanto que não só as associações étnicas, mas qualquer concentração de italianos que se envolveram com o governo de Roma e sua ideologia eram vigiados. Como exemplos, podemos citar: a Firma Dante Marchione, situada à rua Riachuelo n° 73, na capital paulista, que estava inclusa em uma lista de pessoas e empresas ou associações ligadas ao nazi-fascismo ¹⁸² porque seus dirigentes foram considerados “fascistas perigosos”; ou a Casa Agostinho de Dalecio & Cia., conhecida como Moinho Santa Rita, que era acusada de “fonte de espionagem”, além de ter como “um dos sócios... o Sr. Pedro Furgis, filho de italiano, nascido nos Estados Unidos” cujo motivo da suspeita foi ter lhe sido “negado os documentos de cidadão norte-americano, por dupla nacionalidade” ¹⁸³. Sobre as perseguições pessoais, muitos italianos eram taxados de fascistas pelos mais variados motivos, como o cidadão Giovani Ferraro, elemento que, segundo as autoridades tinha “muita influência entre os colonos italianos, principalmente os residentes em São Paulo e Rio de Janeiro”, e que, ainda segundo a polícia era “membro da polícia fascista no Brasil” ¹⁸⁴. E nem os membros tradicionais da colônia escaparam das suspeitas e da vigilância, como no caso do Conde Raul Crespi, que “segundo informações... guardava em sua residência, na garagem, documentos pertencentes ao ex-consulado italiano, se intitula representante do ‘Duce’ aqui no Brasil” e “possui uma fábrica na Rua Javary [no bairro da Mooca], a que consta existe um subterrâneo, onde acham-se guardadas mais coisas importantes” ¹⁸⁵.

A citada lista, que contém mais acusações contra italianos, alemães, brasileiros e pessoas de outras nacionalidades, demonstra que a polícia tentava controlar a atividade fascista através de constante vigilância. Podemos considerar que nem todas as pessoas

¹⁸² In: Fundo Getúlio Vargas. Notação: GV c1942.08.08. CPDOC/FGV, Rio de Janeiro – RJ.

¹⁸³ Idem.

¹⁸⁴ Idem.

¹⁸⁵ Idem.

inclusas na lista estavam de fato envolvidas com questões de ordem política, mesmo porque algumas das acusações não são fundamentadas. Mas, como ia dizendo, há que se ressaltar que a polícia de São Paulo nem sempre fazia acusações contundentes contra estrangeiros ou acatava denúncias feitas por brasileiros contra supostos italianos envolvidos com o fascismo, apesar do forte clima de controle e generalização da suspeição. Até quando a oportunidade surgia, a polícia brasileira mantinha a cautela e procurava investigar e analisar a condição e as relações dos acusados.

Em fevereiro de 1944, quando o clima de guerra ainda era bastante sensível, dois brasileiros, Gustavo Martins e Antônio Vieira Campos, residentes na cidade de Laranjal Paulista, encaminharam à delegacia da cidade uma denúncia de um “complô quintacolonista” supostamente arquitetado por alguns italianos e descendentes. Segundo os acusadores, os italianos, que faziam parte da *Società Italiana Christoforo Colombo di Mutuo Socorso*, até utilizavam-se de manobras para garantir a manutenção das atividades “desnacionalizadoras”, pois tentaram “mascarar” as atividades do grupo através da fundação do *Club Comercial de Larajnal* ¹⁸⁶.

Diante das acusações, o delegado da cidade efetuou investigações, mas acabou constatando que “a associação [italiana] já tinha encerrado as atividades” e que “o Club Comercial era legalmente registrado e não havia [ali] atividades políticas”. E além de inocentar os italianos, o delegado ainda explica o motivo da acusação. Segundo a autoridade, um dos acusadores, Gustavo Martins, estava interessado em comprar o jornal *A Tarde*, de propriedade de um dos italianos acusados, porém, o italiano acabou vendendo o jornal para outra pessoa, motivando o brasileiro a buscar uma espécie de vingança ¹⁸⁷.

Apesar de o delegado da cidade ter inocentado o grupo e afirmado que as acusações eram infundadas, as autoridades policiais superiores, imbuídas do espírito vigilante, resolveram continuar as investigações sobre o caso, e mandaram o delegado regional de Sorocaba proceder novas diligências. Mas o delegado de Sorocaba também chegou às

¹⁸⁶ In: Prontuário n° 16.104 (*Società Italiana Christoforo Colombo di Mutuo Socorso* de Laranjal Paulista). Fundo DEOPS. APESP. São Paulo, SP.

¹⁸⁷ Idem.

mesmas conclusões que seu colega de Laranjal Paulista, afirmando que “os acusadores foram motivados por questões pessoais e de negócios”¹⁸⁸.

Esse caso ocorrido na cidade de Laranjal Paulista ilustra bem o clima de vigilância e atenção das autoridades brasileiras, que investigaram a fundo o caso. Entretanto, demonstra também que a polícia agia com um propósito, e não era causar terror entre os italianos, mas colocá-los no seu devido lugar, ou no lugar que as autoridades brasileiras achavam que esses elementos deveriam estar. Quanto à disseminação do fascismo enquanto ideologia política é mais do que claro que o governo tinha intenção, mesmo antes de 1942, de criar estratégias de cerceamento, que se intensificaram a partir desta data. Mas isso não significa que o governo queria acabar com toda e qualquer estrutura que os italianos criavam, nem que o governo ou a polícia paulista procurava taxar todos os italianos como fascistas. Mesmo que esses italianos envolvidos com a *Società* de Laranjal Paulista tenham se deixado levar em algum momento pelo clima de exaltação do fascismo, muito provavelmente a aproximação da entidade com a sociedade brasileira, através da nacionalização, ou os contatos que seus organizadores provavelmente mantinham com personalidades locais - uma vez que eram em sua maioria empresários e figuras proeminentes na cidade, como donos de jornais - levaram as autoridades brasileiras a não interferir de maneira abrupta na organização dessas pessoas, mesmo mediante denúncias de atividades “contrárias ao regime”.

Outro caso que chama a atenção quanto à atitude das autoridades policiais frente à adesão dos italianos ao fascismo é o da OND. Quando da definitiva operação de desmantelamento da entidade, em 1942, muito se discutiu nos meios policiais sobre o caráter da entidade e dos italianos e descendentes que se associaram a ela. O delegado adjunto de São Paulo, Carlos Bittencourt Fonseca, pensando nessas questões, busca uma alternativa para “distinguir os sócios realmente fascistas, integrados com os verdadeiros objetivos da Sociedade, dos sócios iludidos ou indiferentes”¹⁸⁹:

¹⁸⁸ In: Carta do delegado regional de Sorocaba ao chefe de polícia de São Paulo, de 04 de maio de 1944. Prontuário 16.104 (*Società Italiana Christoforo Colombo de Mutuo Socorso* de Laranjal Paulista). Fundo DEOPS. AESP. São Paulo, SP.

¹⁸⁹ In: Relatório de investigação elaborado pelo delegado adjunto de polícia política de São Paulo, Carlos E. Bittencourt Fonseca, em 02 de março de 1942. In: Prontuário 29.293 (Organização Nacional Desportiva). Fundo DEOPS. APESP, São Paulo, SP.

“V. S. [o superintendente de ordem política e social] *mandará expedir portaria declarando ‘não constituir antecedente político-social’ as anotações existentes nos fichários e prontuários desta Superintendência, relativamente aos sócios da Organização Nacional Desportiva, determinando, a seguir, sejam fichados como fascistas com a nota ‘dirigente da Organização Nacional Desportiva, elementos constantes da relação [de diretores] junta...” (grifos no original) ¹⁹⁰*

A proposição do delegado Fonseca indica que não era pretensão das autoridades brasileiras acusar indiscriminadamente os italianos de fascista para reprimi-los. Mesmo a OND sendo uma entidade oficial do fascismo, a autoridade brasileira entendia que “alguns foram levados a ingressar nessa sociedade, movidos com o objetivo único de ampliar as suas relações na colônia italiana”, e se preocupou em distinguir os “verdadeiramente fascistas” dos “iludidos ou indiferentes” ¹⁹¹. Quanto ao critério, apesar de um tanto genérico, tem lá sua razão, uma vez que é de se supor que todos aqueles que participaram das instâncias diretivas da OND tinham consciência do caráter de doutrinação fascista da entidade e, além disso, mantinham uma postura ativa na colaboração com ações de propaganda do governo Mussolini.

Mas, se a polícia não acusava indiscriminadamente os italianos de ligação com o fascismo, e procurava até distinguir aqueles que exerciam atividades subversivas dos “inofensivos” – pois, segundo o produtor do citado relatório, “não seria justo taxar todos de fascistas” ¹⁹² - isso não significa que as sociedades que não estavam diretamente ligadas a atividades contrárias à ordem não sofreram algum tipo de intervenção. Conforme afirmei, havia um outro objetivo por trás das medidas de controle das associações estrangeiras além de evitar a politização, que seria moldar a atividade associativa dos alienígenas de acordo com as leis implementadas a partir de 1938, para que ela se tornasse de alguma maneira proveitosa para a sociedade brasileira. Por isso, muitas delas sofreram com intromissões e restrições das mais diversas ordens. A polícia política do estado de São Paulo continuou a averiguar a legalidade da situação das instituições italianas de um modo geral, e procurava intervir quando em encontrava irregularidades.

¹⁹⁰ In: idem.

¹⁹¹ In: idem.

¹⁹² In: idem.

*“Em outubro de 1942, em virtude da determinação do Ministério da Justiça, foi a referida Sociedade [di Mutua Assistenza fra Italiani de Serra Negra] interditada pela Delegacia de Polícia local, por não estar devidamente legalizada, nos moldes do decreto n° 383, de 18 de abril de 1938. Foi instaurado inquérito a respeito o qual foi remetido ao Sr. Dr. Delegado de Ordem Pol. e Social em 12 de novembro de 1942”.*¹⁹³

Esse comunicado do Arquivo Geral indica que a vigilância sobre as associações italianas em geral continuava, e que aumentava a pressão para que elas continuassem se enquadrando nas exigências do governo. E algumas dessas medidas de controle do associativismo étnico eram exageradas e até mesmo contraproducentes, tendo, na prática, o efeito contrário do que desejava o governo. Isso aconteceu, por exemplo, no caso da Sociedade Italiana de Beneficência de São Paulo, mantenedora do Hospital Humberto I, das Casas de Saúde Francisco Ermelino Matarazzo e da Maternidade Condessa Matarazzo. O presidente da sociedade, José Matarazzo, também foi intimado a depor em janeiro de 1942, “comprometendo-se”, assim como os diretores das outras sociedades italianas, a realizar reuniões somente com a ciência e a presença das autoridades policiais. Porém, diferentemente das outras sociedades, que poderiam representar algum perigo para o Estado, a Sociedade Italiana de Beneficência, além de nacionalizada em 1941, foi reconhecida como de utilidade pública em decreto assinado pelo próprio presidente da república em 27 de dezembro de 1937¹⁹⁴.

Só no ano de 1940 foram realizados 80.522 atendimentos gratuitos no Hospital Humberto I. Desses atendidos, apenas 16.110 eram italianos, 10.508 eram de outras nacionalidades e 53.904 eram brasileiros, ou seja, 67 por cento dos atendimentos gratuitos foram destinados a brasileiros, enquanto apenas 20 por cento a italianos. Das internações daquele ano, 5.305 foram de pacientes brasileiros (sendo 2.545 gratuitas) e apenas 1.110 de italianos (494 gratuitas)¹⁹⁵, ou seja, quase cinco vezes mais brasileiros que italianos foram internados no hospital. Além disso, a entidade também empregava, em sua grande maioria,

¹⁹³In: Comunicado do chefe do arquivo geral Frederico Halfeld de Andrade, de 13 de novembro de 1946. In: Prontuário n° 6.267 (Sociedade Italiana de Serra Negra). Fundo DEOPS. AESP. São Paulo, SP.

¹⁹⁴In: Prontuário n° 20.911 (Sociedade Italiana de Beneficência de São Paulo). Fundo DEOPS. APESP, São Paulo, SP.

¹⁹⁵In: idem.

médicos brasileiros. De um total de 130 médicos, 118 eram brasileiros, 16 eram italianos, 1 era italiano naturalizado e 1 era norte americano naturalizado ¹⁹⁶.

Apesar de entre esses brasileiros haver descendentes de italianos, muito provavelmente a maioria deles, esses números demonstram que a entidade italiana não mantinha uma postura segregacionista ou exclusivista. Eram atendidos e empregados brasileiros. Era realizado um trabalho que beneficiava a população em geral – italianos, descendentes, brasileiros e pessoas de outras nacionalidades - e que era de responsabilidade do governo. Portanto, é possível afirmar que, ao realizar tantos atendimentos gratuitos (só no ano de 1940 foram atendidos gratuitamente 220 pacientes por dia em média), o hospital acabava por colaborar com a saúde pública do estado de São Paulo. Mas, nem este fato e nem o fato de o próprio presidente ter considerado a entidade como de utilidade pública isentaram a Sociedade de Beneficência do incômodo de ter que se submeter ao controle e à vigilância policial. Provavelmente o fato de a direção ter sido composta pelos Matarazzo – “notáveis” membros da comunidade italiana de São Paulo que se envolveram com o fascismo e o governo italiano - as suspeitas contra a sociedade podem ter se elevado. Mas o fato é que, apesar de ela manter objetivos claramente assistencialistas que beneficiavam não somente italianos, mas também brasileiros e pessoas de outras nacionalidades, a Sociedade Italiana de Beneficência de São Paulo acabou sofrendo transtornos como a dependência das autoridades controladoras para realizar reuniões, modificações e adaptações, sempre necessárias à boa administração de um hospital, que dirá de três.

Tendo em vista a análise da ação policial durante todo o período do Estado Novo, é possível afirmar que o período após a ruptura das relações diplomáticas entre o Brasil e a Itália foi marcado não por uma mudança significativa da postura do governo brasileiro diante da organização da colônia italiana no estado de São Paulo ou por ações generalizadas e indiscriminadas contra qualquer membro da colônia, mas pelo aumento da intensidade das medidas aplicadas ainda no período anterior, medidas estas que, conforme já afirmei algumas vezes, não visavam o simples desmantelamento de qualquer expressão ou organização de caráter étnico. Os registros policiais indicam que o controle das atividades de propaganda fascista era efetuado mesmo antes de 1942, e o que diferencia os dois

¹⁹⁶ In: Prontuário nº 20.911 (Sociedade Italiana de Beneficência de São Paulo). Fundo DEOPS. APESP, São Paulo, SP.

períodos é simplesmente o endurecimento das ações de interferência direta, possibilitado pela mudança nas relações entre os governos de Roma e do Rio de Janeiro. Quanto às demais sociedades italianas, a postura das autoridades controladoras demonstra que a intenção nos dois períodos não se alterou substantivamente, pois as ações ainda tinham como propósito a adaptação dessas entidades aos ditames do governo e às necessidades da sociedade brasileira.

No entanto, a organização coletiva dos italianos sofreu não só com os planos de controle social do governo Vargas. É importante para o presente debate lembrar que após a definitiva entrada do Brasil na guerra, a Itália tornava-se oficialmente um país inimigo. Além do projeto de controle das populações estrangeiras elaborado por Vargas nos primeiros anos do Estado Novo, o *status* de inimigo de guerra também gerou transtornos aos italianos em São Paulo que interferiram sobremaneira na relação dessas pessoas com o associativismo e com a etnicidade. Creio que as medidas contra os estrangeiros tomadas durante o estado de guerra não tinham como principal propósito interferir na questão associativa, uma vez que as bases legais já eram amplas e contundentes o suficiente para manter o controle dessas estruturas. As leis lançadas no período demonstram que o governo brasileiro estava mais preocupado com a espionagem de guerra, creio que muito mais pela ação dos súditos alemães e japoneses, mas que de qualquer maneira geraram algumas medidas de controle sobre os súditos do Eixo no geral. Além da espionagem, o governo brasileiro também se preocupava em apropriar-se dos bens e capitais dos estrangeiros, através de medidas que evitavam a repatriação ou a fuga desses capitais. Mas, diretamente ligadas à questão associativa ou não, o fato é que essas medidas também influíram diretamente nos interesses dos italianos, agregando mais um elemento de preocupação ao já conturbado cotidiano dessa população.

O estado de guerra causou dificuldades até para a locomoção dos estrangeiros em território nacional, pois para que estrangeiros pudessem viajar, mudar para outras cidades ou mesmo de endereço dentro da mesma cidade, era necessário que fosse requerido à polícia autorização ou salvo-conduto. Exemplo curioso desse tipo de aborrecimento para os estrangeiros aconteceu quando torcedores da ainda SEPI (Sociedade Esportiva Palestra

Itália)¹⁹⁷ foram obrigados a requerer salvo-conduto coletivo para que um grupo de torcedores pudesse assistir a uma partida do Palestra na cidade de Santos em agosto de 1942¹⁹⁸.

Outro exemplo das dificuldades causadas pela necessidade de autorização para o deslocamento dos italianos em território nacional é o caso de Osvaldo Scognamiglio, comerciante que, em vista da necessidade da viagem e da dificuldade em obter autorização policial, até se ofereceu para pagar as despesas do investigador que iria acompanhá-lo a Santos, a fim de agilizar o processo¹⁹⁹. E além dos deslocamentos terrestres, as vias fluviais também eram vigiadas pelo governo brasileiro. Há nos registros policiais denúncias do trânsito de estrangeiros pelos rios do estado, como quando foi dada o alerta de atenção para o fato de italianos e alemães, que “temem o trânsito pelo mar” para chegar aos países vizinhos, utilizarem as vias fluviais no município de Presidente Wenceslau, no oeste do estado²⁰⁰.

Outro problema enfrentado pelos italianos no período era referente à comunicação. Os parentes na Itália que tentavam entrar em contato com pessoas no Brasil também encontravam dificuldades, como a senhora Adele Venturelli Dardano, esposa do brasileiro residente em São Paulo Antonio Dardano. Adele, que passava por dificuldades financeiras na Itália, teve que apelar para a embaixada brasileira para tentar pedir a ajuda do marido no Brasil, de quem não tinha notícias desde 1942 “devido à interrupção das comunicações postais”²⁰¹. E mesmo se houvesse possibilidade de envio de correspondência, as cartas eram interceptadas e censuradas pelo governo brasileiro, como no caso da carta aérea enviada de Buenos Aires em 08 de fevereiro de 1942 pelo dr. Luiz Piza Sobrinho para sua esposa, D. Rejane, residente á avenida Angélica 1433, São Paulo, que foi aberta pelo serviço de censura postal e teve seu conteúdo todo transcrito em Boletim de Informações da

¹⁹⁷ Posteriormente a este fato, como medida de nacionalização, o Palestra modifica seu nome, ficando conhecido - como o é até hoje - por Sociedade Esportiva Palmeiras (SEP).

¹⁹⁸ In: Prontuário nº 12.682 (Sociedade Esportiva Palmeiras). fundo DEOPS. Arquivo APESP, São Paulo, SP.

¹⁹⁹ In: SANTOS, Viviane Terezinha dos: *Os Seguidores do Duce: os italianos fascistas no estado de São Paulo*. São Paulo: Arquivo do Estado/ Imprensa Oficial, 2001, pp.20 a 24.

²⁰⁰ Carta do delegado Ribeiro da Cruz ao superintendente de segurança pública e social, de 26 de setembro de 1941. Fundo Getúlio Vargas, Notação GV confid 1941.09.26/2. CPDOC/GFV, Rio de Janeiro, RJ.

²⁰¹ Carta da embaixada brasileira em Roma para o ministro das relações exteriores, de 06 de novembro de 1944. Fundo: missões diplomáticas brasileiras – embaixadas (Roma), ofícios recebidos (1944). Estante 41, prateleira 04, maço 11. Arquivo Histórico do Itamaraty, Rio de Janeiro – RJ.

Superintendência de Segurança Pública de São Paulo, assinado pelo Major Sá, em 23 de Fevereiro de 1942.

Além da perda da liberdade de trânsito e comunicação e das liberdades políticas e culturais, os italianos também corriam o risco de serem privados da liberdade física. O estado de guerra levou o alfaiate Lucio Di Fiori a ser encaminhado a um campo de concentração “como medida preventiva”, por ser considerado “5ª-coluna perigoso na parte da propaganda, sendo no entanto de pouca combatividade na parte de uma futura ação”²⁰². Mediante denúncia do brasileiro Adhemar Chaves, feita em agosto de 42, ficou determinada a prisão de quatro funcionários da firma Serralherias Lameirão S/A, situada na cidade de São Paulo. Foram denunciados dois portugueses, uma italiana, Gioconda Rica e um brasileiro descendente de italianos, Domingos Galiani, todos acusados de quinta-colunismo²⁰³. Outros italianos e descendentes também foram acusados do mesmo crime que os funcionários da serralheria Lameirão, como o italiano Guido Amatussi, segundo as autoridades brasileiras, um “elemento perigoso aos interesses nacionais, por ser derrotista e inimigo declarado do Brasil”, e por isso “sua prisão se torna necessária como medida de defesa”²⁰⁴.

Observemos como o estado de guerra, apesar de não ter trazido nenhuma “novidade” em termos de legislação repressiva contra o associativismo de caráter étnico, foi marcado por um aumento da vigilância e da repressão contra os italianos no Brasil e, mais especificamente, em São Paulo. Assim, se a tensão já era sentida desde o momento em que o governo de Getúlio Vargas decretou as leis nacionalistas, a entrada do Brasil na guerra gera uma sensível elevação do medo entre a comunidade. E no período existiu outro fator que colaborou sobremaneira para o aumento do medo e da tensão entre os italianos, o que com certeza afetou também o ímpeto associativo da comunidade, as denúncias populares.

²⁰² In: idem.

²⁰³ Fundo Getúlio Vargas. Notação GV condif 1942.08.08. CPDOC/FGV, Rio de Janeiro, RJ.

²⁰⁴ In: idem.

2.4 – As denúncias populares como fator de coerção

Sobre as denúncias de brasileiros contra italianos supostamente envolvidos com espionagem, quinta-coluna ou propaganda política, existem vários exemplos que demonstram a pressão que a propaganda nacionalista, agravada pelo estado de guerra, causou na comunidade italiana. Essas denúncias podem ser consideradas mais um fator de elevação da desconfiança e do medo que pairava entre os italianos, consistindo em mais um elemento de coerção. O alarde feito por Vargas sobre o suposto perigo desagregador desses elementos levou a população nacional a assumir uma postura policialesca, vigiando os estrangeiros e apontando possíveis crimes por eles cometidos. Neste clima de suspeição e criminalização da atividade estrangeira alguns cidadãos brasileiros chegaram até a cometer exageros e a fazer denúncias por motivos pessoais e fúteis ou a abusar da situação delicada dos “inimigos” do regime, colaborando para aumentar o clima de insegurança.

Exemplo desse comportamento pode ser encontrado no caso da professora Carmela Esposito Traldi, italiana que até o final da década de 1930 mantinha uma instituição de ensino primário em São Paulo. A professora alega que foi vítima de chantagem, cometida pelo caseiro da chácara da família, onde ela guardou os livros em língua estrangeira que eram usados na sua antiga escola. Segundo Carmela, o caseiro da chácara, Antonio Vieira, ao perder uma ação trabalhista que tinha movido contra a italiana, exigiu a quantia de Crs \$ 5.000.00 para “abandonar a questão”, ameaçando, caso não fosse pago, denunciar a existência das obras italianas na chácara. Além dessa tentativa de extorsão, a italiana também afirmou à polícia que “já sofreu anteriormente perseguições de elementos, que dizendo pertencer à Ordem Política, ali estiveram para extorquir-lhe dinheiro, que não conseguiram”²⁰⁵.

Diante desses assédios, Carmela Traldi procurou as autoridades policiais para tentar obter alguma proteção. Ela então foi levada à delegacia para fazer o reconhecimento desses indivíduos nas fichas de fotos dos arquivos da polícia, não tendo identificado nenhum deles. Após o fracasso na tentativa de identificação, a polícia encerra o caso, alegando que “a respeito das extorsões tentadas por indivíduos que se diziam da Ordem Política, não foi

²⁰⁵ In: Prontuário n° 10.273 (Instituto Virgínia Matarazzo). fundo DEOPS. APESP, São Paulo, SP.

possível identificá-los”²⁰⁶. E além de não ter conseguido resolver o caso - muito em função da extrema “boa vontade” manifestada pela polícia - Carmela ainda sofreu com a perda de parte de seus materiais didáticos, confiscados em diligência realizada na chácara em 1º de dezembro de 1943. Apesar de a declarante ter dito que solicitou às autoridades a vistoria dos livros para atestar o caráter “didático” e “apolítico” do material antes de transferi-los para a chácara, a polícia, ao saber da existência desses livros através da denúncia de extorsão feita pela própria italiana, recolheu o material, que em 07 de dezembro do mesmo ano foi “examinado e recolhido ao Depósito aqueles contrários aos interesses da Segurança Nacional”²⁰⁷.

O exemplo da atitude de Carmela Traldi frente às denúncias mostra o clima de medo a que estava submetida a população de origem estrangeira no período. O fechamento da escola e o armazenamento dos livros demonstram que a italiana sabia dos perigos de exercer suas atividades naquele período e que ela temia represálias. E frente às primeiras ameaças e tentativas de extorsão feitas pelos indivíduos que diziam pertencer à DEOPS, Carmela, muito provavelmente com medo de piores consequências, se absteve de procurar ajuda, só recorrendo à polícia quando o fato se repetiu e a situação tornou-se insustentável. Porém, a situação do elemento italiano estava tão complicada no momento que, quando a professora Carmela Traldi recorreu à polícia para denunciar o crime do qual era vítima, além de não ter obtido respaldo das autoridades policiais para resolver o caso, acabou sofrendo ela a punição, com a perda de parte dos seus livros.

As interferências da população brasileira nos assuntos de controle dos estrangeiros com certeza serviram como mais um fator de intimidação para os italianos em São Paulo. Mas, em contrapartida, poderiam tornar-se foco de desagregação social. Isso porque as denúncias tinham o caráter mais variado, algumas embasadas em argumentos coerentes, mesmo não sendo verdadeiras, e outras que simplesmente não tinham a menor coerência ou embasamento, como no caso do brasileiro Raimundo Pedroza Tinoco, suposto morador da cidade de Ribeirão Preto, que enviou telegrama ao presidente Vargas em dezembro de 1944 cujo conteúdo era o seguinte: “solicito de V. Excia autorização censurar nacionais e

²⁰⁶ In: idem.

²⁰⁷ In: idem.

estrangeiros estejam menosprezando nome e feitos V. Excia”²⁰⁸. Sem dar maiores explicações de como ou a quem iria censurar, Raimundo Tinoco sentiu-se impelido pelo patriotismo a mover-se contra supostas ações de estrangeiros que atacavam o Brasil e a figura de Getúlio Vargas.

Mas apesar das diferenças no tom e na veracidade das denúncias, o espírito patriótico e de defesa das instituições nacionais estava sempre presente, e motivou outro brasileiro a enviar carta ao gabinete da presidência da república, a fim de avisar o governo de atitudes suspeitas:

“Ora, como brasileiro, de que muito me orgulho, não admito que estrangeiros possam fazer pouco de quem, por direito e de fato, o Brasil sempre deverá imenso, além da turba que até há pouco, com muita hipocrisia, outra cousa não fazia senão, sem restrições, aplaudir os atos justíssimos do regime que hoje combatem, pela simples razão de se ter liberado a opinião pública. Outros, que, fazendo parte desse mesmo governo até bem pouco, estão hoje, deslavadamente, entre a oposição a fazer carga contra atos que ajudaram a promover”²⁰⁹.

O remetente da carta, João Pires de Azevedo Pimentel, indigna-se ao constatar que estrangeiros e brasileiros estavam “abusando da boa vontade” do governo brasileiro depois que este “liberou a opinião pública”. Este cidadão foi tão afetado pelo discurso nacionalista do Estado Novo que concorda com as medidas de censura do governo, denunciando e acusando aqueles que se utilizavam da liberdade de expressão. Segundo João Pimentel, o Estado brasileiro corria perigo, uma vez que “São Paulo e seus filhos, na grande maioria, descambam para a desagregação do país”²¹⁰, e essa situação deve ser combatida para que se preservassem as instituições nacionais.

É possível afirmar, tendo em vista a carta de João Pimentel e o telegrama de Raimundo Tinoco, que o discurso nacionalista atingiu parte da população, e que ao menos alguns de seus objetivos foram minimamente cumpridos. Se dependesse de cidadãos como

²⁰⁸ In: Telegrama de Raimundo Pedroza Tinoco ao presidente Getúlio Vargas. Processo nº 42216/44, notação, BR.AN.RIO, 35.0.PRO.17370. Arquivo Nacional, Rio de Janeiro, RJ.

²⁰⁹ Carta de João Pires de Azevedo Pimentel a Luiz Vergara, de julho de 1945. Processo nº 29557/47, notação, BR.AN.RIO, 35.0.PRO.25842. Arquivo Nacional, Rio de Janeiro, RJ.

²¹⁰ In: idem.

esses a segurança do regime do Estado Novo estaria garantida, uma vez que não há o questionamento da ordem estabelecida, mas sim daqueles que tentam alterá-la. E como o governo fez questão de colocar o elemento estrangeiro entre aqueles que poderiam interferir na ordem política do país, a vigilância desses cidadãos patrióticos recaiu também sobre os “alienígenas”, que, além da polícia, tinham motivos para desconfiar também de seus próprios vizinhos, conhecidos ou mesmo de desconhecidos que poderiam, diante dos motivos mais banais, mover alguma espécie de denúncia e tornar a vida dos cidadãos estrangeiros muito mais complicada do que já estava. Assim, outro dos objetivos do governo, a sujeição através do medo, também foi em parte cumprido através do mecanismo das denúncias populares, como demonstra o caso de Carmela Traldi.

O clima de constante insegurança gerado pela constante presença policial, pelo estado de guerra e pelas denúncias de populares foi, na minha opinião, um dos fatores que mais abalou as estruturas associativas da comunidade italiana do estado de São Paulo, mais até que a própria ação policial. Robert Gellately, em uma análise sobre a atuação da Gestapo no período do nazismo na Alemanha, observa a importância da participação popular e da generalização do medo para a disciplinarização da sociedade. Segundo o autor:

*“...a sugestão de que a função de vigilância e de controle era quase exclusivamente desempenhada pelas instituições que faziam parte do chamado Estado policial tende a por uma ênfase indevida na coerção, na força ou inclusive na violência manifesta, e a considerar que o populacho era essencialmente passivo, apático e que, simplesmente, não queria implicar-se. Para que funcionassem a maioria das organizações de manutenção da ordem pública e de controle na Alemanha nazista era necessário ao menos certo grau de participação ativa dos cidadãos ‘comuns’.”*²¹¹

Assim como na Alemanha, no Brasil também havia, na minha opinião, uma participação ativa da população no processo de controle social, através, por exemplo, das

²¹¹ “la sugerencia de que la función de vigilancia y de controle era casi exclusivamente desempeñada por las instituciones que formavam parte del llamado Estado policial tiende a poner un énfasis indebido en la coerción, la fuerza o incluso la violencia manifesta, y a considerar que el populacho era esencialmente pasivo, apático o que, simplemente, no queria implicarse. Para que funcionasen la mayoría de las organizaciones de mantenimiento del orden público o de control de la alemania nazi se requería al menos un cierto grado de participación activa de los ciudadanos ‘corrientes’”. In: GELLATELY, Robert. *La Gestapo y la sociedad alemana: la politica racial nazi*. Barcelona, ES: Paidós, 2004, pp. 182.

denúncias. Assim, junto com a “violência manifesta” da polícia política de Vargas, a atuação da população também demonstrou-se uma eficiente ferramenta de sujeição.

Mas é importante frisar que a abertura de canais de denúncia popular era bastante perigosa também para o próprio regime, uma vez que as delações poderiam envolver não somente interesses de proteção do regime ou do Estado, mas também interesses pessoais, principalmente por parte dos denunciantes, como em alguns dos casos de denúncias contra italianos acima expostos. Gellately observa a grande quantidade de denúncias na Alemanha nazista que tinham como motivação querelas pessoais envolvendo vizinhos, conhecidos, colegas de trabalho e até familiares. Esse fenômeno preocupava parte do governo do Reich, que procurava combater esse tipo de atitude. Segundo o autor, na frente interna, e enquanto durasse o conflito

*“as denúncias realizadas por motivos pessoais que sejam infundadas ou exageradas’ deverão receber de pronto uma severa advertência, e nos casos mais graves o falso acusador deverá ser enviado a um campo de concentração”*²¹².

Ao mesmo tempo em que a participação popular foi fundamental para a implementação do terror sobre a população na Alemanha nazista, a existência de uma ampla lei de controle abria brecha para o denunciismo vazio, o que dificultava o trabalho da polícia e poderia até mesmo criar um clima de hostilidade entre a população. Quando o Ministério da Propaganda do Reich publicou um decreto que proibia a audição de emissoras radiofônicas internacionais pelos cidadãos alemães, o ministro da Justiça, Gürtner, “expressou severas reservas em relação a estas medidas”, apontando “que o decreto [que instaura] essas ordenações pode abrir as comportas da delação, e que todos os camaradas da nação encontram-se mais ou menos indefesos frente a essas denúncias”²¹³.

Como é possível observar através da análise de Robert Gelately, a abertura de um mecanismo de denúncia popular em um regime que se baseia na tentativa de pleno controle da sociedade apresenta dois lados opostos de uma mesma moeda. Se a população se

²¹² “... ‘las denuncias realizadas por motivos personales que sean infundadas o exageradas’ deberán recibir em el acto una severa advertencia, y em los casos más graves el falso acusador deberá ser enviado a um campo de concentración”. In: idem, pp. 196.

²¹³ “... ‘que el decreto [que instaura] esas ordenanzas pueda abrir lãs compuertas de la delación, y que todos los camaradas de la nación queden más o menos indefesos frente a esas denuncias’”. In: idem, pp. 197.

“autocontrola”, ela torna-se uma ferramenta importante para o governo, mas, ao mesmo tempo, esse autocontrole leva a uma tensão social que pode gerar um clima de hostilidade e rivalidade entre a população, o que não é uma situação favorável para um governo que se sustenta na união das massas em torno do projeto de Estado.

Essa tensão existia também no Brasil durante o governo Vargas. Ao analisarmos os casos de denúncias feitas por cidadãos brasileiros contra estrangeiros é possível perceber o efeito de medo, e conseqüentemente de coerção dessas delações. Mas, também no Brasil o alarde feito pelo governo sobre o suposto perigo desagregador dos estrangeiros e o incentivo à vigilância e à delação levou a população nacional a cometer exageros e a fazer denúncias infundadas e por motivos pessoais, colaborando para aumentar o clima de atrito entre essas duas populações. Tal atitude atentava contra os próprios planos do governo brasileiro, uma vez que essas atitudes hostis poderiam provocar o isolamento dos estrangeiros e não a tão pretendida assimilação dessas populações.

Mas é necessário ressaltar que, diferentemente da polícia política e do governo alemães, que “em termos gerais... [e salvo algumas exceções como o Ministro Gütrner] reagiram positivamente frente a todos aqueles que fizeram acusações, independentemente do quão insignificante fosse a alegação, de duvidosa que fosse a fonte e dos motivos”, a polícia política de Vargas procurava analisar os casos, a fim de julgar a conveniência ou não de aplicar medidas contundentes. Casos como o da cidade de Laranjal Paulista demonstram que a polícia não comprava logo de cara qualquer acusação, buscando averiguar quem eram os envolvidos antes de aplicar as punições. O caso do estranho telegrama enviado por Raimundo Tinoco também motivou investigações policiais, mas sobre o brasileiro autor do telegrama, não sobre os pretensos estrangeiros que ele queria censurar:

*“Senhor Delegado Chefe do Setor de Ordem Política. Mandei investigar e cheguei à seguinte conclusão: RAIMUNDO PEDROZA TINOCO não é conhecido e rua Mogi Mirim [suposto endereço do remetente] não existe nesta cidade. A Sociedade União dos Viajantes, com sede aqui informou que não é conhecido no meio social”.*²¹⁴

²¹⁴ In: Carta do delegado de polícia de Ribeirão Preto Nelson da Veiga ao chefe do setor de ordem política da DEOPS/SP. Processo nº 42216/44, notação, BR.AN.RIO, 35.0.PRO.17370. Arquivo Nacional, Rio de Janeiro – RJ.

Diante de um pedido tão inusitado, e sem maiores detalhes ou explicações, a polícia política de São Paulo fez questão de interar-se da situação do denunciante, antes de se alarmar ou tomar qualquer medida. Isso demonstra que, mesmo após o rompimento das relações diplomáticas entre o Brasil e a Itália, a polícia evitava ações precipitadas, pois lidava com um grupo bastante envolvido com a sociedade brasileira, que era considerado de certa utilidade e que era em partes composto por membros de prestígio da elite paulista. Creio que o fato de parte da comunidade italiana de São Paulo ser ligada às elites, locais e regionais, fez com que a polícia evitasse utilizar-se de generalizações contra o grupo, uma vez que os casos são investigados e, tendo em vista as investigações, a posição social dos envolvidos era levada em conta e colocada na balança que media a intensidade do controle.

E mesmo quando as denúncias pareciam ter alguma consistência, a polícia não deixava de fazer suas averiguações para dar seus pareceres. Em 07 de maio de 1942, uma carta assinada por 26 brasileiros denunciava atividades de propaganda fascista no *Fascio* da cidade de São José do Rio Pardo. Os denunciantes “avisam” as autoridades brasileiras que, apesar da mudança de nome da entidade, que passou a ser mais uma *Casa d’Italia*, as atividades ditas subversivas continuavam. Diante dessa situação, os acusadores pediram intervenção das autoridades brasileiras. Dos 26 denunciantes, 15 foram depor como testemunhas na delegacia do município, resultando na intimação dos italianos Dr. Adolfo Bacci e de Domingos Bello. Em depoimento de 20 de julho do mesmo ano os depoentes negaram as acusações, dizendo que a sociedade era beneficente, que eles eram casados com brasileiras (apelando para o discurso da aproximação com o Brasil) e que não queriam voltar para a Itália, além de terem fechado a entidade quando as leis não mais permitiam as atividades exercidas ²¹⁵.

Contudo, mais que da alegação de inocência, outros fatores pesaram na decisão de “inocentar” os italianos. O delegado da cidade, baseado em duas cartas, uma do Banco do Brasil, que atestava que os bens da entidade estavam retidos, outra do prefeito da cidade, que afirmava que os dois italianos eram “bons cidadãos, progressistas e amigos do Brasil” afirmou que os diretores da Casa não exerciam atividades políticas. E para constatar que o delegado exercia suas atividades de vigilância, ele também atesta em seu relatório sobre a

²¹⁵ Prontuário ° 30.231 (Casa D’Itália de São José do Rio Pardo). Fundo DEOPS. APESP, São Paulo, SP.

investigação que os italianos da cidade não apresentavam “perigo à segurança nacional”, e que “a vigilância na cidade era constante”²¹⁶.

Interessante notar que os italianos tinham certa influência na cidade, uma vez que até o prefeito interveio em favor deles. Assim, é de se desconfiar que a “liberação” dos acusados foi motivada por outros fatores que não a comprovação da inocência desses indivíduos. Este caso - assim como o caso das denúncias contra os diretores da *Società* de Laranjal Paulista - é bastante elucidativo da idéia de que os italianos em São Paulo mantinham relações complexas com a sociedade brasileira que muitas vezes impediam ações contundentes da polícia política, constituindo-se de mais um exemplo que demonstra a cautela da polícia ao lidar com denúncias contra italianos no estado de São Paulo.

Contudo, mesmo os casos de denúncia que não resultaram em prisões ou outros tipos de punição demonstram que a correspondência direta entre a população e o governo - que permitiu a cidadãos entrar em contato com várias instituições governamentais, inclusive com o próprio presidente²¹⁷ - serviu como mais uma ferramenta de vigilância e coerção sobre o elemento estrangeiro, apesar de muitos deles terem utilizado dessa possibilidade para proveito próprio. Somava-se, assim, mais um elemento ao já complexo mecanismo de controle das populações estrangeiras no Brasil, apesar de o controle ser derivado mais do clima de medo do que de represálias geradas pelas denúncias. Mas, de uma maneira ou de outra, é importante para a uma análise mais completa da resistência mensurar os níveis de medo e coação da população vítima da coerção, uma vez que:

*... para qualquer consideração sobre comportamento social, é imprescindível uma valoração adequada do sistema de terror, e que o feito de estabelecer o grau de participação dos cidadãos ordinários no funcionamento do Estado policial é relevante para qualquer estudo de caso local ou regional...*²¹⁸

²¹⁶ Relatório do delegado da cidade de São José do Rio Pardo, de 22 de julho de 1942. In: idem.

²¹⁷ Essas correspondências mostraram-se um canal eficiente de comunicação do governo com a população, que usou desse meio para os mais diversos fins, como para pedir emprego, casas ou para se livrar de situações complicadas do cotidiano. Sobre esse assunto, além do já citado José Roberto Franco Reis, ver: FISCHER, Brodwyn. *A poverty of Rights: citizenship and inequality in twentieth-century Rio de Janeiro*. Stanford, EUA: Stanford University Press, 2008.

²¹⁸ “... para cualquier consideración del comportamiento social, ES imprescindible una valoración adecuada del sistema de terror, y que le hecho de establecer el grado de participación de los ciudadanos ordinarios en el funcionamiento del Estado policial resulta relevante para cualquier estudio de la casuística local o regional...” In: GELLATELY, Robert. *La Gestapo y La sociedad alemana: La política racial nazi (1933 - 1945)*. Barcelona, Buenos Aires, Cidade do México: Paidós, 2004. P. 218.

Como pretendo demonstrar, a situação de dificuldades gerada pelas ações da polícia, de outros órgãos controladores e da população vai influir diretamente na manutenção da vida coletiva de parte dos italianos em São Paulo. Se consegui cumprir o propósito do presente capítulo de demonstrar as formas de ação das instâncias governamentais e da população sobre esses elementos, é necessário agora partir para a análise da acomodação deles frente essa situação de repressão. A intenção é dialogar com aspectos analíticos da história social para elucidar melhor algumas questões que envolveram a resistência dos italianos frente às pressões e ações do Estado brasileiro, como seus propósitos, quem eram os que resistiam, quais as táticas adotadas, dentre outras questões fundamentais para melhor elucidar os propósitos e os impactos das medidas nacionalistas do governo Vargas sobre a população de origem italiana no estado de São Paulo.

Cap. 3 – Reação: possibilidades e motivos da resistência

Após tentar esclarecer alguns dos parâmetros utilizados pelo Estado para enquadrar e controlar a população estrangeira no Brasil, entender como esses parâmetros conduziram a ação da polícia política e demonstrar que diversos fatores influíram na aplicação das medidas sobre a população de origem italiana no estado de São Paulo – como a atuação do governo italiano através de sua diplomacia ou as disputas de influência sobre a América do Sul entre os Estados Unidos e os países do Eixo – o objetivo do presente capítulo é produzir uma história social da organização dessa coletividade frente à conjuntura descrita.

Primeiramente, procurarei demonstrar aspectos da organização coletiva da comunidade italiana no estado de São Paulo, quem eram seus incentivadores e promotores, como eles agiam e a quem atingiam com suas ações. Em um segundo momento, darei ênfase às formas de resistência que a comunidade italiana encontrou diante da onda controladora e repressiva gerada pelas leis nacionalistas do Estado Novo, tomando em consideração as discussões apresentadas nos capítulos anteriores. Também pretendo observar, através das análises da organização e da resistência dos italianos, o desenvolvimento das idéias e discursos políticos. Como a questão político ideológica permeou os meios associativos italianos no período, pretendo verificar a situação dos grupos políticos se confrontavam no seio da comunidade.

3.1 – A organização coletiva dos italianos na década de 1930

Quando se trata das análises da organização coletiva dos italianos no Brasil, é interessante observar que alguns autores traçam o panorama partindo de uma perspectiva de longo prazo. Dentro dessa perspectiva, o debate sobre a organização dos italianos no Brasil tende a apresentar uma imagem problemática da interação dessas pessoas²¹⁹.

²¹⁹ Tanto Angelo Trento como José Arthur Rios apontam as imensas dificuldades encontradas pelos italianos para se organizarem coletivamente, muito por causa dos regionalismos e dos interesses pessoais que permeavam os meios italianos. Além disso, a irregularidade do fluxo de italianos para o Brasil – devido às repatriações ou à mudança de rota para países como a Argentina – ou a queda do fluxo a partir da década de

Ressaltando a falta de participação política, de lideranças ou de um sentimento que unisse a comunidade, os mais relevantes trabalhos que se dedicaram ao tema acabam por construir uma história das ausências. Segundo Trento, alguns dos problemas da organização dos italianos no Brasil nas décadas finais do século XIX e iniciais do XX eram o individualismo exacerbado, as disputas pessoais e as constantes cisões, que bloqueavam o espírito de coletividade:

*“A causa dessa fraqueza orgânica [das associações italianas], da latente tendência à cisão e à nova fundação, do multiplicar-se de tantas minúsculas e ineficientes ‘panelinhas’ de amigos e clientes (salvo as devidas exceções) deve ser provavelmente atribuída ao fato de a elite econômica e intelectual italiana, participando pouco da vida política do país – por impossibilidade, ou por escolha -, descarregava na vida associativa da colônia ambições, frustrações, manias de grandeza e querelas pessoais. Não é casual que o Círculo Italiano na cidade de São Paulo só tenha sido fundado em 1911 e que, ainda em 1926, contasse somente com 850 sócios.”*²²⁰

Como demonstrou Trento, os italianos que procuraram se organizar coletivamente em um primeiro período enfrentaram dificuldades, sejam elas de cunho político, regionalista, financeiro ou outro.

Mas, para além da falta de elementos unificadores e de organização, há que se reconhecer que do momento em que os italianos começam a emigrar em massa para o Brasil - a partir do último quarto do século XIX - até o momento histórico ora analisado, existiu uma rede de comunicação, assistência e manutenção dos costumes e da cultura - mesmo que em alguns momentos precária e marcada por problemas - mantida através de jornais, associações com os mais diversos fins, escolas e outros meios que, de uma maneira ou de outra, serviu de base para a organização do período abordado pelo presente trabalho.

Se por um lado é possível observar que faltou aos italianos instalados no Brasil organização e coesão, por outro é possível afirmar que eles até conseguiram realizar feitos

1920, são fatores que também são vistos como obstáculos à organização da comunidade. RIOS, José Arthur. *Aspectos políticos da assimilação do italiano no Brasil*. São Paulo: Fund. Esc. Paulista de Sociologia e Política, 1959. TRENTO, Ângelo: *Do outro lado do Atlântico: um século de imigração italiana no Brasil*. São Paulo: Nobel: Instituto Italiano di Cultura di San Paolo, 1989.

²²⁰ In: TRENTO, Ângelo: *Do outro lado do Atlântico: um século de imigração italiana no Brasil*. São Paulo: Nobel: Instituto Italiano di Cultura di San Paolo, 1989, p. 172.

notáveis, como a manutenção de uma imprensa variada e até certo ponto produtiva ²²¹, ou a organização de redes culturais e de assistência que, apesar de precárias, também se mantiveram durante todo o período da migração. E esses feitos ganham ainda mais dimensão se pensarmos os imigrantes italianos que vieram para o Brasil como cidadãos das regiões mais pobres do país de origem ²²², país este que no período de maior fluxo migratório ainda engatinhava na formação de uma identidade nacional e que, até pelo menos meados da década de 1920, dava muito pouca atenção a seus emigrados.

Além disso, há que se considerar o momento histórico na análise da organização italiana no Brasil. Devido a fatores como os esforços do governo Mussolini em criar uma identidade nacional entre os súditos *all'estero* ou a ascensão social de parte da colônia, muitas das características atribuídas à comunidade italiana e às suas atividades associativas não eram mais tão perceptíveis no período e no território (o estado de São Paulo) ora analisados. Mesmo os autores citados salientam a diferença na organização dos italianos a partir de meados dos anos 1920 e lembram que o recorte geográfico também deve ser levado em consideração. Angelo Trento e José Arthur Rios observam que os imigrantes nas áreas urbanas do estado de São Paulo apresentam características que vão favorecer a organização coletiva na década de 1930. Segundo Rios, os imigrantes italianos que foram para a cidade de São Paulo podem ser considerados como um grupo “minoritário” ou “não assimilado”, pois mantinham uma coesão e um sentimento latente em relação à pátria de origem, sustentando, com apoio da elite, uma rede de entidades de caráter étnico como jornais, sociedades literárias e beneficentes, que permitiam a manutenção de costumes e de caracteres da cultura italiana ²²³.

O grupo de italianos ora analisado, por estar instalado nos espaços urbanos do estado de São Paulo, diferencia-se do imigrante pobre e isolado nas fazendas ou nos rincões do sul do país em fatores como: nível de instrução e organização, contato com a população

²²¹ Apesar do volume das tiragens ser pequeno e de muito pouca constância, com exceções como o *Fanfulla*, a imprensa italiana produziu jornais que continham os mais diversos tipos de publicações – políticas, humorísticas, esportivas, patrióticas – que, mesmo de conteúdo efêmero, existiram desde a chegada dos italianos no Brasil. In: *idem.*, p. 184 a 191.

²²² Sobre uma visão mais detalhada das características econômicas, políticas e culturais da emigração italiana para o Brasil ver: FRANZINA, Emilio. *A grande emigração: o êxodo dos italianos do Vêneto para o Brasil*. Campinas: Editora da Unicamp, 2006.

²²³ In: RIOS, José Arthur. *Aspectos políticos da assimilação do italiano no Brasil*. São Paulo: Fund. Esc. Paulista de Sociologia e Política, 1959.

brasileira e qualidade de vida. Angelo Trento demonstra que, a partir dos anos 20, além da diminuição do fluxo migratório, ocorre uma mudança no padrão de vida do imigrante. Substituindo o trabalhador rural, passa a ser mais comum o operário urbano – muitas vezes com algum grau de qualificação – que vem atender à demanda do crescente setor industrial. Havia também uma até certo ponto recente classe média, formada por profissionais liberais, pequenos empresários e uma elite que também se envolveram com a causa associativa, como pretendo demonstrar. Além disso, os esforços do governo fascista em unir a comunidade também contribuíram para interferir nos níveis de alheamento ou participação nas atividades coletivas de caráter étnico dessas pessoas.

Outro fator que contribuiu para o fomento do associativismo entre a comunidade italiana do estado de São Paulo foi a urbanização dessa população. Angelo Trento demonstra que no período entre as duas guerras as repatriações aumentam, devido às péssimas condições de vida e trabalho nas fazendas de café ²²⁴. Imagino que ao menos uma parte desses italianos que sofriam com as péssimas condições de trabalho no campo não tinha condições de voltar à terra natal, e por isso alguns deles poderiam ter migrado para as cidades em busca de novas ocupações, e as associações que se encontravam nas cidades apresentavam opções de lazer, cultura e assistência que poderiam atrair a atenção do recém chegado trabalhador urbano ou do ex-agricultor necessitado. E ainda há outro aspecto curioso da população italiana do período, qual seja, que em 1940, 64% dessas pessoas tinham mais de 50 anos ²²⁵.

E vale a pena destacar também que, mesmo com a queda do fluxo migratório, pelo menos em São Paulo ainda havia uma boa concentração de italianos – além dos ítalo-brasileiros -, o que dava ainda mais importância para o associativismo. De acordo com o censo de 1940, do total de 7.180.316 habitantes do estado, 212.996 eram italianos, ou seja, três por cento da população total. Se levarmos em conta que, segundo as estimativas de Giorgio Mortara, a população de origem italiana no Brasil representava 3,1 % do total da população brasileira em 1902 ²²⁶, é possível constatar que a proporção de italianos em relação aos nacionais em São Paulo no período é praticamente a mesma da proporção de

²²⁴ Idem.

²²⁵ In: idem.

²²⁶ In: idem, pp. 269.

italianos em relação aos brasileiros em todo o território nacional em um período de fluxo migratório bem mais elevado.

Fatores como a ainda sensível concentração de italianos, a chegada de trabalhadores pobres nas cidades e a existência de grande número de pessoas em idade avançada levam a crer que a rede de assistência fomentada no período foi de proveito para muitas pessoas. Assim, se no período havia elementos italianos que ascenderam de classe e que, portanto, tinham condições de fomentar e financiar parte da organização étnica, se haviam pessoas que necessitavam dessa organização - como os italianos idosos ou que fugiam da exploração no campo - e se havia também o incentivo a esse tipo de organização por parte do governo fascista, é possível supor que o conjunto desses elementos fez com que as associações italianas se estabilizassem. Angelo Trento dá números do considerável aumento da mobilização coletiva dos italianos no estado de São Paulo a partir de meados da década de 1920. Segundo o autor, “no estado de São Paulo” as associações “passaram de 136 em 1906 (das quais 33 na capital) para 182 em 1908, 392 em 1921, para decaírem progressivamente para 94 em 1923 e aumentarem novamente para quase 150 em 1937²²⁷ .

De acordo com esses números, e tendo em vista as características do associativismo italiano do fins do XIX e começo do XX, dadas pelo próprio autor, vemos que o grande aumento do número de associações nas décadas de 1900 e 1910 pode ter ocorrido devido à “tendência à cisão” provocada pelas características acima citadas. Contudo, creio que o aumento ocorrido nas décadas de 1920 e 1930 foi motivado por questões que não as disputas. Assim, se o associativismo entre os italianos ganhou um considerável fôlego na década de 1930, em partes por influência do governo fascista, é importante verificar como o aumento na organização coletiva afetou essa população. Se o número de organizações italianas cresceu, se surgiam entidades ligadas ao fascismo, se o corpo diplomático fascista buscava unir a coletividade em torno dessas associações, como esses esforços atingiram a população de origem italiana do estado de São Paulo? Quem participava dessas associações? Quem delas se beneficiava? Qual era o entendimento que essas pessoas tinham das atividades exercidas e da relação com a etnicidade ou a ideologia fascista?

A primeira questão que quero tratar é a do alcance das atividades associativas. O número de associados, por exemplo, era visto como um problema para a organização dos

²²⁷ In: idem, pp. 173.

italianos no período ²²⁸. No entanto, mesmo sem muita adesão direta, as atividades desenvolvidas pelas associações italianas do estado de São Paulo causavam repercussão e atingiam muitas pessoas. A assistência, por exemplo, era uma forma de alcançar a população e de convergir pessoas para a causa associativa. A edição do *Fanfulla* de 11 de fevereiro de 1937 traz uma reportagem relatando as atividades beneficentes da *Società “Crocce di Savoia”* de Ribeirão Preto. Segundo a reportagem, em um dia de atividades organizado pela entidade “quinhentas pessoas entre crianças e viúvas pobres receberam da ‘*Crocce di Savoia*’ o seu pacote, com roupas, doces e alimentos” ²²⁹. Pode até ser que essa cifra seja exagerada, e muito provavelmente nem todas as pessoas que receberam as doações eram sócias da entidade, mas o número considerável de beneficiados demonstra que a atividade assistencialista desenvolvida pela *Crocce di Savoia* teve uma boa repercussão, pois, mesmo entendendo que não era todos os dias que havia esse volume de distribuição de víveres, por exemplo, a movimentação de cerca de 250 a 300 pessoas – se considerarmos, em uma perspectiva pessimista, que o jornal dobrou o número real de beneficiados - em um dia de atividades representa uma repercussão considerável.

Muitas das entidades que trabalhavam de fato com a assistência alcançavam um número razoável de italianos em suas comunidades locais. Em discurso pronunciado por ocasião da comemoração do aniversário da Marcha Sobre Roma, o secretário do *Dopolavoro* de Santos, Ugo Scarello, relata as atividades assistenciais da instituição, como o atendimento médico e fornecimento de medicamentos e a distribuição de subsídios em dinheiros, roupas, enxovais para recém-nascidos e alimentos ²³⁰. Segundo ele, “neste ano [de 1939] foram distribuídos até agora [setembro] 386 cestas de alimentos perfazendo um total de cerca de 2.300 kg”. Se considerarmos que cada cesta foi distribuída para uma família diferente, 386 famílias de italianos e descendentes da cidade de Santos tiveram contato com as atividades beneficentes do *Dopolavoro* da cidade - o que supõe um contato

²²⁸ Segundo Angelo Trento, “temos que sublinhar que o número total de sócios foi sempre inferior ao das irmãs criadas na Argentina e nos Estados Unidos e, em proporção, até mesmo em países como o Chile e o Uruguai...”. In: TRENTO, Angelo. *Do outro lado do Atlântico. Um século de imigração italiana no Brasil*. São Paulo: Nobel: Istituto Italiano di Cultura di San Paolo, 1989, p. 173.

²²⁹ “Cinquecento tra bambini e vedoci povere ricevettero dalla ‘Crocce di Savoia’ Il loco pacco, consistente in vestiti, dolci e alimenti”. In: Jornal *Fanfulla*, 11 de fevereiro de 1937. Centro de Apoio à Pesquisa em História”. FFLCH, USP, São Paulo, SP.

²³⁰ *Fanfulla* de 19 de setembro de 1939. Centro de Apoio à Pesquisa em História”. FFLCH, USP, São Paulo, SP.

menos próximo, mas mais abrangente sobre a comunidade - ou, em uma hipótese contrária, se essas cestas foram doadas às mesmas famílias, cerca de quarenta e dois lares de italianos e descendentes em condições precárias receberam do *Dopolavoro* local 6 kg de alimento por mês em Santos no ano de 1939 – o que significa menos beneficiados, porém com um contato mais direto com a associação -, além daqueles que receberam outros tipos de assistência.

Esses exemplos demonstram que a população de origem italiana de uma maneira geral mantinha algum contato com as sociedades italianas do estado de São Paulo, tanto aqueles da classe média e da elite, organizando e coordenando as sociedades, como os das classes baixas, ao menos aproveitando-se de alguns eventos promovidos. E além do assistencialismo, a movimentação e visibilidade dessas associações se davam também através de atividades culturais, recreativas, festas e outras comemorações. No ano de 1937 foi realizada uma reunião de ex-combatentes do exército italiano na chácara do Cav. Morengo, com a participação de 400 ex-soldados, incluindo-se voluntários da campanha militar na Abissínia ²³¹. Uma comemoração natalina da colônia italiana de Campinas - a chamada “Befana Fascista” - contou, no ano de 1937, com a participação de alunos da “escola ítalo-brasileira ‘Gabrielle D’Annunzio’” e da população em geral, além de personalidades, como o vice-cônsul de São Paulo Germano Castellani. Na festa foram distribuídos brindes às crianças (750 brinquedos, 750 cestas de chocolates e 400 peças de roupas) ²³². O número de itens distribuídos dá a dimensão da participação das pessoas no evento, indicando que muitos italianos e ítalo-brasileiros buscavam os espaços de expressão da etnicidade para celebrar datas significativas, como o natal. Isso indica que havia uma valorização dos espaços de preservação da identidade étnica entre parte da colônia em São Paulo, valorização esta reconhecida até pelos italianos de outros estados, o que fez do estado um importante centro da propaganda fascista e de manutenção da *italianità*. Quando da ocasião da exposição em comemoração ao cinquentenário da imigração italiana para o Brasil, houve uma visita de 1.500 “dopolavoristas” do Rio de Janeiro, e o Fanfulla fala em 80.000 visitantes ao todo naquele dia ²³³. Estes números dão uma dimensão da atenção e da

²³¹ Fanfulla de 25 de maio de 1937. Centro de Apoio à Pesquisa em História”. FFLCH , USP, São Paulo, SP.

²³² Fanfulla de 03 de janeiro de 1937. Centro de Apoio à Pesquisa em História”. FFLCH , USP, São Paulo, SP.

²³³ Fanfulla, 26 de maio de 1937. Centro de Apoio à Pesquisa em História”. FFLCH , USP, São Paulo, SP.

mobilização que os eventos envolvendo o fomento da cultura e da propaganda italiana em São Paulo geravam.

E, além dos eventos e festas, as atividades culturais e recreativas cotidianas também chamavam a atenção do público de origem italiana. Tais atividades eram desenvolvidas por várias das entidades italianas que se espalhavam pelo estado, como o *Circolo Italiano*, um dos principais expoentes da promoção da cultura italiana no estado de São Paulo e entidade tradicional que tinha um trabalho voltado para a assistência, mas também para a cultura, as artes e a ciência:

“o Circolo Italiano *tem desenvolvido também uma brilhante função social: verdadeiro representante da colônia italiana de São Paulo, tem ajudado a amalgamar mais italianos eleitos no mundo dos profissionais e em todas as categorias do mundo do trabalho. Deu também uma notável contribuição ao desenvolvimento da cultura italiana em São Paulo com a fundação de uma rica biblioteca e de uma sala de leitura e promovendo com frequência conferências sobre problemas de maior atualidade literária, artística e científica.*”²³⁴

Fundado em 1911, o *Circolo Italiano* se consolidou durante os anos 1920 e 1930, ajudando a manter a imagem da Itália latente na cidade de São Paulo, realizando palestras, trazendo artistas e intelectuais da Itália e dialogando com a sociedade brasileira. No ano de 1936 a entidade contava com 900 sócios, ampla sede própria e um patrimônio de 1.700.000\$000²³⁵.

A OND, outra conhecida entidade italiana que se consolidou em São Paulo nos anos 1930, também colaborou ativamente para o fomento das atividades culturais e recreativas entre os italianos no período. A sociedade contava com seções de educação artística (filodramaturgia, música e canto coral), instrução (cultura popular e ensino profissional),

²³⁴ “Il Circolo Italiano há svolto anche una brillante funzione sociale: vero rappresentante della colônia Italiana di San Paolo, ha giovato ad amalgamare quanto di più eletto contano gli italiani nel mondo dei professionisti e in tutte le categorie del mondo del lavoro. Diede anche un notevole contributo allo sviluppo della cultura italiana in San Paolo com la fondazione di una ricca biblioteca e di una sala di lettura e col promuovere frequentissime conferenze sui problemi di maggior attualità letterari, artistici e scientifici”. In: *Cinquant’anni di lavoro degli italiani in Brasile. Vol I. Lo Stato di San Paolo*. São Paulo: Società Editrice Italiana, 1936, p. 207.

²³⁵ Idem.

educação física (recreativa e desportiva) e de assistência (higiene e sanidade) ²³⁶. Essas atividades eram realizadas constantemente e atingiam uma significativa parcela da população italiana dos locais onde a OND atuava como, por exemplo, quando duas peças, intituladas “*Luce che torna*” e “Sete nomes” foram encenadas na seção da Bela Vista da OND em outubro de 1941, atraindo um público de 700 pessoas ²³⁷.

Os números e as atividades descritas demonstram que o associativismo de caráter étnico entre os italianos do estado de São Paulo movimentava uma quantidade razoável de pessoas, direta e indiretamente. Havia, portanto, uma visibilidade que com certeza era um estímulo para que este grupo de pessoas se organizasse e se associasse. E essas associações, se não contavam com um número elevado de sócios, tinham estruturas que demonstram que os poucos membros e diretores conseguiam angariar doações e o esforço de parte da colônia. Exemplo disso é o patrimônio adquirido pelas entidades italianas ao longo dos anos 20 e 30. A exemplo do *Circolo Italiano*, a grande maioria das entidades da capital e do interior do estado tinha sede própria ²³⁸. Algumas delas chegaram a acumular um considerável patrimônio, como a Sociedade Dante Alighieri de Jaú, que possuía dois imóveis avaliados em 80.000\$000 e uma conta no Banco do Brasil onde estavam depositados 10.791\$000 ²³⁹, a Sociedade Italiana de Mútuo Socorro “*Fratelanza e Lavoro*” de Pedreira, na região de Campinas, que possuía dentre seu patrimônio quatro imóveis ²⁴⁰, ou a *Casa d’Italia* de Bragança Paulista, que, além de sede própria, tinha como patrimônio duas contas bancárias que somavam 43.000\$000 ²⁴¹. Esses números demonstram que as sociedades italianas do estado conseguiram acumular um patrimônio razoável, outro indício do “sucesso” das atividades, ou pelo menos do esforço da parte da colônia que se envolveu

²³⁶ Estatuto da Organização Nacional Desportiva. In: Prontuário n° 29.293 (Organização Nacional Desportiva). Fundo DEOPS. AESP. São Paulo, SP.

²³⁷ Fanfulla de 04 de outubro de 1941. Centro de Apoio à Pesquisa em História”. FFLCH, USP, São Paulo, SP.

²³⁸ É interessante frisar que a questão do patrimônio das sociedades italianas é um indicativo de seu sucesso, ou pelo menos de maior estabilidade e coesão. Segundo Angelo Trento, Gaetano Pepe, um jornalista que se interessava pela questão do associativismo, ao constatar os poucos progressos das associações italianas no Brasil no início do século XX, afirmou que nenhuma associação italiana de São Paulo até 1904 “tinha se própria. Tod[a]s, d[a] maior [à] menor, definham em salas apertadas de aluguel.” In: TRENTO, Ângelo: *Do outro lado do Atlântico: um século de imigração italiana no Brasil*. São Paulo: Nobel: Instituto Italiano di Cultura di San Paolo, 1989, pp. 171, 172.

²³⁹ In: Prontuário n° 76.353 (Sociedade Italiana Dante Alighieri de Jaú). Fundo DEOPS. AESP. São Paulo, SP.

²⁴⁰ In: Prontuário n° 58.082 (Sociedade Italiana de Mútuo Socorro “*Fratelanza e Lavoro*” de Pedreira). Fundo DEOPS. AESP. São Paulo, SP.

²⁴¹ Prontuário n° 27.871 (*Casa d’Italia* de Bragança Paulista). Fundo DEOPS. AESP. São Paulo, SP.

com as sociedades étnicas, mesmo com o número de sócios ainda reduzido e abaixo das expectativas de seus organizadores.

Depois de relatar algumas das atividades realizadas pelas associações italianas, é importante procurar entender quem as comandava e porque essas pessoas se dispunham a sustentar as redes associativas. Sobre seus incentivadores, é sensível o domínio de membros da colônia italiana oriundos das classes médias e das elites, estando envolvidos com o associativismo nomes importantes como os Matarazzo - mantenedores da Sociedade Italiana de Beneficência de São Paulo -, além de empresários, profissionais liberais e pessoas influentes nas suas localidades. Entre os diretores da *Società Italiana de Mutuo Socorso Christoforo Colombo* de Laranjal Paulista, havia empresários e industriais ²⁴². Dentre os diretores da OND havia advogados, comerciantes, industriais e gerentes ²⁴³. O presidente da *Unione Catolica Italiana* de São Paulo em 1942, o italiano Pasquale Fratta, era contador ²⁴⁴.

A análise dos quadros diretivos das associações italianas do estado demonstra que pelo menos nas instâncias diretivas predominavam os membros das classes abastadas da colônia, e a participação dessas classes não se limitava à direção, como demonstram as atividades sociais com participação de figuras da colônia, nacionais e do governo italiano.

Assim, pode ser que um dos motivos do maior interesse entre os italianos de classe média e da elite na organização das sociedades seria justamente a visibilidade que o associativismo podia proporcionar. Além de atividades beneficentes, culturais e recreativas, era comum entre as sociedades italianas no período organizar eventos sociais que tinham como objetivo elevar o prestígio da colônia e de seus membros mais proeminentes. Em abril de 1938 foi realizado em Campinas um “baile de aleluia” em comemoração ao Cav. Nicolose, “importante incentivador do *Dopolavoro* local”, que “dia a dia vai aumentando o número de sócios entre os jovens filhos de italianos” ²⁴⁵. Em 30 de setembro de 1939 foi inaugurado no *Circolo Calabrese* de São Paulo um “artístico retrato do *Duce*,

²⁴² Prontuário nº 16.104 (*Società Italiana de Mutuo Socorso Christoforo Colombo*). Fundo DEOPS. APESP, São Paulo, SP.

²⁴³ Lista de diretores da já Organização Nacional Desportiva. Fundo DEOPS. Prontuário 29.293 (Organização Nacional Desportiva). APESP, SP.

²⁴⁴ Termo de declarações à polícia do presidente do *Circolo italiano* de 05 de fevereiro de 1942. Fundo DEOPS. Prontuário 12.098 (União Católica Italiana de São Paulo). APESP, São Paulo, SP.

²⁴⁵ In: Fanfulla de 20 de abril de 1938. Centro de Apoio à Pesquisa em História”. FFLCH, USP, São Paulo, SP.

comparecendo à cerimônia o cônsul geral de São Paulo, o tenente Renato Bífano, e “várias outras personalidades”, além de “numerosos sócios”²⁴⁶. Em janeiro de 1937 foi realizada uma festa de inauguração do novo edifício da *Società Italiana di Beneficenza* de Bauru, na região central do estado. Segundo reportagem do *Fanfulla* de 10 de janeiro de 1937, compareceram à festa oferecida pela direção da sociedade “compatriotas, muitos sócios brasileiros e a imprensa local”, incluindo o diretor do Jornal do Interior, Otávio Pinheiro Jr.²⁴⁷.

Além das festas, as visitas de personalidades importantes às associações também eram bastante concorridas e atraíam a atenção dos diretores, sócios e da população italiana em geral – principalmente dos círculos da alta sociedade. Quando da chegada do embaixador Vincenzo Lojacono ao Brasil, no início de 1938, foram promovidas recepções de bastante repercussão. O embaixador foi recepcionado pelos sócios do Palestra Itália na estação da Luz, quando de sua chegada. Depois da recepção, Lojacono visitou várias instituições italianas, como a *Associazione fra Mutilati e Riduci di Guerra*, a Câmara Italiana de Comércio, o *Yatch Club Italia*, o *Istituto del Nastro Azzurro*, e a Sociedade Italiana “*Muse Italiche*”, na qual assistiu à peça “*Ho perduto mio marito*”²⁴⁸.

Tomando em consideração as atividades assistenciais, as festas, recepções, comemorações de datas importantes e outras atividades promovidas pelas associações italianas, é possível ter uma dimensão do alcance e da visibilidade adquiridas por algumas das sociedades e, principalmente, por seus promotores, a maioria advindo das classes médias e da elite. É importante destacar que essa visibilidade adquirida pelos membros mais abastados da colônia estava envolta em um clima de patriotismo e nacionalismo italiano e, não podemos nos esquecer, em um forte clima de propaganda fascista. Com certeza muitas das atividades culturais, recreativas e assistenciais, das festas e recepções e dos eventos organizados por essas associações tinham ligação não só com o nacionalismo italiano, mas também com a propaganda ideológica do governo de Roma. As Befanas Fascistas, por exemplo, eram festas destinadas às crianças que se realizavam em um forte clima de nacionalismo italiano e propaganda fascista. A reportagem do *Fanfulla* que cobriu

²⁴⁶ : *Fanfulla* de 13 de setembro de 1939. Centro de Apoio à Pesquisa em História”. FFLCH , USP, São Paulo, SP.

²⁴⁷ : *Fanfulla* de 10 janeiro de 1937. Centro de Apoio à Pesquisa em História”. FFLCH , USP, São Paulo, SP.

²⁴⁸ *Fanfulla* de 19 de abril de 1938. Centro de Apoio à Pesquisa em História”. FFLCH , USP, São Paulo, SP.

a comemoração da Befana de 1938 em Campinas relata que foi feita a saudação fascista antes do início das atividades recreativas. Além disso, eram importantes para o calendário das associações italianas em São Paulo as comemorações das datas importantes para o fascismo, sendo a mais importante o aniversário da Marcha sobre Roma. A data era comemorada por muitas associações italianas do estado, e representava um momento de comunhão de algumas associações e seus membros em torno de Mussolini e de seu governo, e também em torno do nacionalismo italiano:

*“... por iniciativa da sociedade italiana local [de Serra Negra], ocorreu a celebração da Marcha sobre Roma e [foi] festejada a data do XVIIIº aniversário do armistício com a participação de muitas autoridades italianas e brasileiras do local e com a presença de muitas pessoas.
“À noite, às 20 horas, no teatro do compatriota Tozzini Giovanni, ocorreu a celebração solene muito concorrida pelo povo “serrano” que enchia o espaçoso local. A cerimônia foi presidida pelo senhor Zellanti Giovanni, prefeito da cidade e presidente da sociedade italiana, o qual deu a palavra ao fundador Sr. Dr. Vincenzo Rizzo que, com uma clara exposição histórica, teceu um verdadeiro hino à Itália de Vitorio Veneto, à Itália de Mussolini, ganhando prolongados aplausos. Em seguida falou o Sr. Benedicto Freire Napoleão, presidente da Câmara Municipal, o Dr. David Teixeira, médico higienista em Lindóia, e o Mons. Humberto Manzini, todos sendo aplaudidos. Tomando por fim a palavra o R. Agente Consular da Itália em Amparo Sr. Adone Bonetti que, com palavras claras, lembrou as duas datas históricas, exaltou a heróica conquista do exército italiano na África oriental, fez a leitura da mensagem de S. E. o Ministro Parini que foi aplaudido, e enfim exaltou a amizade ítalo-brasileira convidando todos os compatriotas a amar muito a terra que os hospeda, elevando um viva ao Brasil, á Itália, ao Rei Imperador, ao Duce e ao fascismo.”*²⁴⁹

Este curioso trecho foi retirado de uma espécie de carta que, muito provavelmente, é um rascunho de uma reportagem ou boletim de cobertura da festa, devido ao tom da

²⁴⁹ “... per iniziativa della locale Società Italiana, ebbe luogo la celebrazione della Marcia su Roma e festeggiata la data del XVIIIº anniversario del armistizio con la partecipazione di tutte le autorità italiane e brasiliane del luogo nonché la presenza di molto popolo.

“Alla sera alle ore 20, nel teatro del connazionale Tozzini Giovanni, ebbe luogo la celebrazione solenne col concorso di grande numero di popolo “serrano” che gremiva il vasto locale. La cerimonia venne presieduta dal Sig. Zellanti Giovanni, Prefeto Municipale e Presidente della Società Italiana, il quale diede la parola al primo oratore Sig. Dr. Vincenzo Rizzo che con chiara esposizione storica, tessé un vero inno all’Italia di Vitorio Veneto, all’Italia di Mussolini, riscuotendo prolungati applausi. In seguito parlarono i Sigg: Benedicto Freire Napoleão, Presidente della Camera Municipale, il Dr. David Teixeira, medico d’igiene in Lindoya, e Mons. Umberto Manzini, tutti meritandosi prolungati applausi. Prese in fine la parola il R. Agente Consolare d’Italia in Amparo Sig. Adone Bonetti che, con parole chiare, rievocò le due storiche date, estaltò l’eroica conquista delle armi italiani in Africa orientale, diede lettura al Messaggio di S. E. Il Ministro Parini che venne applaudite, Ed infine esaltò l’amicizia Italo Brasiliana invitando tutti i connazionali ad amare sempre più la terra che li ospita, elevando un eviva al Brasile, all’Italia, al Re Imperatore, al Duce e al fascismo.” In: Carta sem autor ou data. In: Prontuário 6.267 (Sociedade Italiana de Serra Negra). Fundo DEOPS. AESP. São Paulo, SP.

narração dos fatos. Com certeza existem algumas, digamos, imprecisões ou exageros na descrição, mas ela nos apresenta indícios muito interessantes e inclusive, inovadores, em relação à visão da historiografia sobre os italianos no Brasil. A novidade que o documento traz refere-se à participação dos italianos na política nacional. Ao contrário da noção de pouca ou nenhuma participação dos italianos na política institucional brasileira, o presidente da associação é também o prefeito da cidade. Somente esse fato mereceria uma investigação mais aprofundada ²⁵⁰, mas por enquanto cabe ressaltar a forma como os organizadores e palestrantes lidaram com a questão do patriotismo italiano, da adesão ao fascismo e da relação com a população e o nacionalismo brasileiros.

Primeiramente, é interessante observar o clima de exaltação do nacionalismo italiano e do fascismo, expresso na saudação à Itália, ao seu rei e ao seu líder. No entanto, é interessante notar que isso não implicava em isolamento ou segregação da comunidade, pois também eram feitos contatos com a sociedade brasileira, participando do evento personalidades brasileiras locais e regionais, que interagiram de maneira positiva com os italianos ali reunidos. É importante observarmos a “comunhão” entre as autoridades italianas e brasileiras em torno da comemoração de uma data importante para o fascismo, pois ela nos indica que o comportamento das associações italianas do estado, pelo menos neste período, correspondia às expectativas do governo Mussolini, pois havia um forte clima de exaltação do fascismo, mas acompanhado de respeito pela “terra que os hospeda”.

É interessante notar também a participação e a colaboração diretas das personagens e autoridades brasileiras, que se sentaram à mesa com os anfitriões, proferiram discursos e foram aplaudidos. Da parte dos italianos, são dados “vivas” à Itália, ao seu comandante a ao fascismo, mas também ao Brasil. Mesmo que a aproximação e o respeito para com a sociedade brasileira fosse uma demanda do governo italiano, devido ao tom das relações com o governo do Rio de Janeiro, esse nível de relacionamento entre parte dos italianos e brasileiros indica que havia uma espontaneidade nessa aproximação, em muito facilitada pelas reações de classe. Se a ocasião era a comemoração de um evento importante para a

²⁵⁰ Seriam interessantes estudos regionais ou locais sobre a comunidade italiana principalmente do interior do estado de São Paulo. É interessante observar algumas nuances - como a participação política - que escapam a um olhar mais panorâmico da situação dessa população. Uma das regiões do estado que, na minha opinião, mereceria um estudo aprofundado é a região de Campinas. É evidente na documentação produzida pela DEOPS que nesta região havia uma organização peculiar e diferenciada dos italianos, ou ao menos um clima intenso em torno da italianidade e também do fascismo, além de um associativismo que foi bastante frutífero, devido a sociedades que se destacavam em cidades como Campinas, Pedreira e a própria Serra Negra.

comunidade italiana e, principalmente, para os adeptos ou simpatizantes do fascismo, porque não transformar esse evento uma oportunidade de “lubrificar” as relações sociais e estabelecer contatos?

Esse clima de aproximação entre os italianos e brasileiros foi determinante para o rumo das atividades de caráter étnico da comunidade italiana no Brasil. O Instituto Médio Dante Alighieri, por exemplo, para evitar a evasão, buscou adaptar-se às necessidades dos italianos e seus descendentes no Brasil e no início da década de 1930, criando os cursos de “Ginnasio Brasileiro” e o “Corso Commerciale Brasileiro”. A intenção da mudança seria manter os alunos do Dante em contato com suas raízes italianas ao mesmo tempo em que proporciona uma educação adequada à realidade nacional:

*“Assim que esta escola – que representa uma das mais belas e inteligentes criações da nossa colônia – oferece realmente a garantia de título de estudo legalmente reconhecida no Brasil, o qual pode oferecer qualquer outra escola brasileira e ao mesmo tempo permite aos alunos conservar um fecundo contato com a língua e a cultura italiana, o que – também independentemente de razões de sentimento e de raça – tem uma grande importância na formação mental e intelectual.”*²⁵¹

A adaptação do Dante Alighieri exprime de maneira clara o clima vivido entre alguns dos italianos e ítalo-brasileiros que vivam no Brasil e, mais especificamente, no estado de São Paulo durante a década de 1930. Havia sim um clima de exaltação da *italianità*, mas que não se contrapunha ao nacionalismo brasileiro, e que se fazia sentir constantemente entre parte da comunidade italiana. Esses italianos vivam no Brasil, mantinham relações com a sociedade brasileira e, acima de tudo, tinham filhos e filhas também brasileiros. Portanto, não havia segregacionismo entre a colônia italiana, ou pelo menos entre alguns dos membros das associações italianas, no estado de São Paulo. Enquanto o governo italiano lidava de maneira positiva com essa aproximação entre os italianos e brasileiros no Brasil, ele conseguiu angariar a simpatia dos italianos, uma vez que suas origens eram ressaltadas, mas sem interferir de maneira negativa em suas relações sociais e cotidianas.

²⁵¹ Fanfulla, 03 de janeiro de 1937. Centro de Apoio à Pesquisa em História”. FFLCH, USP, São Paulo, SP.

A aproximação entre as duas culturas (latinidade), a convivência de longa data – havia italianos pelo estado de São Paulo desde o séc. XIX - e o grande número de ítalo-brasileiros na colônia foram fatores determinantes para o destino das associações italianas quando a situação tornou-se desfavorável. A abordagem cordial da diplomacia italiana somente reafirmava as boas relações entre os dois povos no Brasil e principalmente no estado de São Paulo, onde a população de origem italiana já mantinha um contato direto com a população nacional, com influências culturais transitando nas duas direções.

Esse era o clima em que estava envolto pelo menos parte do associativismo étnico dos italianos no estado de São Paulo na década de 1930. Se o número de sócios não agradava ao governo italiano ou aos organizadores das associações, havia outros atrativos para que os italianos participassem das associações ou, minimamente, dos eventos e atividades por elas promovidos. O fato de o governo fascista ter possibilitado a reorganização e o fortalecimento das associações garantiu uma visibilidade e um prestígio perante a colônia e também perante a sociedade brasileira que fez com que o interesse pelo associativismo se desenvolvesse entre parte dessas pessoas. E as atividades promovidas por essas associações garantiam a visibilidade para a comunidade em geral, que poderia usufruir de assistências dos mais diversos tipos, de atividades recreativas e culturais, de eventos e festas que minimamente atraíam a atenção dos compatriotas e descendentes para a questão da manutenção da identidade italiana. Assim, havia uma aproximação da classe média e das elites com o associativismo que proporcionou o fortalecimento e a coesão das entidades italianas do estado de São Paulo, e esse fortalecimento, em muito coordenado ou auxiliado pelos esforços da diplomacia fascista, intentavam atingir também a parte da colônia pertencente às classes laboriosas.

É neste clima de exaltação do patriotismo italiano, de aproximação com o regime fascista e de reorganização da coletividade que surgem as primeiras regras de controle das atividades estrangeiras no Brasil, e as ações derivadas dos planos de Vargas vão atingir de alguma maneira os súditos da “bota”. A partir dessas informações, e levando em conta os vários aspectos levantados neste e nos outros dois capítulos do presente trabalho – como a boa relação do nacionalismo italiano com o nacionalismo brasileiro, o jogo diplomático que envolvia os dois governos ou as formas de cerceamento e repressão encontrados pelo governo Vargas – tentarei analisar as formas de resistência encontradas pelos italianos em

São Paulo diante do período de dificuldades após 1938, buscando entender como ficou o sentimento de pertencimento étnico, a adesão ao fascismo e a relação dessas pessoas com a população e o governo brasileiros diante das dificuldades impostas pelo Estado varguista.

3.2 – Resistência, adaptação e manutenção da *italianità*

Levando em conta os esforços que alguns membros da comunidade italiana de São Paulo empreenderam para realizar suas atividades associativas, e tendo em vista o alcance e o resultado frutífero de alguns empreendimentos – principalmente em termos de visibilidade e prestígio – é de se esperar alguma atitude do grupo diante de uma situação desfavorável, como a que surgiu a partir de 1938. De fato, reações aconteceram, conforme já afirmei, e como pretendo demonstrar no presente item. Quando das investidas reguladoras e cerceadoras do Estado varguista, os italianos instalados no estado de São Paulo se mobilizaram e reagiram, seja confrontando ou criticando as atitudes do governo brasileiro, seja buscando salvaguardar o que era possível das estruturas associativas da colônia ou mesmo repensando suas funções e intenções.

A análise da reação dos membros das associações italianas de São Paulo pode ajudar a responder algumas perguntas importantes sobre a organização política dos italianos no período. Podemos nos perguntar se a propaganda fascista conseguiu resistir ao momento de dificuldades. Que a propaganda do regime político implementado na Itália foi um importante elemento impulsionador do associativismo entre os italianos em São Paulo nas décadas de 1920 e, principalmente, de 1930, é inquestionável. Porém, para ajudar a mensurar o alcance dessa propaganda entre a comunidade no Brasil é preciso que se pergunte se ela continuava motivando os italianos e descendentes a se organizarem mesmo quando encontrou um ambiente desfavorável. E, ainda sobre a questão da organização política, as ações de resistência dos italianos de São Paulo podem nos ajudar a responder também se o antifascismo continuou adormecido ou tentou despertar no momento em que a propaganda fascista passou a ser mal vista pelo governo brasileiro.

Além dos fascistas e antifascistas, há que se considerar também a parte da população de origem italiana que não se envolvia diretamente com a questão político

ideológica. O que aconteceu com a camada da população de origem italiana que se envolveu, direta ou indiretamente, com o associativismo étnico no período, mas que tinha outras intenções além de colaborar ou combater a propaganda do governo italiano?

Para responder todas essas perguntas, vamos às análises. Primeiramente, é preciso demonstrar quais eram as possibilidades de reação que as associações italianas encontraram diante da conjuntura descrita nos dois primeiros capítulos. Tendo em vista as diretrizes impostas pelos decretos promulgados a partir de 1938, as recomendações do governo italiano sobre como a comunidade deveria se comportar e as formas que o associativismo entre os italianos tomou, as opções para as associações italianas eram basicamente as seguintes: a manutenção do caráter estrangeiro ou a nacionalização – e, claro, havia também as possibilidades de abandono das atividades associativas ou a sua manutenção ilegal.

Qualquer uma dessas opções trazia consequências para as estruturas e o caráter das associações, e estão ligadas de alguma maneira às intenções e aos posicionamentos de seus gestores e membros. A opção pela manutenção do *status* estrangeiro, por exemplo, implicava um problema central para o associativismo da colônia italiana: a proibição de aceitar e manter sócios brasileiros. De acordo com o art. 5º do decreto-lei nº 383 “não podem, no entanto, fazer parte [de associações estrangeiras] brasileiros, natos ou naturalizados, e ainda que filhos de estrangeiros”²⁵². As características do fluxo migratório de italianos para o Brasil fizeram com que a comunidade fosse formada, neste período, por ítalo-brasileiros em sua grande maioria, por isso seria difícil para as entidades abrir mão de aceitar sócios brasileiros. Por outro lado, a nacionalização poderia ser vista pelos nacionalistas e fascistas mais fervorosos como uma descaracterização inaceitável. Assim, entender porque as entidades optaram por uma ou outra via de adaptação pode ajudar a entender a relação que a comunidade mantinha com as questões de ordem política ou com o sentimento de pertencimento étnico.

Entretanto, há que se ressaltar que, qualquer que fosse a opção escolhida, as entidades foram obrigadas – ao menos aquelas que desejavam manter-se na legalidade - a entrar em contato com instâncias burocráticas do Estado brasileiro, tanto para nacionalizar-se quanto para reafirmar o seu caráter estrangeiro, pois o decreto 383 determinava que “as

entidades referidas nos artigos 3º e 4º [estrangeiras] não poderão funcionar sem licença especial e registro concedido pelo Ministério da Justiça e Negócios Interiores”²⁵³. E, claro, havia ainda a possibilidade de ignorar as exigências do Estado brasileiro e confrontar os instrumentos de coerção e repressão da ditadura de Getúlio Vargas.

Colocadas as opções, verifiquemos quem optou por qual e porque o fez. Dos pouco mais de setenta prontuários de instituições italianas que verifiquei nos arquivos do DEOPS²⁵⁴, sessenta continham alguma informação sobre o destino delas durante o período do Estado Novo. Destas, quarenta e nove encerraram suas atividades, nove se nacionalizaram, uma sofreu intervenção do governo brasileiro (o Instituto Médio Dante Alighieri) e uma aparentemente manteve-se estrangeira (a *Casa d’Itália* de São José do Rio Pardo).

O maior número de fechamentos é bastante interessante, mas deve ser interpretado com cautela, não devendo ser considerado um simples sinal de abandono do associativismo. Claro que o grande número de encerramentos demonstra as dificuldades encontradas pelos italianos no período e também a eficiência na aplicação do plano de controle de Getúlio Vargas. No entanto, existem nuances e intenções por trás do encerramento das atividades das associações italianas do estado de São Paulo que têm muito a dizer sobre as associações e suas relações com a etnicidade, o fascismo e a sociedade brasileira, e também sobre a relação do governo Vargas com os estrangeiros. Muitas das sociedades que decidiram encerrar as atividades fizeram isso de maneira voluntária – ou mesmo “voluntária” – enquanto outras foram fechadas por operações policiais ou intervenções de outros órgãos de controle, como o DIP. Algumas encerraram as atividades antes mesmo de 1942, momento em que ainda era possível tomar algumas medidas que poderiam garantir a segurança legal das instituições, outras tentaram voltar às atividades – e algumas conseguiram - quando o clima de hostilidade diminuiu. Essas atitudes podem nos dizer alguma coisa.

Começamos, então, com a análise dos casos de entidades encerradas por ações das autoridades brasileiras. A Sociedade Italiana Dante Alighieri de Bauru, por exemplo, não foi autorizada a funcionar e, em 20 de janeiro de 1942, teve as atividades suspensas pela

²⁵² BRASIL. Decreto-lei nº 383 de 18 de abril de 1939. Notação: BR,AN,RIO 35.0.DLE.383. Arquivo Nacional. Rio de Janeiro, RJ.

²⁵³ In: idem.

²⁵⁴ A lista dos prontuários consultados encontra-se no apêndice do trabalho.

polícia ²⁵⁵. Os *Dopolavoro* de Limeira e Valinhos não conseguiram os alvarás de funcionamento em 1939, mesmo com autorização da Secretaria de Segurança Pública de São Paulo ²⁵⁶. Depois de 1942, como demonstrei no capítulo anterior, a ação policial se tornou muito mais contundente e recaiu sobre todas as sessões da OND do país e sobre muitas outras associações que tinham ligação como o governo fascista. Nestes casos a intervenção da polícia foi motivada por quebras das regras de controle impostas pelo Estado Novo (por desconhecimento ou por desobediência?), ou ainda, pela manutenção de algum tipo de atividade que as autoridades brasileiras consideravam “contrárias à ordem” e por isso elas sofreram com ações policiais e das demais autoridades competentes que acarretaram o definitivo cerceamento das atividades. Esses casos em que as entidades não se adaptaram às medidas legais indicam que existiram associações que se recusaram a fazer as modificações exigidas. Em algumas situações, os italianos deixaram clara a sua recusa em adaptar-se às regras impostas. Antes de levar adiante o processo de encerramento das atividades da Sociedade italiana de Mutuo Socorro de Atibaia, o delegado da cidade, mesmo constatando que a sociedade “era de caráter fascista”, “não cumpria seu papel de beneficência” e era usada como “círculo de reuniões fascistas”, fez apelos aos diretores para que enquadrassem a entidade na lei de nacionalização, mas, segundo o delegado, um diretor da entidade, Ciro Chichetti, afirmou em resposta que preferia ver a sociedade fechada a nacionalizá-la ²⁵⁷.

As reações contrárias às leis e regulamentações do Estado brasileiro indicam que uma parcela das pessoas que fomentavam e participavam das associações italianas do estado de São Paulo tinham o crescimento do nacionalismo brasileiro como um empecilho e resistiram às adaptações impostas, mantendo suas concepções e não se sujeitando ao que eles viam como uma afronta ao seu povo, que sempre auxiliou no desenvolvimento do país que os perseguia:

²⁵⁵ Ordem expedida por Cândido Mota Filho, Diretor Geral da DEOPS. In: Prontuário nº43.727 (Instituto Médio Dante Alighieri). Fundo DEOPS. APESP, São Paulo, SP.

²⁵⁶ In: Prontuário nº 8.983 (ODN Limeira). Coleção inventários DEOPS. APESP, São Paulo – SP.

²⁵⁷ Prontuário 52.074 (Sociedade Italiana de Mutuo Socorro – Atibaia). Fundo DEOPS. APESP, São Paulo, SP.

*“os italianos, por culpa dos governos democráticos, foram obrigados a emigrar para construir fortuna dos outros e dos brasileiros, para depois de tudo isso serem tratados como estrangeiros indesejáveis e sem igualdade de direitos, como está acontecendo no Brasil.”*²⁵⁸

Esse tipo de reação contrária ao Brasil e ao governo Vargas é bastante comum entre os nacionalistas radicais e, principalmente, entre os italianos que mais se aproximaram da doutrina do *Duce*, e começaram ainda na vida da década de 1930 para a de 1940. A insatisfação com as medidas adotadas pelo governo brasileiro é um claro sinal que de, mesmo no período pré-ruptura das relações Brasil/Itália, as medidas de controle – mesmo indiretas – causaram descontentamento entre a comunidade italiana mais diretamente ligada ao fascismo e ao nacionalismo radical. Além disso, demonstra também que alguns italianos - mesmo sendo uma minoria ligada ao fascismo - bateram de frente com o governo brasileiro, demonstrando claramente sua insatisfação.

Outros, ao contrário, quando acossados pela burocracia e pela repressão policial, tentaram, ao invés de confrontar as determinações do Estado brasileiro, reverter os processos de encerramento obedecendo às exigências. Os dirigentes do Círculo Italiano Recreativo de Tietê, cidade próxima a Sorocaba, requereram alvará de funcionamento em 28 de outubro de 1940 para o ano seguinte, mas não obtiveram o documento. Como justificativa o delegado da cidade afirmou que o Círculo Italiano de Tietê tinha ligação com o *Dopolavoro*, pois abrigava uma sucursal da entidade em sua sede, que por isso foi interdita em 12 de novembro de 1940. Alguns dias depois, em 09 de dezembro, o presidente da associação, na tentativa de reverter a decisão policial, enviou à polícia uma carta pedindo licença provisória para voltar a funcionar. Para tanto, alegava que a entidade pagara todas as taxas e impostos devidos, tinha licença do Ministério da Justiça, expedida em 13 de novembro de 1940 e, principalmente, que havia excluído a OND da sua sede²⁵⁹.

Esse e outros exemplos indicam que a ingerência policial era uma constante nos círculos associativos italianos de São Paulo, mas que estes procuraram resistir às investidas

²⁵⁸ Apesar de esta frase, atribuída ao membro ou diretor da OND de São Paulo, Conrado Bernacca, ter sido retirada de um relatório policial, fonte não muito confiável, me fio na “coesão” (dentro dos argumentos de um fascista) do discurso e nas expressões utilizadas para tomar a frase - ou algo próximo a ela - como dita pelo italiano. In: Relatório produzido pelo investigador Pedro Martins Costa, em 07 de novembro de 1940. Prontuário nº 29.293 (Organização Nacional Desportiva). Fundo DEOPS. APESP. São Paulo, SP.

²⁵⁹ Prontuário nº 43.673 (Círculo Italiano Recreativo de Tietê). Fundo DEOPS. APESP. São Paulo, SP.

do Estado varguista, seja contrariando ou não cumprindo a lei, seja procurando formas de adaptação. Isso demonstra que em muitos casos o “encerramento” das atividades nem sempre representava a desistência de manter vivo o associativismo da colônia italiana, pois mesmo quando as autoridades brasileiras conseguiam cassar o registro das entidades, elas buscavam formas de resistir. A *Unione Catolica Italiana* de São Paulo, por exemplo, requereu o alvará de funcionamento do ano de 1942, mas como não o obteve, fechou suas portas no mesmo ano. Porém, como comprova relatório policial de 28 de abril de 1943, se oficialmente, ou legalmente, a *Unione* tinha encerrado suas atividades, na sua sede ainda funcionava uma escola mantida por uma professora italiana ²⁶⁰. Assim, mesmo quando as autoridades brasileiras determinavam o encerramento das associações italianas, muitas pessoas que estavam envolvidas tentaram, e algumas conseguiram, manter alguma atividade, ou de alguma maneira ocupar os espaços.

E é preciso lembrar, para efeito da análise, que nem todos os processos de encerramento foram gerados por ações das autoridades brasileiras, pois muitas das entidades italianas de São Paulo resolveram encerrar espontaneamente suas atividades. Pode-se pensar, a princípio, que este sim é um sinal de desistência e afastamento do associativismo por parte dos italianos do estado, o que não deixa de ter sua razão. No entanto, nuances dos processos demonstram que muitas vezes a intenção era justamente a oposta.

A Sociedade Dante Alighieri da capital, por exemplo, também passava pelos processos de investigação e interferência descritos no capítulo anterior - como a intimação de seus diretores - no início de 1942. Em 26 de janeiro, o presidente da Dante de São Paulo, Vicente Ancona Lopez, apresentou-se à delegacia de polícia para prestar esclarecimentos, apresentar as provas da regularização da entidade - como a autorização do Ministério da Justiça (concedida em 12 de janeiro de 1939) e os alvarás anuais de funcionamento (inclusive o de 1941) – e também se comprometeu a restringir as atividades e a colaborar com a vigilância policial. O fato de o presidente da entidade ter comparecido à delegacia munido de toda a documentação e disposto a acatar as ordens e cumprir com as obrigações legais à risca indica que era intenção dos diretores manter as atividades, e que eles se prepararam para enfrentar as exigências legais do Estado brasileiro. Mas, no dia 20 de

²⁶⁰ Prontuário nº12.098 (União Católica Italiana de São Paulo). Fundo DEOPS. AESP. São Paulo, SP

fevereiro, portanto somente 25 dias após o presidente ter prestado esclarecimentos e comprovado a regularidade da instituição, Ancona Lopes envia uma carta ao delegado de polícia de São Paulo informando o encerramento das atividades culturais “até momentos mais oportunos”. Na carta o presidente afirma que “tal deliberação deve ser interpretada como uma cooperação” e que “nenhuma pressão foi feita pelas mesmas autoridades para que essa sociedade tomasse a deliberação acima”. Essa declaração é, na minha opinião, um sinal de que o encerramento das atividades da Sociedade Dante Alighieri foi voluntário entre aspas, pois foi realizado mediante pressão.

Creio que prova disso está na própria afirmação aberta (intencional) da “espontaneidade” da ação e de seu tom “colaboracionista”. A situação das entidades italianas no período imediatamente posterior à ruptura das relações Brasil/Itália não era nada favorável, principalmente para associações ligadas ao fascismo, por isso a reação dos diretores pode ser vista como uma maneira de tentar preservar algumas estruturas da entidade e de evitar atitudes mais contundentes de ingerência policial. Com certeza, fatores como a repressão sobre entidades como a OND e os *Fasci* e o clima de insegurança gerado pela ruptura das relações diplomáticas entre o Brasil e a Itália fizeram com que os diretores da Dante Alighieri calculassem o perigo que a sociedade corria. Percebendo os riscos, os diretores tomaram a atitude de encerrar as atividades, dando como justificativa o “momento inoportuno” para o desenvolvimento de atividades de caráter estrangeiro no Brasil. Essa atitude pode ser considerada como uma forma de preservação, pois, além do encerramento das atividades culturais, os membros do Dante também tomaram outras atitudes interessantes. Quando do fechamento da entidade, alguns móveis e parte da biblioteca do Instituto Médio Dante Alighieri – escola ligada à Sociedade – foram, “por uma gentileza” da instituição, guardados nos porões da sociedade ²⁶¹. Se pensarmos que dentre os objetos e livros guardados havia material que poderia causar algum tipo de indisposição com as autoridades brasileiras – com certeza havia livros e objetos referentes à Itália, a Mussolini e ao fascismo -, a atitude soa como uma estratégia para evitar qualquer tipo de confisco ou retenção dos bens e/ou o comprometimento da entidade.

Além da Sociedade Dante Alighieri de São Paulo, muitas outras entidades espalhadas pelo estado “anteciparam-se” às ações policiais e encerraram espontaneamente

²⁶¹ Prontuário nº43.727 (Sociedade Italiana Dante Alighieri). Fundo DEOPS. AESP. São Paulo, SP.

suas atividades, ou, se sofriam processos de intervenção, também tentaram preservar seus bens. A Sociedade Filarmônica “Conde de Torino” de São Roque, por exemplo, encerrou suas atividades em 1940 e doou seu patrimônio, avaliado pela polícia em 23.000\$000, para a Banda Musical Carlos Gomes ²⁶². O Círculo Italiano Recreativo de Tietê, após a fracassada tentativa de continuar funcionando, doou seus bens móveis para a Sociedade Recreativa de Tietê em 1940 ²⁶³. Já a Sociedade Italiana de Lençóis Paulista, que encerrou suas atividades em 1940, pretendia, segundo o delegado da cidade, doar o prédio no valor de 10.000\$000 para um jardim de infância e uma escola doméstica ²⁶⁴.

É plausível supor que esses procedimentos intentavam a preservação de bens e das atividades. Os membros da extinta Filarmônica Conde de Torino podem muito bem ter continuado suas atividades musicais na Banda Carlos Gomes, já que entre o patrimônio doado deveriam estar inclusos os instrumentos e, porque não, os músicos que, apesar de já não estarem atuando em uma entidade de caráter étnico, podem ter levado suas influências culturais e musicais italianas para o novo espaço. Podemos supor também que a escola doméstica e o jardim de infância que iram ocupar o prédio da Sociedade Italiana de Lençóis Paulista fossem mantidos por italianos e descendentes ligados à antiga entidade – como aconteceu com a *Unione Catolica* - ou ao menos que tivesse acolhido seus filhos. E o fato de o Círculo Italiano Recreativo do Tietê ter doado seus bens para uma entidade de nome tão parecido pouco depois de empreender esforços para manter suas atividades nos leva a crer que esta nova entidade tinha ligações com a antiga sociedade italiana, podendo ser este outro processo de nacionalização indireta, como no caso da sociedade italiana de Laranjal Paulista.

Mas, se não é possível afirmar tão categoricamente que essas entidades nacionais que receberam os bens tinham alguma ligação com as sociedades italianas fechadas – apesar de, na minha opinião, essa possibilidade ser bastante plausível –, é possível ao menos afirmar que, ao doar o patrimônio para uma Sociedade nacional, mas de caráter beneficente e recreativo, os diretores estavam evitando que seus bens fossem passados para o controle do Estado ou de associações ligadas a ele, como a Legião Brasileira de

²⁶² Prontuário 55.853 (Sociedade Filarmônica Italiana “Conde de Torino” – São Roque). Fundo DEOPS. APESP, São Paulo, SP.

²⁶³ Prontuário 69.646 (Círculo Italiano Recreativo de Tietê). Fundo DEOPS. APESP, São Paulo, SP.

²⁶⁴ Prontuário 74.553 (Sociedade Italiana de Lençóis Paulista). Fundo DEOPS. APESP, São Paulo, SP.

Assistência, ou para entidades de maior importância, como as Santas Casas de Misericórdia²⁶⁵, o que poderia dificultar em muito a posterior recuperação dos bens.

Se analisados de acordo com sua complexidade, os processos de encerramento das atividades das associações italianas do estado de São Paulo indicam o estrago feito pela ação do governo brasileiro na organização coletiva dos italianos em São Paulo, seja através da atuação policial, da colocação de entraves burocráticos ou somente pela pressão advinda do clima de desconfiança em relação ao estrangeiro e suas organizações. Mesmo sem ações contundentes, - principalmente no período pré-42 - o clima desfavorável com certeza colaborou para que parte do grupo questionasse a possibilidade de manutenção das estruturas associativas. O delegado da cidade de Santa Rosa informou à delegacia de São Paulo que a Sociedade Italiana de Beneficência da cidade “encerrou suas atividades logo após a publicação do decreto de nacionalização das sociedades estrangeiras”²⁶⁶. Levando em conta uma informação interessante, a de que, segundo o delegado da cidade, a entidade não possuía bens, é plausível supor que ela tinha pouco tempo de existência e/ou pouco respaldo, e por isso a pressão do governo brasileiro pode ter agido de maneira mais contundente sobre seus sócios e diretores, que por não terem uma estrutura sólida podem ter desistido de prosseguir com o associativismo, mesmo que no período ainda fosse possível resistir pelas vias legais.

Contudo, os processos de encerramento também demonstram o empenho e o esforço de parte da comunidade na manutenção de suas atividades. Observando, e sentindo na pele, o momento de dificuldades, alguns sócios e diretores entenderam que a melhor opção era suspender momentaneamente as atividades associativas. Mas essa suspensão não significa automaticamente a desistência de manter a rede de associações, como demonstram os casos em que as sociedades eram dadas como encerradas, mas mantinham algumas atividades. Antes, indica a sensibilidade da comunidade para perceber o momento desfavorável, e aponta também a reação dos seus membros diante das imposições do Estado brasileiro, com uma parte protestando e resistindo às medidas impostas e outra parte tentando salvaguardar

²⁶⁵ Como o caso da Sociedade Italiana de Mútuo Socorro de Piracicaba, que teve patrimônio cedido à Legião Brasileira de Assistência, ou a Sociedade Italiana Beneficente IV de Novembro de Bariri, que foi extinta e teve seu prédio ocupado pela Santa Casa de Misericórdia local. Prontuários nº 58.079 (Círculo Italiano Christóvão Colombo de Piracicaba) e 7.823 (Sociedade Italiana Beneficente IV de Novembro de Bariri). Fundo DEOPS. APESP, São Paulo, SP.

²⁶⁶ In: Informe do delegado de Santa Rosa ao delegado de São Paulo. Prontuário nº 29.674 (Sociedade Italiana Beneficente de Santa Rosa). Fundo DEOPS. APESP. São Paulo, SP.

as estruturas associativas até “momentos mais oportunos”. Tanto que, quando a situação dos italianos foi melhorando, devido ao término da Guerra e, principalmente, ao declínio da ditadura de Getúlio Vargas, alguns membros das sociedades italianas procuraram recuperar ao menos parte do patrimônio perdido ou retido e se organizaram para colocar as entidades em funcionamento novamente.

A Sociedade Italiana Dante Alighieri de Jaú, por exemplo, foi fechada no período, mas em 1945 seus membros e diretores se reorganizaram para tentar voltar às atividades. Primeiramente, eles entraram com ação - baseados no decreto 7.723 de 10 de julho de 1945, que suspendia “os efeitos dos decretos-leis 3.911 de 09 de dezembro de 1941 e 4.166 de 11 de março de 1942, em relação às pessoas físicas italianas, residentes no Brasil”²⁶⁷ - para reaver o prédio confiscado pelo governo brasileiro, e em 27 de agosto de 1945 o delegado da DEOPS de São Paulo encaminhou ofício ao delegado de Jaú para que este providenciasse a devolução do prédio para a antiga diretoria. E somente dois dias após a devolução do prédio, os diretores da sociedade encaminharam carta ao delegado da cidade pedindo autorização para reabrir a sociedade²⁶⁸. O último presidente em exercício da *Società Beneficente e Mutuo Socorso Fratelanza Italiana* de Jardinópolis, Mario Fragonesi, entrou com pedido em 23 de fevereiro de 1946 para reaver o prédio que foi confiscado pelo governo²⁶⁹. Também os membros da Sociedade Italiana de Mútuo Socorro “*Fratellanza e Lavoro*” de Pedreira tentaram voltar às atividades, e para isso recorreram às autoridades diplomáticas italianas. Assim, o Cônsul Geral da Itália em São Paulo encaminhou, em 10 de setembro de 1948, pedido para que as autoridades brasileiras agilizassem o processo de reabertura da sociedade²⁷⁰.

E, se encerrar temporariamente as atividades foi outra forma encontrada pelos italianos de São Paulo para tentar conservar ao menos partes as estruturas e atividades associativas, a nacionalização também foi posta como opção pelo governo brasileiro, e foi utilizada por algumas sociedades italianas do estado que se dispunham a jogar conforme as regras como alternativa para a manutenção do associativismo. A nacionalização pode

²⁶⁷ In: BRASIL. Decreto-lei nº 7.723 de 10 de junho de 1945. [HTTP://www.senado.gov.br](http://www.senado.gov.br).

²⁶⁸ Prontuário nº 76.353 (Sociedade Italiana Dante Alighieri de Jaú). Fundo DEOPS. APESP. São Paulo, SP.

²⁶⁹ Prontuário nº 48.595 (*Società Beneficente e Mutuo Socorso Fratelanza Italiana* de Jardinópolis). Fundo DEOPS. APESP. São Paulo, SP.

²⁷⁰ Prontuário nº 58.082 (Sociedade Italiana de Mútuo Socorro “*Fratellanza e Lavoro*” de Pedreira). Fundo DEOPS. APESP. São Paulo, SP.

parecer uma operação contraditória em se tratando de instituições que visavam manter vivo o espírito de pertencimento étnico e a propaganda do regime político do seu país de origem. No entanto, uma análise mais detalhada dos processos demonstra que seus significados também são múltiplos.

O primeiro caso de nacionalização que pretendo expor é o do *Dopolavoro*, famosa sociedade italiana que adquiriu bastante prestígio e destaque na segunda metade da década de 1930. A OND, muito provavelmente tentando angariar a simpatia ou ao menos afastar a antipatia das autoridades brasileiras e, também para não perder o grande número de sócios ítalo-brasileiros, teve que optar pela nacionalização. Assim, “em assembléia realizada em 19 de setembro de 1938, foram os estatutos da associação italiana Opera Nazionale Dopolavoro modificados, adaptando-se a sociedade às exigências do decreto-lei federal nº 383, de 18 de abril de 1938”²⁷¹. Nos novos estatutos constavam adaptações como a mudança do nome para Organização Nacional Desportiva, além de outras regulamentações necessárias, como a afirmação de seu caráter nacional e apolítico²⁷². Note-se, assim, o esforço da entidade em atender as demandas das autoridades brasileiras à risca.

No entanto, os historiadores com os quais dialogo demonstram que mesmo após as alterações nacionalizadoras a OND continuava exercendo sua função de propaganda fascista. E, além da historiografia, a polícia política da época também tinha conhecimento do fato:

“A Organização Nacional Desportiva chegou a assumir destacada importância nesta capital, reunindo avultado número de sócios, de preferência italianos e descendentes, e criando um terreno francamente favorável à propagação da doutrina fascista. Congregando esses elementos sob pretextos recreativos, esportivos, culturais, etc., a Organização Nacional Desportiva era uma forma hábil para a propaganda das doutrinas do ‘Duce’.

“Surgia nessas reuniões o ambiente psicológico adequado à recepção de teorias totalitárias, injetadas por seus conhecidos métodos de apologia ao ‘Duce’, dos princípios raciais e da supremacia da força.

“E, assim, neste ‘climax’, eram escolhidos os elementos que deveriam constituir a infiltração fascista, incorporando-se aos ‘fascios’ (sic).”²⁷³

²⁷¹ In: Relatório preparado pelo delegado adjunto de polícia de São Paulo, Carlos E. Bittencourt Fonseca, em 02 de março de 1943. Fundo DEOPS. Prontuário 29.293 (Organização Nacional Desportiva). APESP, São Paulo, SP.

²⁷² No seu artigo 4º o novo estatuto determina que “a sociedade não tem fins políticos”. In: Estatuto da Organização Nacional Desportiva. Idem.

²⁷³ In: idem.

Este trecho foi retirado de um relatório elaborado pelo delegado adjunto da polícia política de São Paulo, Carlos E. Bittencourt Fonseca, em março de 1943, apresentando um nível de detalhamento das estruturas e das atividades da OND – como sua ligação com os *fasci* – que demonstram que as autoridades policiais estavam cientes do caráter fascista da OND. E, mesmo se levarmos em conta a tendência à generalização da suspeição de fascistização da colônia italiana, creio ser possível afirmar que o delegado não fez tão detalhadas acusações motivado por simples suspeitas. Como a historiografia já demonstrou, a OND nunca abandonou suas atividades de propaganda fascista, e, diante das evidências documentais, como este detalhado relatório policial, não somente os historiadores que posteriormente analisaram o período, mas também a própria polícia política brasileira da época tinha plena consciência de que a OND continuava alinhada ao fascismo e, portanto, que o processo de nacionalização desta entidade era de fachada.

Contudo, era de se esperar que o processo de nacionalização dos *Dopolavoro* não poderia ter outro fim que não o disfarce para a manutenção da propaganda fascista no Brasil. Como um órgão oficial do regime que o era, a OND obviamente não iria abandonar suas atividades doutrinárias, e suas características de fomento à cultura, ao lazer e ao esporte eram propícias para o processo de nacionalização disfarçada²⁷⁴. Assim, é possível afirmar que a nacionalização serviu como disfarce para a manutenção da propaganda fascista na OND. A operação deu uma margem de conforto para a sociedade, que em tese deixava de ser acossada pela legislação que restringia as atividades estrangeiras. Mas, na prática as mudanças a princípio causaram pouco impacto nas estruturas e nas atividades exercidas. A entidade teve apenas que efetuar algumas mudanças estatutárias, como atestar o caráter apolítico e retirar as restrições de nacionalidade para a aceitação de sócios. Assim, a nacionalização aparentemente apresentou-se como uma vantagem para o OND, pois o ônus da operação pareceu ser mínimo – apesar de na prática não ter sido, pois, como demonstrei no capítulo anterior, houve efeitos materiais e psicológicos que nem a nacionalização conseguiu evitar, nem mesmo antes de 1942.

²⁷⁴ O artigo 3º do decreto afirma ser “lícito aos estrangeiros associarem-se para fins culturais, beneficentes ou de assistência, filiarem-se a clubes e quaisquer outros estabelecimentos com o mesmo objeto”. BRASIL. Decreto-lei nº 383, de 18 de abril de 1938. Notação: BR,AN,RIO 35.0.DLE.383. Arquivo Nacional. Rio de Janeiro, RJ.

O caso do *Dopolavoro* demonstra que a opção pela nacionalização foi utilizada como tática de resistência por parte dos fascistas, que apelaram para o enquadramento nos moldes da lei brasileira para disfarçar a propaganda política. A mesma lógica foi aplicada por outra entidade oficial do fascismo italiano no Brasil, os *Fasci all'Estero*. Apesar de esta entidade não ter se nacionalizado – e nem haveria tempo para isso, pois foi o primeiro alvo de uma ação de fato cerceadora da polícia política brasileira, tendo sido fechada em 1938 - os antigos membros mantiveram-se organizados e unidos, mas agora em torno de um tipo de organização que era permitido pelas leis brasileiras. Assim o *Fascio "Filippo Corridoni"* deixou de existir, mas em seu lugar foi aberta uma nova entidade, o *Ente Assistenziale "Filippo Corridoni"*.

O processo de nacionalização do *Dopolavoro* e o de abertura do *Ente Assistenziale* ilustram as formas de reação dos fascistas. Se o governo italiano fez tantos esforços para manter as boas relações com o Brasil, as entidades a ele ligadas não iriam se posicionar de maneira diferente, e os italianos que aqui organizavam as estruturas do fascismo seguiam à risca as instruções do governo de Roma – mesmo já demonstrando insatisfação com as ações do governo Vargas – e adequaram-se às exigências legais. No entanto, é fato que a entidade - que funcionou como nacional de 1938 a 1942 – manteve por todo esse tempo atividades de propaganda fascistas. Conforme expus nos capítulos anteriores, este período foi caracterizado pela queda de braço entre os dois projetos de controle da população italiana no Brasil, com Mussolini tentando, disfarçada ou cautelosamente, manter a propaganda fascista e com Vargas tentando, da mesma maneira, controlar a organização estrangeira e afastar seu caráter político.

Assim, neste período, mesmo já sentindo os efeitos das ações nacionalistas do governo Vargas, os italianos ligados às instituições fascistas tentaram manter as atividades buscando brechas na legislação brasileira e dissimulando seus verdadeiros caracteres, pois “além de fomentar a conservação dos vínculos de fraternidade entre os seus componentes”²⁷⁵, a OND também mantinha viva a ideologia fascista, através do cultivo da imagem do *Duce* e da organização política por ele promovida na Itália, ao contrário do que seu estatuto alegava. Para tal, a nacionalização foi até certo ponto eficiente, pelo menos

²⁷⁵ In: Artigo 4º do Estatuto de 1938 da Organização Desportiva Nacional. Prontuário nº 29.293 (Organização Nacional Desportiva). Fundo DEOPS. APESP. São Paulo, SP.

durante o período em que o governo italiano tinha influência suficiente para salvaguardar os interesses e a segurança das associações italianas no Brasil. Depois disso, como demonstrei no capítulo anterior, as organizações que mantiveram algum contato com o governo de Roma e, principalmente, com a propaganda fascista foram sistematicamente desbaratadas.

Se o processo de nacionalização do *Dopolavoro* pode ser visto como uma manobra para burlar as leis brasileiras, uma análise pormenorizada dos processos de nacionalização das outras associações italianas do estado aponta para o fato de que este não era o seu único propósito. A nacionalização da *Società Italiana della Mooca*, por exemplo, teve o propósito oposto. Os sócios decidiram os rumos da entidade em assembléias realizadas nos dias 01 de 02 de fevereiro de 1940, e a partir desta data a entidade passou a chamar-se Grêmio Recreativo e Esportivo da Mooca ²⁷⁶. Alguns detalhes do processo podem elucidar características importantes da relação da sociedade e de seus envolvidos com aspectos da etnicidade e a propaganda política. As citadas assembléias realizadas pelos membros da *Società* da Mooca tinham como pauta a decisão dos rumos da entidade diante da situação de crescimento do nacionalismo brasileiro e do conseqüente cerceamento das atividades estrangeiras. Uma das opções postas era a nacionalização, mas havia uma segunda opção em jogo: a fusão da entidade com a OND ²⁷⁷.

Não há nos registros documentais nenhuma menção de que os sócios e diretores cogitaram encerrar as atividades, o que demonstra a disposição do grupo em manter as estruturas associativas. E as duas opções - nacionalização ou fusão com a OND - demonstram que havia no interior da sociedade dois grupos: um que defendia a definitiva convergência da entidade para um ambiente de inspiração fascista, a OND; e outro, em oposição ao primeiro, que buscava a autonomia da associação. Fosse qual fosse o resultado das votações, somente o fato de se colocar a opção pela manutenção da autonomia da associação demonstra que havia um grupo de pessoas dentro da entidade disposto a cultivar os laços de associativismo, mas que não associava diretamente a manutenção da coesão do grupo à aproximação com o as estruturas do governo fascista, ou que não via as exigências

²⁷⁶ In: Ata de reunião realizada em 02 de fevereiro de 1940. Fundo DEOPS. Prontuário n° 48.650 (*Società Italiana della Mooca*). Fundo DEOPS. APESP, São Paulo, SP.

²⁷⁷ In: idem.

nacionalistas do governo Vargas como um impeditivo, e isso fica ainda mais evidente devido ao fato de que o grupo que propôs a opção pela autonomia saiu vitorioso.

Creio que se houvesse algum tipo de sentimento, mesmo que difuso, de adesão à ideologia fascista entre a maioria dos sócios da entidade neste momento – que, aliás, nem é o mais tenso e problemático para a organização fascista - a opção mais óbvia para a manutenção das atividades do grupo seria a fusão com a OND, uma vez que os anos de 1938 e 1939 representaram um período de crescimento desta entidade ²⁷⁸, e se o nacionalismo brasileiro parecia representar um perigo, o porto seguro poderia estar na fusão com uma sociedade nacionalizada, mas de grande prestígio entre parte da comunidade italiana e com estruturas organizativas bastante sólidas, caso da OND no período.

E mesmo que a decisão de não se fundir com a OND não signifique necessariamente afastamento de questões político ideológicas, o fato de que não existem registros de denúncias policiais sobre a entidade depois do processo de nacionalização pode ser considerado mais um indício. Tomando como parâmetro o exemplo da OND - que mesmo depois de nacionalizada continuou sob vigilância –, levando em conta que o governo brasileiro atentava para a situação tanto das entidades estrangeiras quanto das nacionalizadas – como sinaliza a ordem do Ministro da Justiça para aumentar o controle sobre os estrangeiros expedida no início de 1942 – e considerando o fato de a entidade estar situada na capital paulista - epicentro das atividades fascistas do estado e, quiçá, do país - seria difícil crer que a polícia, que acompanhou todo o processo de nacionalização da entidade - estando presente inclusive nas assembléias de fevereiro de 1940 - tenha simplesmente comprado o blefe, caso a nacionalização fosse de fato uma manobra para disfarçar atividades de apoio ou combate ao fascismo e que, mesmo não se unindo à OND, houvesse algum tipo de atividade que não fosse compatível com as regras do Estado.

Pela ausência de registros de investigação é possível supor que essa sociedade étnica, ou ao menos uma maioria de membros que tinha voz ativa na entidade, era composta por italianos e descendentes que estavam interessados na manutenção do associativismo - uma vez que a sociedade continuou funcionando, mesmo nacionalizada -

²⁷⁸ Nestes anos foram fundadas filiais da instituição nas cidades de São Carlos, Rio Claro, Santos, Limeira, Valinhos e Sorocaba. In: Relatório preparado pelo delegado adjunto de polícia de São Paulo, Carlos E. Bittencourt Fonseca, em 02 de março de 1943. Fundo DEOPS. Prontuário 29.293 (Organização Nacional Desportiva). APESP, São Paulo, SP.

mas que não atrelavam a manutenção das atividades à disseminação do fascismo nem tinha uma concepção conflituosa de nacionalismo. Qual era a relação da sociedade da Mooca com o sentimento nacionalista, ou de pertencimento étnico, é uma questão que será debatida adiante, mas agora é interessante ressaltar o questionamento da ligação entre o associativismo e a propaganda fascista entre os italianos no período.

Outro caso de nacionalização que pode contribuir para a análise da relação entre associativismo fascismo é o já citado caso da *Società Italiana Christoforo Colombo di Mutuo Socorso*, de Laranjal Paulista. O processo pelo qual passou esta sociedade - que “encerrou” suas atividades em fins de 1939, com seus dirigentes demitindo-se e deixando a sociedade “acéfala, abandonada”²⁷⁹ - pode ser considerado também como um caso de nacionalização, uma vez que logo após o fechamento os membros da antiga *Società* inauguraram o Club Comercial de Laranjal²⁸⁰. Este processo em si não dá nenhum indício de envolvimento com atividades de propaganda política ou com o governo de Roma, mas o clima desfavorável criado pela situação de guerra, somado à ação policial de vigilância sobre as atividades políticas dos estrangeiros deixaram pistas importantes neste sentido.

Diante da denúncia de quinta-coluna feita pelos brasileiros Gustavo Martins e Antônio Vieira Campos, o delegado da cidade e o delegado regional de Sorocaba – que foi designado para aprofundar as investigações – procuraram se interar do caso. Após as diligências, ambos atestaram que a acusação era falsa, afirmando que as denúncias foram motivadas por questões pessoais, uma vez que um dos brasileiros, Gustavo Martins, estaria interessado em comprar o jornal *A Tarde*, pertencente a um dos italianos acusados, mas o negócio acabou sendo frustrado, fato que motivou as falsas denúncias²⁸¹. As autoridades afirmaram que o Club Comercial era legalmente registrado e que tanto ali quanto no jornal não se exerciam atividades políticas, mas em nenhum momento citaram ou cogitaram a hipótese de os italianos terem encerrado as atividades da *Società* e vendido ou alugado seu imóvel para o Club, desistindo de manter ou participar da associação, argumento que, caso fosse verdadeiro, seria o mais lógico para a conclusão do caso²⁸². Assim, mesmo mediante

²⁷⁹ Prontuário 74.552 (Sociedade Italiana de Mútuo Socorro “Christoforo Colombo” de Laranjal Paulista). APESP, São Paulo, SP.

²⁸⁰ Idem.

²⁸¹ Prontuário 16.104 (*Società Italiana Christoforo Colombo di Mutuo Socorso*, Laranjal Paulista). Fundo DEOPS. APESP, São Paulo – SP.

²⁸² Este seria outro indício de que o Club era na verdade a antiga *Società Christoforo Colombo* nacionalizada.

denúncias de atividades fascistas, as autoridades policiais concluíram que os italianos ainda estavam envolvidos em atividades associativas que tinham como uma das características a afinidade étnica e nacional ²⁸³, mas que estas atividades não estavam ligadas ao regime fascista. Mesmo que a posição social desses italianos tenha favorecido a conclusão favorável das autoridades - conforme tentei colocar no capítulo anterior -, imagino que houve também, da parte desses italianos, uma mudança de postura em relação à defesa da Itália e de seu regime político, caso eles tenham em algum momento anterior se envolvido com a propaganda fascista, uma vez que a nacionalização da entidade evidencia o esforço desses italianos de jogar conforme as regras do jogo.

Outro caso curioso de nacionalização que pode demonstrar que nem todas as associações italianas do estado de São Paulo estavam dispostas a manter o apoio ao fascismo aconteceu na cidade de Torrinha, onde havia uma das sucursais da Sociedade italiana Dante Alighieri. O caso da sociedade de Torrinha chama a atenção pois a entidade passou pelo processo de nacionalização bastante tardiamente, sendo a reunião para homologar as medidas realizada apenas em 05 de janeiro de 1945 ²⁸⁴. O fato de o processo acontecer tão tardiamente indica que a associação conseguiu passar por todo o período de beligerância entre o Brasil e a Itália como uma entidade estrangeira, sendo um caso atípico, pois a maioria das associações que não optou pelo processo de nacionalização acabou encerrando, voluntária ou involuntariamente, suas atividades. Isso indica que os dirigentes e membros Dante Alighieri de Torrinha fizeram esforços para manter a entidade em funcionamento, mas não atrelaram as atividades à propaganda fascista, pois se isso acontecesse seria muito pouco provável que as autoridades policiais - que acompanhavam de perto o grupo, estando presentes inclusive na reunião de definiu a nacionalização da entidade em 1945 ²⁸⁵ - deixariam o caso passar despercebido.

Neste momento, creio ser importante deixar claro que não pretendo negar a ligação entre a organização étnica dos italianos e o fascismo. Obviamente, a propaganda fascista

²⁸³ Mas que tinham como uma das características a afinidade étnica e nacional Uma vez que os membros da diretoria eram todos italianos ou descendentes, como o industrial Manuncio Zalla, Alfredo Rovai e Guido Cussiel. In: Prontuário 74.552 (Sociedade Italiana de Mútuo Socorro “Christoforo Colombo” de Laranjal Paulista). Fundo DEOPS. APESP, São Paulo, SP.

²⁸⁴ Prontuário 57.924 (Sociedade italiana de Beneficência Dante Alighieri, Torrinha – SP). Fundo DEOPS. APESP, São Paulo, SP.

²⁸⁵ Idem.

influenciou diretamente a organização das associações italianas do estado de São Paulo, o que provocou uma aproximação entre as idéias de pertencimento étnico e adesão político ideológica. Contudo, procuro defender aqui a idéia de que o nacionalismo entre os italianos instalados no Brasil manifestou os mais diversos sentimentos, inclusive, mas também para além da simpatia, adesão ou combate ao arcabouço ideológico do governo de Roma. Se este procurava atrelar as idéias de nacionalismo e fascismo, incentivando o sentimento de pertencimento étnico para, a partir daí, organizar a colônia em defesa da ideologia fascista, isso não significa que o nacionalismo na comunidade italiana no Brasil manifestou-se apenas na direção do posicionamento político, seja ele a favor ou contra a ideologia do *Duce*, como comprovam os processos de nacionalização das entidades citadas.

A análise das formas de resistência adotadas pelas associações na luta contra as pressões e ações cerceadoras do governo brasileiro demonstra a participação ativa dos membros nos processos decisórios das associações e, também, que os fascistas não estavam sozinhos ou confortáveis no comando das redes associativas da colônia, sofrendo uma espécie de concorrência de membros que disputavam espaço com concepções de nacionalismo que não se pautavam exclusivamente na aproximação político ideológica com o governo de Roma. Enquanto a OND, uma das instituições oficiais do fascismo no Brasil, optou pela via na nacionalização, mas manteve suas atividades doutrinárias - e por isso continuou sendo investigada e, no momento de recrudescimento das ações policiais, foi sistematicamente fechada - outras instituições étnicas da colônia conseguiram manter-se na ativa, mesmo sofrendo algumas descaracterizações.

Isso demonstra, primeiramente, que a polícia política brasileira não fazia uma generalização tão indiscriminada da suspeição sobre os italianos. Levando em conta que as autoridades policiais de São Paulo tinham um conhecimento bastante razoável das atividades coletivas dos italianos no estado e levando em conta também a pesada repressão sobre as associações fascistas, como a OND, os *Fasci*, dentre outras, a partir de 1942, se as entidades nacionalizadas estivessem tão efetivamente empenhadas em atividades de caráter político, ou ao menos se o fascismo, mesmo que difuso, se expressasse de alguma maneira no interior dessas sociedades no período de recrudescimento da repressão, creio que muito provavelmente a polícia política continuaria no seu encaixe. Assim, a conclusão que se pode chegar é que não havia no período de aumento da coerção uma unanimidade entre os

membros das associações no que se refere à aproximação manutenção da apologia ao fascismo. Se observarmos, por exemplo, as alternativas propostas para o destino da *Società Italiana della Mooca*, nacionalizar-se ou fundir-se com a OND, é possível afirmar a existência de uma mobilização de alguns dos membros e diretores para garantir a manutenção da autonomia, e também a existência de um grupo que via a fusão com uma entidade fascista como a solução para a entidade. Assim, há indícios de que a manifestação de adesão ou simpatia pelo fascismo já não era tão evidente e passava a ser questionada neste momento crítico, principalmente após a virada da década de 1930 para a década de 1940, sendo até deixada de lado em muitos dos casos para que se mantivessem algumas estruturas associativas.

Os processos de nacionalização das entidades italianas demonstraram que em um período de maiores dificuldades a ligação entre nacionalismo italiano e fascismo ficou abalada. Neste sentido, reforça-se o argumento de João Fábio Bertonha de que o fascismo entre a comunidade italiana no Brasil se manifestou de maneira difusa. Creio que o momento da dificuldade é um dos mais privilegiados para se mensurar a credibilidade de qualquer idéia ou projeto entre um grupo. Uma vez que o responsável pela coesão e pelo desenvolvimento do associativismo de caráter étnico entre os italianos no Brasil a partir da década de 1920 foi o governo de Roma, é de se esperar que salte aos olhos, principalmente em um momento favorável, como em meados da década de 1930, a ligação do associativismo com as atividades de fomento à ideologia de Mussolini. Mas o momento posterior demonstra que existiam pessoas com participação ativa nas sociedades que, diante da opção imposta pelo governo Vargas, disputou espaços para manter as associações, modificadas ou não, funcionando, e que não relutaram em tomar as providências necessárias, como cortar as ligações com a ideologia fascista e seus canais de propaganda.

Além disso, demonstra as formas de resistência da comunidade italiana. É possível perceber que nos dois períodos houve uma aceitação parcial das regras impostas pelo Estado brasileiro. As associações em geral procuraram regularizar sua situação, adaptando-se às regras, fazendo as modificações e conseguindo a documentação necessária. Algumas o fizeram para disfarçar atividades de propaganda, outras para continuar funcionando como eram, outras para continuar aceitando os tipos de sócios que sempre aceitaram – estrangeiros e brasileiros. Por isso, pode-se dizer que a adequação legal foi uma tática

eficiente para manter partes da estrutura associativa da colônia, pelo menos aquelas partes que não estavam tão diretamente associadas ao governo Mussolini. E, vale a pena ressaltar, esta não foi a única tática utilizada.

Somado ao enquadramento na lei, o discurso adotado diante das autoridades e da sociedade brasileiras também podem ser considerados importantes fatores para a manutenção de parte do associativismo entre a colônia italiana de São Paulo. Diante do forte clima de nacionalismo, e da associação deste com as políticas de controle social, os italianos, fossem eles fascistas, antifascistas ou mesmo “afascistas”, apelaram para a proximidade entre a italianidade e a brasilidade para tentar se proteger. Sempre quando havia contato com autoridades policiais, os italianos procuravam, além de demonstrar que cumpriam as exigências legais, atrelar suas atividades ao discurso brasileiro, seja pela proximidade de interesses e idéias, seja pela questão étnica (latinidade), seja pela exaltação do governo brasileiro e de suas ações.

Entre eles, os italianos fascistas foram os que mais demonstravam insatisfação com as atitudes do governo brasileiro, mas quando se comunicavam com as autoridades nacionais, exaltavam a proximidade e a cooperação com o Brasil. Quando o Instituto Médio Dante Alighieri sofreu intervenção, vários professores foram afastados, e alguns deles sofreram piores punições por suposta aproximação com o fascismo. Um desses foi o professor Leonzio Ronconi, que perdeu o emprego, em outubro de 1942, sendo demitido sem receber nenhum direito ou garantia. Tentando reverter a situação, o professor Ronconi procurou as autoridades brasileiras para tentar convencê-las a atenuar as medidas tomadas contra ele. Para isso ele alegou ter simpatias pelo Brasil e pelo regime de Getúlio Vargas, além de ressaltar o fato de que tem uma filha brasileira. Adolfo Packer, diretor que assumiu a direção do Instituto após o processo de intervenção, afirmou para as autoridades que o professor Ronconi era simpatizante do fascismo, lecionava em um curso de italiano reconhecido na Itália para filhos de italianos que iriam completar seus estudos na península, fator de desnacionalização que levou ao afastamento. Packer também o acusa de ser redator e encarregado da correspondência do *Fanfulla*. Contudo, mesmo diante das acusações, o diretor entende que, por ter uma filha brasileira, Ronconi teria direito a 400\$000 mensais até completar 2.800\$000, quantia referente à indenização a que legalmente teria direito ²⁸⁶.

²⁸⁶ Prontuário n° 43.727 (Instituto Médio Dante Alighieri). Fundo DEOPS. APESP. São Paulo, SP.

Essas demonstrações de aproximação com o Brasil, seu governo ou sua sociedade, se não foram a causa da diminuição da punição do professor italiano, ao menos ilustram os resultados da pressão da propaganda nacionalista brasileira sobre algumas comunidades estrangeiras. E essas manifestações aparecem não apenas em situações difíceis, como a de Leonzio. Quando o Palestra Itália passou pelo processo de nacionalização, os diretores fizeram questão de demonstrar sua utilidade para a cena esportiva brasileira. A alínea “d” do Artigo 1º dos novos estatutos da Instituição determinava que era fim da entidade “prestar a sua cooperação a todas as iniciativas em benefício do esporte brasileiro, em geral, e do esporte paulista, em particular”²⁸⁷.

Os antifascistas foram outros que apelaram para a aproximação com o Brasil e o seu governo para voltar a atuar. Muito pouco ativos desde pelo menos a metade para fins da década de 1930, os antifascistas italianos aproveitaram a decisão do Brasil de se aliar à causa democrática na Segunda Guerra Mundial para conseguir permissão das autoridades brasileiras para voltarem a exercer suas atividades de propaganda. O Comitê dos Italianos Livres no Brasil, por exemplo, foi um dos grupos italianos que combatiam o fascismo que apelaram para a aproximação do Brasil com a causa aliada. Em 07 de abril de 1942 os membros do Comitê enviaram uma carta ao Interventor Federal do estado Fernando Costa pedindo autorização para promover reuniões e emitir boletins. Na carta os membros da entidade ressaltam as boas relações dos italianos com os brasileiros, destaca sua postura democrática, que é a que o Brasil ia assumindo perante o conflito europeu, fazendo severas críticas ao regime de Mussolini²⁸⁸. Além do Comitê, os antifascistas também tentaram organizar outras entidades, como o Comitê Italiano de Socorro às Vítimas da Guerra. Essa associação, cujo presidente do comitê central do Rio de Janeiro era o famoso socialista antifascista Antônio Piccarolo, tentava expandir suas possibilidades de atuação, e em 09 de janeiro de 1945 o grupo buscou as autoridades policiais brasileiras para legalizar a constituição do subcomitê de São Paulo²⁸⁹. Com o subcomitê já constituído, os italianos realizaram, em 21 de junho de 1945, uma conferência pública em São Paulo que tinha

²⁸⁷ In: Estatuto de 1941 da Sociedade Esportiva Palestra Itália. Prontuário nº 12.682 (Sociedade Esportiva Palmeiras). Fundo DEOPS. APESP. São Paulo, SP.

²⁸⁸ In: Prontuário nº 13.476 (Comitê dos Italianos Livres no Brasil). Fundo DEOPS. APESP. São Paulo, SP.

²⁸⁹ Prontuário nº 38.515 (Comitê Italiano de Socorro às Vítimas da Guerra). Fundo DEOPS. APESP. São Paulo, SP.

como tema os “dez meses da Itália Liberada”²⁹⁰, conferência que foi acompanhada pelo investigador Hélio Bezerra Brito, e que muito provavelmente fez alguma alusão à participação do governo brasileiro na “liberação” da Itália do julgo fascista.

Essa aproximação entre antifascistas e governo brasileiro também se expressou através de colaborações com o trabalho policial. Da mesma maneira que os fascistas - para evitar indisposições com as autoridades policiais - quando foram exigidos cooperaram com os trabalhos de investigação, os antifascistas também colaboraram para os trabalhos da polícia, só que para vigiar e coibir as entidades e pessoas ligadas à ideologia de Mussolini. No caso de intervenção do Instituto Médio Dante Alighieri, por exemplo, a denúncia de ligação de alguns professores do colégio com o fascismo teve colaboração de Piccarolo²⁹¹. Do auto dos seus recém completados 82 anos, o socialista antifascista Piccarolo saiu de sua vida reclusa e dedicada às atividades didáticas e de trabalhos referentes à sua vida política passada²⁹² para colaborar com o desmantelamento da rede de propaganda fascista no Brasil. A fim de definir aqueles professores que tinham mais ligação com a organização fascista, ele encaminhou em 23 de março de 1945 um ofício às autoridades brasileiras. Segundo ele, o professor Raffo era “bom professor e apolítico”, já Luiz Ambrosio Borello era “bom professor, mas filofascista na política”, aconselhando as autoridades a ficarem de olho, Carlos Piscetta era “bom e diligente funcionário”, sendo inscrito no *Fascio* contra sua vontade e Antônio Cuocco era ex-diretor do Dante, do *Fanfulla* e do Instituto Italiano de Alta Cultura, era brasileiro filho de italianos que agia para encobrir fascistas, relatando inclusive a suposta incapacidade intelectual do professor²⁹³. Além dessas denúncias, Piccarolo também participa do processo de investigação de Leonzio Ronconi, acusando-o de ser fascista e redator do *Fanfulla*²⁹⁴.

Essas atitudes dos antifascistas, e também as atitudes colaboracionistas adotadas pelos diretores das associações fascistas diante da ingerência policial, demonstram a forma que os italianos no Brasil encontraram para lidar com a situação desfavorável do crescimento do nacionalismo e do conseqüente crescimento do controle das atividades

²⁹⁰ Idem.

²⁹¹ Sobre a vida e a atuação política do socialista italiano Antônio Piccarolo no Brasil ver o interessante trabalho de Alexandre Hecker. *Um socialismo possível: a atuação de Antônio Piccarolo em São Paulo*. São Paulo: T. A. Queroz, 1989.

²⁹² Idem, pp. 197.

²⁹³ In: Prontuário n° 14.498 (Leônio Ronconi). Fundo DEOPS. APESP. São Paulo, SP.

estrangeiras. É por isso que a noção de tática de Michel de Certeau pode ser aplicada para as ações de resistência da comunidade italiana de São Paulo. Fascistas, antifascistas e os demais italianos que se envolveram com o associativismo no período do Estado Novo adotaram uma espécie de discurso uníssono de respeito e colaboração – mesmo que seus propósitos fossem completamente diferentes e até opostos - e procuraram modos indiretos e não-conflituosos de resistência, métodos estes que em alguns casos de fato colaboraram para a manutenção de algumas atividades. Os fascistas, por exemplo, puderam atuar até o momento da ruptura das relações diplomáticas Brasil/Itália devido ao tom “amigável” e “respeitoso” das suas ações. No caso dos antifascistas, mesmo que o momento final da guerra – momento em que eles voltaram a atuar - já não era tão favorável ao governo Vargas, havendo disputas internas que com certeza influenciaram as possibilidades de atuação do grupo, houve uma aproximação que deu uma margem de atuação de combate ao fascismo. Se antes o movimento antifascista era visto pelo governo brasileiro como um perigoso movimento de esquerda, associado ao socialismo, ao anarquismo ou ao comunismo, o alinhamento do Brasil com o bloco Aliado e a crise do Estado autoritário apresentou-se para os antifascistas italianos em São Paulo como um ponto de convergência entre o grupo e o governo Vargas, e a brecha da defesa da democracia e do combate aos regimes totalitários permitiu que houvesse ao menos um mínimo de reorganização das atividades antifascistas no estado, como demonstra a tentativa de reorganização do Comitê dos Italianos Livres no Brasil.

Além das questões envolvendo a propaganda política e as associações étnicas, outras envolvendo as restrições aos italianos também foram combatidas mediante o discurso de admiração e alinhamento com as diretrizes do governo Vargas. Tentando fazer com que as medidas contra os italianos derivadas da situação de guerra fossem anuladas, o cidadão brasileiro, pelo sobrenome descendente de italianos, João Ariello enviou um telegrama diretamente para o presidente Vargas:

“Brasileiros filhos de italianos, de São Paulo, operários e empregados em geral, dedicados e sinceros admiradores de V. Excia., apelam para a bondade de vosso coração, para que seja

²⁹⁴ Idem.

*assinado no dia 1º de maio decreto liberando bens dos italianos, medida de virá beneficiar a economia nacional”*²⁹⁵

Interessante notar que o pedido parte de “filhos de italianos operários e empregados em geral”, o que indica que o confisco de bens dos italianos afetou também parte da classe trabalhadora, muito provavelmente pela perda de empregos. Mas não só os italianos apelaram para discursos de aproximação com o governo brasileiro na tentativa de aliviar a situação de dificuldades causada pela situação de guerra e pelas imposições do governo Vargas. Em 05 de outubro de 1944 o então presidente da Federação das Indústrias de São Paulo, Roberto Simonsen, encaminhou uma carta ao embaixador José Carlos de Macedo Soares tratando “da questão das restrições aos bens dos italianos, radicados no Brasil, a que faz referência do decreto-lei nº 4.166”²⁹⁶. Nela, o presidente da FIESP pede para que sejam canceladas as restrições aos bens dos italianos, além de pedir o “retorno à grande imigração italiana, tanto para atender às necessidades da nossa expansão agrícola, como também às do nosso surto industrial”²⁹⁷.

Para alcançar seu objetivo, Simonsen apela para a origem do embaixador e para a contribuição que os italianos deram para o desenvolvimento de sua terra natal:

*“Paulista que é, e dos mais eminentes que possui o nosso estado, conhece V. Excia. muito bem o que tem representado na nossa vida econômica e social, a contribuição do elemento italiano em São Paulo. É assunto que dispensa ser evocado, tal a evidência com que se apresenta.”*²⁹⁸

Além de exaltar a importância do italiano na formação do estado de São Paulo e, conseqüentemente, do Brasil, na tentativa de livrar a comunidade dos transtornos impostos pelo governo Vargas, o presidente da FIESP também apelou para a coerência da atitude de aliviar as medidas contra os italianos, tendo em vista a postura adquirida pelo Brasil diante da situação internacional de conflito:

²⁹⁵ Processo nº 16410/45. Notação: BR,AN,RIO 35.0.PRO.20483. Arquivo Nacional. Rio de Janeiro, RJ.

²⁹⁶ Processo nº 19221/45. Notação: BR,AN,RIO 35.0.PRO.21539. Arquivo Nacional. Rio de Janeiro, RJ..

²⁹⁷ Idem.

“Infelizmente, a grande nação italiana, por influência de um governo desavisado, entrou em estado de guerra com o Brasil, o que provocou da nossa parte justas medidas de represália...”

“A situação, porém, hoje é bem diversa. Do governo fascista que desservi a Itália, resta pouco para ser aniquilado. As grandes Nações Unidas, pela palavra de seus líderes, Presidente Roosevelt e Ministro Churchill, dispõem-se a iniciar uma fase de intensa colaboração com a Itália, o que significa o seu retorno ao convívio dos Estados a serviço da liberdade e da democracia.”²⁹⁹

Se o governo Vargas decidiu aderir à causa Aliada, o presidente da FIESP entendia que as atitudes da política interna do Brasil deveriam condizer com as diretrizes políticas dos países do bloco, e assim vislumbrou uma brecha para reverter a situação dos italianos que aqui se encontravam. É óbvio que a atitude do presidente da Federação das Indústrias de São Paulo favorável aos italianos tinha como intuito principal reverter os danos à economia paulista gerados pelas leis restritivas. A interrupção do fluxo de mão-de-obra e o bloqueio de bens de importantes membros da elite econômica do estado, como os industriais italianos, causou transtornos ao desenvolvimento econômico do estado, e por isso a Federação das Indústrias procurou intervir.

Esse pedido de Simonsen demonstra que as medidas adotadas pelo governo brasileiro atingiram também os italianos oriundos das classes superiores, conforme afirmou no primeiro capítulo. Mas é interessante notar que Simonsen procurou ligar sua demanda às diretrizes do governo brasileiro, da mesma maneira que italianos fascistas e antifascistas fizeram para preservar seus interesses, e a mesma postura teve o embaixador Soares ao levar o pedido de Roberto Simonsen para Getúlio Vargas:

“A Federação das Indústrias de São Paulo encarregou-me de pedir a V. Excia. para apressar a publicação de decreto abolindo as sanções econômicas aos italianos. Temos em vista não só beneficiar nossos excelentes colaboradores para o progresso principalmente do estado de São Paulo como sobretudo para preparar o aproveitamento no Brasil da emigração em massa de italianos [diante da] triste situação em que ficou a Itália”. (grifo meu)³⁰⁰

²⁹⁸ Idem.

²⁹⁹ Idem.

³⁰⁰ Idem.

Como é possível perceber, Simonsen, diante do prejuízo que a economia paulista sofria devido às restrições aos italianos, buscou alternativas para aliviar a pressão exercida pelo Estado, mas sempre procurando ressaltar que esse alívio beneficiaria não só a colônia italiana, mas também o estado de São Paulo e, principalmente, o Brasil.

Diante da exposição dos métodos de resistência das associações italianas de São Paulo, resta tentar compreender como se deu a expressão do sentimento de pertencimento étnico dentro dessas entidades diante das dificuldades do período. Se o colaboracionismo com o governo e a aproximação com o nacionalismo brasileiro foram táticas bastante utilizadas, como ficava a relação dessas pessoas que tanto exaltaram aspectos de respeito e colaboração com a brasilidade com o sentimento de *italianità*?

3.3 – Perspectivas sobre a identidade étnica entre os italianos de São Paulo

Se o fascismo, a partir a virada da década de 1930 para 1940, já não exercia mais um poder de atração tão forte para parte dos italianos envolvidos com o associativismo no estado de São Paulo, devem haver outros motivos para que o grupo se esforçasse para manter as associações, ou ao menos parte de suas atividades e estruturas. A preocupação em tentar preservar o patrimônio adquirido, em manter algumas atividades funcionando, as tentativas das sociedades fechadas de voltar às atividades, tudo isso indica que o associativismo entre os italianos era motivo de interesse. Resta então responder a duas perguntas. A primeira: por que os italianos em São Paulo se esforçaram para manter as atividades associativas? E a segunda: essas atividades mantinham alguma ligação com o sentimento de pertencimento étnico?

Para responder a primeira pergunta, João Fabio Bertonha nos dá uma boa pista. O autor observa o fomento do nacionalismo entre a colônia italiana no Brasil como uma forma de essas pessoas “recuperarem o orgulho de suas origens e se inserirem melhor na

sociedade brasileira”³⁰¹. Devido às características da imigração e dos imigrantes italianos que vieram para o Brasil, destaca-se, pelo menos em parte do grupo, o esforço pela ascensão social e pela estabilidade material, e com certeza muitos italianos viam na integração com a sociedade brasileira um caminho para atingir tais objetivos³⁰². É interessante observar que a ao menos parte dos italianos, dentre eles muitos sócios e diretores das associações, não teve muitas dificuldades em aceitar os ditames do Estado italiano - que pregava o cultivo das boas relações com a sociedade local – pois esses elementos já estavam bastante integrados à realidade brasileira. Assim, é possível pensar o fomento do associativismo entre os italianos como uma forma de destaque perante a sociedade. Tendo em vista o prestígio que a Itália e seu governo adquiriram na década de 1920 – que atingiu seu auge no Brasil em meados da década de 1930, com a campanha militar africana - muitos dos italianos que aqui se encontravam podem ter se envolvido com o associativismo para aproveitar este prestígio a nível pessoal ou de classe. No entanto, quando a aproximação com o fascismo já não era favorável, alguns membros da colônia envolvidos com as sociedades não tiveram dificuldades para romper os laços institucionais e, quem sabe, emocionais com a ideologia do governo de Roma, mas ainda entendiam o associativismo como uma boa forma de manutenção das relações sociais.

O caso da *Società Italiana Christoforo Colombo di Mutuo Socorso* de Laranjal Paulista ilustra bem essa idéia. Diante do dilema imposto pelo governo brasileiro – nacionalizar-se e, conseqüentemente, descaracterizar-se enquanto sociedade estrangeira, ou manter o *status* de estrangeira e isolar-se do convívio com os brasileiros (mesmo que ítalo-brasileiros) - os seus sócios e diretores optaram pela nacionalização, fundando uma nova entidade que tinha como objetivo o fomento das relações comerciais - como indica o nome da nova associação, Club Comercial de Laranjal. Se observarmos a origem dos italianos e descendentes que estavam envolvidos com a *Società* de Laranjal Paulista, verificar-se-á uma predominância de membros da classe média e da elite local, pois dentre os envolvidos

³⁰¹ In: BETONHA, João Fabio. Trabalhadores imigrantes entre fascismo, antifascismo, nacionalismo e luta de classe: os operários italianos em São Paulo entre as duas guerras mundiais, pp. 82 In: CARNEIRO, Maria Luíza Tucci, CROCI, Federico e FRANZINA, Emilio (orgs). *História do trabalho e histórias da imigração*. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo: Fapesp, 2010, pp. 78.

³⁰² Apesar de Bertonha observar a utilidade para a classe operária de origem italiana do cultivo do sentimento nacionalista para inserção social, creio que no período essa noção era especialmente forte entre a classe média, e talvez seja este o motivo da predominância de italianos de classe média e da elite nas associações étnicas da colônia no Brasil.

com a sociedade havia industriais e donos de outros empreendimentos, como o jornal *A Tarde*. O fato de a antiga entidade ser promovida por membros das classes abastadas, e de ter se transformado em uma entidade com fins comerciais demonstra o tipo de interesse que esses elementos tinham ao organizar a associação, qual seria, fomentar as relações sociais e comerciais do grupo. A relação entre classe e etnicidade entre os italianos no período também chamou a atenção de Bertonha, que dedicou um artigo, já citado, ao tema. Segundo ele, a classe operária de São Paulo também tinha uma relação fluida ou plural com o nacionalismo italiano:

*“O que fica evidente, assim, é que os operários italianos de São Paulo puderam, na maior parte do tempo, manter uma certa identidade como membros da classe operária (ainda que não da forma desejada pelos militantes de esquerda) e como brasileiros (no caso filhos de italianos), mas convivendo com leves simpatias pelo nacionalismo e, posteriormente, pelo fascismo italiano, enquanto tais simpatias não entravam em choque direto com os ditames da sobrevivência”*³⁰³.

Ao menos parte da classe média de origem italiana de São Paulo passou pelo mesmo processo. Visando o prestígio, os contatos, a visibilidade política, econômica e social que o fomento das relações com a etnicidade, o nacionalismo e, claro, o fascismo proporcionava na época, alguns deles reconheciam-se e envolviam-se com suas origens, através das associações. No entanto, quando havia “choque direto com os ditames da sobrevivência”, assim como com os italianos da classe operária, os de classe média e da elite também

*“reelaboravam rapidamente seu grau de identificação com o nacionalismo e o fascismo e partiam em defesa, dentro do possível, de seus interesses, ressaltando sua identidade de classe, mas podendo retornar à sua dupla (ou múltipla) identidade assim que tal momento fosse superado.”*³⁰⁴

Quando não era mais vantajoso ou viável apelar para questões ligadas à etnicidade ou ao governo de seu país de origem, os membros da *Società* não se fizeram de regrados e

³⁰³ BETONHA, João Fabio. Trabalhadores imigrantes entre fascismo, antifascismo, nacionalismo e luta de classe: os operários italianos em São Paulo entre as duas guerras mundiais, pp. 82 In: CARNEIRO, Maria Luiza Tucci, CROCI, Federico e FRANZINA, Emilio (orgs). *História do trabalho e histórias da imigração*. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo: Fapesp, 2010, p. 82, 83.

³⁰⁴ Idem.

modificaram as suas estruturas para manter seu principal propósito, “lubrificar” suas relações econômicas e sociais. Portanto, é possível afirmar que o associativismo entre os italianos do estado de São Paulo também tinha seu caráter plural, girando em torno das associações os mais diversos interesses. Se a questão da italianidade ainda se mantinha entre os sócios da sociedade de Laranjal Paulista, a documentação produzida pela DEOPS não dá muitas pistas, mas o fato de os membros e, principalmente, os diretores serem praticamente os mesmos nas duas entidades – a estrangeira e a nacionalizada – indica que a etnicidade ainda pairava em torno deste grupo, composto de italianos e descendentes, mas que não excluía a participação de brasileiros. Acredito que, mesmo nacionalizada, não seria de um dia para o outro que os aspectos de italianidade da sociedade desapareceriam, por exemplo, pelo fato de o grupo que mantinha a antiga *Società* ainda estar envolvido diretamente nas instâncias diretivas no novo Club Comercial.

E mesmo para alguns dos italianos da classe trabalhadora as “leves simpatias” pelo nacionalismo e pelo, porque não, pelo fascismo também podiam se expressar através das sociedades étnicas. As atividades culturais, assistenciais, recreativas, jornalísticas, dentre outras, demonstram que existia contato de parte da classe com suas raízes étnicas, e mesmo que a adesão direta às associações fosse baixa, eles se aproveitavam dos eventos promovidos, do lazer, das doações. Mesmo que os membros da *Società Italiana Recreativa della Mooca* tenham optado pela nacionalização, é de se crer que nas canchas de *boccia* e demais atividades recreativas que lá provavelmente aconteciam ainda poderiam coexistir manifestações espontâneas da cultura italiana. Além da adesão ou combate ao regime político do país de origem, as manifestações da cultura e do modo de vida que remetem a seu local de origem, ou de seus pais e avós, também podem ser consideradas como formas de expressão da etnicidade, e essas expressões, mesmo que com menos intensidade de há 20 ou 30 anos atrás, ainda se faziam sentir na cidade e no estado de São Paulo.

É interessante pensar essa questão da relação do italiano com suas origens e com o sentimento de pertencer a uma outra cultura. Entendo que a fluidez histórica na relação do italiano instalado no Brasil com sua etnicidade permitiu a ele resistir até mesmo às pressões da tentativa de coerção do Estado brasileiro. Os italianos da classe operária e, na minha opinião, também os das classes superiores, também mantinham “uma certa identidade como brasileiros”, e talvez por essa característica, tenha suportado e lidado com a pressão dos

dois lados. Será que entre os italianos de São Paulo o sentimento de italianidade era tão conflituoso com o sentimento de brasilidade? Se para aqueles que o fascismo convenceu sim, o mesmo não pode ser dito para todos.

Um caso que ilustra muito bem essas disputas – que vão aflorar justamente no momento de adaptação das entidades estrangeiras à realidade brasileira - entre diferentes concepções de nacionalismo e italianidade no seio da colônia aconteceu na Sociedade Esportiva Palestra Itália. Esta sociedade, reconhecidamente de caráter étnico e de muito prestígio entre a colônia italiana de São Paulo, também passou pelo processo de nacionalização, efetivado pela mudança dos estatutos, “aprovados pelo conselho diretivo, em reunião de 19 de agosto de 1938 e pela assembléia-referendum dos sócios, de 29 de setembro de 1938, com as modificações aprovadas pelo grande conselho da sociedade em reuniões de 23 de janeiro e 28 de fevereiro de 1941”³⁰⁵.

Contudo, a forma como as mudanças foram efetuadas demonstra que alguns membros e, principalmente, seus diretores não estavam muito dispostos a modificar substancialmente o caráter étnico da entidade, uma vez que, por exemplo, não há a modificação do nome³⁰⁶. Outro fato que chama a atenção e aponta para a pouca disposição dos diretores em concretizar as modificações é o lapso temporal de quase dois anos e meio entre a votação das alterações pela assembléia de sócios e aprovação pelo conselho diretivo. Além disso, apesar de nacionalizada, a entidade mantinha em seu quadro diretivo, eleito para o biênio 1941/1942, membros de nacionalidade italiana³⁰⁷.

O Palestra pode ser considerado mais um caso bem sucedido de nacionalização para evitar indisposições com as autoridades controladoras do governo Vargas. Como se sabe, a Sociedade Esportiva Palmeiras existe até hoje, e continua marcada como um clube de futebol profissional que carrega a memória da italianidade³⁰⁸. E o modo como a

³⁰⁵ In: Estatutos da Sociedade Esportiva Palestra Itália. Fundo DEOPS. Prontuário 12.682 (Sociedade Esportiva Palmeiras). Fundo DEOPS. APESP, São Paulo, SP.

³⁰⁶ Segundo o próprio estatuto de 1941, a entidade continuava se chamando Sociedade Esportiva Palestra Itália - apesar de posteriormente a entidade ter modificado seu nome para Sociedade Esportiva Palmeiras.

³⁰⁷ Entre os diretores da sociedade, eram italianos o 2º tesoureiro Roberto Lagorio, o ecônomo Attilio Ricotti e o diretor geral de esportes Caetano Marengo, além do italiano naturalizado brasileiro Alduino Biagioni. Prontuário 12.682 (Sociedade Esportiva Palmeiras). APESP, São Paulo, SP.

³⁰⁸ De tempos em tempos são realizados eventos, promoções ou lançados produtos e símbolos do clube que remetem à Itália, como as bandeiras exibidas pela torcida que carregam o antigo símbolo do Palestra Itália e possuem, além das cores verde e branca, também a cor vermelha, fazendo uma alusão à bandeira italiana, ou um dos terceiros uniformes do clube lançado em 2009, de cores azul e branca e tendo como escudo a Cruz de Savóia, fazendo uma homenagem à coroa italiana. Além disso, se observamos os quadros diretivos recentes,

nacionalização foi procedida, de maneira lenta, com esforços para que mudanças tivessem pouquíssimo impacto nas estruturas de poder e no caráter estrangeiro do clube, demonstram que havia um grupo, que dominava seu quadro diretivo na virada da década de 1930 para a de 1940, decidido a manter o seu caráter estrangeiro e tradicional, como demonstra a tentativa de manutenção do nome e do quadro diretivo composto por alguns membros de origem italiana ³⁰⁹.

No entanto, existem indícios nas fontes documentais referentes ao Palestra de que não era unânime entre os sócios a postura de manutenção das estruturas de poder e dos modos atuação do clube. Em março de 1944, foram realizadas eleições diretivas, ocorrendo uma disputa entre duas chapas, denominadas Palestra (de situação) e Renovação (de oposição). A chapa Renovação alegava estar entrando na disputa eleitoral por motivos administrativos:

“Encetaram [os componentes da chapa Renovação] a presente campanha de oposição com a única finalidade de apontar à direção do Palmeiras as falhas administrativas que emperravam o desenvolvimento dos grandes planos de benfeitorias para o clube, bem como o inteiro abandono em que se encontravam todas as demais seções esportivas que não a de futebol. Desejavam, num ambiente de ampla liberdade de opinião, colaborar com a administração, no sentido de se corrigirem inúmeras falhas existentes, muitas das quais se relacionavam com a própria constituição da sociedade, pois seus estatutos eram incompletos e não se enquadravam nas leis que regulam a organização de entidades desportivas.” ³¹⁰

Este excerto foi retirado de uma “carta manifesto” enviada aos sócios da então SEP (Sociedade Esportiva Palmeiras) pelos representantes da Renovação, em 1945, e nela existem mais denúncias de problemas técnicos e administrativos, incluindo-se um ato de corrupção, pois a carta também cita a cobrança irregular de um intermediário de 3% sobre o

eles ainda são compostos por descendentes de italianos como, por exemplo, os presidentes Afonso Della Monica Netto (2005, 2006, 2007 e 2008), Luiz Gonzaga de Mello Belluzo (2009 e 2010) e Arnaldo Luiz Albuquerque Tirone (2012). In: <http://www.palmeiras.com.br/conteudo/?categoria=Presidentes&menu=Hist%F3ria>. Acesso em 24 jan. 2012.

³⁰⁹ No entanto, apesar dos esforços para manter as estruturas do clube intactas, os diretores da SEPI tiveram posteriormente que ceder a algumas pressões, modificando o nome da entidade, conforme já citei, e alterando também seu quadro diretivo, pois os diretores italianos e, também, o brasileiro naturalizado, pediram demissão de seus cargos em janeiro de 1942. In: Carta enviada ao delegado de polícia da capital, pelos diretores do Palestra, infirmo a demissão dos diretores. Fundo DEOPS. Prontuário 12.682 (Sociedade Esportiva Palmeiras). Fundo DEOPS. APESP, São Paulo, SP.

³¹⁰ In: Carta, sem data, enviada pelos membros da chapa renovação aos sócios do Palestra. Idem.

valor de um empréstimo feito pela entidade junto à Caixa Econômica Federal, empréstimo este que, segundo os responsáveis pelo manifesto, não necessitava de intermediário ³¹¹.

À Primeira vista, a Renovação pode ser considerada apenas como um grupo de sócios preocupados com a lisura nos processos administrativos do clube, mas este embate eleitoral entre duas chapas (de nomes bastante sugestivos) apresenta indícios de que o imbróglio entre os concorrentes era motivado por mais que meras questões administrativas. O nome da chapa de situação, Palestra, indica o tradicionalismo, ou o descontentamento com os processos de modificação a que o clube teve que se submeter por causa das leis brasileiras, e como tentei demonstrar acima, essa chapa, que compunha o quadro diretivo do clube, tentou conduzir o processo de nacionalização de maneira disfarçada, ou dissimulada, a fim de modificar o mínimo possível as estruturas do clube e assim manter por mais tempo seu caráter italiano, caráter este que era visto em oposição à nacionalidade brasileira, como demonstra as tentativas de manutenção do nome e da diretoria italianos.

Em contrapartida, a chapa Renovação – composta em sua quase totalidade por italianos e descendentes ³¹² – aparentemente tinha uma visão diferente sobre a relação do clube com a identidade italiana e o nacionalismo brasileiro e, como o próprio nome sugere, pretendia renovar as estruturas de poder do clube afastando a diretoria que mantinha uma postura de embate com o nacionalismo brasileiro. Na carta, que, como afirmei, denunciava problemas de administração da gestão da chapa Palestra, a Renovação tentou transmitir um sentimento de ligação com o clube e seus membros que sugere um apego à memória da entidade, memória esta que indubitavelmente remete à tradição de italianidade. Os autores fizeram as denúncias “dirigindo-se à coletividade Palmeirense, porque sempre prestigiaram os sócios, do mais destacado ao mais modesto, como parte integrante e igual de um todo, aos quais cabe... o direito de conhecer e acompanhar a vida do Clube, patrimônio particularmente seu”, dialogando, portanto, com um público que era composto em sua maioria por italianos e descendentes e reivindicando a sociedade como patrimônio dos sócios. Mas, ao mesmo tempo, a carta faz um apelo interessante, justamente porque parte

³¹¹ Idem.

³¹² Dos quase 120 nomes constantes em uma lista de conselheiros e suplentes da chapa, apenas cinco não possuem sobrenome de origem italiana. São eles, Urbano Guimarães Alves, Gumercindo Fleury, Antonio Cairo, Armando Santos e Rosário Patané. In: relação dos nomes dos conselheiros e suplentes da chapa Renovação. Idem.

de um grupo composto por italianos (ou ítalo-brasileiros) que estava disputando espaço em uma entidade de caráter abertamente étnico, mesmo após o processo de nacionalização:

“Julguem os prezados consócios da sinceridade e do desprendimento dos componentes da ‘Renovação’.

“Temos certeza que todos aqueles que amam verdadeiramente o Palmeiras saberão fazer justiça, cerrando fileiras em torno de uma oposição que visa unicamente integrar o clube entre as melhores sociedades desportivas nacionais, para honra de São Paulo e orgulho do Brasil” (grifos meus)³¹³.

Este apelo ao nacionalismo brasileiro aparentemente demonstra que os membros da chapa Renovação – que, diga-se de passagem, ganhou as eleições de março de 1944, mas não foi empossada pela diretoria anterior - opunham-se à preservação da aura de italianidade deste tradicional clube do futebol paulista. Mas, se levarmos em conta o clima de repressão gerado pelo governo brasileiro, é bem plausível supor que este apelo servia não para negar a identidade italiana, mas para de alguma maneira salvaguardá-la, atrelando-a à identidade nacional. Em oposição a uma gestão que arriscava a manutenção das atividades do clube resistindo à assimilação dos aspectos da brasilidade exigidos pelo governo, existia no clube um grupo que não se opunha em apelar para a exaltação do nacionalismo brasileiro, com vistas a manter o clube funcionando de maneira mais democrática e, porque não, preservando alguns elementos da identidade italiana, elementos estes que, conforme afirmei, se sobressaem até hoje.

Obviamente os esforços da propaganda fascista no Brasil foram um estímulo para o fomento do sentimento nacionalista entre a coletividade italiana no período. Com toda a certeza, a “imagem que o fascismo procurava projetar de restaurador da ordem e da grandeza imperiais da Itália”³¹⁴ teve reflexos importantes em parte da colônia italiana no Brasil, tanto que o momento de maior entusiasmo nacionalista - expresso, por exemplo, através das colaborações para a campanha militar italiana ou do grande número de associações espalhadas pelo estado - entre os italianos aqui instalados foi o período de 1935

³¹³ In: Idem.

³¹⁴ In: BETONHA, João Fabio. Trabalhadores imigrantes entre fascismo, antifascismo, nacionalismo e luta de classe: os operários italianos em São Paulo entre as duas guerras mundiais, pp. 82 In: CARNEIRO, Maria Luiza Tucci, CROCI, Federico e FRANZINA, Emilio (orgs). *História do trabalho e histórias da imigração*. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo: Fapesp, 2010, p. 77 e 78.

a 1938, momento em que a imagem da grandeza e do poderio italiano era ainda mais evidente, devido à “vitoriosa” campanha militar na Abissínia. Mas, para além do aspecto político, também é importante considerar o associativismo como uma forma de proteção e manutenção das relações internas do grupo, principalmente em um momento de dificuldades provocadas por um governo autoritário e nacionalista como o de Getúlio Vargas, que colocava os estrangeiros em uma posição delicada frente a seu grupo e à sociedade brasileira.

Encontrei nos arquivos do Itamaraty um caso que aconteceu na cidade de Petrópolis, na região serrana do estado do Rio de Janeiro, mas que merece ser citado, pois é bastante ilustrativo de como o associativismo entre os italianos tinha significados múltiplos e para além da relação com o governo fascista no período. Em 1906 foi inaugurada na cidade a *Società Italiana di Mutuo Soccorso e di Beneficenza di Petropolis*. Seus estatutos atestavam o caráter exclusivamente estrangeiro da entidade. “Na verdade, o artigo 3º do estatuto estabelece que para pertencer a ela era necessário ser cidadão italiano e previa que cessam de fazer parte da sociedade aqueles que houverem perdido a cidadania italiana”³¹⁵. No entanto, “de 1933 a 1937” foram aceitos sócios brasileiros filhos de italianos, segundo a embaixada italiana, “dado o caráter de beneficência e de mútuo socorro da dita associação”. Ainda segundo a carta, para legalizar a situação da entidade, a diretoria encaminhou o pedido de registro fazendo a opção pela manutenção de seu caráter estrangeiro, comprometendo-se, para tanto, a afastar os sócios de origem brasileira³¹⁶.

No entanto, alguns dos envolvidos com a sociedade, incluindo-se aí os ítalo-brasileiros, solicitaram a intervenção do Ministério da Justiça brasileiro, a fim de que fosse efetuado o processo de nacionalização, para que todos os antigos sócios fossem aceitos novamente, solicitação esta que foi atendida, sendo nomeado pelo ministério interventor para convocar a assembléia que homologaria a decisão deste grupo. Porém, a embaixada da Itália no Rio de Janeiro, contrariando a vontade dos membros favoráveis à nacionalização - que tinha como único objetivo garantir a participação dos ítalo-brasileiros - encaminhou

³¹⁵ “Difatti l’Art. 3º dello Statuto stabilisce che per appartenere ad essa é necessário essere cittadini italiani e prevede che cessano di far parte della Società coloro che hanno perduto la cittadinanza italiana”. In: “Pro-memoria” redigido pela embaixada italiana no Rio de Janeiro em 19 de junho de 1939. Fundo Representações Diplomáticas Estrangeiras - Itália (Notas expedidas). Estante 85. Prateleira 5, maço 12. Arquivo Histórico do Itamaraty. Rio de Janeiro, RJ.

³¹⁶ Idem.

um “pro-memoria” ao Ministério das Relações Exteriores do Brasil pedindo que o processo de nacionalização fosse cancelado e que a sociedade mantivesse seu caráter estrangeiro:

“A Real Embaixada, apoiando-se no estatuto da Sociedade e concordando perfeitamente com o “Considerando nº 2” da dita portaria, qual é, “que o decreto-lei nº 383 não consente a participação de brasileiros em sociedade que por disposição estatutária sejam caracterizadas como associações estrangeiras”, pede que a nomeação do Comissário seja revogada, que a portaria seja anulada, e de outra parte, a real embaixada assegura que, por meio da Autoridade Consular, fará acatar as disposições oportunas para fazer convocar exclusivamente (grifo do autor) os sócios nascidos na Itália.”³¹⁷

Este caso ilustra primeiramente o posicionamento do governo italiano perante as regulamentações do governo brasileiro. Pela atitude da embaixada, o governo da Itália era contrário à idéia de nacionalizar as sociedades beneficentes italianas, preferindo outras formas de adaptação. Mas o caso demonstra também que havia italianos e ítalo-brasileiros que tinham uma visão contrária à visão oficial do Estado italiano, preferindo descaracterizar a sociedade no papel a descaracterizá-la na prática, com o afastamento dos sócios de origem brasileira.

Como tentei demonstrar, o nacionalismo italiano no período estava envolto em várias questões, remetendo tanto à política do governo de Roma quanto a aspectos econômicos e culturais. Podemos nos perguntar se a nacionalização implicava perda aspectos da italianidade, mas como demonstrei, existiram casos que não exatamente, como o caso do Palestra Itália. Mas também podemos nos perguntar se caso os italianos, ou pelo menos alguns dos envolvidos com as associações, não tivessem uma relação tão boa com a sociedade brasileira - que muitas vezes é vista como assimilação – parte do associativismo da colônia poderia ter sobrevivido ao momento tão conturbado para os estrangeiros, principalmente para aqueles que se opunham aos aspectos da brasilidade impostos por Getúlio Vargas.

Em todo o caso, é possível ao menos perceber, analisando as formas de resistência que os italianos encontraram diante das dificuldades, que a ao menos parte da comunidade, que estava envolvida com o associativismo, procurou se mobilizar e se adaptar às regras

³¹⁷ In: idem.

impostas pelo Estado brasileiro, o que traz novas perspectivas para a análise da atuação dessa comunidade e de sua relação com a sociedade hospedeira, perspectivas estas que nos fazem pensar nos italianos como mais que adeptos ou combatentes do fascismo, mas como pessoas inseridas na realidade local, tentando buscar seu espaço e lidando com questões que envolvem as relações de classe e também de etnicidade, tão evidenciadas em um período de disputas de poder e hegemonia, de exaltação dos nacionalismos e de imposição de formas de comportamento e atuação social.

Conclusão

Alguns excelentes trabalhos - com os quais tentei dialogar - de historiadores que há tempos se dedicam ao tema da relação Estado/italianos durante as décadas de 1930 e 1940 se esforçaram em esmiuçar temas importantes para se compreender a situação deste grupo de estrangeiros no período e sua relação com a sociedade brasileira. As análises da organização italiana na década de 1930 levantam debates como a relação do grupo com questões de cunho ideológico, ou a repressão policial à organização dessas pessoas. Inegável a importância desses trabalhos, pois sem eles muito provavelmente uma análise como a que me propus a fazer seria praticamente impossível, ainda mais em se tratando de uma dissertação de mestrado. Se pretendi fazer uma análise um tanto ampla, que aborda diferentes aspectos da relação, isso só foi possível graças a esses trabalhos anteriores que lançaram olhares sobre essa parte da história.

Assim, mais que trazer à tona uma nova temática de pesquisa, creio que o mérito do presente trabalho - se é de fato houve algum - é tentar “costurar” várias análises que, a princípio, não se conectam automaticamente, mas que, se integradas, podem auxiliar nos estudos sobre a questão das populações imigrantes no Brasil no período de Getúlio Vargas. Historiadores como João Fabio Bertonha e Angelo Trento realizaram trabalhos muito competentes sobre a ação do governo italiano sobre seus súditos no Brasil e sobre a organização fascista que aqui se desenvolveu. Excelentes trabalhos também existem sobre a questão da repressão policial às populações estrangeiras e, em específico, aos italianos, como os desenvolvidos pelo por Maria Luiza Tucci Carneiro e Viviane Terezinha dos Santos.

Restava, portanto, como alternativa para me inserir e tentar acrescentar algo ao debate historiográfico, tentar verificar como essas perspectivas da história da relação Estado/comunidade italiana se conectam e interferem umas nas outras. Desse amálgama de temas específicos que engloba o tema geral da relação Estado/imigrantes durante o governo Vargas algumas conclusões podem ser tiradas, conclusões estas que, creio eu, não poderiam ser feitas sem que essa “colcha de retalhos” fosse costurada. Sobre a questão do projeto de controle dos estrangeiros, a análise tanto de sua elaboração, quanto de sua aplicação e da

reação da comunidade italiana de São Paulo demonstrou, dentre outras coisas, que o governo brasileiro traçou um plano específico e até certo ponto bem estruturado que começou a ser implementado ainda no início da década de 1930, e que se reforçou e tomou uma direção definida a partir de 1938 - como comprova a sensível ampliação do arcabouço jurídico que regulava a questão - e, principalmente, que este plano de fato foi colocado em prática pela polícia política e por outros órgãos controladores do Estado desde o momento de sua elaboração. Partindo dessa perspectiva, é possível contestar a idéia de que perseguição aos italianos só se deu a partir de 1942 e por motivos que envolviam exclusivamente, ou pelo menos majoritariamente, o desenrolar dos conflitos da Segunda Guerra Mundial ³¹⁸. Se a situação de guerra agravou a condição dos italianos no Brasil e, mais especificamente, no estado de São Paulo, o clima de vigilância, perseguição e criminalização de algumas atividades já era evidente no período anterior. E se o plano de controle não foi aplicado de maneira mais aguda e contundente em um primeiro momento, isso não significa que não houve esforços por parte das autoridades para implementá-lo, seja através de ações da polícia ou de outros órgãos controladores. Creio que o argumento da simpatia do governo Vargas pela Itália e pelo governo de Benito Mussolini não é justificativa suficiente para um estado autoritário alterar ou refrear a aplicação de um dos planos mais importantes para a estabilidade de um regime ditatorial: o controle sócio-político da população.

A análise da elaboração das leis e da aplicação sobre os italianos mostra como uma ditadura pode exercer seu poder sobre a população através de vários canais, como a repressão direta, mas também se utilizando de outros tipos de coerção, que acabam gerando a sujeição através do medo. A noção de que o imigrante deveria “amar” o país que o recebe e ser útil, assimilado e obediente em relação às regras imposta pelo governo que os hospeda, ou seja, a visão da questão imigratória como uma questão de segurança nacional, gerou um clima de desconforto e insegurança que com certeza exercia uma pressão

³¹⁸ Maria Luiza Tucci Carneiro avalia que “os grupos fascistas passaram por três fases distintas frente ao poder central”: a primeira, de 1923 a 1938, “de configuração e estabilidade dos fascios”; a segunda, de 1938 a 1942, caracterizada pelo “processo de desnacionalização dos partidos políticos, marcado por uma atitude vigilante, ainda que tolerante, do poder central”; e a terceira, de 1942 a 1945. Segundo a autora, é somente nesta fase que se inicia a “repressão aos grupos fascistas, rotulados de inimigos da democracia e do Brasil”. In: CARNEIRO, Maria Luiza Tucci. *Tutti buona gente! Subversivos de origem italiana nos arquivos do Deops-SP*. In: CARNEIRO, Maria Luiza Tucci e CROCCI, Federico (orgs.). *Tempos de Fascismo*. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, Imprensa Oficial, p. 166.

negativa considerável sobre os estrangeiros aqui instalados, noção esta que, se não foi inaugurada pelo governo Vargas, ao menos foi por ele institucionalizada, prevalecendo até hoje ³¹⁹ e podendo gerar, principalmente em tempos de crise, preconceitos contra os estrangeiros - como no caso das denúncias infundadas - que são no mínimo inaceitáveis, em se tratando de um mundo que busca pela democracia e pela boa convivência entre os povos.

Entendo que a análise da situação de um grupo em específico é insuficiente para responder de maneira satisfatória a questão do por que da repressão aos estrangeiros no Brasil, havendo ainda necessidade de estudos mais aprofundados sobre o tema, principalmente em uma perspectiva mais ampla, que atente para as a situação dos diferentes grupos étnicos que se encontravam atuantes no Brasil no período. Todavia, creio que o presente trabalho demonstra que, mais que simpatia ou antipatia para com este ou aquele grupo, havia um projeto de governo em curso que, se não foi aplicado integralmente sobre essa ou aquela comunidade, não o foi porque esse projeto não era descolado da realidade política nacional e internacional. O momento era de fortes disputas por hegemonia econômica e política entre países que viam a América do Sul e, em especial, o Brasil como uma importante área de influência, e o governo de Getúlio Vargas - comprometido com um projeto de desenvolvimento que garantiu o apoio dos diferentes setores da burguesia - aproveitou-se dessas disputas para implementar seu projeto de Estado. Como a Itália era um dos países envolvidos nas disputas de poder e influência nas quais o Brasil estava inserido, o governo Vargas optou, devido ao trabalho de pressão da diplomacia fascista, por amenizar ou modificar alguns pontos dos planos da política interna de controle dos estrangeiros, pelo menos no que diz respeito à comunidade italiana. Mas, é preciso frisar que, se em um primeiro momento as ações de controle dessa população podem ter sido amenizadas, não foram abandonadas em nenhum momento.

³¹⁹ Em junho de 2010 tive a oportunidade de acompanhar um seminário que discutiu o Estatuto do Estrangeiro vigente no Brasil, que aconteceu na Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo, organizado pelo Centro de Apoio ao Migrante (CAMI) e pelo Instituto de Relações Internacionais da USP. A intenção do grupo era justamente debater a idéia de que as leis de imigração brasileiras ainda apresentam o imigrante “pela mitologia estatalista como criminoso em potencial ou como concorrente no mercado de trabalho”, assim, ele “permanece como o estrangeiro, inimigo ou adversário, a ser mantido sob controle, e não o cidadão que, no âmbito de uma política migratória sul-americana, aqui está para enriquecer nossa cultura e contribuir, com seu trabalho, para o desenvolvimento autônomo de nossa região”, visão esta que, como tentei demonstrar, se Vargas não inaugurou, ao menos a institucionalizou. In: *Estatuto do Estrangeiro ou Lei de Migração? Análise crítica do projeto de lei n° 5.655/09*. Centro de Apoio ao Migrante (CAMI) e Instituto de Relações Internacionais da USP (orgs.). Faculdade de Direito – USP. São Paulo, SP. 18 de junho de 2010 (Folder).

Quanto à ação policial, também tenho alguns comentários a tecer. Primeiramente, é interessante, na minha opinião, observar como a polícia política paulista tratou os italianos. A constante vigilância, desenvolvida desde o momento em que as leis restritivas foram promulgadas é evidente, e direcionada principalmente para o potencial de organização e ação política dessa população. No entanto, pelo menos em relação aos italianos a chamada lógica da suspeição, ou seja, a idéia de generalizar as acusações de envolvimento da comunidade com o fascismo, não foi aplicada em todos os momentos. Antes da ruptura das relações diplomáticas entre o Brasil e a Itália é até compreensível a atuação mais indireta da polícia, pois, como procurei demonstrar, o governo Mussolini fazia pressão sobre as autoridades brasileiras para defender seus súditos aqui instalados. Mas, mesmo quando o Brasil se alinha com os países do bloco Aliado e rompe relações com o Eixo, a polícia política dava claras evidências de que não tinha intenção de fazer uma verdadeira “caça às bruxas fascistas” contra a comunidade italiana.

O relatório de investigações sobre a OND é emblemático e expressa bem o que quero dizer. A preocupação do delegado Carlos Bittencourt Fonseca em distinguir aqueles que se envolveram diretamente com a organização da propaganda política italiana e aqueles que foram, de certa maneira, “seduzidos” por ela é bastante elucidativa da idéia de que a lógica da suspeição não era uma ferramenta constantemente utilizada pela polícia. Neste sentido, a análise das investigações policiais e dos envolvidos - tanto os acusadores, quanto os acusados e aqueles que tentavam defendê-los - nos leva a crer que as características da comunidade italiana, como a assimilação, ou a tendência de parte da colônia a tolerar o nacionalismo brasileiro, e mesmo a ascensão social e a consequente inserção de alguns membros na sociedade brasileira dificultava ações indiscriminadas contra alguns desses elementos, impedindo a aplicação da lógica da suspeição sobre parte da colônia ³²⁰.

Mas de nenhuma maneira isso significa que ela não foi utilizada em alguns casos, ou que as autoridades controladoras do governo Vargas tenham se preocupado apenas com os fascistas, ou ainda que não foram cometidos abusos ou intervenções abruptas na comunidade em geral. Conforme coloquei no segundo capítulo, na minha opinião existiam duas frentes de atuação do governo sobre os estrangeiros: o combate à atuação política; e a

³²⁰ É interessante notar como, mesmo neste ambiente de suspeição e criminalização do estrangeiro, o critério de classe ainda pesava nas ações policiais. Assim como acontece nos nossos dias, creio que é sensível a cautela da polícia ao lidar com membros da classe média e das elites.

disciplinarização das atividades e das populações estrangeiras em geral. Se a organização fascista foi sempre vigiada e definitivamente desbarata em início para meados de 1942, houve também a preocupação, se não de desmontar a rede de assistência criada pelos italianos, de disciplinarizá-la e de reverter esses esforços associativos para algo proveitoso para o Estado e, conseqüentemente, para seu governo. Desta maneira, acusações indiscriminadas contra estrangeiros poderiam atentar contra a necessidade do governo de aproveitar as estruturas associativas – necessidade que fica clara quando nos deparamos com as normas expedidas para as delegacias da capital e do interior do estado – e, também, de aproveitar-se da força de trabalho estrangeira – necessidade expressa tanto pelo governo, através das regulamentações que não eram apenas cerceadoras, quanto pelas elites, como demonstra a carta de Roberto Simonsen, presidente da FIESP, pedindo a anulação das medidas contra os italianos.

Contudo, é fato que o governo Vargas queria ver os estrangeiros em geral assimilados e disciplinarizados, fato que gerou um clima de hostilidade que acabou afetando diretamente a organização dessas pessoas, mesmo daquelas que não se envolveram diretamente com questões políticas. Se a idéia não era simplesmente acabar com as organizações estrangeiras, era moldar e disciplinarizar. Para isso, a ação da polícia foi bastante contundente e, somada a outras formas de coação, como os entraves burocráticos e o incentivo à vigilância e às denúncias populares, causou efeitos que foram além da pretensão do governo, pois se a intenção não era aterrorizar (para usar a expressão de Hobsbawm), acabou aterrorizando, como demonstra a onda de encerramentos das associações italianas, muitos deles voluntários, que começou a partir de 1939, 1940 e se agravou a partir de 1942.

Sobre a comunidade italiana, a perspectiva da resistência me permite elaborar conclusões que podem trazer alguma colaboração sobre a organização dessas pessoas e sua relação com a etnicidade. Em seus primeiros trabalhos sobre a ação fascista e a resistência antifascista e em trabalho mais recente em que discute a relação entre classe, etnicidade e politização na comunidade italiana, João Fabio Bertonha desenvolve a idéia de que o fascismo se expressou entre os italianos em São Paulo de forma difusa. A análise da organização das sociedades italianas e da reação às investidas do Estado brasileiro demonstra que a adesão difusa representava, ao menos para parte do grupo que procurou o

associativismo, aproveitar-se do momento de prestígio e evidência do governo italiano para motivos diversos. No caso dos italianos de classe média e das elites, o prestígio proporcionava visibilidade entre o resto da colônia e também entre a sociedade brasileira, pois como tentei demonstrar no terceiro capítulo, eles organizavam atividades associativas, como as de assistência e incentivo à cultura, que eram promovidas por seus pares, envolviam também brasileiros e atingiam, mesmo que indiretamente, italianos das classes baixas. Além disso, as atividades de propaganda e celebrações da colônia atraíam personalidades, italianas e brasileiras, que ajudavam esses italianos em ascensão a integrar-se à comunidade hospedeira. No entanto, é interessante notar que, mesmo tentando integrar-se à sociedade brasileira, esses italianos se reuniam em organizações de caráter étnico, e alguns tentaram, de alguma maneira, defender e preservar partes dessas estruturas, dando mostras de que aspectos da questão étnica tinham seu espaço entre a colônia.

Acredito que alguns aspectos do nacionalismo italiano, como o intuito de ascensão social ou o respeito e a tolerância para com a sociedade hospedeira (pelo menos em alguns casos que tentei expor) impediram a dissolução do associativismo e, conseqüentemente, a perda de importantes canais de expressão da etnicidade no momento em que um importante incentivador da causa no período, o regime fascista, perdeu credibilidade política e ideológica no Brasil. Durante a década de 1930 o governo Mussolini conseguiu criar um clima perigoso - do ponto de vista daqueles que rechaçam quaisquer idéias autoritárias - entre a comunidade italiana, pois acredito que pelo menos alguns deles de fato aderiram aos ideais de força, controle e repressão às liberdades civis pregadas pelo fascismo. Mas não é possível negar que havia também um clima de exaltação do nacionalismo italiano que não convergia apenas para o apoio político ao regime, mas também remetia a outras questões que envolvem a etnicidade.

A análise da organização das associações italianas do estado de São Paulo e, principalmente, de suas ações de resistência contra as investidas controladoras do Estado corroboram a idéia de que, mais que um canal de difusão do fascismo, o nacionalismo italiano era utilizado pela população aqui instalada para atingir objetivos diversos, que iam além da propaganda política, e por isso alguns dos italianos que organizavam e participavam das sociedades étnicas ainda tentavam manter algumas partes das suas estruturas associativas. Como afirmei no início dessas considerações, os trabalhos de

Bertonha e Angelo Trento conseguem lidar com o tema da penetração do fascismo no Brasil de maneira abrangente. Portanto, a partir desses trabalhos foi possível buscar compreender como parte da comunidade se comportava e se relacionava com suas origens para além da propaganda política de seu país, ou seja, quais eram as intenções daqueles italianos que se relacionaram com canais de expressão da etnicidade (as associações) que, se sofreram influência da propaganda fascista, não foram completamente cooptados, ou ao menos sofreram mudanças de perspectiva quando a situação tornou-se desfavorável, distanciando-se da política, mas mantendo contato com questões envolvendo suas origens étnicas. Neste sentido, a maneira como Michael Hall interpretou a idéia de etnicidade é de bastante ajuda para as conclusões do presente trabalho:

*“Talvez seja mais útil encarar a etnicidade no espírito em que E. P. Thompson tratou o conceito de consciência de classe: em vez de considerá-la sempre igual e como uma entidade reificada que determina certas práticas, poderíamos ver, no decorrer das lutas, como uma identificação étnica pode emergir (ou não), se desenvolver e esvaecer em circunstâncias históricas específicas.”*³²¹

No momento em que o fascismo atingiu seu maior prestígio no Brasil, parte da colônia italiana de São Paulo aproximou-se da doutrina de seu país de origem, principalmente aqueles das classes altas. E creio que o fizeram para aproveitar o prestígio da Itália em proveito próprio, melhorando suas relações econômicas e sociais entre o grupo e também perante a sociedade brasileira. Conforme afirmei no final do terceiro capítulo, Bertonha também reconhece em seus trabalhos esse uso do nacionalismo e da etnicidade entre os italianos. Quando havia um clima de exaltação da grandeza da Itália, de seu poderio e modernidade, os italianos que aqui se encontravam tentaram aproveitar desse prestígio assumindo-se como simpáticos a Mussolini, mas quando a situação se inverteu e o prestígio da Itália no Brasil declinou, os italianos e descendentes que se envolveram com o associativismo em São Paulo ressignificaram sua relação com a etnicidade e o fascismo, reelaborando seu grau de aproximação com o governo italiano e com suas idéias, e também

³²¹ In: HALL, Michael. Entre a etnicidade e a classe em São Paulo. In: In: CARNEIRO, Maria Luiza Tucci; CROCCI, Federico; e FRANZINA, Emilio (orgs.). *História do trabalho e histórias da imigração: trabalhadores italianos e sindicatos no Brasil (séculos XIX e XX)*. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, Imprensa Oficial, 2010, pp. 63.

repensando o nacionalismo italiano e sua relação com o nacionalismo brasileiro. Creio que se o objetivo do governo Mussolini era, através do incentivo ao nacionalismo, difundir o fascismo, na prática o nacionalismo italiano fez mais do que isso pela colônia de São Paulo, muito pelas condições em que esses italianos migraram, pelo tempo que estavam instalados e pelas relações com a sociedade brasileira.

E mesmo aqueles que se envolveram com o associativismo, mas não se aproximaram tanto do aparato de propaganda de Mussolini, lidavam com questões envolvendo a etnicidade e tiveram que rever suas posições e relações quando o governo Vargas decidiu controlar a organização coletiva dos estrangeiros em território nacional. Muitos procuravam as associações para dar e receber ajuda de seus compatriotas, para procurar formas de lazer, cultura e outras formas de assistência, e essas associações também passaram pelo processo de revisão imposto por Vargas, mas algumas delas mantiveram parte do espírito de etnicidade e nacionalismo, mesmo que esse sentimento não conflitasse com a nacionalidade brasileira.

Neste sentido, é interessante observar que uma das características que salvaguardou associativismo étnico dos italianos em São Paulo, ou pelo menos parte dele, foi justamente o suposto alto grau de assimilação dessa população. Conforme já afirmei, o governo italiano não precisou de muitos esforços para convencer ao menos parte de seus súditos aqui instalados a adotar uma política de boa vizinhança para com a comunidade local, uma vez que os italianos residentes em São Paulo já tinham um alto grau de contato com a população paulista. Mas essa chamada assimilação significa que os italianos simplesmente se esqueceram ou abandonaram suas origens? Em alguns casos, creio que não, pois algumas dessas pessoas se associavam, e se as associações tinham os mais diversos fins, também se pautavam na questão da etnicidade. E quando o governo Vargas pressionou os estrangeiros a se enquadrarem em suas diretrizes, alguns dos italianos optaram por vias de adaptação que ressaltavam a aproximação com o Brasil, sua população e seu governo, como os processos de nacionalização, por exemplo, demonstram. Mas isso significa que a identidade italiana foi completamente abandonada? Pode ser que sim, mas pelo menos em alguns casos, como o do Palestra Itália, hoje Palmeiras, por exemplo, não. Creio que antes significa que, pelo menos no Brasil, os italianos não encaravam sua nacionalidade e etnicidade em oposição à nacionalidade ou à etnicidade do país hospedeiro.

Claro que o tema do nacionalismo é bastante complexo e, no caso dos italianos, ainda exige abordagens mais detalhadas e profundas. Mas o presente trabalho tentou ao menos traçar alguns aspectos desse sentimento entre a população italiana do estado de São Paulo como, por exemplo, a tolerância para com o nacionalismo brasileiro ou o atrito entre nacionalismo e questão político ideológica em um momento de dificuldades. A análise da postura das associações italianas do estado de São Paulo e de seus membros ajudou a perceber que parte da colônia de fato não se contrapunha a aspectos do nacionalismo brasileiro, buscando conviver com ele de maneira positiva, ou ao menos minimamente proveitosa. Mas, ao mesmo tempo, havia “leves simpatias” (para usar a expressão de Bertonha) pelo nacionalismo italiano que permitiram sustentar parte do associativismo de base étnica, sustentação esta que só aconteceu, ou minimamente foi favorecida, devido ao fato de muitos desses italianos envolvidos com a causa associativa manterem “uma certa identidade como... brasileiros”³²². Além disso, procurei demonstrar também que o fascismo foi um importante fator de atração para a causa associativa e para questões envolvendo nacionalismo e etnicidade para parte da colônia italiana do estado de São Paulo, principalmente para as classes médias e as elites. Mas, é possível perceber através da análise do comportamento das entidades italianas frente à situação de dificuldades que havia opiniões diversas sobre a adesão ao fascismo no seio das associações italianas, opiniões estas que movimentaram as associações com discussões sobre os rumos do associativismo, o que demonstra a pluralidade de concepções e visões sobre nacionalismo e política em parte da colônia italiana.

E só para encerrar essas conclusões, é interessante pensarmos como a mobilização feita pelo governo brasileiro para controlar as populações estrangeiras e cercear suas características “indesejáveis”, somada ao desenvolvimento das políticas interna e externa, acabou por favorecer a ação antifascista no Brasil. Mesmo sendo um regime autoritário e que combatia as organizações de esquerda desde a tomada do poder, a conjuntura internacional, ou seja, o alinhamento com os Estados Unidos e com os países Aliados, e interna, as disputas e questionamentos surgidos no período final do governo Vargas, criaram uma situação que acabou favorecendo a ação dos antifascistas, que, além de combater as idéias autoritárias, também realizavam trabalhos de assistência e auxílio, como

³²² In: pp. 82, 83.

demonstra os esforços para estruturar o Comitê Italiano de Vítimas da Guerra. Além disso, creio que vale a pena frisar que o combate ao fascismo afastou potenciais agitadores e divulgadores de idéias autoritárias no Brasil.

Referências Bibliográficas

- ARAÚJO, Ângela Maria Carneiro. *Construindo o consentimento: corporativismo e trabalhadores no Brasil do anos 30*. Tese (Doutorado em Ciência Política) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 1994.
- ARAÚJO, José Renato de Campos. *Migna Terra: migrantes italianos e o fascismo na cidade de São Paulo*. . Tese (Doutorado em História) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2003.
- BERTONHA, João Fabio. *Sob a sombra de Mussolini: os italianos de São Paulo e a luta contra o fascismo (1919 - 1945)*. São Paulo, SP: FAPESP: Annablume, 1998.
- _____. *O fascismo e os imigrantes italianos no Brasil*. Porto Alegre, RS: EDIPUCRS, 2001.
- _____. Trabalhadores imigrantes entre fascismo, antifascismo, nacionalismo e lutas de classe. In: CARNEIRO, Maria Luiza Tucci; CROCCI, Federico; e FRANZINA, Emilio (orgs.). *História do trabalho e histórias da imigração: trabalhadores italianos e sindicatos no Brasil (séculos XIX e XX)*. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, Imprensa Oficial, 2010.
- CARELLI, Mario. *Carcamano e comendadores: os italianos de São Paulo: da realidade à ficção (1919 - 1930)*. São Paulo, Ática, 1985.
- CAMPOS, Cynthia Machado. *A política da língua na Era Vargas: a proibição de falar alemão e resistências no sul do Brasil*. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2006.
- CANCELLI, Elizabeth: *O mundo da violência: a polícia na Era Vargas*. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2ª edição, 1994.
- CAPELATO, Maria Helena Rolim. *Os arautos do liberalismo: imprensa paulista (1920 - 1945)*. São Paulo: Brasiliense, 1989.
- CARNEIRO, Maria Luiza Tucci. *O anti-semitismo na era Vargas: fantasmas de uma geração (1930 - 1945)*. São Paulo, SP: Perspectiva, 2001
- _____. Fascistas à brasileira: encontros e confrontos. In: CARNEIRO, Maria Luiza Tucci e CROCCI, Federico (orgs.). *Tempos de Fascismo*. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, Imprensa Oficial, 2010.
- _____. Tutti buona gente! Subversivos de origem italiana nos arquivos do Deops-SP. In: CARNEIRO, In: CARNEIRO, Maria Luiza Tucci; CROCCI, Federico; e FRANZINA, Emilio (orgs.). *História do trabalho e histórias da imigração: trabalhadores italianos e sindicatos no Brasil (séculos XIX e XX)*. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, Imprensa Oficial, 2010.
- CERTEAU, Michel de: *A invenção do cotidiano: 1. artes de fazer*. Petrópolis, RJ: Vozes, 1994.

- CERVO, Amado Luiz. *As relações históricas entre o Brasil e a Itália: o papel da diplomacia*. Brasília, DF: Editora da Universidade de Brasília; São Paulo: Instituto Italiano di Cultura, 1992.
- CRUZ, Elmano: *Direitos e deveres dos súditos do Eixo*. Rio de Janeiro: Editora Nacional de Direito Ltda., 1944.
- DAGNINO, Evelina: *State And Ideology: nationalism in Brazil; 1930 – 1945*. Tese (Doutorado em Ciência Política) Stanford University: Santford, CA, EUA, 1985.
- DEITRICH, Ana Maria. *Caça às suásticas: o partido nazista em São Paulo sob a mira da polícia política*. São Paulo: Fapesp: Associação Editorial Humanitas: Imprensa Oficial, 2007.
- FAORO, Raimundo: *Os donos do poder: formação do patronato político brasileiro*, 3ª ed. São Paulo: Globo, 2001.
- FRANZINA, Emilio. *A grande emigração: o êxodo dos italianos do Vêneto para o Brasil*. Campinas: Editora da Unicamp, 2006.
- _____. *Uma pátria straniera: sogni, viaggi e identità degli italiani all'estero attraverso le fonti popolari scritte*. Verona (Itália): Cierre, 1997.
- FRANZINA, Emilio e SANFILIPPO, Matteo. *Il fascismo e gli emigrati: la parabola dei fasci italiani all'estero (1920 - 1943)*. Roma (Itália): Laterza, 2003.
- GAMBINI, Roberto. *O duplo jogo de Getúlio Vargas: influência americana e alemã no Estado Novo*. São Paulo: Ed. Símbolo, 1977.
- GELLATELY, Robert. *La Gestapo y la sociedad alemana: la politica racial nazi*. Barcelona, ES: Paidós, 2004.
- GERALDO, Endrica: *O perigo alienígena: política migratória e pensamento racial no governo Vargas (1930-1945)*. 2007. Tese (Doutorado em História) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2007.
- GERTZ, René. *O fascismo no sul do Brasil: germanismo, nazismo, integralismo*. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1987.
- GOMES, Ângela Maria de Castro. *Burguesia e trabalho: política e legislação social no Brasil (1917 - 1937)*. Rio de Janeiro: Campus, 1979.
- GOMES, Ângela Maria de Castro; OLIVEIRA, Lucia Lippi e VELLOSO, Mônica Pimenta. *Estado Novo, ideologia e poder*. Rio de Janeiro, Zahar Editores, 1982
- HALL, Michael. Entre a etnicidade e a classe em São Paulo. In: In: CARNEIRO, Maria Luiza Tucci; CROCCI, Federico; e FRANZINA, Emilio (orgs.). *História do trabalho e histórias da imigração: trabalhadores italianos e sindicatos no Brasil (séculos XIX e XX)*. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, Imprensa Oficial, 2010.
- HECKER, Alexandre. *Um socialismo possível: a atuação de Antônio Piccarolo em São Paulo*. São Paulo: T. A. Queros, 1989.

- FISCHER, Brodwyn. *A poverty of Rights: citizenship and inequality in twentieth-century Rio de Janeiro*. Stanford, EUA: Stanford University Press, 2008.
- _____. Direitos por leis ou leis por direito? In: LARA, Silvia Hunold e MENDONÇA, Joseli Maria Nunes. *Direitos e justiças no Brasil: ensaios de história social*. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2006.
- HOBSBAWM, Eric J. *Tempos interessantes: uma vida no século XX*. São Paulo: Companhia das Letras, 2002.
- KONRAD, Diorge Alceno: *O fantasma do medo: o Rio Grande do Sul, a repressão policial e os movimentos sócio-políticos (1930-1937)*, p. 141. Tese (doutorado em História) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, SP.
- LAHUERTA, Milton. Os intelectuais e os anos 20: moderno, modernista, modernização. In: COSTA, Wilma Peres da, e LORENZO, Helena Carvalho de: *A década de 1920 e as origens do Brasil moderno*. São Paulo: Editora da Unesp, 1997.
- LOEWENSTEIN, Karl. *Brazil under Vargas*. Nova Iorque, EUA: Russell and Russell, 1973.
- MARX, Karl: *O 18 Brumário de Luiz Bonaparte*. São Paulo: Paz e Terra, 2002.
- MUGNAINI, Marco. *L'America Latina e Mussolini: Brasile e Argentina nella politica estera del'Italia (1919 – 1943)*. Milão: Franco Angeli Editore, 2008.
- PERAZZO, Priscila Ferreira. *O perigo alemão e a repressão policial no Estado Novo*. São Paulo: Arquivo do Estado, 1999.
- REIS, José Roberto Franco. *“Não existem mais intermediários entre o governo e o povo”: correspondências a Getúlio Vargas – o mito e a versão (1937 - 1945)*. . Tese (Doutorado em História) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2002.
- RIOS, José Arthur. *Aspectos políticos da assimilação do italiano no Brasil*. São Paulo: Fund. Esc. Paulista de Sociologia e Política, 1959.
- SANTOS, Ruy de Oliveira: *A condição jurídica do estrangeiro no Brasil*. Rio de Janeiro: A. Coelho Branco F. Editor, 1938.
- SANTOS, Viviane Terezinha dos. *Inventários DEOPS: módulo V – Italianos. Os seguidores do Duce: os italianos fascistas no estado de São Paulo*. São Paulo: Arquivo do Estado, Imprensa Oficial, 2001.
- _____. *Italianos sob a mira da polícia política: vigilância e repressão no estado de São Paulo(1924 - 1945)*. São Paulo: Humanitas, 2008.
- SANTOS, Wanderley Guilherme dos: *Cidadania e justiça: a política social na ordem brasileira*. Rio de Janeiro: Campus, 1994, 3ª Ed.

- SCHARTZMAN, Simon; BOMENY, Helena Maria Bousquet e COSTA, Vanda Maria Ribeiro: *Tempos de Capanema*. São Paulo: Paz e Terra: Fundação Getúlio Vargas, 2000.
- SEITENFUS, Ricardo. *O Brasil de Getúlio Vargas e a formação dos blocos: o processo de envolvimento brasileiro na II Guerra Mundial*. São Paulo, SP; Brasília, DF: INL: Fundação Pró-memória, 1985.
- _____. *O Brasil vai à guerra. O processo de envolvimento do Brasil na segunda guerra mundial*. Barueri, SP: Manole, 2003.
- SIMÃO, Azis. *Sindicato e Estado: suas relações na formação do proletariado de São Paulo*. São Paulo: Ática, 1981.
- TAKEUCHI, Marcia Yumi. *O perigo amarelo: imagens do mito, realidade do preconceito*. São Paulo, SP: Humanitas: Fapesp, 2008.
- TOTA, Antônio Pedro. *O imperialismo sedutor: a americanização do Brasil na época da segunda guerra*. São Paulo: Companhia das Letras, 2002.
- TRENTO, Angelo. *Do outro lado do Atlântico. Um século de imigração italiana no Brasil*. São Paulo: Nobel: Istituto Italiano di Cultura di San Paolo, 1989.
- _____. “Donde haya un italiano, allí estará La bandera tricolor”. La penetración del fascismo entre los emigrantes en el Brasil. In: SCARZANELLA, Eugenia. *Fascistas em América del Sur*. Buenos Aires: Fondo de Cultura Económica, 2007.
- VIANNA, Luiz Werneck: *Liberalismo e sindicalismo no Brasil*, 2ª ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1978.
- WEINSTEIN, Barbara. *(Re)formação da classe trabalhadora no Brasil (1920 - 1964)*. São Paulo: Cortez, 2000.

Apêndice - Lista de documentos

- Arquivo Histórico do Itamaraty

- Carta ao cônsul brasileiro em Nápoles – It, de 15 de janeiro de 1937. Assunto: impedimento de desembarque de imigrantes italianos. Conjunto Imigração, Lata 1291, maço, 29.646.
- Telegrama da embaixada brasileira em Roma à Secretaria de Estado das Relações Exteriores, de 25 de agosto de 1937. Assunto: restrições sobre emigração italiana. Conjunto Imigração, lata 1291, maço 29.646. Arquivo Histórico do Itamaraty, Rio de Janeiro – RJ.
- Telegrama do Ministro da Justiça Mário de Pimentel Brandão à Secretaria de Segurança Pública da Bahia, de 11 de novembro de 1937. Assunto: desembarque de imigrantes italianos. Conjunto Imigração, Lata 1291, maço, 29.646.
- Carta do embaixador brasileiro em Roma Luiz Sparano ao ministro das Relações Exteriores Mário de Pimentel Brandão, de 16 de novembro de 1937. Assunto: evolução da política brasileira e sua repercussão na Itália. Fundo: missões diplomáticas brasileiras – embaixadas (Roma), ofícios recebidos (nov. de 1937 a abril de 1938). Estante 41, prateleira 04, maço 02.
- *Pró-memória* encaminhado à embaixada brasileira na Itália pelo governo italiano. Roma, 18 de novembro de 1937. Assunto: projeto de lei de nacionalização das companhias de seguro no Brasil. Série: Embaixada de Roma, conjunto: ofícios recebidos. Estante 41, prateleira 04, maço 02.
- Nota Verbal enviada pela embaixada italiana no Rio de Janeiro ao Ministério das Relações Exteriores do Brasil em 11 de janeiro de 1938. Assunto: Exposição Internacional de Cinematografia, Veneza – It. Fundo: representações diplomáticas estrangeiras no Brasil (Itália), notas recebidas. Estante 85, prateleira 04, maço 08.
- Carta da embaixada brasileira em Roma ao *Ministero degli Affari Esteri* italiano, de 18 de maio de 1938. Assunto: Solicitação de permissão para visita de industrial brasileiro a instalações industriais na Itália. Fundo: missões diplomáticas brasileiras – embaixadas (Roma). Ofícios. Estante 41, prateleira 04, maço 03. Arquivo Histórico do Itamaraty. Rio de Janeiro, RJ.
- Carta da secretaria de Estado das Relações Exteriores à embaixada italiana, de 27 de maio de 1938. Assunto: Feira do Levante, Bari - It. Fundo: representações diplomáticas estrangeiras no Brasil (Itália), notas expedidas. Estante 85, prateleira 05, maço 12.
- Carta do delegado de Sertãozinho ao secretário de Segurança Pública de São Paulo, de 10 de junho de 1938. Assunto: relato sobre a promoção de excursão de filhos de italianos à Itália pela embaixada italiana no Brasil. Fundo: governos estaduais, representações e autoridades regionais e locais. Estante 110, prateleira 5, maço 10.
- Comunicação do delegado adjunto de ordem política e social Theophilo Mesquita ao delegado de ordem política e social de São Paulo, de 27 de junho de 1938. Assunto: consideração do delegado adjunto Theophilo Mesquita sobre o caso da promoção de excursão à Itália para filhos de italianos pela embaixada italiana no Brasil. Fundo: governos estaduais, representações e autoridades regionais e locais. Estante 110, prateleira 5, maço 10.
- *Memorandum* enviado pelo secretário das Relações Exteriores, R. Mendes Gonçalves, ao chefe dos Serviços Diplomáticos, em 04 de outubro de 1938. Assunto: reclamações de embaixadas da Alemanha, Japão e Itália em relação à promulgação do decreto-lei nº 383. In: Conjunto Imigração, Lata 1291, maço, 29.646

- Carta da embaixada brasileira em Roma ao Ministro de Estado das Relações Exteriores do Brasil, de 28 de fevereiro de 1939. Assunto: Missão aeronáutica brasileira na Itália. Fundo missões diplomáticas brasileiras – embaixadas (Roma). Ofícios. Estante 41, prateleira 04, maço 04.

- Carta da secretaria de Estado das Relações Exteriores do Brasil à embaixada italiana no Rio de Janeiro, de 23 de maio de 1939. Assunto: Intercâmbio turístico Brasil/Itália. Fundo: representações diplomáticas estrangeiras no Brasil (Itália), notas expedidas. Estante 85, prateleira 05, maço 12.

- Pro-memória” redigido pela embaixada italiana no Rio de Janeiro em 19 de junho de 1939. Assunto: pedido para anulação de processo de nacionalização de entidade italiana na cidade de Petrópolis, RJ. Fundo: Representações Diplomáticas Estrangeiras - Itália (Notas expedidas). Estante 85. Prateleira 5, maço 12.

- Carta do embaixador italiano no Brasil Ugo Sola ao Ministro das Relações Exteriores do Brasil, Oswaldo Aranha, de 21 de agosto de 1939. Assunto: pedido de esclarecimento sobre a situação das sociedades italianas no Brasil, solicitando agilidade nos processos de regulamentação das entidades. Fundo: Representações diplomáticas estrangeiras no Brasil (Itália), notas recebidas. Estante 85, prateleira 04, maço 09.

- Carta da Secretaria de Estado das Relações Exteriores à embaixada da Itália, de 03 de outubro de 1939. Assunto: XIV Congresso Internacional de Proteção à infância. Fundo: representações diplomáticas estrangeiras no Brasil (Itália). Notas expedidas. Estante 85, prateleira 05, maço 12.

- Carta da Secretaria de Estado das Relações Exteriores do Brasil à embaixada brasileira em Roma, de 01 de julho de 1940. Assunto: proteção dos interesses italianos na guerra, pedido para o consulado brasileiro em Beirute obter informações sobre o corpo consular italiano na Síria e no Líbano. Fundo representações diplomáticas estrangeiras no Brasil (Itália). Notas expedidas (1940 a maio 1941). Estante 85, prateleira 05, maço 13.

- Nota Verbal encaminhada ao Ministério das Relações Exteriores do Brasil pela embaixada italiana, em 23 de agosto de 1940. Assunto: questionamentos do governo italiano sobre a promulgação de uma lei de heranças no Brasil. In: fundo representações diplomáticas estrangeiras no Brasil (Itália). Notas recebidas (agosto de 1939 a dezembro de 1940). Estante 84, prateleira 04, maço 09.

- Carta da secretaria das relações exteriores do Brasil à embaixada Italiana. 09 de setembro de 1940. Assunto: proteção dos interesses italianos na guerra, informações sobre cidadãos italianos. Fundo: representações diplomáticas estrangeiras no Brasil (Itália). Notas expedidas (1940 a maio 1941). Estante 85, prateleira 05, maço 13.

- Carta enviada pela secretaria das relações exteriores do Brasil ao embaixador italiano Hugo Sola em 20 de novembro de 1940. Assunto: sobre a formação de uma comissão norte-americana que deveria cuidar dos prisioneiros de guerra ingleses na Itália, e pedido para que uma comissão análoga seja formada por brasileiros para cuidar dos prisioneiros italianos na Inglaterra. Fundo: representações diplomáticas estrangeiras no Brasil (Itália). Notas expedidas (1940 a maio 1941). Estante 85, prateleira 05, maço 13.

- Carta da embaixada brasileira em Roma para o ministro das relações exteriores, de 06 de novembro de 1944. Assunto: pedido de notícias de cidadão italiano. Fundo: missões diplomáticas brasileiras – embaixadas (Roma), ofícios recebidos (1944). Estante 41, prateleira 04, maço 11.

- Arquivo Nacional (AN)

- BRASIL. decreto-lei nº 948, de 13 de dezembro de 1938. Notação: BR,AN,RIO 35.0.DLE.948.

- BRASIL. Decreto-lei nº 383, de 18 de abril de 1938. Notação: BR,AN,RIO 35.0.DLE.383.
- BRASIL. Decreto-lei nº 406, de 04 de maio de 1938. Notação: BR,AN,RIO 35.0.DLE.406.
- Carta de Roberto Simonsen, Presidente da Federação Das Indústrias do Estado de São Paulo, ao embaixador José Carlos de Macedo Soares. São Paulo, 05 de outubro de 1944. Assunto: pedido para o embaixador fazer pressão sobre o governo brasileiro para revogar as medidas de guerra contra os italianos no Brasil. Processo nº 19.221, notação BR. AN, RIO 35.PRO.21.539
- Telegrama de Raimundo Pedroza Tinoco ao presidente Getúlio Vargas. Assunto: pedido para censurar estrangeiros. Processo nº 42216/44, notação, BR.AN.RIO, 35.0.PRO.17370.
- Carta do delegado de polícia de Ribeirão Preto Nelson da Veiga ao chefe do setor de ordem política da DEOPS/SP. Assunto: investigação do suposto denunciante de estrangeiros Raimundo Pedroza Tinoco. Processo nº 42216/44, notação, BR.AN.RIO, 35.0.PRO.17370.
- Carta do presidente da Federação das Indústrias de São Paulo Roberto Simonsen ao embaixador José Carlos de Macedo Soares, de 05 de outubro de 1944. Assunto: pedido para que o embaixador intervisse em favor dos italianos para suspender as medidas adotadas contra eles pelo governo brasileiro, devido à situação de guerra. Processo nº 12771/45. Notação: BR,AN,RIO 35.0.PRO.18981.
- Telegrama do cidadão João Arielo ao presidente Getúlio Vargas, de abril de 1945. Assunto: pedido de liberação de bens de italianos no Brasil. Processo nº 16410/45. Notação: BR,AN,RIO 35.0.PRO.20483.
- Carta de João Pires de Azevedo Pimentel a Luiz Vergara, de julho de 1945. Assunto: denúncia de brasileiros e estrangeiros que atacavam co governo de Getúlio Vargas. Processo nº 29557/47, notação, BR.AN.RIO, 35.0.PRO.25842.

- Arquivo Público do Estado de São Paulo (APESP)

- Prontuário nº 6.265 – Sociedade Italiana de Serra Negra. Serra Negra, SP.
- Prontuário nº 7.823 – Sociedade Italiana Beneficente IV de Novembro. Bariri, SP.
- Prontuário nº 8.983 – Organização Nacional Desporvia. Limeira, SP.
- Prontuário nº 9.272 – Sociedade Italiana Beneficente Recreativa Príncipe de Napole. Casa Branca, SP.
- Prontuário nº 9.930 – Instituto Ítalo-brasileiro de Alta Cultura. São Paulo, SP.
- Prontuário nº 10.182 – Sociedade italiana de Beneficência Vitorio Emanuele II. São Paulo, SP.
- Prontuário nº 10.191 – Instituto Príncipe di Napole. São Paulo, SP.
- Prontuário nº 10.192 – Unione Italiana di San Paolo. São Paulo, SP.
- Prontuário nº 10.273 – Instituto Virginia Matarazzo. São Paulo, SP.
- Prontuário nº 12.098 – União Católica Italiana de São Paulo. São Paulo, SP.
- - Prontuário nº 12.354 – Organização Nacional Desportiva. Campinas, SP.
- Prontuário nº 12.682 – Palestra Itália Sociedade Esportiva. São Paulo, SP.
- Prontuário nº 13.436 – Comitê dos Italianos Livres no Brasil. São Paulo, SP.
- Prontuário nº 14.366 – Casa de Saúde Circolo Italiano de Campinas. Campinas, SP.
- Prontuário nº 14.498. Leôncio Ronconi.
- Prontuário nº 20.190 – Sociedade Italiana de Socorros Mútuos e Ensinamentos XX de Setembro. Sertãozinho, SP.
- Prontuário nº 20.911 – Sociedade Italiana de Beneficência. São Paulo, SP.
- Prontuário nº 21.424 – Sociedade Italiana Dante Alighieri. Ribeirão Preto, SP.
- Prontuário nº 27.790 – Casa d'Italia. Rio Claro, SP.
- Prontuário nº 27.871 – Casa d'Italia. Bragança Paulista, SP.

- Prontuário n° 27.872 – Casa d'Italia. Santos, SP.
- Prontuário n° 29.293 – Organização Nacional Desportiva. São Paulo, SP.
- Prontuário n° 29.674 – Sociedade Italiana de Beneficência. Santa Rosa, SP.
- Prontuário n° 30.231 – Casa d'Italia. São José do Rio Preto, SP.
- Prontuário n° 37.256 – Capecchi Italia. São Paulo, SP.
- Prontuário n° 38.515 – Comitê Italiano de Socorro às Vítimas da Guerra.
- Prontuário n° 40.508 – Liga Anti-fascista Italiana.
- Prontuário n° 40.632 – Circolo Italiano. São Paulo, SP.
- Prontuário n° 42.167 – Federação Italiana dos Combatentes Aliados.
- Prontuário n° 43.673 – Circolo Italiano Recreativo de Tietê. Tietê, SP.
- Prontuário n° 43.726 – Casa d'Italia. São Carlos, SP.
- Prontuário n° 43.727 – Sociedade Italiana Dante Alighieri. São Paulo, SP.
- Prontuário n° 43.879 – Sociedade Fratellanza Italiana. Leme, SP.
- Prontuário n° 43.935 – Sociedade Italiana Stela D'Italia di Pederneiras. Pederneiras, SP.
- Prontuário n° 44.242 – Circolo Italiano Gabriele D'Annunzio.
- Prontuário n° 44.261 – Sociedade Italiana de Mútuo Socorro Beneficente. Cravinhos, SP.
- Prontuário n° 45.691 – Sociedade Italiana De Mútuo Socorro Beneficente Luigi di Savoia. Itu, SP.
- Prontuário n° 47.166 – Associação dos Ex-combatentes Italianos. São Paulo, SP.
- Prontuário n° 48.262 – Sociedade Italiana de Cultura Muse Italiche. São Paulo, SP.
- Prontuário n° 48.595 – Sociedade Beneficência e Mútuo Socorro Fratellanza Italiana. Jardinópolis, SP.
- Prontuário n° 48.650 Sociedade Italiana de Mooca. São Paulo, SP.
- Prontuário n° 51.810 – Associazione Italiana fra Mutilati, Invalidi e Riduci di Guerra. São Paulo, SP.
- Prontuário n° 52.074 – Sociedade Italiana de Mútuo Socorro. Atibaia, SP
- Prontuário n° 54.894 – Sociedade de Mútuo Socorro Italiana. Ribeirão Preto, SP.
- Prontuário n° 55.853 – Sociedade Italiana Filarmônica Conde de Torino. São Roque, SP.
- Prontuário n° 57.884 – Sociedade Italiana de Mútuo Socorro Unione e Fratellanza. Americana, SP.
- Prontuário n° 57.903 – Sociedade Italiana de Mútuo Socorro. Taubaté, SP.
- Prontuário n° 57.924 – Sociedade Italiana de Beneficência Dante Alighieri. Torrinha, SP.
- Prontuário n° 57.929 – Sociedade Italiana de Assistência XV de Novembro. Bariri, SP.
- Prontuário n° 57.932 – Casa d'Itália. Catanduva, SP.
- Prontuário n° 57.935 – Sociedade Italiana de Mútuo Socorro e Beneficente Príncipe Humberto I. Barra Bonita, SP.
- Prontuário n° 57.936 – Sociedade Italiana Principe di Napole. Casa Branca, SP.
- Prontuário n° 57.937 – Sociedade Italiana de Mútuo Socorro. Avaré, SP.
- Prontuário n° 57.925 – Sociedade Italiana de Mútuo Socorro Humberto I. Valinhos, SP.
- Prontuário n° 58.079 – Circolo Italiano Christoforo Colombo. Piracicaba, SP.
- Prontuário n° 58.080 – Sociedade Italiana de Beneficência Regina Margherita. Santa Cruz das Palmeiras, SP.
- Prontuário n° 58.081 – Sociedade Italiana de Beneficência Patria e Lavoro. Rio das Pedras, SP.
- Prontuário n° 58.082 – Sociedade Italiana de Mútuo Socorro Fratellanza e Lavoro. Pedreira, SP.
- Prontuário n° 58.083 – Sociedade Italiana Humberto di Savoia. Potirendaba, SP.
- Prontuário n° 58.084 – Sociedade Italiana de Beneficência. Rio Claro, SP.
- Prontuário n° 58.156 – Sub-comitê italiano de Socorro às Vítimas da Guerra. São Paulo, SP.
- Prontuário n° 69.646 – Circolo Italiano Recreativo de Tietê, Tietê, SP.
- Prontuário n° 73.845 – Casa d'Italia. Mococa, SP.
- Prontuário n° 74.533 – Casa d'Italia de Limeira. Limeira, SP.
- Prontuário n° 74.549 – Sociedade Beneficência e Mútuo Socorro Fratellanza Italiana. Jardinópolis, SP.
- Prontuário n° 74.550 – Sociedade italiana de Mútuo Socorro A União Faz a Força. Taubaté, SP.
- Prontuário n° 74.551 – Sociedade Italiana de Mútuo Socorro. Itapira, SP.
- Prontuário n° 74.552 – Sociedade Italiana de Mútuo Socorro Christoforo Colombo. Laranjal Paulista, SP.
- Prontuário n° 74.553 – Sociedade Italiana de Lençoes. Lençóis Paulista, SP.
- Prontuário n° 74.554 – Sociedade Italiana de Mútuo Socorro IV de Novembro. Olímpia, SP.

- Prontuário n° 76.353 – Sociedade Italiana Dante Alighieri. Jaú, SP.
- Prontuário n° 77.089 – Sociedade Italiana Dante Alighieri. Bauru, SP.
- Prontuário n° 82.521 – Sociedade Italiana de Mútuo Socorro. Atibaia, SP.
- Prontuário n° 86.940 – Associação Italiana entre Mutilados, Inválidos e Ex-soldados de Guerra. São Paulo, SP.
- Prontuário n° 103.407 – Sociedade Italiana de Mútuo Socorro. Piracicaba, SP.
- Prontuário n° 126.045 – Companhia Brasileira de Colonização e Imigração Italiana. São Paulo, SP.
- Prontuário n° 126.554 – Sociedade Italiana de Dobrada. Dobrada, SP.

- Centro de Apoio à Pesquisa em História da Universidade de São Paulo.

- Jornal *Fanfulla*. Rolo 96 (01/01/1937 a 30/04/1937).
- Jornal *Fanfulla*. Rolo 97 (01/05/1937 a 31/08/1937).
- Jornal *Fanfulla*. Rolo 99 (01/01/1938 a 30/04/1938).
- Jornal *Fanfulla*. Rolo 104 (01/09/1939 a 31/12/1939).
- Jornal *Fanfulla*. Rolo 110 (02/09/1941 a 31/12/1941).

- Centro de Pesquisa e documentação em História Contemporânea do Brasil da Fundação Getúlio Vargas (CPDOC/FGV)

- Carta do então embaixador brasileiro nos Estados Unidos Oswaldo Aranha ao presidente Getúlio Vargas, de 12 de maio de 1936. Assunto: atuação de comunistas americanos no Brasil, política colonial dos governos da Alemanha e Itália e problemas e navegação. Fundo Getúlio Vargas, notação GV c 1936.05.12/2.
- Carta de Luís Sparano à Getúlio Vargas de Roma, em 2 de setembro de 1938. Assunto: relato do embaixador brasileiro em Roma Luiz Sparano de seu encontro com Mussolini, em que tratou de questões comerciais, da posição da Itália em relação à guerra e da questão envolvendo o embaixador Lojacono no Brasil. Fundo Getúlio Vargas. Notação GV.1938.09.02/1.
- Carta do embaixador brasileiro em Roma Luiz Sparano ao presidente Getúlio Vargas, de 02 de novembro de 1938. Assunto: Encontro do embaixador com Mussolini, relações comerciais Brasil/Itália, posicionamento da Itália perante a situação de guerra, atuação do embaixador italiano Vicenzo Lojacono no Brasil. Fundo Getúlio Vargas, notação GV c 1938.09.02/1.
- Carta de Oswaldo Aranha a Luís Sparano, do Rio de Janeiro, datada de 16 de novembro de 1938. Assunto: pedido do ministro das Relações Exteriores do Brasil Oswaldo Aranha para que o embaixador brasileiro na Itália Luiz Sparano procure saber a posição do governo italiano no caso da expulsão do embaixador alemão do Brasil. Fundo Getúlio Vargas. Notação GV c 1939.02.07.
- Carta de Luiz Sparano a Oswaldo Aranha, datada de 01 de dezembro de 1938. Assunto: resposta do embaixador brasileiro em Roma, Luiz Sparano, ao pedido do ministro das Relações Exteriores do Brasil Oswaldo Aranha sobre o posicionamento do governo italiano frente à expulsão do embaixador alemão no Brasil. Fundo Getúlio Vargas. Notação GV c 1939.02.07.
- carta de Luiz Sparano a Oswaldo Aranha, datada de 07 de dezembro de 1938. Assunto: relato do embaixador brasileiro em Roma sobre a opinião de Mussolini sobre o caso da expulsão do embaixador alemão no Brasil e sobre a saída do embaixador italiano. Fundo Getúlio Vargas. Notação GV c 1939.02.07.
- Carta de Luís Sparano a Getúlio Vargas de 20 de dezembro de 1938. Assunto: relato de conversa entre o embaixador Sparano e o sub-secretário das Relações Exteriores italiano Bastianini, sobre a

questão do tratamento às instituições italianas no Brasil. Fundo Getúlio Vargas. Notação GV c1939.02.07.

- Carta de Luís Sparano a Getúlio Vargas de 07 de fevereiro de 1939. Assunto: relações comerciais Brasil/Itália, medidas contra os italianos no Brasil, nomeação do embaixador Ugo Sola, que substituiu Vincenzo Lojacono, Exposição Universal de Roma, situação política na Europa, Fundo Getúlio Vargas. Notação GV c1939.02.07.

- Carta do Diretor de Segurança Política e Social de São Paulo Ribeiro da Cruz ao superintendente de segurança pública e social, de 26 de setembro de 1941. Assunto: trânsito de estrangeiros, principalmente italianos e alemães, em porto paulista. Fundo Getúlio Vargas, Notação GV confid 1941.09.26/2.

- Relatório do delegado adjunto de ordem política e social de São Paulo, Manuel Ribeiro da Cruz. São Paulo, 01 de outubro de 1941. Assunto: Relatório de Manuel Ribeiro da Cruz sobre as atividades de imigrantes alemães, japoneses e italianos em vários Estados, em setores públicos e na educação. São Paulo. Fundo Getúlio Vargas. Notação: GV c 1941.10.01.

- Cópia de relatório entregue ao chefe da censura Pedro Boleslau pelo investigador Paiva Rodrigues, em 24 de agosto de 1942. Assunto: pedido de prisão de estrangeiros supostamente envolvidos com quinta-coluna. Fundo Getúlio Vargas. Notação GV condif 1942.08.08.

- Lista de envolvidos com atividades nazi-fascistas, produzida pela polícia de São Paulo. Data: 08 de agosto de 1942. Assunto: Informações sobre atividades nazi-fascistas e de espionagem em São Paulo nos meses de agosto e setembro contendo listas de nomes de pessoas e suas respectivas atuações, transcrição de telefonemas interceptados pela censura e relatórios de agentes da polícia. Fundo Getúlio Vargas. Notação: GV c1942.08.0